UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE TOLEDO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM
DESENVOLVIMENTO REGIONAL E AGRONEGÓCIO

LUCIANA VARGAS NETTO OLIVEIRA

JUVENTUDE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: um estudo sobre a inserção das coletividades geracionais jovens no processo de desenvolvimento da microrregião de Toledo, PR.

TOLEDO

2014

LUCIANA VARGAS NETTO OLIVEIRA

JUVENTUDE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: um estudo sobre a inserção das coletividades geracionais jovens no processo de desenvolvimento da microrregião de Toledo, PR.

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – *Campus* de Toledo, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Regional e Agronegócio.
Linha de Pesquisa: Sociedade e Desenvolvimento Regional
Orientador: Prof. Dr. Silvio Antônio Colognese

TOLEDO

2014

TERMO DE APROVAÇÃO

Luciana Vargas Netto Oliveira

JUVENTUDE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: um estudo sobre a inserção das coletividades geracionais jovens no processo de desenvolvimento da microrregião de Toledo, PR.

Esta tese foi julgada adequada para obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Regional e Agronegócio e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/*Campus* de Toledo.

Banca Examinadora

_____

Prof. Dr. Silvio Antônio Colognese
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
(Unioeste) Orientador

_____

Prof. Dr. Erneldo Schallenberger
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
(Unioeste)

_____

Prof. Dr. Eric Gustavo Cardin
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
(Unioeste)

_____

Profa. Dra. Fanny Longa Romero
Universidade do Vale do Rio dos Sinos
(Unisinos)

_____

Profa. Dra. Tânia Regina Krüger
Universidade Federal de Santa Catarina
(USFC)

Ao Homero, inseparável companheiro de caminhada e testemunha de nossa vivência cotidiana, meu eterno agradecimento pelo seu carinho e apoio durante a realização de mais esse projeto. Te amo!

Aos nossos filhos, Hélio e Henrique, hoje jovens em busca de seus lugares no mundo adulto, uma mensagem de esperança e de novas perspectivas para o futuro.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por ter me conceder força e coragem para concluir essa caminhada.

Aos meus pais, demais familiares e amigos pelo apoio e carinho, desculpando-me pelos muitos momentos de ausência em virtude de meus compromissos com os estudos.

Ao meu orientador, prof. Silvio, pela disponibilidade, paciência e orientação segura desde nossas primeiras trocas de ideias. Obrigada mesmo!

Aos demais professores do Programa, cada um com suas características e qualidades diferenciadas que muito contribuíram para minha formação e, em especial, aos professores Jandir, Jefferson, Rippel e Zelimar pelos inúmeros e-mails trocados para sanar dúvidas e solicitar bibliografias.

Aos meus colegas de turma: Ednilse, Darcy, Marinês, Sandra e Sérgio que com sua presença marcante se transformaram em grandes amigos. Obrigada pela companhia durante essa travessia!

Ao Colegiado de Curso de Serviço Social da Unioeste por me proporcionar essa oportunidade de qualificação e aos colegas da Unioeste como um todo pelo apoio recebido.

À Capes, pela possibilidade de realizar um doutorado sanduiche no Canadá através da bolsa a mim concedida.

Ao Prof. Dr. Juan-Luis Klein, coordenador do Centro de Pesquisa em Inovações Sociais, da Universidade do Québec em Montreal (CRISES/UQÀM) e meu orientador no período de estágio no Canadá, por seu imenso coração e disponibilidade em me guiar por novos e desconhecidos caminhos da pesquisa acadêmica.

Ao Prof. Dr. André Joyal, professor da Universidade do Québec em Trois Rivières (UQTR) e facilitador do processo de doutorado sanduiche no Canadá, pela sua cordialidade e disposição em auxiliar sempre.

Aos meus novos colegas do Centro de Pesquisa em Inovações Sociais, da Universidade do Québec em Montreal (CRISES/UQÀM), Canadá, pelo carinho com que fui acolhida e pelas oportunidades de crescimento pessoal e acadêmico a mim propiciadas. *Un gross merci à tous!!!*

Aos coordenadores, Prof. Pery e Prof. Jefferson, e aos funcionários deste Programa de Pós-Graduação Clarice e João, pela capacidade, esforço e boa vontade em fazê-lo funcionar com a qualidade que hoje apresenta.

Obrigada a todos que me auxiliaram nessa jornada!

Nunca houve uma época melhor para investir nos jovens que vivem nos países em desenvolvimento – essa é a mensagem do Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial deste ano [2007], o vigésimo nono da série. A coorte dos jovens de 12 a 24 anos de idade (1,3 bilhão, a maior da história) é a mais saudável e com melhor nível de educação – uma base sólida sobre a qual construir, em um mundo que exige mais do que qualificações básicas.

Eles constituirão a próxima geração de trabalhadores, empresários, pais, cidadãos ativos e, na verdade, líderes. E, devido à queda de fertilidade, terão um menor número de dependentes do que seus antecessores quando chegarem à idade adulta. Por sua vez, isso pode impulsionar o crescimento – com o aumento da parcela da população que está trabalhando e melhorando a economia familiar. Os países em todos os níveis de desenvolvimento precisam aproveitar essa oportunidade antes que o envelhecimento das sociedades feche essa porta. Isso permitirá que cresçam mais rápido e reduzam a pobreza ainda mais. [...]

(BANCO MUNDIAL, 2007, p. v)

OLIVEIRA, Luciana Vargas Netto. JUVENTUDE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: um estudo sobre a inserção das coletividades geracionais jovens no processo de desenvolvimento da microrregião de Toledo, PR. 2014. 258 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2014.

RESUMO

A microrregião de Toledo, composta por vinte e um municípios, ocupa significativa posição econômica, política e social na mesorregião Oeste e no estado do Paraná, sendo considerada desenvolvida a partir dos diferentes indicadores positivos que apresenta. No entanto, percebe-se que os jovens, como um segmento populacional diferenciado, não necessariamente vem conseguindo se inserir nesse processo. Assim, o objeto da presente investigação concentra-se nas relações entre as formas de inserção dos jovens de 18 a 29 anos no processo de desenvolvimento regional e as possibilidades de mudança social. A principal hipótese é a de que haveria uma inserção desigual das diferentes coletividades geracionais jovens no desenvolvimento da microrregião, dependendo de seus respectivos níveis socioeconômicos, das suas características étnico-raciais e das relações de gênero entre as mesmas. Dessa forma, o estudo se propôs a traçar um panorama da população jovem da região, entendida como agente no processo de desenvolvimento regional a partir das teorias do desenvolvimento endógeno e investigar como se delineia a inserção dessas diferentes "juventudes" nos espaços econômico, social e profissional da região. Portanto, o problema de pesquisa visa compreender quais seriam as relações existentes entre as formas de inserção dos grupos geracionais jovens no processo de desenvolvimento da microrregião de Toledo e as possibilidades de mudança social. A metodologia baseou-se na pesquisa quanti-qualitativa, entendendo-as como complementares. Procedeu-se à técnica de coleta de informações em fontes de dados secundários disponibilizados por diferentes órgãos públicos, institutos de pesquisa, organizações não governamentais, entre outros, tanto no âmbito internacional, nacional, estadual e municipal. As variáveis utilizadas referem-se à educação, profissionalização, trabalho e renda. Os resultados demonstraram que aproximadamente trinta e três por cento dos jovens entre 18 e 29 anos residentes na microrregião de Toledo podem ser classificados como não inseridos no processo de desenvolvimento; em torno de trinta e seis por cento dos jovens podem ser categorizados como inseridos de forma subordinada ou precária; uma terceira classificação refere-se a um nível de inserção média, no qual se incluem vinte e nove por cento dos jovens pesquisados; e considerados sob uma forma de inserção dominante, figuram pouco mais de dois por cento destes jovens. A análise da inserção dos jovens considerando suas características étnico-raciais evidenciou que as desigualdades são ainda mais intensas, com claras desvantagens para os jovens autodeclarados "pretos" e "pardos" em relação aos autodeclarados "brancos". Os resultados sobre as diferenças de gênero indicam que embora as jovens do sexo feminino possuam níveis de escolaridade mais elevados, elas representam maioria entre os jovens excluídos do mercado de trabalho e, consequentemente, da aferição de renda própria. Por outro lado, os jovens do sexo masculino, cujos níveis de escolaridade são proporcionalmente mais baixos, figuram em maior proporção no mercado de trabalho, representando a maioria em todas as faixas de renda analisadas. Logo, essas diferentes e desiguais formas de inserção das coletividades geracionais jovens da microrregião de Toledo parecem atuar como um mecanismo de reforço às hierarquias existentes, dificultando e inibindo o desenvolvimento do potencial de mudança social na região.

Palavras-chave: Juventude. Desenvolvimento regional. Inserção. Mudança social. Coletividades geracionais.

OLIVEIRA, Luciana Vargas Netto. YOUTH AND REGIONAL DEVELOPMENT: a study on the insertion of the generational youth communities in the process of development of the Toledo geographic micro region, PR. 2014. 258 f. Doctoral Thesis – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2014.

ABSTRACT

The Toledo geographic micro region, consisting of twenty-one municipalities, holds a significant economic, political and social position in the western region, as well in the State of Paraná, Brazil, and is considered to be developed based on the various positive indicators it displays. However, we notice that young people, as a distinct segment of the population, have not necessarily been able to include themselves in this process. Thus, the object of this research is focused on the relationship between the different ways to integrate youth between 18 and 29 years of age in the process of regional development and the possibilities of social change. The main hypothesis is that there seems to be an unequal insertion of different generational youth communities in the development of this region, depending on their socioeconomic status, their ethnic and racial characteristics and the gender relations between them. Therefore, the study sought to give an overview of the region's young population, who is considered to be an actor in the regional development process based on the endogenous growth theories and examine how the inclusion of these different "youths" are outlined in the region's economic, social and professional spheres. The methodology of the research was based on the combined quantitative and qualitative approach, considering them complementary. The technique of data gathering was carried out at an international, national, state and municipal level on sources of secondary data, provided by different government agencies, research institutes, non-governmental organizations, among others. The indicators used refer to education, professional training, employment and income. The results showed that approximately thirty-three percent of young people between 18 and 29 years of age living in the micro region of Toledo can be classified as not included in the development process; around thirty-six percent of young people can be categorized as integrated subordinately or precariously; a third classification refers to an average level of integration, which include twenty-nine percent of young people surveyed; and in regard to a dominant integration form, only a little over two percent are portrayed. The analysis of the integration of young people considering their ethnic and racial characteristics showed that inequalities are even more intense, with clear disadvantages for young people self-identified as "blacks" and "browns" compared to young people self-identified as "white". The results on gender differences indicate that although young women have higher levels of education, they represent the majority among those excluded from the labor market and, consequently, from the assessment of personal income. On the other hand, the male youths, whose education levels are proportionally lower, appear in greater numbers in the labor market and represent the majority in every analyzed income group. Ergo, these different and unequal ways of integrating the young generational collectivities in the Toledo micro region appear to function as a reinforcement mechanism to the established hierarchies, which hinder and inhibit the potential development of social change in the region.

Keywords: Youth. Regional Development. Integration. Social change. Generational collectivities.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01. Círculo vicioso da pobreza 15

Figura 02. Mapa das mesorregiões do estado do Paraná 29

Figura 03. Mapa das microrregiões geográficas da região Oeste do Paraná 30

Figura 04. Localização da microrregião geográfica de Toledo 112

Figura 05. Mapa com a composição dos municípios da microrregião geográfica de Toledo 113

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01. Composição da população residente total, por sexo e por grupos de idade no Brasil – IBGE/1991 a 2010 14

Gráfico 02. Atividade dos jovens de 15 a 29 anos em % por grupos de idade PNAD/2012 ... 17

Gráfico 03. Número de homicídios por idade simples no Brasil – 2008 19

Gráfico 04. Evolução das taxas de homicídio (por 100 mil habitantes) na população total, jovem e não jovem – Brasil – 2001/2011 20

Gráfico 05. Características dos jovens de 15 a 29 anos que não estudam nem trabalham – PNAD/2012 179

Gráfico 06. Classificação das formas de inserção dos jovens de 18 a 29 anos da microrregião de Toledo conforme seu nível de escolaridade 215

Gráfico 07. Formas de inserção dos jovens de 18 a 29 anos residentes na microrregião de Toledo pelo tipo de trabalho 216

Gráfico 08. Classificação das formas de inserção dos jovens de 18 a 29 anos da microrregião de Toledo conforme a renda declarada 218

Gráfico 09. Classificação das formas de inserção dos jovens de 18 a 29 anos da microrregião de Toledo segundo a renda obtida pelo trabalho formal 219

Gráfico 10. Classificação geral das formas de inserção dos jovens de 18 a 29 anos da microrregião de Toledo segundo a média das variáveis pesquisadas 220

LISTA DE QUADROS

Quadro 01. Número de presos por faixa etária no estado do Paraná – DEPEN Abril/2012 21

Quadro 02. Do referencial teórico aos indicadores da pesquisa 35

Quadro 03. Classificação dos municípios conforme critérios para seleção da amostra 40

Quadro 04. População total e população de jovens de 18 a 29 anos dos municípios selecionados para amostra – IBGE/2010 41

Quadro 05. Fatores potencializadores do desenvolvimento regional 71

Quadro 06. Quadro comparativo entre os paradigmas do desenvolvimento regional e desenvolvimento local 84

Quadro 07. Municípios da microrregião de Toledo por número de habitantes – IBGE 2010 113

Quadro 08. Produto Interno Bruto per capita dos municípios da microrregião de Toledo – IBGE/IPARDES 2010 114

Quadro 09. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) dos municípios da microrregião de Toledo – IBGE/Censo 2010 116

Quadro 10. Dados econômicos da microrregião geográfica de Toledo – IPARDES/2012 117

Quadro 11. Indicadores de renda, pobreza e desigualdade nos municípios da microrregião de Toledo selecionados para amostragem – ATLAS/2013 118

Quadro 12. Informações educacionais da microrregião geográfica de Toledo – IPARDES/2012 120

Quadro 13. População total e de jovens dos municípios da microrregião de Toledo por faixa etária – IBGE/2010 124

Quadro 14. Nível de escolaridade dos jovens de 18 a 29 anos dos municípios da microrregião de Toledo – IBGE/2010 128

Quadro 15. Perfil do preso por grau de instrução no estado do Paraná – DEPEN - Abril/2012 129

Quadro 16. Matrículas na Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos municípios da microrregião de Toledo – 2011 132

Quadro 17. Dados educacionais relativos ao IDEB/Ensino Fundamental (anos finais) dos municípios da microrregião de Toledo – 2011 135

Quadro 18. Taxa de rendimento no Ensino Médio dos municípios da microrregião de Toledo – 2011 137

Quadro 19. Taxa de distorção idade-série no Ensino Médio dos municípios da microrregião de Toledo – 2010 141

Quadro 20. Percentual de pessoas de 18 a 24 anos que frequentam ou já concluíram o Ensino Superior de Graduação no Brasil – MEC/INEP - 1997/2011 144

Quadro 21. Matrículas nos estabelecimentos presenciais de Ensino Superior nos municípios da microrregião de Toledo – IPARDES/MEC 2011 147

Quadro 22. Nível de escolaridade dos jovens de 18 a 29 anos da microrregião de Toledo segundo a cor – IBGE/2010 149

Quadro 23. Nível de escolaridade dos jovens de 18 a 29 anos da microrregião de Toledo segundo o sexo – IBGE/2010 154

Quadro 24. Cursos ofertados pela Rede e-TecBrasil na modalidade à distância na microrregião de Toledo – MEC/PRONATEC - Maio/2013 162

Quadro 25. Matrículas e concluintes dos cursos técnicos regulares ofertados na microrregião de Toledo – MEC/INEP - Ano letivo de 2012 163

Quadro 26. Cursos técnicos oferecidos pelo SENAI/Toledo - Junho 2013 167

Quadro 27. Cursos e vagas ofertados pelo PRONATEC (gratuitos) na microrregião de Toledo – Junho/2013 168

Quadro 28. Cursos profissionalizantes oferecidos pelo SENAC/Toledo: Área de Artes, de Beleza e de Saúde – Junho/2013 170

Quadro 29. Cursos profissionalizantes oferecidos pelo SENAC/Toledo: Área de Comércio – Junho/2013 171

Quadro 30. Cursos profissionalizantes oferecidos pelo SENAC/Toledo: Área de Comunicação e de Informática – Junho/2013 172

Quadro 31. Cursos profissionalizantes oferecidos pelo SENAC/Toledo: Área de Gestão – Junho/2013 172

Quadro 32. Cursos profissionalizantes oferecidos pelo SENAC/Toledo: Área de Hospitalidade – Junho/2013 174

Quadro 33. Cursos profissionalizantes oferecidos pelo SENAI/Toledo em parceria com o PRONATEC (somente para beneficiários do Programa Bolsa Família) – Junho/2013 175

Quadro 34. Perfil dos egressos do Programa ProJovem Urbano de Toledo – 2010 177

Quadro 35. Número de trabalhos declarados pelos jovens de 18 a 29 anos – IBGE/2010 184

Quadro 36. Tipo de trabalho realizado pelos jovens de 18 a 29 anos por município – IBGE/2010 185

Quadro 37. Renda declarada dos jovens de 18 a 29 anos na microrregião de Toledo por município – IBGE/2010 187

Quadro 38. Número declarado de trabalhos entre jovens de 18 a 29 anos residentes na microrregião de Toledo segundo a cor – IBGE/2010 190

Quadro 39. Tipo de trabalho realizado pelos jovens de 18 a 29 anos na microrregião de Toledo segundo a cor – IBGE/2010 191

Quadro 40. Renda declarada dos jovens de 18 a 29 anos na microrregião de Toledo segundo a cor – 2010 195

Quadro 41. Número declarado de trabalhos entre jovens de 18 a 29 anos residentes na microrregião de Toledo segundo o sexo – IBGE/2010 197

Quadro 42. Tipo declarado de trabalhos entre jovens de 18 a 29 anos residentes na microrregião de Toledo segundo o sexo – IBGE/2010 198

Quadro 43. Pessoas de 10 anos ou mais de idade, economicamente ativas na semana de referência, sexo e grupos de anos de estudo – Brasil/2011 199

Quadro 44. Renda declarada entre jovens de 18 a 29 anos residentes na microrregião de Toledo segundo o sexo – IBGE/2010 202

Quadro 45. Razão de sexo e níveis de renda declarada entre jovens de 18 a 29 anos residentes na microrregião de Toledo – IBGE/2010 204

Quadro 46. Número de jovens de 18 a 29 anos em situação de trabalho formal por setores da economia na microrregião de Toledo – RAIS/2011 206

Quadro 47. Faixa salarial dos jovens de 18 a 29 anos em situação de emprego formal na microrregião de Toledo – RAIS/2011 208

ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CF	Constituição da República Federativa do Brasil
CH	Carga Horária
CIPD	Conferência Internacional da ONU sobre População e Desenvolvimento
CNM	Confederação Nacional de Municípios
COPEL	Companhia Paranaense de Energia
CRISES	Centre de Recherche sur les Innovations Sociales
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social
DEPEN	Departamento Penitenciário Nacional
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EIT	Escola Industrial e Técnica
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EPT	Educação Para Todos
EUROSTAT	Statistical Office of the European Communities
FASUL	Faculdade Sul Brasil
FIES	Programa de Financiamento Estudantil
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
G-20	Grupo dos Vinte
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFPR	Instituto Federal do Paraná
ILO	International Labour Organization
INAF	Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional

INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPDM	Índice Ipardes de Desempenho Municipal
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
FMI	Fundo Monetário Internacional
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
HEC	École des Hautes Études Commerciales
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
M. C. Rondon	Marechal Cândido Rondon
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MIN	Ministério da Integração Nacional
MIT	Massachusetts Institut of Technology
TEM	Ministério do Trabalho e Emprego
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PBF	Programa Bolsa Família
PDSE	Programa de Doutorado Sanduiche no Exterior
PEA	População Economicamente Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PLANFOR	Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PUC	Pontifícia Universidade Católica
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa
SEED	Secretaria de Estado da Educação do Paraná

SEFOR	Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SENAT	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
SM	Salário Mínimo nacional
SNJ	Secretaria Nacional de Juventude
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UNIPAR	Universidade Paranaense
UQÀM	Université du Québec à Montréal
UQC	Université du Québec à Chicoutimi
UQO	Université du Québec à Outaouais
USAID	United States Association for International Development
UTFPR	Universidade Federal Tecnológica do Paraná
VAB	Valor Adicionado Bruto
VAF	Valor Adicionado Fiscal

SUMÁRIO

RESUMO vii
ABSTRACT viii
LISTA DE FIGURAS ix
LISTA DE GRÁFICOS ix
LISTA DE QUADROS x
ABREVIATURAS E SIGLAS xiii

APRESENTAÇÃO 01

1. A INSERÇÃO DOS JOVENS NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE TOLEDO 05

1.1 OS JOVENS COMO ATORES DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL 06
1.2 AS DIFERENTES JUVENTUDES: UM OLHAR SOBRE OS JOVENS BRASILEIROS 11
1.3 A PROBLEMÁTICA DA PESQUISA 23
1.3.1 Problema principal 25
1.3.2 Questões correlatas 25
1.3.3 A pertinência do problema de pesquisa 25
1.4 HIPÓTESES E OBJETIVOS DA PESQUISA 26
1.4.1 Hipóteses 27
1.4.2 Objetivos 27
1.5 O UNIVERSO DA PESQUISA E SUA CARACTERIZAÇÃO 28
1.6 O CAMINHO METODOLÓGICO DA INVESTIGAÇÃO 31
1.6.1 Categorias de análise, variáveis e indicadores de pesquisa 31
1.6.2 Fonte de dados, universo e amostra de pesquisa 36
1.6.3 Interpretação e análise dos dados 41

2. A PROBLEMÁTICA DA PESQUISA NA LITERATURA: JUVENTUDE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL 43

2.1 A JUVENTUDE E O PROBLEMA DAS GERAÇÕES EM MANNHEIM 44
2.2 DESENVOLVIMENTO REGIONAL: TEORIAS E CONCEPÇÕES 54
2.2.1 Desenvolvimento regional e desenvolvimento local: diferentes paradigmas em debate 75
2.2.2 Elementos teóricos sobre a categoria inserção dos grupos geracionais jovens 85

3. O DESENVOLVIMENTO DA MICRORREGIÃO DE TOLEDO, PARANÁ 93

3.1 TERRITÓRIO E REGIÃO: CONSTRUÇÕES E RECONSTRUÇÕES 94
3.2 O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DA REGIÃO OESTE DO PARANÁ 98
3.3 A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E SEUS REFLEXOS NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (DÉCADAS DE 1970 E 1980) 105
3.4 DIVERSIFICAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO NA DINÂMICA ECONÔMICA REGIONAL (DÉCADA DE 1990) 108

3.5 OS INDICADORES ATUAIS DE DESENVOLVIMENTO DA MICRORREGIÃO DE TOLEDO 111

4. OS GRUPOS GERACIONAIS JOVENS DA MICRORREGIÃO DE TOLEDO: EDUCAÇÃO, PROFISSIONALIZAÇÃO E TRABALHO 123

4.1 OS JOVENS E A EDUCAÇÃO 125
4.1.1 Os níveis de escolaridade e a questão do analfabetismo entre os jovens 127
4.1.2 O Ensino Fundamental entre os jovens da microrregião de Toledo 133
4.1.3 Os jovens e o Ensino Médio na microrregião de Toledo 136
4.1.4 Os jovens da microrregião de Toledo e sua inserção no Ensino Superior 142
4.1.5 A educação dos jovens segundo suas características étnico-raciais 149
4.1.6 A educação dos jovens e as relações de gênero 153

4.2 OS JOVENS E O PROCESSO DE PROFISSIONALIZAÇÃO 157
4.2.1 Cursos técnicos profissionalizantes ofertados na microrregião de Toledo 162
4.2.2 Cursos profissionalizantes de curta duração disponíveis na microrregião de Toledo 168

4.3 OS JOVENS E O TRABALHO 181
4.3.1 As condições de trabalho entre os jovens da microrregião geográfica de Toledo . 183
4.3.2 A relação trabalho e diferenças étnico-raciais entre os jovens 189
4.3.3 A relação trabalho e gênero entre os jovens 196
4.3.4 Trabalho formal e renda dos jovens 205

5. A INSERÇÃO DOS JOVENS NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DA MICRORREGIÃO DE TOLEDO: MUDANÇAS E CONTINUIDADES 211

5.1 AS DIFERENTES FORMAS DE INSERÇÃO DOS JOVENS DA MICRORREGIÃO DE TOLEDO 211
5.2 PERSPECTIVAS PARA A MUDANÇA SOCIAL NA MICRORREGIÃO DE TOLEDO: DINÂMICA GERACIONAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL 224

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS 230

7. REFERÊNCIAS 238

APÊNDICES 258

APRESENTAÇÃO

"À nos thèses, nos travaux, nos mémoires, nos malheurs et nos bonheurs, à nos amours, il n'y a de toute façon pas de fin. Malgré les points finals, les points sur les «i» et les poings dans la gueule. Les idées, les êtres, les rêves, tout continue à nous hanter. Jusqu'à la fin. Avec laquelle il vaut mieux ne pas vouloir en finir."
Catherine Mavrikakis

Um trabalho de pesquisa em nível de doutorado somente se torna possível a partir de profundas reflexões sobre o objeto a ser desvendado, aquilo que intriga e incomoda o (a) pesquisador (a), sempre permeado pelas influências da história pessoal, profissional e acadêmica daquele (a) que o constrói.

Por que estudar uma questão e não outra? De maneira geral, um tema de pesquisa encontra sua pertinência quando ele se inscreve nos valores da sociedade em que é produzido. A escolha de um objeto de investigação, então, não consegue escapar à influência dos valores pessoais do (a) pesquisador (a) nem dos da sociedade em que ele (a) vive (CHEVRIER, 2010).

Assim, para explicar o ponto de chegada - a investigação sobre as formas de inserção da juventude no processo de desenvolvimento regional e suas relações com as possibilidades de mudança social na região - é necessário partilhar uma intensa trajetória de vida e de trabalho, mesmo que de forma resumida. A pesquisadora, graduada primeiramente em Serviço Social, inicia seu percurso profissional na década de 1980, na Prefeitura Municipal de São José dos Campos, São Paulo, onde atua por aproximadamente dez anos como assistente social da área da infância e adolescência, incluindo participação e coordenação em inúmeros projetos voltados à defesa dos direitos dessa faixa etária, num período em que sequer existia o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)[1].

Após essa etapa, por questões familiares, muda-se para Monterey, Califórnia, nos Estados Unidos, onde reside por dois anos e seis meses, aproveitando esse período para realizar cursos relacionados à área de educação e de desenvolvimento comunitário. Após o

[1] Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

retorno ao Brasil, ingressa, em 1996, como professora auxiliar no Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, *campus* de Toledo, Paraná, onde permanece até a atualidade.

Durante esse período, realiza o Curso de Graduação em Direito pela Universidade Paranaense (Unipar), em Toledo, formando-se no ano 2000. Logo após ingressa no Mestrado em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR/2003-2205), linha de pesquisa "Direito Cooperativo e Cidadania", preocupando-se em estudar as questões relacionadas à produção coletiva de bens e serviços para geração de trabalho e renda a grupos cada vez mais excluídos do mercado e da produção capitalista.

Em 2007, no quadro de uma licença sabática para estudos durante doze meses, parte para a França, cidade de Rouen, na região da Normandia, onde se dedica aos estudos relacionados à área de Serviço Social, notadamente assistência e ação sociais, políticas públicas e Direito de Família no Instituto de Desenvolvimento Social de Rouen, bem como na área específica de Direito (Direito Social Europeu e Internacional, Sistema Europeu de Proteção aos Direitos Humanos e problemas políticos contemporâneos) na Universidade de Rouen/Faculdade de Direito, Ciências Econômicas e Gestão.

Com essa bagagem acumulada e retomando as atividades docentes na Unioeste a partir de 2008, dá continuidade à coordenação de projetos de extensão iniciados em 2005 na área da proteção aos direitos de crianças, adolescentes e jovens. No entanto, essas atividades estão inseridas numa perspectiva mais ampla de desenvolvimento das regiões Oeste e Sudoeste do Paraná, área de abrangência dos projetos e cursos de capacitação oferecidos aos conselheiros, gestores e executores de políticas públicas para a área. Um elemento importante a ser mencionado e fator decisivo para a escolha do objeto de estudos da presente tese, foi assumir a coordenação pedagógica do Curso de Pós-graduação *lato sensu* em Gestão de Políticas para a Infância e Juventude, executado pela Unioeste de 2009 a 2011, em duas turmas: Cascavel e Foz do Iguaçu. Essa experiência acrescentou novas ideias e reflexões relativas ao desenvolvimento da região e à inserção das novas gerações nesse processo.

Assim, inicia em 2010 o presente curso de doutorado multidisciplinar na área de Desenvolvimento Regional e Agronegócio, linha de pesquisa "Desenvolvimento e sociedade", com a proposta de tese versando sobre as relações que podem ser estabelecidas entre desenvolvimento regional e juventude, com vistas à mudança social. À proposta inicial de formação em nível de doutorado, acresce-se a oportunidade de realização de um estágio de

pesquisa na Universidade do Quebec em Montreal, Canadá, no Centro de Pesquisa sobre Inovações Sociais (2012/2013) através de uma bolsa do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes). Essa experiência, para além do aspecto acadêmico, proporcionou à pesquisadora a oportunidade de conhecer programas e projetos ligados às políticas públicas de inserção dos jovens canadenses em relação à educação, à profissionalização e ao trabalho.

Dessa forma, a partir das reflexões empreendidas nesse processo de crescimento acadêmico, definiu-se como tema da pesquisa o estudo sobre as formas de inserção dos grupos geracionais jovens no processo de desenvolvimento da microrregião geográfica de Toledo, tendo como objetivo geral analisar de que forma ocorre a inserção das diferentes coletividades geracionais jovens no processo de desenvolvimento da microrregião a fim de determinar a sua potencialidade para a mudança social.

Para atingir esse objetivo geral, a presente tese divide-se em cinco partes principais acrescidas das considerações finais. A primeira parte versa sobre o tema da pesquisa e procura problematizar o objeto da investigação. Nesse capítulo procura-se explicar o processo de desenvolvimento regional e seus atores, enfocando principalmente os grupos geracionais jovens, tecendo-se um olhar sobre os jovens brasileiros e suas "diferentes juventudes" a fim de construir o problema da pesquisa. Na sequência, são expostas as hipóteses, os objetivos, o universo, bem como os procedimentos metodológicos da investigação com a finalidade de oferecer ao leitor um panorama geral sobre o trabalho. São explicitadas as principais categorias de análise, suas variáveis e os indicadores que delas se originam, assim como as fontes dos dados, os procedimentos para a seleção da amostragem e as considerações metodológicas sobre as formas de interpretação e análise dos dados obtidos.

O segundo capítulo, baseado na literatura estudada e composto por reflexões teóricas, objetiva expor o "estado da arte" relativo ao objeto da pesquisa, analisando-se o problema das gerações e das relações entre os grupos geracionais, procurando compreender a juventude à luz da teoria geracional de Karl Mannheim. Nessa aproximação com a literatura, num segundo momento, apresenta-se a evolução das principais teorias sobre o desenvolvimento regional, enfatizando o papel dos agentes ou atores sob o enfoque das teorias do desenvolvimento endógeno, destacando particularmente o papel do elemento humano nesse processo.

O terceiro capítulo concentra-se em situar o leitor sobre o espaço regional cenário da pesquisa, ou seja, a microrregião geográfica de Toledo, pertencente à região Oeste do estado do Paraná. Inicia-se com breves notas teóricas sobre as noções de território e região, entendidos como espaços em construção e reconstrução a partir das dinâmicas históricas, econômicas, políticas e sociais neles impressas, para se passar ao processo de colonização da região, às fases de modernização da agricultura e seus reflexos no desenvolvimento desse espaço regional, até o processo mais recente de reestruturação da economia regional em termos globais. Para finalizar o capítulo, esboça-se um panorama geral sobre a microrregião na atualidade, seus aspectos de forte desenvolvimento econômico, bem como seus limites na distribuição equitativa da riqueza gerada entre as pessoas que nela habitam.

O quarto capítulo compõe-se dos dados empíricos e procura lançar um olhar atento sobre a realidade dos grupos geracionais jovens da microrregião de Toledo em termos de educação, de profissionalização, de inserção ao mercado de trabalho e nível de rendimentos. Para cada uma dessas variáveis da pesquisa, desdobram-se os indicadores para compreensão mais aprofundada da situação em que se encontram na atualidade os grupos geracionais jovens, inclusive procurando-se traçar um recorte de raça e de gênero, para além do geracional.

De posse dos resultados apresentados no capítulo anterior, o capítulo quinto e último sintetiza os dados obtidos, discute os resultados encontrados, classifica os grupos geracionais jovens segundo suas formas de inserção no processo de desenvolvimento da microrregião de Toledo e, finalmente, analisa as possibilidades e limites para a mudança social na região.

A última parte da tese compõe-se das considerações finais, nas quais se procura avaliar em que medida os objetivos da pesquisa foram atingidos, quais foram as possíveis contribuições teóricas e empíricas para a compreensão do objeto, bem como os limites do trabalho e as perspectivas para novas pistas de pesquisa.

Boa leitura!

1. A INSERÇÃO DOS JOVENS NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE TOLEDO

> "La science, et toute théorie scientifique, sont des produits historiques. Telle interprétation qui surgit à tel moment et non à tel autre, n'est possible que parce que sont réunis les conditions diverses de son élaboration." (ROSMORDUC, 1979, p. 10)

O objetivo desse primeiro capítulo é construir e expor a problemática da pesquisa. Como já indicado na Apresentação, a pesquisa parte de uma interrogação sobre a relação entre o processo de desenvolvimento regional experimentado pela microrregião de Toledo e as formas de inserção das pessoas que nela habitam, focando especificamente os jovens nesse processo.

Compreende-se que a pesquisa social encontra-se envolta num contexto social, econômico, político e cultural particular, e que esse contexto produz um questionamento sobre o que está posto e o que é conhecido, de forma a identificar uma lacuna problemática ou uma dificuldade. Por outro lado, um problema de pesquisa é modelado não só pelo contexto do qual ele emerge, mas também pela visão teórica que o (a) pesquisador (a) tem do objeto (GAUTHIER, 2010).

Para a construção da problemática da pesquisa, apresenta-se, num primeiro momento, a perspectiva de desenvolvimento e de desenvolvimento regional adotada para essa tese. Em seguida, discorre-se sobre a importância do elemento humano para o desenvolvimento de uma região, principalmente sob o enfoque das teorias do desenvolvimento endógeno, destacando-se o papel das coletividades geracionais jovens e seu processo de inserção no mesmo.

Num terceiro momento, objetiva-se demonstrar brevemente as diferentes características da juventude brasileira, seus principais problemas e desafios. A partir dessa breve fundamentação, procura-se expor, então, o problema, as hipóteses, os objetivos e o espaço da investigação realizada.

A última parte do capítulo explicita os procedimentos metodológicos adotados para a pesquisa, que se caracteriza como quanti-qualitativa, compreendendo-se que os dados e

análises que se depreendem das abordagens quanti e qualitativa se complementam. Dessa forma, as fontes selecionadas são secundárias e os dados coletados são de natureza quantitativa. No entanto, não são construídas inferências quantitativas ou estatísticas para análise dos resultados e sim apreciações com enfoque qualitativo, à luz dos referenciais teóricos que orientam a investigação.

Para detalhar as escolhas metodológicas, discorre-se sobre os elementos teóricos dos quais derivam as categorias chave da investigação, a partir das quais as variáveis e os indicadores da pesquisa são extraídos. Procura-se detalhar as fontes de dados utilizadas, os instrumentos de coleta, o universo e a amostra, bem como as formas de tratamento e de análise dos mesmos.

A partir dessa breve introdução, objetiva-se, então, construir e delinear o problema da investigação.

1.1 OS JOVENS COMO ATORES DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Celso Furtado (1982) considera o desenvolvimento como um processo de ativação e canalização de forças sociais que estavam latentes ou dispersas, de melhoria da capacidade associativa, de exercício convergente da iniciativa, da criatividade e da energia de uma região ou país. Assim, ele compreende o desenvolvimento como um processo principalmente social e cultural, que seria apenas secundariamente econômico.

Partilhando dessa concepção ampliada de desenvolvimento, Amartya Sen (2000, p. 10), entende que "[...] o desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente". Desse modo, por exemplo, as constatações de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) dos países e regiões, o aumento das rendas pessoais, a expansão da indústria ou do agronegócio, os avanços tecnológicos e a modernização da economia não necessariamente se traduzem em desenvolvimento, compreendido em seu sentido amplo.

Observa-se, ainda, que o processo de desenvolvimento não ocorre de maneira semelhante e simultânea em todos os lugares. Ao contrário, é um processo bastante irregular

que, uma vez iniciado em determinados pontos, pode fortalecer áreas e regiões mais dinâmicas que possuam maior potencial para isso.

Dessa forma, a dinâmica e o processo de desenvolvimento regional configuram-se como um complexo objeto de estudo, dadas as diferentes condições endógenas e exógenas existentes dentro e entre diferentes localidades, assim como sua importância no espaço local, regional e nacional. Por outro lado, no interior de uma mesma região, o desenvolvimento não atinge igualmente todos os segmentos da população, seja em termos étnicos, de gênero ou mesmo geracional.

Seguindo essa linha de pensamento, para Ferrera de Lima (2012) o desenvolvimento regional compreende a realização do bem estar de toda a sociedade, sem o esgotamento dos recursos naturais, transformando economias atrasadas em avançadas, diminuindo as disparidades entre estilos de vida e equilibrando as necessidades de consumo de todos. Para o autor, desenvolver implica criar condições para que as pessoas possam viver numa sociedade que respeite as individualidades e os direitos dos cidadãos.

Para se atingir os objetivos ligados ao desenvolvimento de uma região, constata-se que pesquisadores e estudiosos do assunto possuem diferentes visões sobre qual seria o papel e a importância de cada um dos elementos que produziriam esse almejado desenvolvimento em sentido amplo. No entanto, inúmeros estudos[2] reconhecem a importância do elemento humano, compreendido como ator ou agente do processo de desenvolvimento.

Discute-se na atualidade o papel do chamado "capital humano"[3] ou do "capital de criatividade e inovação" de uma determinada região como um dos fatores intangíveis que concorrem para a promoção do desenvolvimento regional, sendo eles desdobrados em: saber fazer e experiência; educação e formação profissional; investimentos em pesquisa e desenvolvimento; e circulação da informação e do conhecimento[4].

[2] Sergio Boisier (1996, 1998, 2006); Roberta Capello (1999, 2001, 2008); Paulo R. Haddad (2009); Banco Mundial (2001); Martinelli e Joyal (2004); entre outros.

[3] O conceito de "capital humano" tem origem na década de 1950, com a obra de Theodore W. Schultz, professor do Departamento de Economia na Universidade de Chicago (EUA). Ele partiu da ideia de que o trabalho humano, quando qualificado por meio da educação, era um dos mais importantes meios para a ampliação da produtividade econômica e, portanto, das taxas de lucro do capital (MINTO, 2010). O conceito ressurge nos anos 1980, respaldando o planejamento educacional proposto pelo Banco Mundial para a América Latina, a partir de projetos financiados pela *United States Association for International Development* (USAID) (PAIVA, 2001). Ressalta-se que o uso e reconhecimento deste conceito ainda é polêmico no âmbito das Ciências Sociais.

[4] PROULX, Marc Urbain. "Política de desenvolvimento regional: a experiência do Quebec, Canadá". Anotações de palestra proferida no dia 10/11/2011, por ocasião da Escola de Altos Estudos em Desenvolvimento Regional, promovida pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio e pelo Colegiado de Curso de Ciências Econômicas. Unioeste, *Campus* de Toledo, PR.

Nesse sentido, sendo imprescindível a existência do elemento humano como parte fundamental para o desenvolvimento, figuram com especial importância os jovens, compreendidos como uma parcela significativa da população que representa o futuro potencial para dar continuidade ao processo de desenvolvimento e/ou promover mudanças sociais significativas, assumindo funções consideradas estratégicas no processo de sucessão geracional.

Tomando-se como base as Teorias do Desenvolvimento Endógeno, especificamente a partir das contribuições de Sergio Boisier[5], compreende-se que o desenvolvimento de uma região depende da existência, da articulação e das condições de manejo de seis elementos, que normalmente estão presentes em qualquer território organizado. Esses elementos são: os atores (de natureza individual, coletiva e corporativa); as instituições; a cultura (competitiva/individualista ou cooperativa/solidária); os procedimentos (formas de gestão); os recursos (materiais, humanos, psicossociais e de conhecimento); e o entorno (meio externo).

Em relação aos atores ou agentes do desenvolvimento, Boisier (1996) sustenta que é necessário primeiramente identificá-los por categorias, ou seja, quais são os de natureza individual, os de natureza corporativa (sindicatos, grupos empresariais, grupos estudantis, etc.) e os de natureza coletiva (movimentos sociais regionais). Num segundo momento, é importante identificar e classificar o conjunto de características que orientam a conduta desses atores.

Sobre as instituições, Boisier baseia-se na obra de Douglas North (1992) para destacar a importância e a necessidade de avaliação da flexibilidade, da velocidade, da inteligência e da virtualidade das mesmas, entendendo que essas características são essenciais à promoção do desenvolvimento regional no sentido de adaptá-las à realidade instável do ambiente, para firmar acordos e aproveitar oportunidades que surgem, para aprender e estabelecer articulações com outras instituições, configurar arranjos estratégicos, etc. (BOISIER, 1996).

No aspecto cultural, o autor classifica a cultura do desenvolvimento em duas formas extremas: uma competitiva/individualista, que pode gerar crescimento sem desenvolvimento; e a cooperativa/solidária, capaz de gerar maior igualdade mesmo sem crescimento. Boisier (1996, p. 137) entende que é necessário pesquisar a capacidade de cultura do território

[5] BOISIER (1996; 1998; 2000; 2006). Verificar referências detalhadas ao final do trabalho.

organizado para produzir "autoreferência", ou seja, estabelecer códigos culturais de referência que promovam a identificação da sociedade com seu próprio território.

Os procedimentos são outro elemento importante para promoção do desenvolvimento regional, pois se referem à natureza da gestão do conjunto de ações que representam o exercício da autoridade local, a capacidade de liderança e de tomada de decisões. Desdobram-se em: capacidade de construção de um projeto político regional; capacidade de gerir as questões cotidianas e prestar os serviços necessários à comunidade; manejo adequado dos recursos orçamentários, dos recursos humanos, dos projetos de investimento e das relações públicas; capacidade de gerar, captar e processar as informações transformando-as em conhecimento e difundi-lo de maneira simultânea (BOISIER, 1996, p. 139-140).

Em relação ao quinto elemento, os recursos, a literatura sobre desenvolvimento regional é cada vez mais pacificada sobre a imprescindibilidade dos mesmos, sendo que Boisier (1996, p. 137-138) os classifica em quatro tipos: recursos materiais (recursos naturais, equipamentos, infraestrutura e capital); recursos humanos (quantidade e qualidade, vinculação regional); recursos psicossociais (autoconfiança coletiva, vontade coletiva, consenso e perseverança); e recursos de conhecimento (mudanças na forma e no conteúdo do conhecimento, seu significado e sua responsabilidade).

O sexto e último elemento essencial ao processo de desenvolvimento regional refere-se ao entorno, ou seja, ao meio externo à região. Engloba uma multiplicidade de organismos sobre os quais não se tem controle, mas que influenciam sobremaneira o contexto político e econômico no qual a região se insere. Boisier (1996) exemplifica o meio externo considerando, sobretudo, o mercado em sentido amplo, o Estado e as relações internacionais.

O autor explica que esses seis elementos do hexágono do desenvolvimento podem interagir "[...] de um modo denso ou difuso, de forma aleatória ou de forma inteligente e estruturada. O desenvolvimento resultará apenas de uma interação densa e inteligentemente articulada, mediante um projeto coletivo ou um projeto político regional" (BOISIER, 1996, p. 133).

No âmbito dessa pesquisa, elegeu-se **o estudo dos atores ou agentes do desenvolvimento considerados individualmente** (não abrangendo os atores de natureza coletiva ou corporativa), dentre os elementos do hexágono do desenvolvimento acima exposto, no território organizado da microrregião de Toledo, localizada na mesorregião Oeste do estado do Paraná. Dessa forma, a centralidade do estudo recai sobre o elemento humano,

essencial aos projetos de desenvolvimento de uma região ou país. Porém, não se pretende realizar o estudo de todos os atores, mas sim **tomar como recorte o jovem**[6].

Assim, para análise das perspectivas relacionadas ao processo de desenvolvimento regional, à luz das teorias do desenvolvimento endógeno, entendeu-se ser relevante o estudo das relações geracionais, sendo este o foco central do estudo. A compreensão das relações geracionais é fundamental para explicar o problema da mudança social, principalmente em termos de desenvolvimento regional. Dessa forma, infere-se que dependendo de como as novas gerações são inseridas no processo de desenvolvimento de uma determinada região, existem maiores ou menores possibilidades de mudança social na dinâmica desse mesmo processo.

No entanto, vários estudos[7] demonstram que as gerações de jovens não se constituem numa realidade homogênea, principalmente quando se trata da realidade brasileira. Existem diferentes formas de ser e de viver a juventude, ou seja, é possível fazer referência a diferentes grupos geracionais jovens, a partir de alguns critérios que vão além do fator etário, pois o mesmo por si só não é determinante.

Para além dos anos de nascimento próximos, há fatores sociais, econômicos, culturais, demográficos, étnicos, de gênero, dentre outros, que melhor explicam a constituição das diferentes "juventudes". O plural indica que há variadas formas de ser jovem e de viver essa etapa da vida, conforme as particularidades que constroem a realidade de cada um. Essa diversidade de grupos de sujeitos possui vivências específicas, cujas condições sociais e históricas determinam modos de experiência e de consciência possíveis, formas de ver e de sentir que os levam a compartilhar uma mesma situação de geração. Esta situação geracional é o ponto comum onde se reúnem o tempo histórico e as condições sociais de existência (MANNHEIM, 1928).

Isto significa que, em termos de desenvolvimento, as diferentes juventudes podem experimentar diversas formas de inserção, de "ganhos" e de "perdas" nesse processo. Assim, ao se focar a pesquisa nesse grupo geracional é possível compreender como esses segmentos estão sendo inseridos no processo de desenvolvimento da região, o que permite identificar a possibilidade de ocorrência de mudança social ou não.

[6] Para efeitos da presente tese, considerar-se-á jovem toda pessoa entre 18 e 29 anos, segundo os parâmetros estabelecidos pela Política Nacional da Juventude de 2006 (BRASIL. SNJ, 2009).

[7] Miriam Abramovay (2002); Pesquisa "Perfil da Juventude Brasileira" (2003); Julio J. Waiselfisz (2007); Abramo e Branco (2008); Ministério da Saúde e Fundação Oswaldo Cruz (2008); Castro, Aquino e Andrade (2009); Regina Novaes (2006, 2008); entre outros.

Uma vez definido o foco da pesquisa sobre o elemento humano, essencial ao processo de desenvolvimento de um determinado espaço regional e, dentre os diferentes atores, o interesse se direciona para os grupos geracionais jovens, considera-se importante traçar algumas características gerais do que se entende por juventude e como esta se define e se redefine no contexto mundial e brasileiro.

1.2 AS DIFERENTES JUVENTUDES: UM OLHAR SOBRE OS JOVENS BRASILEIROS

Em termos históricos, desde a Grécia Antiga há registros que demonstram a existência de uma faixa etária especial na vida do ser humano, situada entre a fase infantil e a fase adulta: a juventude. Nesse sentido, estudos demonstram que há rituais de passagem da infância para a vida adulta em várias sociedades e culturas, cuja função é reinscrever simbolicamente o corpo daquele que não é mais criança e passa a ocupar um lugar entre os adultos (LEITE, 2003).

A importância dessa fase de desenvolvimento do ser humano cresce com o reconhecimento de que a juventude vai além da adolescência, pois é considerada como um período de construção de identidades e de definição de projetos de futuro (NOVAES, 2009). Constitui-se numa etapa de transição em que os indivíduos processam sua inserção nas diversas dimensões da vida social, passam por processos complexos e devem tomar decisões importantes que causam impactos de longo prazo: continuar ou não a estudar a fim de galgar níveis mais elevados de escolaridade; escolher a profissão e começar a trabalhar; desenvolver um estilo de vida saudável (ou começar a fumar, a consumir álcool e drogas, iniciar a vida sexual, ter maior controle sobre sua alimentação e atividade física); constituir uma família; e exercer de forma completa o papel de cidadãos (participação cívica produtiva, participação política formal, envolvimento em organizações sociais, etc.) (BANCO MUNDIAL, 2007).

Nesse sentido, para que essas transições sejam possíveis, o jovem, como sujeito de direitos humanos fundamentais, deve ter satisfeitas suas necessidades básicas no que diz respeito à saúde e alimentação, educação, esporte, cultura e lazer, profissionalização e preparação para o ingresso no mercado de trabalho. Afinal, é a esta parcela da população que os adultos de hoje transmitirão seu legado, confiando às futuras gerações seus planos e

esperanças de progresso. Por isso sua importância no contexto de desenvolvimento de um município, região ou país.

O reconhecimento do papel da juventude no cenário brasileiro ganhou maior visibilidade a partir dos anos 2000, ocasião em que os países integrantes da Organização das Nações Unidas (ONU), dentre eles o Brasil, lançaram e aprovaram o Programa de Ação Mundial para a Juventude, cujo fundamento é o reconhecimento que os jovens, assim como suas visões e aspirações, são elemento essencial para enfrentar os desafios impostos às sociedades e às futuras gerações[8].

Esse documento expressa que, em todos os lugares do mundo, os jovens, vivendo em países com diferentes estágios de desenvolvimento e em diferentes situações socioeconômicas, aspiram viver uma vida plena. Certos elementos são essenciais a esse processo, como a certeza de uma boa educação, o adequado acesso à alimentação e saúde, as oportunidades de emprego, a possibilidade do exercício dos direitos humanos e liberdades fundamentais, a participação nos processos decisórios e a fruição equitativa de atividades culturais, esportivas e de lazer (UNITED NATIONS, 2010).

A partir dessas diretrizes e de um processo de mobilização da sociedade e do Estado brasileiros, gestou-se a proposta de uma Política Nacional de Juventude, aprovada em 2006, produto de um trabalho coletivo que envolveu ministérios, secretarias, organizações não governamentais e representantes de jovens de todo o país. Esse documento, cujo fundamento norteia-se em "gerar oportunidades e assegurar direitos", elenca um rol de desafios para atingir essa finalidade:

> [...] ampliar o acesso e a permanência na escola de qualidade; erradicar o analfabetismo entre os jovens; preparar para o mundo do trabalho; gerar trabalho e renda; promover uma vida saudável; democratizar o acesso ao esporte, ao lazer à cultura e à tecnologia da informação; promover os direitos humanos e as políticas afirmativas; estimular a cidadania e a participação social; melhorar a qualidade de vida dos jovens no meio rural e nas comunidades tradicionais. (BRASIL. SNJ, 2009, p. 08).

No entanto, apesar da existência de tratativas internacionais sobre o tema e de recentes tentativas de políticas públicas relativas à população jovem no Brasil, esses instrumentos ainda estão em suas primeiras iniciativas e a realidade encontrada entre os

[8] UNITED NATIONS. **The World Programme of Action for Youth to the Year 2000 and Beyond.** Tradução livre. Disponível em <http://www.un.org/events/youth98/backinfo/ywpa2000.htm>. Acesso em 13 abr. 2010.

jovens brasileiros demonstra um longo caminho a percorrer em relação ao usufruto de direitos considerados fundamentais.

Na vida de milhões de jovens brasileiros coexistem as mesmas contradições presentes na sociedade. A condição juvenil é vivida de forma desigual e diversa em função da origem social, dos níveis de renda, dos locais de moradia, das disparidades entre espaço urbano e rural, das desigualdades entre regiões do mesmo país, dentre outros fatores. Além disto, há também as desigualdades de gênero, preconceitos e discriminações em relação a etnias, orientação sexual, gosto musical, pertencimentos associativos, religiosos, políticos e até mesmo relativos a torcidas organizadas (NOVAES, 2008).

Em relação à população jovem no Brasil, no ano 2000, 47 milhões de brasileiros tinham entre 15 e 29 anos, número que demonstrava uma característica particular da dinâmica demográfica brasileira dos anos 1970 e 1980, conhecida por "onda jovem" (CAMARANO; MELLO; KANSO, 2009, p. 73). O Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2012) retratou um país com 190.755.799 habitantes, com um total de 51.341.000 jovens entre 15 e 29 anos[9], o que corresponde a quase 27% do total da população brasileira. O país apresenta um perfil demográfico de população majoritariamente urbana (84,4%) e redução dos níveis de fecundidade e de mortalidade, com uma correspondente alteração na pirâmide etária: diminuição das idades jovens e aumento das adultas.

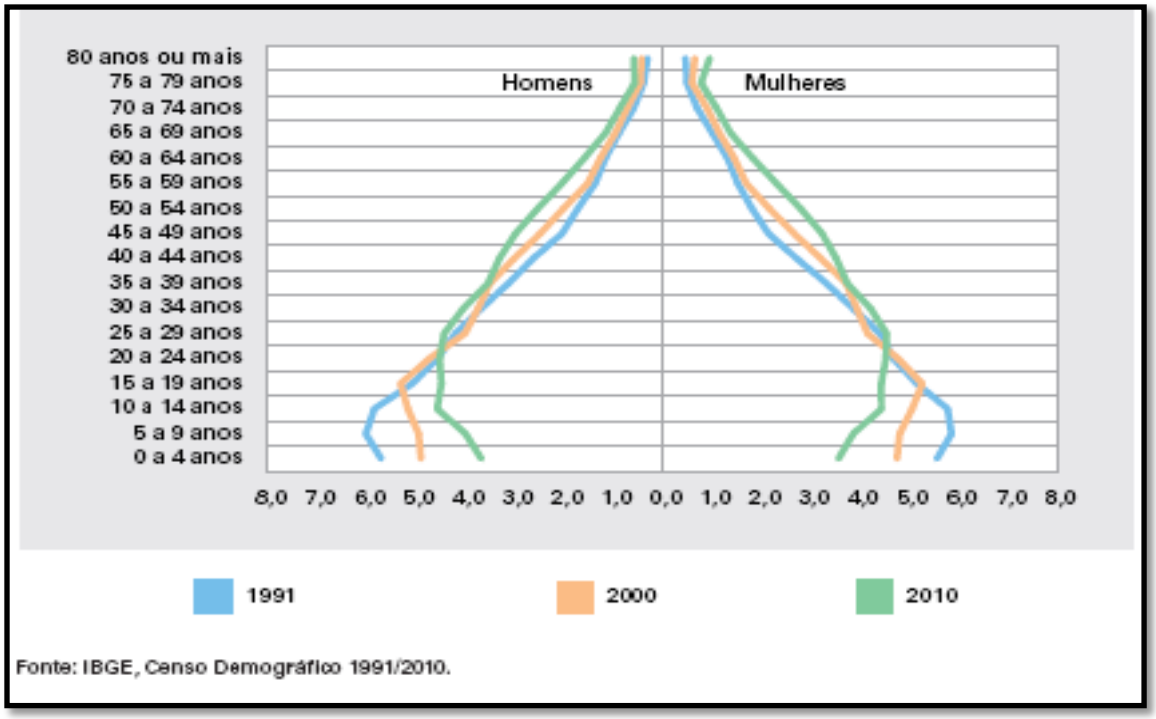
Assim, a estrutura etária da população vem se alterando e os grupos de menores de 25 anos já apresentam uma diminuição absoluta no seu contingente. A composição da população do Brasil nestes últimos dez anos se caracterizou, principalmente, pelo crescimento da população adulta, com destaque para o aumento da participação da população idosa com 65 anos ou mais, que era de 5,9% em 2000 e se ampliou para 7,4% da população total em 2010 (IBGE, 2012). Sudeste e Sul apresentam-se como as duas regiões mais envelhecidas do país: tinham, em 2010, 8,1% da população formada por idosos com 65 anos ou mais, enquanto a proporção de crianças menores de 5 anos era de 6,4% (IBGE, 2012).

O gráfico a seguir demonstra os resultados da composição da população por sexo e por grupos de idade no país e sua evolução entre 1991 e 2010. Note-se a alteração na forma piramidal anteriormente existente em 1991 (identificada pela cor azul) e o estreitamento da base conforme os dados de 2010, equivalente à população de 0 a 14 anos (identificada pela

[9] O Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2010 classifica as faixas etárias de jovens da seguinte forma: de 15 a 19 anos, 20 a 24 anos e 25 a 29 anos. Por esse motivo, optou-se por contabilizar como jovens toda a população brasileira entre 15 e 29 anos.

cor verde). Observa-se ainda que o grupo etário de 15 a 29 anos representa uma das maiores fatias da população na atualidade.

Gráfico 01. Composição da população residente total, por sexo e por grupos de idade no Brasil – IBGE/1991 a 2010



Fonte: Sinopse do Censo Demográfico (IBGE, 2010, p. 54).

Ante esse panorama, faz-se pertinente o questionamento sobre o papel reservado aos jovens no processo de desenvolvimento do país e de suas diferentes regiões, pois a eles caberá uma parcela importante de participação em todos os aspectos da vida nacional. Ainda em relação aos grupos geracionais jovens, ressalta-se que num país de extensão continental e que apresenta desigualdades históricas, não se pode falar em homogeneidade do que seja considerada a juventude, mas sim em "juventudes":

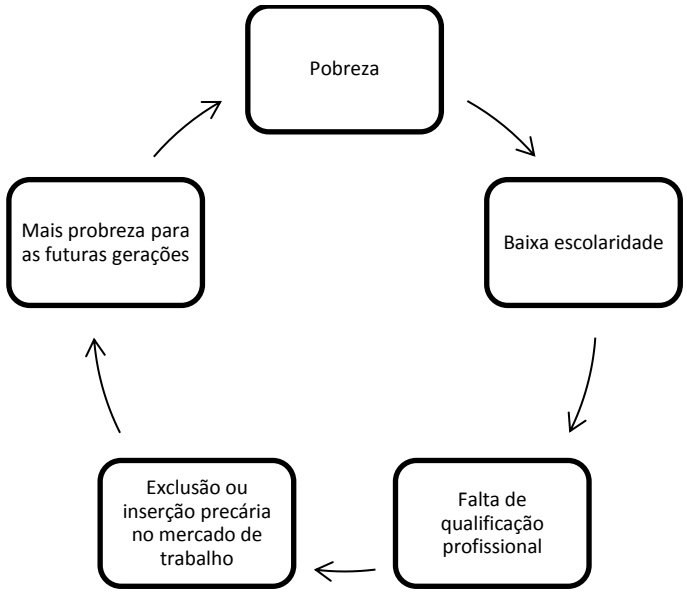
> [...] a duração e a qualidade desta etapa do ciclo da vida são mais ou menos favorecidas pelas características socioeconômicas dos jovens – a origem social, a renda familiar e o nível de desenvolvimento da região onde vivem – e pelas diferentes exigências relacionadas aos papéis/lugares que homens e mulheres ou indivíduos pertencentes a grupos raciais distintos tradicionalmente ocuparam na sociedade. Por isso, tornou-se usual empregar a expressão *juventudes* para enfatizar que, a despeito de constituírem um grupo etário que partilha várias experiências comuns,

> subsiste uma pluralidade de situações que confere diversidade às demandas e necessidades dos jovens. (AQUINO, 2009, p. 31).

Para confirmar essa constatação, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE), de 2007, demonstraram que 30,6% dos jovens brasileiros podem ser considerados pobres, pois vivem em famílias com renda domiciliar *per capita* de até meio salário mínimo (SM). Apenas 15,7% são oriundos de famílias com renda domiciliar *per capita* superior a dois SMs e aproximadamente 53,7% pertencem ao extrato intermediário, com renda domiciliar *per capita* entre meio e dois SMs (AQUINO, 2009, p. 31-32).

Alimenta-se, assim, o "círculo vicioso da pobreza" (MYRDAL, 1957):

Figura 01. Círculo vicioso da pobreza



Fonte: Elaboração da autora com base na obra de Myrdal (1957).

Para romper este "círculo vicioso da pobreza" é necessário criar condições econômicas e sociais para tal e o papel das políticas públicas é fundamental. A educação deve não somente se preocupar com a qualificação da mão de obra, dando a todos a oportunidade de concorrer em condições de igualdade no mercado de trabalho, mas também com a valorização cultural e a melhora da qualidade de vida das pessoas. Assim, o processo educacional envolve, antes de tudo, uma dinâmica de exercício de cidadania e de criação de

um espírito coletivo que formará uma identidade regional a médio e longo prazo (MYRDAL, 1957; FERRERA DE LIMA, 2012).

No que concerne à situação educacional dos jovens brasileiros, apesar dos avanços obtidos nas últimas décadas, ainda não alcançou níveis razoavelmente adequados em relação a vários outros países. Considerada a faixa etária entre 18 e 24 anos, constatou-se pelos dados de 2011, que no Brasil havia em média 17% dos jovens dessa faixa etária matriculados no Ensino Superior ou com esse nível concluído, revelando o significativo descompasso em relação às oportunidades de prosseguimento dos estudos, principalmente os de nível universitário (BRASIL. MEC. INEP, 2011, p. 08).

Ainda em relação à educação, a mensuração da escolaridade da população jovem de 18 a 24 anos de idade com 11 anos completos ou mais de estudo, o equivalente à conclusão do Ensino Médio, é considerada essencial para avaliar a eficácia do sistema educacional de um país, bem como a capacidade de uma sociedade para combater a pobreza e melhorar a coesão social, segundo a Comissão das Comunidades Europeias (*Statistical Office of the European Communities* – EUROSTAT *apud* IBGE, 2010).

No caso do Brasil, a proporção de jovens economicamente ativos que possuía esse nível de escolarização em 2009 ainda era extremamente baixa, apenas 37,9%. As desigualdades regionais também são marcantes, pois na Região Sudeste, essa proporção era de 44,0% e na Região Nordeste apenas 31,8% (PNAD 2009 *apud* IBGE, 2010, p. 49).

Por outro lado, segundo os dados do IBGE (2007 *apud* CORBUCCI *et all*, 2009, p. 104), 2,2% dos jovens entre 15 e 24 anos eram analfabetos, sendo que 50,9% estavam fora do sistema escolar. Se um em cada dois jovens brasileiros não se encontrava inserido no sistema formal de educação em 2007, isso significa que durante essa etapa de especial preparação e capacitação para a vida adulta, os mesmos estão à margem das oportunidades de participação nos processos de desenvolvimento regional e nacional que, essencialmente, requerem escolarização, educação, preparação e qualificação para o trabalho.

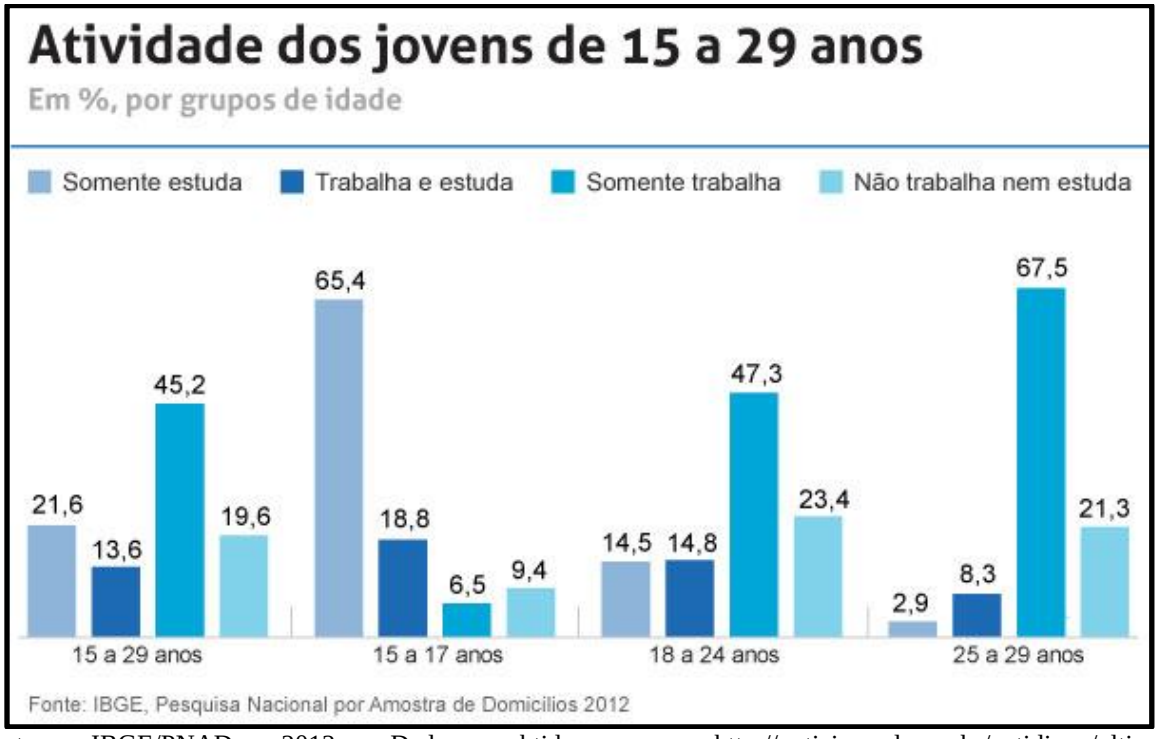
Ainda sobre o aspecto educacional e a preparação profissional dos jovens, a relação entre as matrículas e uma estimativa da demanda potencial revela uma situação de baixo atendimento em cursos de educação profissional técnica. Segundo estimativas do INEP/MEC, em 2005, apenas 10,9% desta demanda potencial havia sido atendida, verificando-se uma pequena melhoria em 2006, quando o atendimento chegou a 11,4%. Além disso, é importante

mencionar que a oferta de educação profissional técnica não é somente reduzida, mas também bastante concentrada e desigual em todo o país (CORBUCCI *et all*, 2009, p. 104).

Além da educação formal e da preparação através de cursos técnicos e/ou profissionalizantes, a inserção dos jovens no mercado de trabalho é um tema importante a ser debatido, pois existem as dificuldades de conciliação entre trabalho e estudo, além das questões referentes ao tipo e à qualidade do trabalho exercido. Segundo os dados da PNAD 2009 (IBGE, 2010), observou-se que a frequência escolar dos jovens entre 18 e 24 anos era ainda baixa no país, mesmo nos estratos superiores de renda.

Dados mais atuais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada em 2012, demostra que quase 20% dos jovens entre 15 e 29 anos não trabalham e nem estudam, ou seja, não se inserem ativamente em atividades educacionais ou produtivas, fato que pode comprometer o desenvolvimento do país a médio e curto prazo, pois perfazem um total de 9,6 milhões de jovens nessa faixa etária.

Gráfico 02. Atividade dos jovens de 15 a 29 anos em % por grupos de idade – PNAD/2012



Fonte: IBGE/PNAD 2012. Dados obtidos em http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/11/29/um-em-cada-cinco-jovens-de-15-a-29-anos-nao-estuda-nem-trabalha-diz-ibge.htm. Acesso em 30 nov. 2013.

Em relação à renda gerada pelo trabalho dos jovens, no grupo etário de 16 a 24 anos, 22,2% percebiam até ½ salário mínimo mensal, configurando uma inserção em ocupações não formais. Além disso, 26,5% desse grupo etário declarou trabalhar 45 horas ou mais semanais, jornada superior à máxima permitida em lei (IBGE, 2010, p. 48). Ainda em relação ao trabalho, em 2007, havia 4,8 milhões de jovens entre 16 e 29 anos desempregados, representando 60,74% do total de desempregados no país, o que correspondia a uma taxa de desemprego três vezes maior que a dos adultos naquele ano (CAMARANO; MELLO; KANSO, 2009, p. 79).

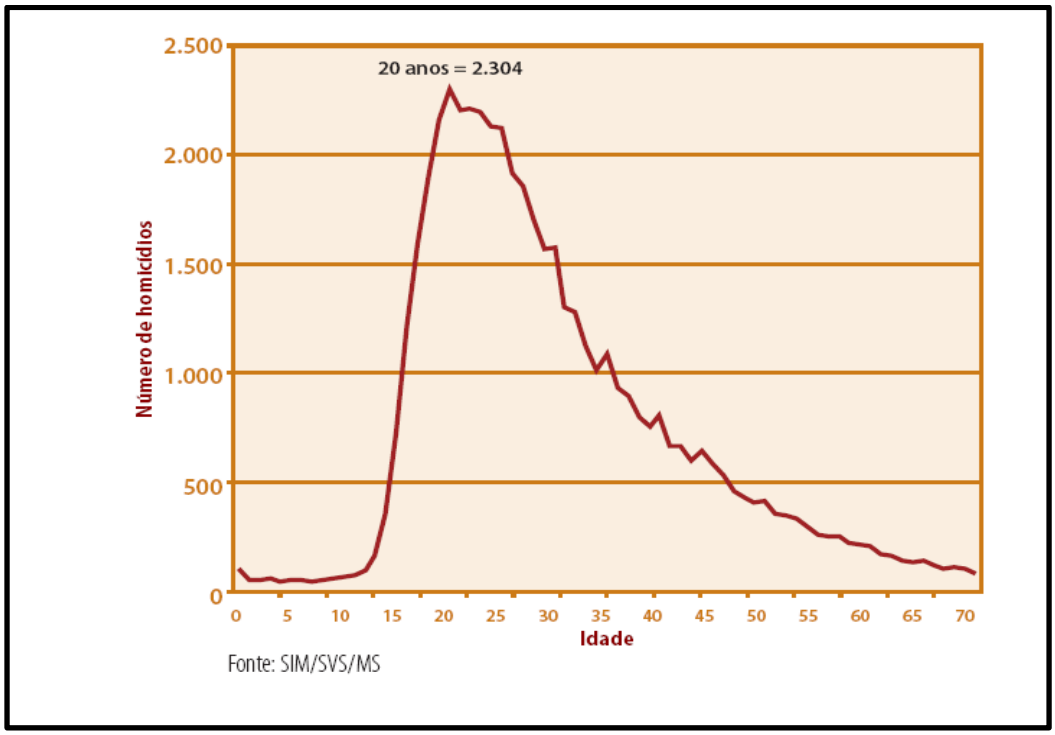
Destaca-se que, ao lado das questões ligadas à educação e ao trabalho, fundamentais para o processo de inserção dos jovens na dinâmica de desenvolvimento de um país ou região, o tema da violência é recorrente quando se trata de identificar as vulnerabilidades presentes na condição social da juventude brasileira.

Nos últimos anos, têm-se registrado taxas elevadas de vitimização fatal entre os jovens, principalmente em decorrência de causas externas[10]. O óbito por causas violentas vem aumentando seu peso na estrutura geral da mortalidade no Brasil desde os anos 1980, afetando, principalmente, jovens do sexo masculino, pobres e negros, com poucos anos de escolaridade, que vivem nas áreas mais carentes das grandes cidades do país. Na faixa etária entre 15 a 24 anos, as mortes violentas representaram, em 2007, o percentual alarmante de 67,7% das causas de óbito de jovens (IBGE, 2008 *apud* SILVA; ANDRADE, 2009, p. 45).

Embora os jovens apareçam quase sempre nos meios de comunicação como protagonistas em relação à violência e à criminalidade, eles são tão vítimas quanto responsáveis. A taxa global de mortalidade da população brasileira decresceu de 633 em 100 mil habitantes, em 1980, para 573, no ano 2000. No entanto, o inverso ocorreu com os jovens na faixa etária de 15 a 24 anos: de 128 passou para 133 por 100 mil no mesmo período, sendo que as principais causas da mortalidade entre jovens são os homicídios e os acidentes de trânsito (SPOSITO, 2003, p. 23). O gráfico a seguir, com dados de 2008, compara o número de homicídios de jovens em relação às demais faixas etárias.

[10] Por causas externas compreendem-se as diversas formas relacionadas a acidentes (inclusive de trânsito) e violências, entre elas o homicídio por armas de fogo.

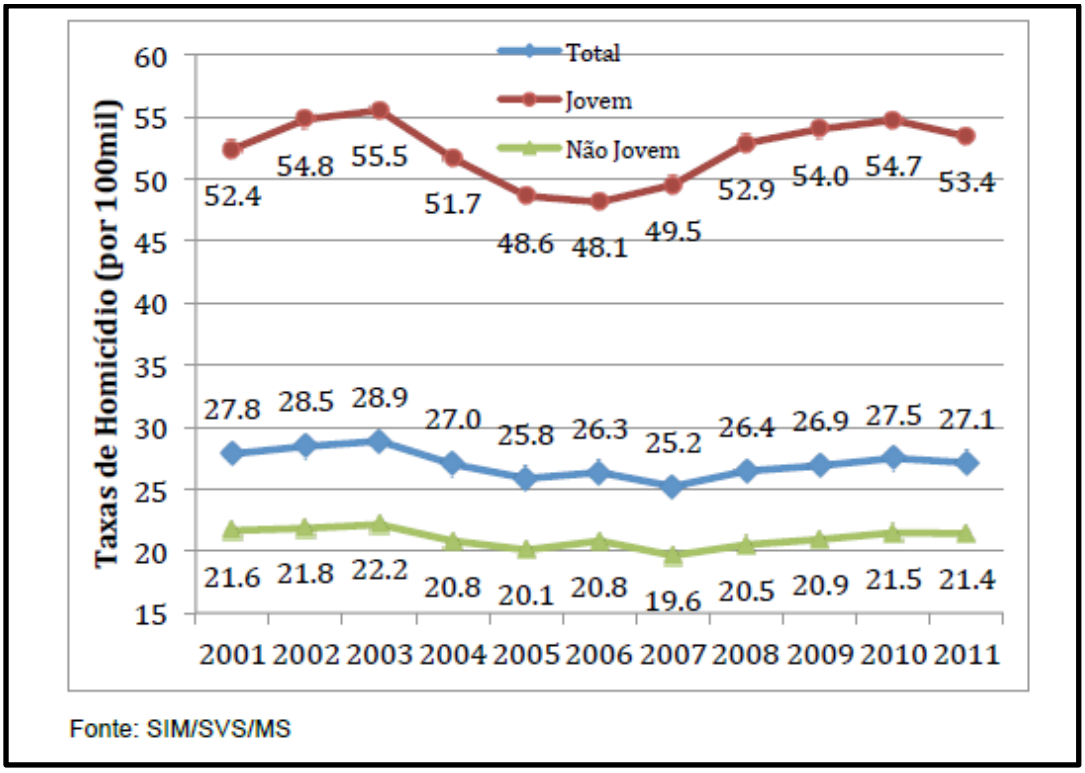
Gráfico 03. Número de homicídios por idade simples no Brasil - 2008



Fonte: Waiselfisz (2011, p. 52).

Conforme o gráfico apresentado, obtido a partir do Mapa da Violência de 2011 (WAISELFISZ, 2011, p. 52-54), até 12 anos de idade, o número de vítimas é relativamente baixo. A partir dos 13 anos, como se observa, o número de vítimas de homicídios cresce rapidamente, até atingir 2.304 jovens na idade de 20 anos (no ano de 2008). A partir desse ponto, o número de homicídios vai caindo gradativamente. Ressalta-se que na faixa entre 15 e 24 anos os homicídios atingem sua máxima expressão, destacando-se o intervalo dos 20 aos 24 anos de idade, com taxas em torno de 63 homicídios por 100 mil jovens. Dados ainda mais recentes demonstram que em todo o país, os homicídios foram responsáveis por 39,7% das mortes de jovens no ano de 2011.

Gráfico 04. Evolução das taxas de homicídio (por 100 mil habitantes) na população total, jovem[11] e não jovem[12] – Brasil – 2001/2011



Fonte: Waiselfisz (2013, p. 38).

Nota-se que as taxas de homicídio da população total no Brasil (27,1 por 100 mil habitantes para 2011) são muito elevadas e superam largamente as taxas observadas entre os doze maiores países do mundo, sendo o México o que mais se aproxima (22,1) (WAISELFISZ, 2013, p. 22). No entanto, a situação é ainda mais grave entre os jovens de 15 a 24 anos, cujas taxas de homicídio chegaram a praticamente o dobro dos índices da população total entre os anos de 2001 a 2011.

Com essa breve demonstração dos números referentes à violência que afeta os jovens brasileiros, percebe-se que a falta de perspectivas e de condições mínimas de sobrevivência dos mesmos e de suas famílias, muitas vezes os tem levado ao mundo do crime. Assim, adolescentes e jovens, principalmente do sexo masculino, vem sendo recrutados cada vez mais cedo pelo tráfico de armas e de drogas, sendo, muito provavelmente, futuras vítimas de mortes violentas.

[11] População jovem: de 15 a 24 anos de idade.
[12] População não jovem: menos de 1 a 14 anos de idade somada com a população acima de 24 anos.

> A realidade dos dados expostos coloca em evidência mais um de nossos esquecimentos. Jovens só aparecem na consciência e na cena pública quando a crônica jornalística os tira do esquecimento para nos mostrar um delinquente, ou infrator, ou criminoso; seu envolvimento com o tráfico de drogas e armas, as brigas de torcidas organizadas ou nos bailes da periferia. Do esquecimento e da omissão, passa-se, de forma fácil, à condenação, e daí medeia só um pequeno passo para a repressão e punição. (WAISELFISZ, 1998, p. 08)

De fato, a resposta da sociedade e do Estado tem sido o aprimoramento de políticas punitivas, principalmente em relação aos jovens: o encarceramento massivo, a criminalização da miséria, o investimento na economia do controle do crime e as propostas de redução da idade penal (VACQUANT, 2001). Um exemplo pode ser observado através das estatísticas relativas à faixa etária dos presidiários do estado do Paraná, referentes a abril de 2012 (DEPEN, 2013).

Quadro 01. Número de presos por faixa etária no estado do Paraná – DEPEN -Abril/2012

Faixa etária	Masculino	Feminino	Total	% segundo a faixa etária
18 a 24 anos	5.367	257	5.624	25,67%
25 a 29 anos	5.374	247	5.621	25,66%
30 a 34 anos	3.989	224	4.213	19,23%
35 a 45 anos	3.914	279	4.193	19,14%
46 a 60 anos	1.762	182	1.944	8,88
Mais de 60 anos	295	18	313	1,42
Total geral	20.701	1.207	21.908	100%

Fonte: Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. Sistema Integrado de Informações Penitenciárias – InfoPen. Dados do estado do Paraná, abril/2012. (DEPEN, 2013). Adaptado pela autora. Disponível em: http://www.depen.pr.gov.br/arquivos/File/ABRIL2012.pdf. Acesso em 22 nov. 2013.

Não é difícil notar como esses índices demonstram o que vem ocorrendo com os jovens em todo o país e, particularmente, no estado do Paraná, espaço geográfico foco da pesquisa. A faixa etária de 18 a 29 anos concentra mais de 50% do total de presos do estado e esses índices vão diminuindo conforme a faixa etária aumenta. Ou seja, há fatores negativos concorrendo para essa situação alarmante que precisam ser pesquisados com profundidade para que seja possível promover alterações e/ou novas proposições de políticas públicas ligadas aos jovens e suas famílias, a fim de propiciar novas perspectivas de vida a essa enorme parcela da população brasileira.

Destarte, quando se pensa em juventude e desenvolvimento, o ponto de partida são as perspectivas de futuro e de mudança social, não de condenação à prisão ou morte precoce. Nesse sentido, essa breve análise da realidade brasileira refletida nos estados e regiões demonstra que historicamente configuram-se pelo menos duas "juventudes": aquela a quem se prepara para a vida adulta por meio do exercício de direitos fundamentais e do acesso à educação, à profissionalização, à saúde e à participação social e outra juventude, que sequer é vista como uma etapa de preparação, sem perspectivas e sem esperanças, saindo da infância para assumir responsabilidades da vida adulta através do ingresso no mercado de trabalho de forma precoce ou no mundo da criminalidade.

Deste modo, entende-se que não se pode categorizar a juventude como uma massa uniforme e homogênea, dadas tantas desigualdades em razão de inúmeras variáveis. No campo específico dos estudos sobre a juventude, é importante incorporar uma perspectiva geracional, pois a pesquisa sobre as questões juvenis e as tentativas de teorizá-las deve perpassar o âmbito dos fenômenos geracionais. Assim, reforça-se a constatação de que a juventude não é única, mas existem várias "juventudes" e que a juventude como geração também não se constitui de uma e sim de várias gerações.

> En este sentido, el estudio de la juventud pensada como "generaciones de jóvenes" diferenciadas permite captar las distintas maneras en que se genera juventud en un tiempo histórico definido: en cómo ese tiempo y sus características determinan la producción de juventud. (grifos do autor) (GHIARDO, 2004, p. 44).

Com este entendimento sobre os jovens como atores importantes no processo de desenvolvimento de um país e de uma região, além deste breve panorama nacional sobre a situação dos jovens no Brasil, objetiva-se compreender, através da presente pesquisa, de que forma vem ocorrendo a inserção destas diferentes juventudes no processo de desenvolvimento regional na microrregião de Toledo, estado do Paraná, principalmente sob o enfoque das teorias do desenvolvimento endógeno, que atribuem aos atores ou agentes – o elemento humano - um papel estratégico nesse processo.

1.3 A PROBLEMÁTICA DA PESQUISA

Segundo Chevrier (2010), existe um problema de pesquisa quando se sente a necessidade de preencher uma lacuna que separa uma situação inicial considerada insatisfatória e uma situação final compreendida como objetivo final. Assim, resolver um problema é encontrar os meios para completar essa lacuna.

Nesse contexto, um problema de pesquisa se concebe como uma lacuna consciente que o pesquisador pretende compreender, construindo uma ponte entre o que já se sabe, julgado insuficiente, e o que se desejaria saber, julgado desejável. Em todas as áreas de pesquisa se busca o conhecimento que seja, ao mesmo tempo, o mais completo, o mais válido e o mais útil possível.

Assim, partindo da experiência acadêmica e profissional da pesquisadora em torno das questões sociais, do exercício dos direitos fundamentais, das vivências em relação à defesa dos direitos de crianças, adolescentes e jovens nos municípios das regiões Oeste e Sudoeste do Paraná, aliadas aos estudos sobre desenvolvimento regional, surge o objeto da pesquisa como uma lacuna a ser preenchida e que instiga a busca pelo conhecimento.

Nesse sentido, o objeto da presente investigação concentra-se nas relações entre as formas de inserção dos jovens no processo de desenvolvimento regional e a mudança social. Objetiva-se investigar as perspectivas de mudança social na microrregião de Toledo a partir da análise detalhada das formas de inserção das diferentes coletividades geracionais jovens.

A hipótese sustentada provisoriamente para esta pesquisa é que há uma inserção desigual das diferentes coletividades geracionais jovens no processo de desenvolvimento da microrregião de Toledo, dependendo de seus respectivos níveis socioeconômicos, das relações de gênero e das características étnico-raciais das mesmas. Logo, essas diferentes formas de inserção seriam um mecanismo de reforço das hierarquias existentes e de inibição da mudança social na região.

Isto posto, depreende-se que os níveis socioeconômicos, as relações de gênero e as características étnico-raciais destas coletividades geracionais jovens determinariam as suas formas de inserção no processo de desenvolvimento regional. Isto significa que aqueles ocupantes de níveis socioeconômicos menos elevados na hierarquia social estariam sendo inseridos (ou não) no processo de desenvolvimento regional de forma subordinada em termos

de escolarização, acesso à saúde, à moradia, à profissionalização, ao mercado de trabalho, dentre outros elementos.

Por outro lado, aquelas coletividades geracionais jovens vinculadas aos estratos socioeconômicos mais elevados da sociedade, estariam sendo inseridas no processo de desenvolvimento regional em posições privilegiadas em termos de escolarização, acesso à saúde, à moradia, ao mercado de trabalho, às atividades produtivas, à representatividade social e política, etc. Estas diferentes formas de inserção destas coletividades geracionais jovens no processo de desenvolvimento regional, em função das suas diferenças socioeconômicas, indicariam um reforço na manutenção das desigualdades sociais. Assim, o processo de desenvolvimento regional na microrregião de Toledo, embora apresente índices elevados em termos de PIB *per capita* e de desenvolvimento humano municipal, entre outros indicadores, não representaria mudança social em termos da estratificação social existente histórica e contemporaneamente.

Nessa direção, como a microrregião de Toledo ocupa significativa posição na mesorregião Oeste e no estado do Paraná em termos de importância econômica e social, o estudo procura desenhar um panorama da população jovem da região, entendida como agente no processo de desenvolvimento regional a partir das teorias do desenvolvimento endógeno, e investigar como se delineia a inserção dessas diferentes "juventudes", compreendidas como coletividades geracionais, nos espaços econômico, social e profissional da região. Pergunta-se: quais seriam as formas de inserção destas coletividades geracionais jovens no processo de desenvolvimento regional?

Não se trata apenas de pensar o jovem e o investimento nas futuras gerações como "capital humano" simplesmente, o que se restringiria ao emprego das qualidades humanas como "capital" na produção, do mesmo modo que se emprega o capital físico. Porém, a investigação visa analisar, através do processo de mudança geracional, as possibilidades de mudança social.

Dessa forma, o foco do estudo centra-se nos grupos geracionais jovens sob a perspectiva da mudança social. Pode-se falar em mudança social no processo de sucessão geracional no desenvolvimento regional da microrregião de Toledo? A partir desses questionamentos, surge o problema da pesquisa.

1.3.1 Problema principal

Quais seriam as relações existentes entre as formas de inserção dos grupos geracionais jovens no processo de desenvolvimento da microrregião de Toledo e as possibilidades de mudança social?

1.3.2 Questões correlatas

a) Como podem ser identificados os grupos geracionais jovens existentes na microrregião de Toledo, em função dos seus diferentes níveis socioeconômicos, de suas características étnico-raciais e das relações de gênero?

b) Como caracterizar as formas de inserção destas coletividades geracionais jovens a partir de variáveis como a educação, o processo de profissionalização, o trabalho e a renda?

c) Quais as políticas públicas direcionadas para a inserção das diferentes "juventudes" (considerada a faixa etária de 18 a 29 anos) no processo de desenvolvimento da microrregião de Toledo?

d) Em que medida as formas de inserção das coletividades geracionais jovens no processo de desenvolvimento regional representariam um potencial de mudança social ou de perpetuação das hierarquias sociais já existentes na região?

1.3.3 A pertinência do problema de pesquisa

A definição de um tema e de um problema de pesquisa traduz para o (a) pesquisador (a) a questão do "saber desejável". De maneira geral, um tema de pesquisa encontra sua pertinência quando ele se insere nos valores da sociedade da qual ele emerge, considerando também que sua escolha não escapa à influência dos valores pessoais do (a) pesquisador (a) e da sociedade na qual ele (a) vive (CHEVRIER, 2010, p. 55).

Assim sendo, a pertinência social de uma pesquisa se constitui quando ela demonstra como poderá acrescentar respostas à certos problemas teóricos ou práticos experimentados

por uma dada sociedade e auxiliar os responsáveis pela formulação de soluções e/ou planejamento de políticas públicas na tomada de decisões.

No caso do problema de pesquisa ora em tela, reforça-se a pertinência social do mesmo dada a importância de se conhecer de forma aprofundada como tem sido a inserção das diferentes coletividades geracionais jovens no processo de desenvolvimento da microrregião de Toledo, compreendida sob o olhar econômico como uma das mais prósperas da região Oeste, do estado do Paraná e mesmo do país. Dependendo de como os jovens vem sendo inseridos no processo de desenvolvimento regional, poderá (ou não) haver necessidade de alterar e/ou reconduzir determinadas políticas públicas, principalmente as mais específicas direcionadas à população jovem.

Outro aspecto relevante de um problema de pesquisa é sua pertinência científica, a qual se demonstra quando ele se insere nas preocupações dos pesquisadores. Destarte, inúmeros são os estudos realizados no Brasil e no exterior sobre a questão do desenvolvimento regional, com suas diferentes tendências teóricas e metodológicas que serão observadas ao longo da presente tese. No entanto, ligando-se o enfoque geracional à questão do processo de desenvolvimento de uma determinada região procura-se trazer novas perspectivas de análise do tema.

Assim, sendo a investigação focada nas formas de inserção dos jovens no processo de desenvolvimento regional, espera-se contribuir para o avanço dos estudos ligados à temática e buscar novos aportes de conhecimentos. Para Selye (1973), uma pesquisa será julgada cientificamente pertinente na medida em que consegue estabelecer uma relação sólida entre o que já se conhece e o que permanece até o momento desconhecido, seja para acrescentar novos conhecimentos, seja para negar o que já se conhecia, contribuindo para a construção do conhecimento científico. É o que se espera com a realização do presente estudo: contribuir de forma teórica e prática para o desenvolvimento da microrregião de Toledo, trazendo à luz a realidade dos jovens e seu processo de inserção nesse processo.

1.4 HIPÓTESES E OBJETIVOS DA PESQUISA

1.4.1 Hipóteses

1) A inserção das coletividades geracionais jovens no processo de desenvolvimento da microrregião de Toledo ocorre de forma desigual em função das diferenças socioeconômicas, de gênero e das características étnico-raciais existentes entre estas distintas conexões e unidades geracionais.
2) As formas de inserção das diferentes coletividades geracionais jovens não permitem abertura para o desenvolvimento do potencial de mudança social na região, pois os jovens praticamente ocupam os mesmos lugares sociais das gerações antecedentes, reforçando a manutenção do status quo.

1.4.2 Objetivos

1.4.2.1 Objetivo geral:

- Analisar as formas de inserção das diferentes coletividades geracionais jovens no processo de desenvolvimento da microrregião de Toledo a fim de determinar a sua potencialidade para a mudança social.

1.4.2.2 Objetivos específicos

1) Caracterizar as diferentes coletividades geracionais jovens existentes na microrregião de Toledo, em função dos seus níveis socioeconômicos, de gênero e de suas características étnico-raciais, sob a perspectiva das coletividades geracionais de Karl Mannheim;
2) Compreender a dinâmica geracional no processo de desenvolvimento regional da microrregião de Toledo, através das coletividades geracionais jovens, à luz das teorias do desenvolvimento endógeno;
3) Examinar a inserção de diferentes coletividades jovens no processo de desenvolvimento regional na microrregião de Toledo, a partir de variáveis como a educação, a profissionalização, o trabalho e a renda;

4) Analisar o processo de inserção dos jovens visando compreender seu potencial de mudança social na dinâmica do desenvolvimento regional da microrregião da Toledo.

1.5 O UNIVERSO DA PESQUISA E SUA CARACTERIZAÇÃO

O espaço escolhido para a investigação foi a microrregião geográfica de Toledo, composta de 21 municípios e localizada na região Oeste do estado do Paraná. Segundo o IPARDES (2004; 2008; 2012), a microrregião tem alcançado índices crescentes de desenvolvimento humano e de crescimento econômico, principalmente através das atividades econômicas ligadas à agroindústria, com seus saberes e conhecimentos específicos. Todavia, a sequência desse processo de crescimento que poderia significar sua transformação em desenvolvimento em sentido amplo dependerá de como as coletividades geracionais jovens vem sendo inseridas na dinâmica social e econômica dessa região.

Segundo a leitura-síntese das mesorregiões geográficas, produzida pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 2004), a mesorregião Oeste do Paraná destaca-se por uma expressiva dinâmica, contribuindo para um maior equilíbrio regional do estado, evitando a tendência à concentração econômica e populacional na Região Metropolitana de Curitiba. Embora tenha uma população agrupada em três principais polos regionais – Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo - a região possui uma vasta rede de 50 municípios, com um sistema viário que vem se ampliando e permitindo o aumento das relações intermunicipais.

A dinâmica econômica da mesorregião Oeste está ligada a um complexo agroindustrial moderno e competitivo, articulado ao país e ao exterior. O agronegócio cooperativo serve de base para a progressiva expressão da mesorregião no âmbito do setor primário estadual. A moderna base agropecuária tem sido capaz de compatibilizar a preponderância de mão de obra familiar com alto desempenho produtivo (IPARDES, 2004).

Assim, a expansão do agronegócio e das atividades a ele ligadas tem ampliado a oferta de postos de trabalho formais, influenciando positivamente a qualidade de vida da população da região, que está entre as mesorregiões paranaenses com menor taxa de pobreza. Do ponto de vista social, a mesorregião concentra 11 dos 23 municípios nas melhores

posições do estado do Paraná em termos de Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), estando, contudo, nessa mesma mesorregião, muitos municípios entre os piores do estado nesses mesmos índices, evidenciando uma situação de desigualdades marcantes entre os municípios (IPARDES, 2004).

A seguir, apresenta-se uma visualização das divisões administrativas mesorregionais do estado do Paraná. Observe-se que a mesorregião Oeste localiza-se no extremo oeste do estado.

Figura 02. Mapa das mesorregiões do estado do Paraná

Fonte: O Paraná. Disponível em: http://www.o-parana.com/diretorio/index.php?cat_id=911&cat_id_thm=102. Acesso em 17 abr. 2012.

A mesorregião Oeste do estado do Paraná é formada por três microrregiões, cujo foco, para a finalidade desse estudo, concentra-se na microrregião de Toledo, composta de 21 municípios[13]. Esta possui uma área total de 8.768 km^2, equivalente a 4,38% da área total do estado do Paraná, que é de 199.880 km^2 (IPARDES, 2012). A figura a seguir ilustra a mesorregião Oeste do estado do Paraná e sua subdivisão nas três microrregiões.

[13] São eles: Assis Chateaubriand, Diamante D'Oeste, Entre Rios do Oeste, Formosa do Oeste, Guaíra, Iracema do Oeste, Jesuítas, Marechal Cândido Rondon, Maripá, Mercedes, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Palotina, Pato Bragado, Quatro Pontes, Santa Helena, São José das Palmeiras, São Pedro do Iguaçu, Terra Roxa, Toledo e Tupãssi. Dados disponíveis em: http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=25. Acesso em 16 abr. 2012.

Figura 03. Mapa das microrregiões geográficas da região Oeste do Paraná

Fonte: O Paraná. Disponível em http://www.o-parana.com/diretorio/index.php?cat_id=919. Acesso 16 abr. 2012.

Em relação às características da microrregião de Toledo, segundo o IPARDES (2012)[14], esta possui uma população total de 377.780 habitantes (IBGE, Censo 2010), com um grau de urbanização de 81,04% e PIB *per capita* de R$ 17.658,00, relativamente na média do estado, que é de R$ 17.779,00. Sobre os indicadores sociais, embora a microrregião apresente vários índices acima ou na média do estado do Paraná e do país, como por exemplo, o coeficiente de mortalidade infantil, que é de 8,36 para cada mil nascidos vivos, abaixo da média do estado do Paraná, de 12,10 por mil nascidos vivos[15], ela ainda possui 71.076 pessoas em situação de pobreza[16], ou seja, 18% de sua população total (IBGE, Censo 2010).

Observa-se que a microrregião e o município de Toledo, mais especificamente, possuem índices que expressam pujança econômica e desenvolvimento humano. O detalhamento sobre esse espaço regional, foco da pesquisa, será mais explorado no Capítulo 3 dessa tese, no item 3.5 "Os indicadores atuais de desenvolvimento da microrregião de Toledo".

[14] Os dados referentes à caracterização da microrregião de Toledo foram obtidos através do site do IPARDES. Disponível em http://www.ipardes.gov.br/perfil_regioes/MontaPerfilRegiao.php?Municipio=434&btOk=ok. Acesso em 16 abr. 2012.
[15] Conforme dados da Secretaria de Saúde do Estado do Paraná (2010) *apud* IPARDES (2012).
[16] Considera-se "pessoas em situação de pobreza" o quantitativo da população que possui renda familiar *per capita* de até ½ salário mínimo mensal (IBGE, Censo Demográfico 2010).

Desse modo, apesar de apresentar índices positivos em relação ao estado do Paraná e ao Brasil como um todo, isto não significa necessariamente que todos os segmentos sociais participem ou estejam homogeneamente inseridos neste processo de desenvolvimento. Daí a importância de se verificar, através do estudo dos grupos geracionais jovens, como e de que forma ocorre sua inserção como agentes no processo de desenvolvimento regional.

1.6. O CAMINHO METODOLÓGICO DA INVESTIGAÇÃO

A investigação sobre as formas de inserção dos jovens no processo de desenvolvimento da microrregião de Toledo busca uma perspectiva multidimensional de análise das relações sociais e geracionais, procurando repensar o processo de construção de instrumentos analíticos capazes de mapear as experiências concretas das coletividades geracionais jovens, relacionando-as com as análises teóricas (WELLER, 2010). Assim, procura-se compreender as coletividades geracionais jovens como parte de um processo dinâmico, fruto de uma complexa interação existente entre distintos fatores constitutivos das mesmas para além do dado biológico.

Com a finalidade de atingir os objetivos da investigação em tela fez-se necessário escolher e percorrer um caminho metodológico, entendido como o conteúdo e a forma da pesquisa em si e das técnicas utilizadas (GAUTHIER, 2010). Esse caminho é detalhado nos itens a seguir.

1.6.1 Categorias de análise, variáveis e indicadores de pesquisa

Como a proposta da investigação é analisar as relações entre as coletividades geracionais jovens e o processo de desenvolvimento regional visando compreender a inserção dos jovens como possíveis agentes de mudança social, é necessário trazer à discussão os componentes teóricos para a compreensão das categorias selecionadas, os componentes históricos e econômicos que demarcam esse espaço regional, as condições concretas de vida dos sujeitos envolvidos, sua inserção social e no mundo do trabalho, dentre outros elementos que permitem aproximações às respostas ao problema formulado.

Destarte, é importante demarcar que o objeto da pesquisa, estando no âmbito das Ciências Sociais, é histórico, existente num determinado tempo e espaço específicos, marcado pelo passado e com vistas ao futuro, numa viva dinâmica entre o que está dado e o que está sendo construído (MINAYO, 2004). Também é imprescindível apontar o substrato comum de identidade entre sujeito (o investigador) e objeto, o que os torna solidariamente comprometidos.

A investigação caracteriza-se por uma abordagem de análise quanti-qualitativa, pois embora os dados coletados possuam um perfil estatístico e sejam provenientes de fontes secundárias, na fase de análise dos mesmos procurou-se estabelecer conexões mais profundas relativas a seu significado.

De um lado, a pesquisa quantitativa refere-se à dimensão mensurável da realidade e seus resultados auxiliam no planejamento de ações e de políticas públicas de intervenção. Por outro prisma, a pesquisa de abordagem qualitativa mergulha na profundidade dos fenômenos, procurando compreender seus significados e levando em conta toda a sua complexidade e particularidade (BIGNARDI, 2013).

Dessa forma, procura-se combinar essas duas formas de compreensão da realidade, partilhando do entendimento de Ferrera de Lima e Desbiens (2009), a partir do qual consideram as abordagens quantitativa e qualitativa como complementares, principalmente em relação aos estudos na área de desenvolvimento regional. Na visão dos autores, as metodologias quantitativas sempre dão margem a elementos qualitativos e suas formas de análise podem variar segundo as ideologias do pesquisador e suas concepções teóricas da realidade.

Nesse sentido, partindo da combinação desses elementos, na etapa de construção do quadro geral de indicadores das condições socioeconômicas, de gênero e de diferentes características étnico-raciais relativas às variáveis de educação, profissionalização e trabalho/renda dos jovens da microrregião, a pesquisa possui um caráter quantitativo e descritivo. No entanto, ao se focar no objetivo geral da pesquisa, ou seja, analisar como ocorre a inserção das diferentes coletividades geracionais jovens no processo de desenvolvimento da microrregião de Toledo a fim de determinar a sua potencialidade para a mudança social, a mesma se reveste de uma análise mais profunda, de caráter qualitativo, buscando explicações sobre os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos (FLICK, 2009).

A análise qualitativa, então, pode e deve apoiar a pesquisa quantitativa e vice-versa, pois a combinação de ambas visa apresentar um quadro mais completo do objeto em estudo. Além disso, de forma geral, os aspectos estruturais são analisados com métodos quantitativos e os aspectos processuais melhor compreendidos com o uso de abordagens qualitativas (FLICK, 2009).

Desse modo, procedeu-se a uma combinação de procedimentos metodológicos para se atingir os objetivos específicos da investigação, partindo-se da pesquisa bibliográfica, privilegiando os estudos e as reflexões que têm sido produzidos recentemente sobre a temática, enfocando as categorias centrais do estudo, quais sejam: desenvolvimento regional (com ênfase no papel dos atores no processo de desenvolvimento regional endógeno), coletividades geracionais jovens (na perspectiva teórica de K. Mannheim), inserção social e mudança social.

A contribuição de vários autores sobre um determinado assunto para melhor compreendê-lo através da pesquisa bibliográfica permite ao pesquisador a cobertura de um maior número de fenômenos e de forma mais ampla do que se poderia pesquisar pessoalmente (LAKATOS; MARCONI, 1985). À pesquisa bibliográfica, realizada em todos os momentos da investigação, acrescentou-se a técnica de análise de conteúdo que, segundo Bardin (1977), constitui-se num conjunto de técnicas de análise dos textos e das comunicações que, através de procedimentos sistemáticos, objetivam obter indicadores que permitam chegar aos conhecimentos provenientes das mesmas a fim de se construir teoricamente as categorias necessárias para a compreensão do objeto de pesquisa.

Nessa linha de investigação, as teorias relativas ao desenvolvimento regional endógeno destacam vários elementos essenciais para que uma região, compreendida em seu sentido amplo como um país, um município, um bairro ou mesmo uma pequena localidade, urbana ou rural, possa se desenvolver econômica e socialmente. Dentre os aspectos apontados por diferentes autores, o objeto da investigação se concentra sobre o elemento humano, "capital humano" para alguns autores[17], "ator do desenvolvimento" para outros[18], e como parte do elemento humano, optou-se por focar o estudo nas coletividades geracionais jovens (pessoas entre 18 e 29 anos de idade).

[17] O principal autor da teoria do Capital Humano é Theodore Schultz, descrita em suas obras "O valor econômico da educação" (1963) e "O capital humano: investimentos em educação e pesquisa" (1971). Dentre outros, pode-se citar HARBISON, Frederick H.; MYERS, Charles A.: Educação, mão-de-obra e crescimento econômico (1965) e no Brasil, destaca-se CASTRO, Cláudio de Moura: Educação, educabilidade e desenvolvimento econômico (1976).

[18] Conforme os autores citados no Quadro 02, apresentado na sequência.

A passagem da teoria à verificação empírica exige que se construa uma forma de medida dos conceitos teóricos sob a forma de variáveis e indicadores, ou seja, é necessário estabelecer uma ponte entre o universo da abstração e o universo da observação e da medida. Logo, as conclusões de uma pesquisa dependem em grande parte das decisões tomadas na etapa da escolha dos indicadores, ou seja, a seleção dos indicadores é uma operação complexa e eivada de consequências (DURAND; BLAIS, 2010).

Ainda segundo os autores citados, a partir da definição precisa de um conceito e de seus principais elementos, o processo de pesquisa consiste em elaborar ou selecionar um ou mais indicadores que permitirão a construção de uma medida suscetível de bem representar ou de traduzir em uma linguagem empírica o conceito que se deseja operacionalizar.

Segundo Blais (2010, p. 157-158), "(...) indicador é o conjunto de operações empíricas, efetuadas com a ajuda de um ou mais instrumentos de informação, permitindo assim classificar um objeto numa categoria, em relação a uma característica dada."[19] Assim, a função de um indicador é traduzir, com a maior fidelidade possível, no universo empírico, o conceito que se quer mensurar.

Durante o processo de passagem da teoria aos indicadores, existem as denominadas "variáveis", ou seja, toda característica suscetível de variar entre as unidades. Por esse motivo, certos autores situam as variáveis no meio do caminho entre o conceito e o indicador (DURAND; BLAIS, 2010).

Nesse sentido, pode-se resumir o esforço acadêmico de transformar o quadro teórico construído em variáveis, desdobradas em indicadores para investigação dos dados da realidade sobre a inserção dos jovens no processo de desenvolvimento da microrregião de Toledo da seguinte forma:

[19] Tradução livre.

Quadro 02. Do referencial teórico aos indicadores da pesquisa

Teorias do Desenvolvimento Regional Endógeno: elemento humano	Características essenciais	Variáveis	Indicadores da pesquisa
Sergio Boisier (1996; 1999; 2000; 2006) Capital humano: estoque de conhecimentos e de habilidades dos indivíduos	- conhecimentos - habilidades	EDUCAÇÃO	- Analfabetismo entre os jovens de 18 a 29 anos - Ensino fundamental - Ensino médio - Evasão escolar - Correspondência idade-série - Ensino universitário - Concluintes do nível universitário em faculdades públicas e particulares - Relação educação e características étnico-raciais - Relação educação e gênero
Roberta Capello (1999; 2001; 2008) Habilidades empreendedoras; técnicas e habilidades dos atores locais para gerar aquisição cumulativa de conhecimento e de aprendizagem; capacidade de tomada de decisões, baseada em mudanças e inovações	- habilidades empreendedoras - acúmulo de conhecimento - aprendizagem - capacidade de tomar decisões - capacidade para mudar e inovar		
Paulo Haddad (2009) Capital humano; Investimento em conhecimento e atividades de pesquisa e desenvolvimento; Autonomia decisória; Crescente processo de inclusão social (inclusive digital)	- competências - experiências - saberes (conhecimento) - educação básica - ensino superior e pós-graduação - autonomia - inclusão social - inclusão digital	PROFISSIONALIZAÇÃO	- Cursos técnicos profissionalizantes e de curta duração - Modalidades de cursos - Instituições públicas e particulares - Número de concluintes
Banco Mundial (2001) Capital físico e social: (...) conhecimento, humano (saúde, população, educação, motivação e atitude)	- conhecimento - educação - saúde - nutrição - motivação - atitude	TRABALHO/ RENDA	- Trabalho formal - Trabalho informal - Trabalho autônomo - Desemprego - Níveis de renda - Relação trabalho e diferenças étnico-raciais - Relação trabalho e gênero
Martinelli e Joyal (2004) Educação, saúde e segurança alimentar; Ciência e tecnologia; Informação e conhecimento	- educação - saúde - segurança alimentar - ensino superior e pós-graduação		

Fonte: Elaboração da autora a partir da pesquisa bibliográfica (2012/2013).

De posse destas variáveis e indicadores, optou-se pela coleta de dados secundários quantitativos e estatísticos obtidos em fontes oriundas de órgãos públicos e de institutos de pesquisa, que serão explicados no item a seguir, assim como o universo e a amostra da investigação.

1.6.2 Fonte de dados, universo e amostra de pesquisa

No processo de pesquisa a utilização de dados já existentes consiste numa alternativa metodológica menos onerosa, mais rápida e, por vezes, mais exigente do que outras formas de coleta de dados primários (TURGEON; BERNATCHEZ, 2010). Na maioria das vezes, os dados estatísticos são coletados e publicados periodicamente por universidades, institutos de pesquisa, órgãos públicos, particulares e organizações não governamentais com objetivos precisos conforme suas áreas de atuação, sem esgotar seu valor científico e as possibilidades de análises mais profundas contidas nesses dados. Assim, os dados iniciais ou primários podem servir de base para outras pesquisas: esse é o interesse da análise secundária[20], caminho metodológico escolhido para a realização da presente investigação.

Por dados secundários entende-se que são todos os elementos informativos colhidos para novas finalidades de pesquisa, diferenciadas das quais eles foram coletados inicialmente. O traço comum desses dados é o fato de que eles não foram coletados primeiramente para atingir os objetivos da pesquisa em foco, o que exclui o pesquisador da responsabilidade da coleta direta dos dados, porém não o isenta de assegurar sua validade e confiabilidade (TURGEON; BERNATCHEZ, 2010).

Conforme os autores citados, a utilização de dados secundários apresenta vantagens consideráveis em relação à coleta de dados primários, tais como, permitir ao pesquisador familiarizar-se com um novo campo de interesse, precisar certas características específicas sobre o objeto da pesquisa, reforçar a lógica de acumulação do conhecimento científico, verificar as conclusões de outros pesquisadores, além das vantagens trazidas em relação à economia de tempo, disponibilidade e acessibilidade dos dados primários através de recursos de informática.

Por outro lado, as desvantagens da utilização de dados secundários consistem no fato de que a normalização dos dados tende a inibir a criatividade do pesquisador, a propiciar o aumento do número de pesquisas a-teóricas, pode ocorrer indisponibilidade de algumas informações necessárias à pesquisa, além da possibilidade de geração de lacunas entre os objetivos da coleta de dados primários e os objetivos da análise secundária. Além disso, a exploração simultânea de várias fontes de dados secundários pode exigir do pesquisador

[20] Segundo Turgeon e Bernatchez (2010, p. 490), a análise secundária de dados é bastante utilizada nos países europeus na área das Ciências Sociais.

outras competências metodológicas como, por exemplo, a análise cruzada ou a análise de correspondência e, por fim, o fator envelhecimento dos dados secundários que, por definição, são mais antigos do que os dados primários (TURGEON; BERNATCHEZ, 2010, p. 491-498).

Tendo em vista as vantagens acima enumeradas e avaliando-se os objetivos geral e específicos da investigação em tela, bem como considerando o fator tempo e a possibilidade de estágio de pesquisa no exterior, optou-se por essa técnica de coleta de dados, porém com o cuidado de prevenir as desvantagens trazidas por esse procedimento metodológico, como por exemplo, a cautela em selecionar e coletar sempre as informações mais recentes disponibilizadas pelos diferentes órgãos a fim de evitar o problema relacionado à utilização de dados ultrapassados.

Em relação às fontes de dados, foram consultados os documentos e pesquisas estatísticas de órgãos oficiais, institutos de pesquisa e outras organizações de âmbito internacional, nacional, estadual e municipal, tais como:

a) Organização das Nações Unidas (ONU);
b) Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO);
c) Organização Internacional do Trabalho (OIT);
d) Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil;
e) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Censos e PNADs disponíveis);
f) Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES);
g) Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA);
h) Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE);
i) Ministério da Educação e Cultura;
j) Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP);
k) Ministério do Trabalho (Relação Anual de Informações Sociais - RAIS);
l) Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS);
m) Secretaria Nacional de Juventude (SNJ);
n) Departamento Penitenciário do Estado do Paraná;
o) Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Paraná;
p) Secretaria de Educação do Estado do Paraná;
q) Núcleo Regional de Educação de Toledo;
r) Companhia Paranaense de Energia (COPEL);
s) Secretarias Municipais de Assistência Social;
t) Secretarias Municipais de Juventude.

A coleta dos dados foi feita através de recursos informáticos, sites oficiais, solicitação de dados por e-mail ou *in loco*, quando necessário, no período de janeiro a novembro de 2013.

Em relação ao universo da pesquisa, conforme a literatura estudada para a caracterização das coletividades geracionais jovens, além de inúmeras características históricas e sociais, o fator biológico não pode ser desconsiderado, pois é um dado concreto, que perpassa relações importantes para o desvendamento do problema. Dessa forma, em relação ao fator "anos de nascimento", optou-se escolher o universo dos sujeitos da pesquisa a partir da classificação proposta pela Política Nacional de Juventude (NOVAES *et all*, 2006), que determina três faixas etárias para classificação do jovem no Brasil:

a) De 15 a 17 anos: adolescentes-jovens[21];

b) De 18 a 24 anos: jovens-jovens;

c) De 25 a 29 anos: jovens adultos.

Para os objetivos pretendidos na pesquisa, optou-se por desconsiderar a faixa etária de 15 a 17 anos, por entender que esta etapa – a adolescência – possui características distintas e particulares, que não se coadunariam com os objetivos propostos para esta investigação.

Assim, o universo da pesquisa concentra-se na faixa etária de 18 a 29 anos, período em que os jovens geralmente realizam seus estudos universitários (quando conseguem se inserir nesse nível), profissionalizam-se, integram-se ao mercado de trabalho (se já não o fizeram precocemente, como se verifica na realidade brasileira) e formam novas famílias. Ou seja, assumem responsabilidades reservadas à fase adulta.

Em relação à amostra pesquisada, optou-se por abarcar a totalidade dos jovens entre 18 e 29 anos residentes nos municípios considerados mais desenvolvidos econômica e socialmente, conforme critérios detalhados na sequência, escolhidos dentre os 21 municípios que compõem a microrregião de Toledo.

Através de amostragem intencional, optou-se por escolher os municípios que possuíssem os índices mais elevados em termos de desenvolvimento econômico e social com o objetivo de verificar, posteriormente, quais seriam as formas de inserção dos jovens neles residentes. Assim, os critérios utilizados foram:

[21] Observe-se que os adolescentes dessa faixa etária estão incluídos entre os sujeitos de direito também protegidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, de 13/07/1990.

a) Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*: no que diz respeito ao desenvolvimento econômico dos municípios, o Produto Interno Bruto (PIB) é um indicador utilizado para medir o valor total da produção de riqueza (bens e serviços) de um país ao longo de um ano. Para calcular o PIB *per capita*, o total é dividido pelo número estimado de habitantes. Os dados apresentados no Quadro 03 se referem ao ano 2010, fornecidos pelo IBGE e IPARDES;

b) Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M): é um indicador utilizado para, em certa medida, englobar outros aspectos relativos ao desenvolvimento para além do econômico. Ele agrega o PIB *per capita*, corrigido pelo poder de compra da moeda de cada país, a outros componentes, como a longevidade e a educação. Para aferir a longevidade, o indicador utiliza números de expectativa de vida ao nascer. O item educação é avaliado pelo índice de analfabetismo e pela taxa de matrícula em todos os níveis de ensino. Essas três dimensões têm a mesma importância no índice, que varia de zero a um, sendo 1 (um) o índice mais elevado (PNUD BRASIL, 2013). O quadro a seguir demonstra como se configuram esses índices dentre os municípios da microrregião de Toledo com base nos dados do Censo 2010;

c) Índice IPARDES de Desempenho Municipal (IPDM): criado pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social para avaliar a situação dos municípios paranaenses, considerando-se três áreas essenciais para se atingir o desenvolvimento econômico e social: 1) emprego, renda e produção agropecuária; 2) educação; e 3) saúde. Conforme o IPARDES (2012), o desempenho municipal é expresso por um índice cujo valor varia entre 0 (zero) e 1 (um), sendo que, quanto mais próximo de 1, maior o nível de desempenho do município com relação ao referido indicador ou o índice final. Com base no valor do índice, os municípios são classificados pelo IPARDES em quatro grupos: baixo (0 a < 0,4); médio baixo (0,4 a < 0,6); médio (0,6 a < 0,8); e alto (0,8 a 1);

d) Consumo de energia elétrica: trata-se de um elemento fundamental para a promoção do desenvolvimento de um país, região ou município. Goldemberg (1998) explica que quando o consumo de energia comercial *per capita* anual se eleva para valores acima de 2 TEP[22] ou mais, o que ocorre por exemplo nos países desenvolvidos, os índices relativos às condições sociais melhoram significativamente. Os dados relativos ao consumo de energia elétrica total foram fornecidos pela Companhia Paranaense de Energia (COPEL, 2011) e o cálculo *per*

[22] Tonelada Equivalente de Petróleo (TEP): é uma unidade de energia utilizada na comparação do poder calorífero de diferentes formas de energia com o petróleo. Uma TEP corresponde à energia que se pode obter a partir da combustão de uma tonelada de petróleo padrão. No caso da energia elétrica, usualmente contabilizada em "quilowatt hora" (kWh), a relação entre as duas unidades é: 1 tep = 11.628 kWh (ANEEL, 2008, p. 143-144).

capita foi realizado pela autora em função da população censitária de cada município (IBGE, 2010);

e) Taxa de analfabetismo entre os jovens de 20 a 29 anos: a alfabetização é um direito humano fundamental e constitui a base para toda uma vida de aprendizagem. É essencial para o desenvolvimento humano e social na medida em que capacita indivíduos, famílias e comunidades a transformar vidas, pois é um instrumento de empoderamento (*empowerment*) que permite a melhoria da qualidade de vida das pessoas. A alfabetização também está relacionada ao intercâmbio de conhecimento, juntamente com o avanço da tecnologia, pois permite a participação social e política das pessoas em redes de comunicação através do mundo, possibilitando o debate e a troca de ideias (UNESCO, 2013). Os dados utilizados foram obtidos através do último Censo Demográfico (IBGE, 2010).

A partir desses critérios, apresenta-se o seguinte quadro, no qual os municípios portadores dos índices mais elevados aparecem em ordem vertical decrescente:

Quadro 03. Classificação dos municípios conforme critérios para seleção da amostra

PIB *per capita* (IBGE/ IPARDES, 2010)	**IDH-M (PNUD, 2013)**	**IPDM (IPARDES, 2010)**	**Consumo de energia elétrica por habitante (COPEL, 2011)**	**Taxa de analfabetismo Jovens de 20 a 29 anos (IBGE, 2010)**	**Frequência dos municípios conforme os critérios**
Palotina R$ 33.131,00	Marechal C. Rondon 0,774	Palotina 0,8215	Palotina 5,41 Mwh	Quatro Pontes 0,37%	Palotina, Maripá, Toledo e Marechal C. Rondon (5 vezes) Entre Rios do Oeste e Quatro Pontes (4 vezes) Pato Bragado (3 vezes) Nova Santa Rosa (2 vezes) Tupãssi e Mercedes (1 vez)
Maripá R$ 28.425,00	Palotina 0,768	Toledo 0,8178	Maripá 4,32 Mwh	Toledo 0,75%	
Entre Rios do Oeste R$ 22.956,00	Toledo 0,768	Entre Rios do Oeste 0,7961	Quatro Pontes 4,28 Mwh	Marechal C. Rondon 1,01%	
Marechal C. Rondon R$ 22.331,00	Entre Rios do Oeste 0,761	Pato Bragado 0,7922	Toledo 4,11 Mwh	Palotina 1,13%	
Toledo R$ 20.571,00	Maripá 0,758	Nova Santa Rosa 0,7852	Entre Rios do Oeste 3,63 Mwh	Nova Santa Rosa 1,13%	
Quatro Pontes R$ 19.546,00	Pato Bragado 0,747	Maripá 0,7714	Marechal C. Rondon 3,55 Mwh	Maripá 1,14%	
Tupãssi R$ 19.394,00	Quatro Pontes 0,742	Marechal C. Rondon 0,7681	Mercedes 3,51	Pato Bragado 1,16%	

Fonte: Dados da pesquisa compilados pela autora (2013).

Inicialmente prevista para abranger cinco municípios, a amostra foi expandida aos seis municípios considerados mais desenvolvidos econômica e socialmente na microrregião, uma vez que o quinto e o sexto colocados – Entre Rios do Oeste e Quatro Pontes - ficaram empatados em relação aos critérios adotados. Assim, após essa decisão metodológica, têm-se os seguintes municípios como amostra, classificados por população censitária.

Quadro 04. População total e população de jovens de 18 a 29 anos dos municípios selecionados para amostra – IBGE/2010

Municípios	População censitária total (IBGE, 2010)	População de jovens de 18 a 29 anos (IBGE, 2010)	% de jovens de 18 a 29 anos em relação à população total
Toledo	119.313	26.509	22,21%
Marechal Cândido Rondon	46.819	9.707	20,73%
Palotina	28.683	6.001	20,92%
Maripá	5.684	999	17,57%
Entre Rios do Oeste	3.926	733	18,67%
Quatro Pontes	3.803	679	17,85%

Fonte: Dados da pesquisa compilados pela autora (IBGE, 2010).

A partir dos dados acima, observa-se que a população de jovens na faixa etária de 18 a 29 anos é expressiva na microrregião de Toledo, representando em média 20% da população total, o que reforça a importância da investigação. Porém, essa porcentagem de jovens diminui na medida em que os municípios se tornam menores e menos populosos, indicando uma tendência à concentração dos jovens em municípios que representam maiores oportunidades de estudo e de trabalho e, consequentemente, de melhores condições de vida.

Nessa linha de raciocínio, uma vez definidas as fontes e as técnicas de coleta de dados, bem como o universo e a amostra da pesquisa, o próximo item procura explicar o processo de análise e interpretação dos dados.

1.6.3 Interpretação e análise dos dados

Para facilitar a compreensão, os dados estatísticos e quantitativos são apresentados sob a forma de gráficos e quadros. No entanto, eles não foram objeto de aplicação de modelos matemáticos, pois a análise dos mesmos possui natureza qualitativa e procura estabelecer

conexões imprescindíveis entre as informações obtidas sobre as diferentes coletividades geracionais jovens e as possibilidades/limites de sua inserção no processo de desenvolvimento regional, bem como determinar as perspectivas de mudança social na região.

Assim, a etapa de interpretação e análise procura organizar, considerar e interpretar os dados obtidos a partir da abordagem qualitativa, pois a mesma permite o reconhecimento e a análise de diferentes significados, além da reflexão do (a) pesquisador (a) a respeito de suas pesquisas como parte do processo de produção do conhecimento (FLICK, 2009). O exame dos dados na perspectiva qualitativa, segundo Huberman e Miles (1991), deve ser feito em três etapas: condensar os dados (codificar, reduzir), apresentar e, finalmente, formular e verificar as conclusões.

A partir da análise qualitativa dos dados, o objetivo é encontrar as relações entre os mesmos e a fundamentação teórica estudada, chegando a generalizações baseadas nas análises de relações, condições e processos encontrados na realidade investigada (FLICK, 2009). Não se trata de procurar transferir as descobertas de um contexto a outro, mas de delinear critérios e formas de julgá-las pertinentes a um dado contexto a fim de fundamentar cientificamente novos rumos e decisões de políticas públicas para a o desenvolvimento da região, incluindo todas as parcelas de sua população.

De tal modo, para atingir os objetivos propostos para essa investigação, o próximo capítulo procura fundamentar teoricamente as categorias que constituem a base da presente tese, ou seja, o desenvolvimento regional, as coletividades geracionais jovens, a inserção e a mudança social, fundamentando o estudo numa revisão da literatura clássica e contemporânea, procurando construir o denominado “estado da arte” sobre o tema.

2. A PROBLEMÁTICA DE PESQUISA NA LITERATURA: JUVENTUDE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

> "Knowledge is an assortment of relatively disconnected (but internally reasoned) fragments, partially formed constellations of ideas and attitudes that are picked up, worked on for a time, then pushed aside again as the tide of social change sweeps along." (SCOTT, 2000, p. 496).

Para desvendar as possíveis relações existentes entre juventude e desenvolvimento regional faz-se necessário realizar algumas opções teóricas sobre o recorte de análise dessas categorias. Em relação à juventude, o debate tem como centralidade o foco geracional. Segundo Castro (2008), nesse campo de análise existem duas concepções principais, sendo a primeira referente ao tratamento da questão geracional a partir de uma perspectiva relacional, na qual o "jovem" encontra-se em oposição ao "adulto" ou ao "velho", em disputas por posições e diferenças relativas à distribuição dos bens na sociedade[23].

A segunda possibilidade de análise baseia-se na obra de Mannheim (1928)[24], que compreende a questão geracional a partir da convivência de pessoas que constituem gerações distintas num determinado contexto histórico, social e político. Seria, então, para o autor, uma categoria social construída e representaria certas formas de realização dos indivíduos e de criação de novas alternativas de vida em sociedade (CASTRO, 2008).

Assim, para esta tese adotou-se a segunda perspectiva sobre o conceito de gerações, cuja base teórica parte desse importante filósofo e sociólogo húngaro do século XX, Karl Mannheim, na tentativa de compreender e de identificar as diferentes coletividades geracionais jovens. Ainda nesse momento teórico, entendeu-se importante explicitar o que significaria o conceito de mudança social com o qual se trabalhou no decorrer do estudo.

Em relação à categoria desenvolvimento regional, o fundamento teórico escolhido repousa nas teorias do desenvolvimento endógeno. O desenvolvimento é um processo complexo, que não se restringe aos indicadores de crescimento econômico e de aumento da

[23] Sobre esse ponto de vista teórico sobre juventude, consultar Bourdieu (1983) e Champagne (1979).
[24] MANNHEIM, Karl. **El problema de las generaciones.** (p. 193-242). Artículo Original «Das Problem der Generationen» (1928), *Kolner Vierteljabreshefte für Soziologie*, VII, 2: 157-185; 3: 309-330.

renda, mas inclui outros aspectos como a melhoria das condições de vida das populações, justa distribuição de bem estar e igualdade de oportunidades a todos os membros de uma sociedade, buscando uma progressiva redução das desigualdades sociais, a garantia de direitos humanos e o usufruto das liberdades individuais e coletivas (FURTADO, 2009; SEN, 2000; ONU, 1986).

Assim, o objetivo do presente capítulo é traçar um panorama sobre as concepções teóricas relativas à juventude sob a perspectiva de Karl Mannheim e à mudança social, bem como sobre o desenvolvimento regional, percorrendo as principais teorias e correntes de pensamento que demarcaram historicamente as respostas a questionamentos como, por exemplo, por que algumas regiões se desenvolvem e outras permanecem estagnadas? Quais os fatores que potencializam e quais os principais entraves ao desenvolvimento? Que elementos tangíveis e intangíveis contribuem para o processo de desenvolvimento de uma região?

Numa perspectiva complementar e tendo em vista a utilização muitas vezes indiscriminada de termos como "desenvolvimento regional" e "desenvolvimento local", entendeu-se ser necessário esclarecê-los brevemente, pois no decorrer da pesquisa bibliográfica, percebeu-se que esses termos trazem consigo diferenças profundas, que variam conforme as diferentes escolas de pensamento, existentes em distintos momentos históricos nos diversos países e regiões, tornando-se verdadeiros paradigmas sob os quais são planejadas e implementadas determinadas políticas públicas de desenvolvimento.

Além desses aspectos, procura-se ainda descrever suscintamente o que se compreende pela categoria "inserção dos jovens", relacionando-a principalmente ao processo de desenvolvimento. Dessa forma, a intenção do presente capítulo é fornecer um quadro teórico básico sobre o qual se fundamenta a pesquisa.

2.1 A JUVENTUDE E O PROBLEMA DAS GERAÇÕES EM MANNHEIM

Pensadores clássicos e contemporâneos parecem concordar que a obra de Karl Mannheim (1928) é um dos marcos mais importantes para as pesquisas sociológicas sobre gerações. No início do século XX, período em que realizou seus estudos, o autor fez uma retrospectiva do tratamento teórico dado ao problema das gerações, sob o ponto de vista do

positivismo, principalmente pautado em autores franceses, e sob a visão histórico-romântica, em cuja base se encontram os autores alemães, propondo um terceiro e inovador entendimento teórico sobre o tema.

Sob a concepção positivista[25], que procura quantificar a questão e possui uma visão retilínea do progresso, a sucessão de gerações ocorre como um fluxo contínuo baseado num dado biológico. Busca encontrar o tempo médio no qual uma geração é substituída por uma nova na vida pública - aproximadamente trinta anos - e, sobretudo, encontrar o ponto de início natural no qual se procede a um corte na história, a partir do qual se deve começar a contar (WELLER, 2010). Assim, o ritmo da história estaria baseado na lei biológica, na idade e suas etapas, representando-se a velhice como conservadora e a juventude em seu aspecto tempestuoso (MANNHEIM, 1928).

Por outro lado, a visão histórico-romântica tem por base teórica os impulsos conservadores dos românticos aliada ao historicismo alemão, ou seja, às Ciências do Espírito (MANNHEIM, 1928, p. 198). Em relação à questão geracional, essa concepção busca uma contraprova à linearidade do fluxo temporal da história apresentada pelos positivistas e prioriza a abordagem qualitativa ao estudar o problema. Dentre seus principais defensores, Mannheim cita W. Dilthey (1922), que discorre sobre a dimensão qualitativa do tempo e sobre a questão da contemporaneidade, compreendida no sentido de que aqueles indivíduos que experimentam as mesmas influências, diretrizes culturais e situação político-social seriam considerados contemporâneos. O autor ainda explica que haveria as mesmas possibilidades em cada geração no mundo todo, porém os resultados produzidos por cada uma se diferenciariam devido aos diferentes grupos de condições, tais como a situação cultural, as circunstâncias sociais e políticas (MANNHEIM, 1928). Nesse sentido, preconiza que os fenômenos da contemporaneidade e da simultaneidade cobram um sentido mais profundo do que o meramente cronológico (WELLER, 2010, p. 208).

Mannheim pauta-se também na obra de W. Pinder (1925) para explicar a visão histórico-romântica da questão geracional. Esse historiador de arte alemão partilhava do entendimento de que várias gerações podem viver no mesmo tempo cronológico, pois cada geração possui uma unidade qualitativa formada pela vivência num tempo interior em que o qualitativo é diferente para cada uma. Assim ele explica a "não contemporaneidade dos contemporâneos". O autor ainda discorre sobre o "acontecer histórico" como um conjunto de

[25] Os principais autores franceses citados por Mannheim (1928) são Hume, A. Comte, A. Cournot, J. Dromel, G. Ferrari e F. Mentré.

fatores constantes (cultura, nação, tribo, família, individualidade) e de fatores temporais (intelectualidades determinantes, influências, relações) em constante inter-relação.

Desse modo, para Pinder (1925, *apud* MANNHEIM, 1928, p. 201), cada geração possui uma "enteléquia"[26], ou seja, uma "intelectualidade própria". Mannheim adota esse conceito em seu estudo, afirmando que as gerações político-sociais tem um princípio formativo, ou seja, um dispositivo uniforme que as impulsiona.

Segundo Weller (2010, p. 209),

> A enteléquia de uma geração representa a expressão do sentimento genuíno do significado da vida e do mundo, de seus objetivos internos ou de suas "metas íntimas" (cf. Mannheim, 1993: 201/518) que estão relacionadas ao "espírito do tempo"[27] de uma determinada época ou ainda à sua desconstrução [...]. (grifos da autora)

Mannheim (1928) destaca que essa corrente romântica alemã oculta o fato de que entre as esferas natural e espiritual existe o plano das forças sociais, ou seja, o espaço das relações sociais nas quais os homens se encontram entre si e a partir das quais suas lutas reais produzem "enteléquias". Também aponta o equívoco dos pesquisadores ao tentar fixar um ritmo das gerações com intervalos confiáveis para todos os casos, mas reforça que o ritmo biológico é importante porque a partir dele se produz o acontecer social e seu efeito sobre o fenômeno das gerações.

Na análise de Weller (2010), a noção de "não contemporaneidade dos contemporâneos" e de "enteléquia geracional" constituem categorias centrais para Mannheim no desenvolvimento de seu estudo sociológico sobre o problema das gerações. Após traçar o panorama teórico sobre a questão, Mannheim (1928) propõe uma terceira visão sobre o problema geracional: o ponto de vista estritamente sociológico como esfera intermediária de análise multidimensional das gerações.

Nesse sentido, o autor constrói conceitos chave para a compreensão do tema: posição geracional, conexão geracional e unidade geracional. Explica que a unidade geracional não

[26] O termo "enteléquia", utilizado pela Filosofia, pode ser compreendido como "[...] uma substância, uma habilidade ou uma força direcionada com exatidão que regula ou provoca o desenvolvimento posterior do organismo" (ZINNECKER, 2002, p. 74 *apud* WELLER, 2010, p. 209).

[27] Segundo Ortega y Gasset (1928 *apud* MANNHEIM, 1928, p. 201), o "espírito do tempo" (ou do "mundo vigente") são convicções comuns a todos os homens que vivem numa determinada época. Para Mannheim (1928, p. 233), o "espírito do tempo", entendido como a concatenação contínua e dinâmica das "conexões geracionais" que se sucedem entre si, tem o sentido de "unidade dinâmico-antinômica" de uma época.

consiste numa união que objetive a formação de "grupos concretos", embora ocasionalmente a unidade de uma geração possa se converter em base para estabelecer esse processo.

A posição geracional fundamenta-se na existência do ritmo biológico no "ser em si" do homem, nos fatos da vida e da morte e no fator idade. Uma pessoa se encontra numa posição parecida com a de outros na corrente histórica do acontecer social devido a pertencer a uma geração, a ter nascido em anos próximos, porém a mera contemporaneidade biológica não basta para constituir uma posição geracional: há que partilhar da mesma comunidade de vida e por isso é algo potencial (MANNHEIM, 1928, p. 208).

O autor explica que há uma tendência dos indivíduos a ter determinados modos de conduta, sentimentos e pensamentos, que são inerentes a cada posição geracional. Alerta ainda que só se possa falar em "afinidade de posição" de uma geração inserida num mesmo período de tempo quando e na medida em que há possibilidade de uma potencial participação nos sucessos e vivências comuns e vinculadas, sendo que essas não se acumulam por adição e amontoamento, mas se articulam dialeticamente (MANNHEIM, 1928, p. 216).

Nesse sentido, o que caracteriza uma posição comum daqueles nascidos em um mesmo tempo cronológico é a potencialidade ou possibilidade de presenciar os mesmos acontecimentos, de vivenciar experiências semelhantes e, principalmente, de processar esses acontecimentos ou experiências de forma semelhante (WELLER, 2010).

Além da posição geracional, Mannheim (1928) discorre sobre a necessidade de uma vinculação mais concreta, uma prática coletiva, que só ocorre através da conexão geracional. Esta consiste num atrelamento mais profundo dos indivíduos uns com os outros, participando no destino e nos conteúdos conectivos comuns dessa unidade histórico-social. A conexão ocorre entre indivíduos agregados a uma geração por sua posição quando os conteúdos sociais reais e os conteúdos espirituais estabelecem um vínculo real entre os mesmos.

O autor compara a conexão geracional à "situação de classe", ou seja, "[...] uma afinidade de posição que estão destinados a ter determinados indivíduos dentro do contexto econômico e de poder de sua respectiva sociedade" (MANNHEIM, 1928, p. 207). O fenômeno sociológico da conexão geracional se fundamenta no ritmo biológico, mas o autor a compreende como um tipo específico de posição social e alerta para o fato de que no âmbito da mesma conexão geracional podem formar-se várias unidades geracionais que lutam entre si em posições opostas.

Mannheim (1928) teoriza sobre a unidade geracional como sendo uma adesão muito mais concreta que a conexão geracional. Para o autor, dentro de uma conexão diferentes grupos que realizam suas vivências de um modo diverso constituem, em cada caso, distintas "unidades geracionais". As unidades podem nascer dentro das comunidades que possuem a mesma posição geracional e que participam no destino comum e de seus conteúdos conectivos. Elas se caracterizam por um modo de reagir unitário, num mesmo sentido ou por reação homogênea e não são formas acabadas, pois sua compreensão deve ocorrer no contexto das correntes de "enteléquias".

Segundo o autor, os fatores que favorecem a unidade geracional são conteúdos psíquico-espirituais, as tendências formativas, as intenções vinculantes básicas e os princípios configuradores (visão, sentimento e significados comuns). É importante ressaltar que a unidade geracional não existe como um grupo concreto, mesmo que seu embrião possa se formar por meio de um.

A análise de Weller (2010) demonstra que para a teoria mannheimiana as unidades de geração desenvolvem perspectivas, reações e posições políticas diferentes em relação ao mesmo problema dado. Caracterizam-se pela diversidade de ações dos sujeitos e pela adoção de estilos de vida distintos, mesmo vivendo em um mesmo meio social. Identificam-se pelas intenções primárias documentadas nas ações e expressões desses grupos, ou são atores coletivos envolvidos em um processo de constituição de gerações. "A composição de gerações é, portanto, um processo sociogenético contínuo, no qual estão envolvidos tanto grupos concretos, como a experiência adquirida em contextos comunicativos [...]" (SCHÄFFER, 2003, p. 66 *apud* WELLER, 2010, p. 216).

Assim, o vínculo geracional compõe-se de um ritmo biológico aliado a condições socioeconômicas como base comum, ou seja, a um determinado campo de ação e de acontecimentos possíveis que produzem uma forma específica de viver e de pensar, uma forma peculiar de intervenção no processo histórico (WELLER, 2010).

Ainda segundo o pensamento mannheimiano, a sucessão de gerações como um processo dinâmico e interativo ocorre através de cinco aspectos que distinguem uma sociedade marcada por mudanças geracionais (MANNHEIM, 1928, p. 211-221). São eles:

a) A constante irrupção de novos portadores de cultura: a criação e a acumulação de cultura não ocorrem a partir dos mesmos indivíduos porque há novos e constantes "anos de nascimento". A entrada de novas pessoas obstrui os bens constantemente acumulados e

produz nova seleção e revisão no campo do que está disponível (WELLER, 2010), sendo esses novos portadores os responsáveis pela vitalidade e dinamicidade das sociedades.

b) A saída constante dos portadores de cultura anteriores: para a continuação da vida em sociedade, a recordação social é tão necessária quanto o esquecimento ou a irrupção de novos atos e atores. As vivências passadas podem estar presentes de forma consciente, orientando ações e condutas dos indivíduos em sociedade; ou de forma inconsciente, como é o caso das experiências passadas e conhecimento implícito acumulado. Mannheim elabora assim uma definição não biológica da velhice e das diferenças entre as velhas e novas gerações, explicando que "velho" é alguém que vive num contexto de experiências específicas, auto adquiridas e pré-formativas; "jovem" é aquele em que as forças configuradoras estão se constituindo, as intenções primárias e a forte impressão de novas situações ainda precisam ser processadas (WELLER, 2010, p. 212).

c) Os portadores de uma conexão geracional concreta só participam em um período do processo histórico temporalmente delimitado: os novos nascimentos são importantes para renovar as capacidades e possibilidades de uma dada sociedade de formular um novo destino e novas expectativas a partir de um novo contexto de experiência. Mannheim (1928, p. 216) destaca a questão da "estratificação da vivência", conceituada por ele como a participação nos mesmos sucessos, mesmos conteúdos vitais, mesma modalidade de estratificação da consciência, explicando que apenas a contemporaneidade cronológica não basta para construir posições geracionais afins. O autor ainda afirma que devido às primeiras impressões recebidas na juventude, duas gerações que se seguem entre si combatem sempre, no mundo e em si mesmas, cada uma a um antagonista distinto.

d) A necessidade da tradição e da transmissão constante dos bens culturais acumulados: para Mannheim (1928, p. 217), o mais importante em toda tradição é fazer com que as novas gerações cresçam no seio dos comportamentos vitais, dos conteúdos sentimentais e das disposições que herdaram. O autor destaca o papel e o desafio das gerações mais velhas em relação às mais novas, assim como das instituições de ensino no sentido de superação da tensão entre as orientações ou visões de mundo distintas de cada geração. Não é somente o professor que educa o aluno, mas o aluno também educa o professor, pois as gerações estão em constante interação e troca de papéis (WELLER, 2010, p. 213).

e) O caráter contínuo da mudança geracional: Mannheim (1928, p. 220) ressalta que as gerações que se enfrentam não são as mais jovens com as mais velhas e sim aquelas que estão

mais próximas entre si - as "gerações intermediárias", pois são estas que se influenciam mutuamente. O intervalo de 30 anos para caracterizar uma geração, defendido por vários pesquisadores do tema, não é decisivo segundo o autor, pois todos os níveis intermediários se conjugam, todos influem e ainda que não cheguem a neutralizar essa distância, ao menos equilibram a diferenciação biológica entre as gerações de uma sociedade. O autor afirma ainda que quanto mais dinâmica é uma sociedade, mais o reflexo da problemática das gerações jovens sobre as mais velhas se faz dominante porque as forças sociais paralisam os fatores biológicos naturais que caracterizam a idade.

No sentido de retomada dos elementos mais relevantes da teoria das gerações proposta por Mannheim (1928), é importante ressaltar que cada posição geracional e cada ano de nascimento não criam, a partir deles mesmos e em sua medida, novos impulsos e novas tendências formativas. A factibilidade biológica da mudança geracional somente oferece a possibilidade de enfrentamento genérico com as intelectualidades geracionais. É preciso ativar a potencialidade da posição que está adormecida e a intensidade dessa ativação, que está conectada com a velocidade da dinâmica social.

Se isso ocorre, tem-se o que o autor denomina de "novo estilo geracional", que pode ter dois níveis. No primeiro, a unidade geracional configura suas obras e feitos mediante um impulso novo que ela mesma produziu, porém não tem consciência disso como uma unidade geracional; no segundo nível, a unidade geracional se torna consciente e se cultiva.

Quanto ao dinamismo da sociedade, Mannheim (1928, p. 229) explica que quanto mais acelerado, mais haverá oportunidade para que determinadas posições geracionais reajam a partir de sua nova situação geracional e com uma "enteléquia" própria frente às transformações. Por outro lado, um tempo excessivamente acelerado pode levar ao sepultamento dos embriões das intelectualidades geracionais, o que nos remete à reflexão sobre a aceleração do tempo na contemporaneidade e o excesso de informações disponíveis em todo lugar e a todo o momento.

Ainda sobre a formação de "enteléquias" geracionais, Mannheim (1928, p. 234-235) as considera como uma relação de tensão dinâmica, pois as verdadeiras intelectualidades se deixam ver em primeiro lugar nas correntes, que são polaridades fundamentais possuidoras de intenções básicas específicas pautadas em princípios formativos duráveis. Então, no seio dessas intelectualidades abrangentes e duradouras das correntes, as novas unidades geracionais constroem suas "intelectualidades de geração". Ainda para o autor, as

“enteléquias” próprias geradas pelas unidades geracionais não são compreensíveis por si mesmas, pois só podem ser captadas no elemento próprio das intelectualidades das correntes, ou seja, uma intelectualidade de corrente precede uma intelectualidade geracional.

Assim, Mannheim (1928, p. 238) resume suas ideias do ponto de vista sociológico, explicando que em circunstâncias favoráveis se faz possível construir a intelectualidade de uma geração e que com ela vem sempre, e em primeiro lugar, os oscilantes estratos médios e, após, o estrato dos literatos. Varia de um caso a outro o modo concreto com que cada indivíduo particular resolve sua luta tripartite entre sua própria índole, a postura espiritual que esteja mais socialmente de acordo com ela e, por último, a corrente que se destaca chegando a ser a dominante nessa época concreta.

Weller (2010) destaca que o estudo de Mannheim não se detém apenas ao problema concreto das gerações, mas almeja um segundo interesse sociológico voltado para a busca de um método ou de um procedimento adequado para analisar a questão.

Segundo a autora, as principais contribuições de Mannheim são, em primeiro lugar, sua elaboração teórica sobre a posição, a conexão e a unidade geracional, que rompe com a ideia de uma unidade de geração concreta e coesa, levando os pesquisadores a centrar suas análises nas intenções primárias documentadas nas ações e expressões de determinados grupos. Essa constatação permite indagar sobre as motivações dos atores envolvidos em um processo de constituição de gerações, levando-se em conta a análise da conjuntura histórica, política e social (nível macro) e o estudo sobre o conhecimento adquirido por esses atores nos espaços sociais de experiências coletivas (nível micro).

A segunda contribuição de Mannheim diz respeito à proposta de um caminho teórico-metodológico para a pesquisa sobre gerações numa perspectiva multidimensional de análise das relações sociais e geracionais, repensando o processo de construção de instrumentos analíticos capazes de mapear e de dar forma à singularidade das experiências concretas, que carecem de análises teóricas (WELLER, 2010, p. 219-220).

Nesse sentido, para a compreensão do processo de inserção dos jovens como atores do desenvolvimento da microrregião de Toledo e as possibilidades de mudança social recorre-se às ideias de Mannheim, pois para ele,

> O fenômeno geracional é um dos fatores básicos na realização do dinamismo histórico. O estudo do funcionamento combinado das forças que operam conjuntamente é de *per si* um conjunto problemático unitário sem cujo

> esclarecimento não é possível compreender a história e seu futuro (1928, p. 240).

Dessa forma, é importante demarcar que, de antemão, não se pode supor que a juventude seja em si mesma inovadora e a velhice conservadora, pois "conservador" e "progressista" são categorias histórico-sociológicas que estão orientadas por uma determinada dinâmica histórica de conteúdo concreto, enquanto que "jovem" e "ancião" são categorias pensadas a partir da sociologia formal. Assim, entende-se que os fatos biológicos, como "ser jovem" ou "ser velho", não implicam imediatamente em determinados modos de comportamento, mas sim em tendências formais que podem ou não converter-se em relevantes nos elementos sociais e espirituais (MANNHEIM, 1928, p. 215-216).

De um lado, tem-se o conhecimento implícito acumulado e transmitido de geração para geração com suas leituras e reinterpretações; por outro lado, entende-se a necessidade de compreensão do problema das gerações como um processo dinâmico, como uma complexa interação existente entre distintos fatores constitutivos dessas mesmas gerações (WELLER, 2010).

Assim, a incorporação da perspectiva geracional para se compreender as diferentes "juventudes" considera, além do dado biológico e concreto que se materializa em determinados anos de nascimento, a forma particular na qual se produzem os sujeitos em cada grupo social e em relação a cada campo específico, identifica os acontecimentos e os processos históricos que marcam uma determinada geração de novos membros de uma sociedade e ainda considera as particularidades de classe, espaço e gênero (GHIARDO, 2004). Nesse sentido, ao se tratar das relações geracionais no processo de desenvolvimento regional, pretendeu-se compreender como e se essas relações propiciam ou não uma dinâmica de mudança social no espaço e nas estruturas regionais.

Segundo Feixa e Leccardi (2010, p. 189), Mannheim compreende as gerações como dimensão analítica para o estudo da dinâmica das mudanças sociais, de modelos de pensamento e de ação de uma determinada época. Estes elementos se constituem em produtos específicos, capazes de produzir mudanças sociais, originárias do embate entre o tempo biográfico e o tempo histórico. Simultaneamente, as gerações podem ser consideradas como resultado de descontinuidades históricas e, portanto, de mudanças.

O conceito de mudança social pode ser entendido como a:

> [...] diferença entre os vários estados sucessivos da sociedade considerando um mesmo sistema, sendo que a mudança poderia variar em intensidade – nos níveis macro, meso, micro e ainda em segmentos distintos como economia e cultura – ou nos componentes da estrutura, a saber: mudança na composição dos elementos fundamentais (como quantidade e variedade de indivíduos e suas funções); mudança na inter-relação entre esses elementos; mudança nas funções dos elementos fundamentais no sistema como um todo; mudança de limites; mudança nas relações entre subsistemas e no meio ambiente. [...] As chamadas mudanças na estrutura seriam as que mais levariam à mudança do sistema. (GHANEM JÚNIOR, 2012, p. 01-02).

As causas da mudança social são múltiplas e complexas, sendo difícil explicá-las somente a partir de um ponto de vista teórico. Assim, os fatores econômicos, políticos, demográficos, ideológicos, tecnológicos, dentre outros se entrelaçam numa sequência circular de causa e efeito de modo a dificultar a identificação de uma prioridade causal provocadora do processo de mudança social (CHINOY, 2006).

Colognese (2011) aponta para a necessidade de se perceber as continuidades e rupturas simultâneas existentes na interação entre as gerações, pois a problemática da mudança social não é derivada de possíveis características das gerações em si mesmas, mas sim do contexto das relações que envolvem os diferentes arranjos geracionais.

Nesse sentido, as fontes de mudança social podem ser exógenas, ou seja, provenientes de forças externas, ou endógenas, aquelas que nascem e se fortalecem no interior da própria sociedade em movimento. Todavia, é necessário considerar que atualmente o processo de intercâmbio e troca de influências culturais e sociais entre as diferentes regiões e nações vêm se intensificando de forma que se tornou praticamente impossível filtrar os estímulos externos de mudança.

Entretanto, no âmbito interno de uma sociedade, existem sempre pontos de tensão que constituem fontes potenciais de mudança que podem assumir múltiplas formas: o conflito de interesses, os valores diferenciados, a privação social, a incapacidade ou a impossibilidade de se alcançar metas com os meios disponíveis, dentre outras. Essas tensões nem sempre provocam mudança, pois podem ser contidas de várias formas como, por exemplo, com repressão política, com papéis sociais pré-determinados, com sanções religiosas, etc. Se não forem contidas, as pressões oriundas dessas tensões podem rejeitar a tradição e as hierarquias sociais estabelecidas, tentando introduzir novas formas de pensar ou até mesmo alterar a estrutura social vigente (CHINOY, 2006).

No caso dessa investigação, entende-se o conceito de mudança social de forma mais restrita, com foco nos componentes da estrutura de uma dada sociedade, como por exemplo, se há indícios de alteração na composição de elementos fundamentais, ou seja, na variedade de indivíduos, seus componentes geracionais e suas funções, bem como se existem elementos indicativos de modificações na inter-relação entre esses elementos, ressaltando as gerações jovens.

Assim, o objeto da pesquisa centra-se num dos fatores endógenos que podem ou não serem geradores do processo de mudança social – as coletividades geracionais jovens -, pois dependendo do tipo de relações intergeracionais estabelecidas e de como essas novas gerações são inseridas na dinâmica de desenvolvimento de uma região, existem possibilidades maiores ou menores de mudança social.

Desse modo, dentre as forças propulsoras do desenvolvimento, procura-se analisar o quanto as relações geracionais podem ser importantes para se pensar o processo de mudança social de uma região. Nessa linha de pensamento, entende-se que a entrada de novas pessoas numa determinada sociedade tem o potencial de propiciar renovação, vitalidade e dinamicidade.

Deste modo, a partir das noções acima esboçadas sobre o que se compreende teoricamente por juventude, grupos geracionais jovens e sua potencialidade para a mudança social, pretende-se, a seguir, discutir sobre a categoria desenvolvimento regional. Por que algumas regiões se desenvolvem e outras permanecem estagnadas? Quais os fatores que potencializam e quais os principais entraves ao desenvolvimento? Que elementos tangíveis e intangíveis contribuem para o processo de desenvolvimento de uma região? Estas questões circundam o objeto de estudo das principais teorias sobre o desenvolvimento regional.

2.2 DESENVOLVIMENTO REGIONAL: TEORIAS E CONCEPÇÕES

Conforme a literatura especializada, ao se estudar as dinâmicas e fatores que poderiam promover o desenvolvimento de uma região, tem-se duas linhas teóricas principais: os modelos de localização e as teorias do crescimento/desenvolvimento regional.

Os modelos de localização conferem importância fundamental aos custos de transporte na determinação da localização de um determinado empreendimento ao combinar os fatores de produtividade da terra, a distância dos mercados e os custos de transporte (LIBERATO, 2008). Dessa forma, os autores das teorias denominadas espaciais ou de localização objetivavam construir modelos explicativos que indicassem as razões das disparidades territoriais ou da concentração das atividades produtivas (DALLABRIDA, 2010).

Por outro lado, as teorias do crescimento/desenvolvimento possuem formas de análise do objeto coexistentes, mas com diferenças, pois as teorias do crescimento regional são essencialmente macroeconômicas, mas diferem de enfoque no que diz respeito ao território, ou seja, pode-se compreendê-las como fundamentação dos fatores locais da teoria do crescimento regional. As teorias do desenvolvimento regional adotam um enfoque micro territorial e micro comportamental, pois sua proposta não é explicar as taxas de crescimento agregado dos salários e do emprego, preocupação central das teorias do crescimento regional, mas identificar os elementos tangíveis e intangíveis do processo de crescimento e desenvolvimento socioeconômico (CAPELLO, 2008).

É importante frisar que, na opinião de Boisvert (1996), não houve até o momento a formulação de uma teoria geral do desenvolvimento regional. O enfoque territorial do desenvolvimento ou as denominadas "teorias do desenvolvimento no espaço" (TREMBLAY, 1999) foram formuladas a partir das teorias econômicas em razão da heterogeneidade de situações próprias a cada espaço regional, constituindo na atualidade o que se conhece como "*corpus* das teorias do desenvolvimento regional" (BOISVERT, 1996, p. 188).

No século XX, vários autores contribuíram para solidificar os estudos relativos às teorias da localização das atividades econômicas no espaço, dentre eles, Alfred Weber (1909), que explicou as razões da instalação das indústrias a partir da análise dos custos de transporte de matérias primas e de produtos conforme a localização dos mercados fornecedores e consumidores. Foi também o primeiro a analisar os aspectos referentes à localização da mão de obra e os fatores de aglomeração e desaglomeração. Weber é considerado o autor da teoria da localização industrial, na medida em que procurou estudar a espacialização ótima das indústrias levando em conta os fatores como a matéria prima, a mão de obra e o mercado consumidor (HASSEN, 2012).

Na sequência, passou-se a utilizar o conceito de centralidade urbana, elaborado pelo geógrafo Walter Christaller em 1933. Sob essa concepção, explica-se que a concentração urbana surge a partir de atividades que demandem produção em larga escala, com consumo simultâneo, principalmente de serviços. A tendência da produção urbana é se organizar em redes de "lugares centrais", cujos arcos cobrem o espaço, principalmente em malhas hexagonais: serviços cada vez mais raros corresponderiam a redes de hexágonos - ditos de Christaller - com malhas progressivamente mais largas. A teoria dos lugares centrais se caracteriza pela hierarquização dos centros urbanos, levando em conta os custos de transporte, o trabalho e os fatores de aglomeração (BENKO, 1999; CAVALCANTE, 2008).

Na década de 1940, os estudos de August Lösh[28], ao combinar escala e custos de transporte, procuraram explicar porque as atividades econômicas se localizam no centro das áreas de mercado (LIBERATO, 2008). Lösh propunha uma hierarquia entre as áreas de mercado, iniciando pelas áreas menores e partindo sucessivamente para áreas maiores, obtendo-se um número maior de redes, cujos hexágonos girariam respeitando a posição do hexágono menor (CAVALCANTE, 2008).

Cavalcante (2008) ainda chama a atenção para o fato de que até a publicação de *"Location and space*-economy", de Walter Isard, em 1956, toda a produção relativa às teorias da localização havia sido publicada em alemão. Ao propor uma revisão e síntese da escola clássica da localização em língua inglesa, Isard integrou o modelo de von Thünen (1826)[29] com a microeconomia, partindo da ideia da maximização de lucro e minimização de custos. Combinando o conceito de economia espacial com o estudo da localização de novas atividades econômicas, Walter Isard permitiria a formulação de uma teoria regional mais dinâmica, ou seja, a teoria do desenvolvimento espacial (FRIEDMANN, 2001).

Nesse sentido, propôs uma linha de pensamento considerada como marco que funda a Ciência Regional. Se até então os estudos regionais estavam relegados à Geografia e à Economia, com a fundação da Ciência Regional eles se difundiram para outras áreas das

[28] É importante esclarecer que a resposta de August Lösh ao problema de como a economia se encaixa no espaço foi construída a partir da longa tradição da teoria da localização alemã: Johann von Thünen «The Isolated State» (1826), Alfred Weber «Theory of the Location of Industries» (1929) e Walter Christaller «Central Places in Southern Germany» (1933) (MARTIN, 1999, p. 66).

[29] Von Thünen procurou explicar o padrão de localização da agricultura alemã a partir da combinação da produtividade física da terra com a distância dos mercados e os custos de transporte, aspectos que, segundo ele, determinariam a existência de anéis agrícolas em torno das cidades (LIBERATO, 2008). Para Benko (1999), a contribuição teórica de von Thünen marca o nascimento da primeira teoria econômica espacial, considerando-o como fundador da teoria econômica da localização.

Ciências Humanas e Sociais[30]. Assim, W. Isard construiu uma teoria da localização abrangente e compreensiva, com destaque para o papel do custo de transportes, da disponibilidade de matérias primas, da dimensão dos mercados e das economias de aglomeração (ISARD, 1956).

As teorias da localização deram à Economia Regional uma identidade científica e constituíram seu centro teórico e metodológico ao envolver a investigação sobre as escolhas de firmas e empresas para sua instalação, bem como ao analisar as disparidades na distribuição espacial das atividades utilizando conceitos de externalidades e de aglomeração econômica, procurando entender os desequilíbrios e hierarquias territoriais (CAPELLO, 2008). Conforme Liberato (2008), atualmente as teorias da localização ainda são importantes para a análise de localização, influência e/ou polarização das atividades econômicas em determinados territórios.

No entanto, apesar de sua lógica, tais teorias não chegam a ser conclusivas, pois não explicam os motivos para o surgimento de aglomerações urbanas especializadas em manufaturas e atividades terciárias, não conseguem identificar o que determina uma aglomeração produtiva, bem como as formas de hierarquia urbana (DALLABRIDA, 2010). Essas insuficiências explicativas podem ser atribuídas ao pressuposto de compreensão de um espaço como homogêneo e ao não entendimento adequado do conceito de externalidades[31], juntamente com compreensão da noção de rendimentos crescentes de escala e de competição imperfeita (MONCAYO JIMÉNEZ, 2001).

Em relação às teorias do crescimento/desenvolvimento regional, as mesmas datam da segunda metade do século XX e se desdobram em teorias do desenvolvimento desigual ou desequilibrado, cujos estudos constataram diferenças de ritmo e nível entre países ou entre regiões. Uma das mais significativas foi elaborada por Gunnar Myrdal, em 1957, a "teoria da causação circular acumulativa", através da qual procura explicar a natureza desigual do desenvolvimento econômico. Ao contrário do que se pregava até então sob a influência do pensamento neoclássico, Myrdal acreditava que o sistema social e econômico não se

[30] Em 1954, Walter Isard, então professor de Economia Regional do Massachusetts Institute of Technology (MIT), fundou a Associação de Ciência Regional nos Estados Unidos, da qual foi o primeiro presidente (FRIEDMANN, 2001, p. 387).

[31] Externalidades são "[...] efeitos – positivos ou negativos – em termos de custos ou de benefícios, gerados pelas atividades de produção ou consumo exercidas por um agente econômico e que atingem os demais agentes, sem que estes tenham a oportunidade de impedi-los ou a obrigação de pagá-los. Portanto, externalidades referem-se ao impacto de uma decisão sobre aqueles que não participaram dessa decisão." (DALLABRIDA, 2010, p. 75).

modificaria espontaneamente a fim de proporcionar um equilíbrio de forças. Ao contrário, as desigualdades e os desequilíbrios tenderiam a se aprofundar. Assim, os efeitos do processo de causação circular acumulativa poderiam explicar a heterogeneidade entre as regiões dentro de um mesmo país, pois Myrdal acreditava que o movimento das forças do mercado atuava no sentido da desigualdade, pregando a intervenção do Estado na economia para conter essas forças (MYRDAL, 1957, p. 22-25).

O autor alertou para os efeitos regressivos que o crescimento de algumas regiões poderia causar sobre outras na medida em que existem trocas desiguais entre as regiões mais ricas, exportadoras de produtos manufaturados e as regiões mais pobres, produtoras de bens primários. Esses efeitos regressivos são provocados por movimentos de migração de mão de obra, de capital, de bens e de serviços para os centros em expansão devido a maiores oportunidades de emprego, melhor infraestrutura, maior retorno dos investimentos em taxas mais elevadas, entre outros fatores (DALLABRIDA, 2010).

Myrdal (1957) também defendia a ideia de uma fundamental e indispensável ação do Estado através de políticas equalizadoras que controlassem as forças do mercado e evitassem a ação concentradora das mesmas, inclusive no âmbito internacional, pois se deixados não regulados, os movimentos do comércio e do capital internacionais nos países desenvolvidos poderiam trazer efeitos regressivos aos países subdesenvolvidos.

No mesmo sentido do pensamento de Myrdal, tem-se a obra do economista John K. Galbraith (1958), cujo conceito de "sociedade de abundância", refletido na concretização do sonho americano de uma vasta classe média, demonstra que o crescimento e a prosperidade econômica vivenciada pela sociedade norte americana nos anos 1950 não resolveram as desigualdades encontradas no país, pois ao mesmo tempo em que o setor privado enriqueceu, a taxa de pobreza aumentou, chegando a 22% da população ao final daquela década[32]. Assim, com seus estudos, o autor confirma que o crescimento econômico por si só não garante a melhoria do nível de vida da população em geral.

A ideia de que o crescimento é necessariamente desequilibrado foi também compartilhada por Albert Hirschman (1961). Em sua obra[33], o autor elenca alguns processos básicos que configurariam o progresso econômico, aplicáveis principalmente aos países em

[32] Para maiores detalhes, consultar: GALBRAITH, John. K. **The affluent society.** Boston; New York, Estados Unidos: A Mariner Book; Houghton Mifflin Company, 1998 (Fortieth Anniversary Edition – original de 1958).
[33] As principais obras consultadas foram: Estratégia do desenvolvimento econômico (1961); Confissões de um dissidente: a estratégia do desenvolvimento reconsiderada (1983); De la economía a la política y más allá: ensayos de penetración y superación de fronteras (1984).

desenvolvimento. Ele percebia o crescimento como uma sucessão de desequilíbrios, pois esse se manifesta primeiro em certos setores da economia ou em certas regiões antes de se estender para os demais. O objetivo, segundo o autor, era manter e não eliminar o desequilíbrio, a partir do qual lucros e perdas seriam considerados sintomas de uma economia competitiva. Para que a economia continuasse a se desenvolver, o papel principal das políticas de desenvolvimento era manter as tensões, as desproporções, enfim, o desequilíbrio.

Portanto, Hirschman (1961) concebe o desenvolvimento como uma "cadeia de desequilíbrios", ou seja, compartilha a ideia de que o desenvolvimento econômico provém de processos ordenados e não ordenados, o que gerou muita controvérsia na época, pois os economistas neoclássicos preconizavam o crescimento equilibrado como forma de promover o desenvolvimento. Para ele, os desequilíbrios seriam essenciais na dinâmica do desenvolvimento porque cada passo adiante provém de um desequilíbrio anterior e em consequência cria novos movimentos, que por sua vez entrarão em desequilíbrio, requerendo uma nova sequência. Na prática, as sequências de crescimento podem exibir tendências para a convergência ou para possibilidades de divergência, o que deve ser uma preocupação das políticas de desenvolvimento (SIMÕES; LIMA, 2009).

Ainda para Hirschman, os problemas provenientes da industrialização não requeriam uma solução simultânea. Pelo contrário, os novos processos industriais favoreceriam uma série de soluções sequenciais que eram diferentes daquelas seguidas pelos países industrializados mais antigos. Desse modo, o autor opta por destacar a necessidade de se adotar mecanismos de indução e não de enfatizar os obstáculos ao progresso econômico (HIRSCHMAN, 1961). O problema fundamental do desenvolvimento, para ele, consistia em gerar e canalizar energias humanas na direção desejada, neste caso, para o avanço econômico do país. Além disso, a capacidade de investir é um dos elementos essenciais para a promoção do desenvolvimento, pois depende dos setores mais modernos da economia e do empreendedorismo local (SIMÕES; LIMA, 2009).

Nesse sentido, sua ideia central gira em torno da instalação de indústrias com fortes encadeamentos como estratégia de promoção do desenvolvimento. Os encadeamentos para trás (*backwards linkages*) corresponderiam a estímulos para os setores que forneceriam os insumos requeridos para a atividade industrial principal. Já os encadeamentos para frente (*forward linkages*), induziriam o surgimento de novas atividades que utilizariam o produto da atividade anterior como fator de produção. O autor preconizava a concentração de esforços e

de investimentos em um número limitado de setores, que seriam selecionados por seus efeitos de impulsão e por seu elevado poder de gerar encadeamentos, principalmente para trás.

Hirschman foi o primeiro economista a desenvolver a ideia de encadeamentos – *"linkages"* - como a espinha dorsal de uma estratégia deliberada de desenvolvimento, pois encadeamentos implicam interdependência. O autor ainda considera a importância dos governos a fim de promover a infraestrutura necessária para alavancar as atividades produtivas, tais como, serviços públicos, logística, legislação, entre outras, e seu papel na elaboração de uma estratégia de desenvolvimento que elenque as áreas prioritárias de investimentos (HIRSCHMAN, 1961).

Ainda pertencente às Teorias do Desenvolvimento Econômico, outra corrente teórica a ser citada e que se desenvolveu quase que simultaneamente ao pensamento de Gunnar Myrdal, é a dos polos de crescimento, criada a partir do trabalho de François Perroux[34] (1962; 1967) e de Jacques-R. Boudeville (1961). O foco dessa corrente considera que os processos de localização e de acumulação podem ser gerados pelas interdependências e trocas de influências a partir de uma indústria líder e inovadora ou ainda de um grupo de empresas com uma indústria. O aspecto de dominação é muito importante na teoria dos polos de crescimento.

Perroux (1981) denominou essas indústrias de "motrizes", ou seja, aquelas que têm poder de aumentar as vendas e as compras de bens e serviços de outras, as quais ele chamou de "movidas", cujo desempenho econômico está atrelado às primeiras. Dessa forma, o processo de desenvolvimento não ocorre de forma homogênea, mas sim através de pontos ou polos de crescimento – chamado por ele de polarização, cuja intensidade, canais e efeitos expandem-se de forma variável por toda a economia. No entanto, Perroux definia os polos de crescimento em termos de "espaço econômico abstrato", não correspondendo necessariamente a uma determinada área geográfica, como por exemplo, uma região ou cidade.

Boudeville (1961, p. 08-17) explica que, do ponto de vista econômico, existem três noções fundamentais de espaço correspondentes a três realidades distintas: a primeira diz respeito à maior ou menor homogeneidade de uma região (características, atitudes, mudanças e formas de desenvolvimento); a segunda refere-se à noção de região polarizada, cujo papel de uma cidade ou núcleo econômico como espaço de união e polo de desenvolvimento gera

[34] Os trabalhos iniciais do autor sobre a noção de polo de desenvolvimento foram escritos ao final da década de 1940 e início da década de 1950. No entanto, várias obras que desenvolvem a teoria foram publicadas na década de 1960.

interdependência de suas diversas partes; e a terceira está ligada à denominada "região plano" ou "região programa", traçada pelas autoridades administrativas a fim de obter maior eficácia em programas de desenvolvimento.

O autor frisa que essas três noções raramente coincidem, pois os dados regionais reunidos pelas autoridades administrativas são completamente diferentes das atividades e organizações econômicas distribuídas em torno dos espaços geográficos. Assim, há tantas fronteiras quanto os tipos de fluxos econômicos e os esforços deveriam se centrar na combinação desses fluxos para se traçar as fronteiras da esfera de influência desses polos de dinamismo (BOUDEVILLE, 1961; GEORGE, 1965).

Resumindo, a essência da corrente teórica dos polos de crescimento possui três pontos principais. O primeiro afirma que o crescimento é necessariamente localizado e não é disseminado espontaneamente no espaço ou no aparelho produtivo; o segundo ponto importante confirma que o crescimento é forçosamente desequilibrado; e o terceiro aspecto refere-se à interdependência técnica como um fator a se destacar na transmissão do crescimento (SCHWARTZMAN, 1977).

Perroux destacou ainda o papel do Estado na economia, pois este pode e deve atuar como fator de estímulo caso haja hesitação ou lentidão por parte das indústrias motrizes. Essas ideias predominaram em grande parte das políticas de desenvolvimento regional implementadas em países desenvolvidos e em desenvolvimento na década de 1950 (CAVALCANTE, 2008). Boudeville contribuiu com essa corrente teórica ao acrescentar a ideia de espaço geográfico e sua micro influência, afirmando que indústrias motrizes e movidas tendem a se aglomerar em determinada área geográfica, determinando uma área de influência mais próxima e não afetando o conjunto da economia (LIBERATO, 2008).

De tal modo, a ideia de desenvolvimento nas décadas de 1950 e 1960 se materializaria a partir de uma estratégia de expansão do modo de vida das sociedades de produção e de consumo de massa aos países considerados subdesenvolvidos.

Inspirados pelas ideias de F. Perroux sobre a relação entre os conceitos de desenvolvimento e de inovação, e pela estratégia de desenvolvimento em etapas elaborada por W.W. Rostow[35], cuja aplicação em "países atrasados" produziria uma "decolagem

[35] Walt Whitman Rostow, economista americano nascido na Prússia em 1916, propôs alternativas para o desenvolvimento de cada economia de acordo com um determinado conjunto de etapas. A primeira fase seria a sociedade tradicional; seguida pela fase das pré-condições para o arranco; o arranco ou decolagem compõe a

econômica" que os elevaria ao nível de desenvolvimento dos "países avançados", J. Friedmann e J. Boudeville propuseram, na década de 1960, uma estratégia polarizada de modernização regional que conduziria a uma homogeneização do território nacional. Tratava-se de intervir e de modernizar as comunidades tradicionais pouco produtivas e/ou aquelas cujas estruturas sociais permaneciam estagnadas (KLEIN, 2006).

A corrente teórica do desenvolvimento polarizado tem em John Friedmann[36] um de seus principais autores. Considera o espaço como um sistema de regiões e percebe o desenvolvimento como inovação, ou seja, o desenvolvimento ocorre ou pode ocorrer em função de alterações nas estruturas limitadoras da capacidade de crescimento e de transformação desse sistema, atribuindo influência decisiva aos padrões de autoridade e de dependência entre áreas (BECKER, 1977).

Em 1964, J. Friedmann desenvolveu uma classificação para o desenvolvimento regional em quatro estágios, pois compreendia que apenas a constatação da dicotomia centro-periferia[37] (regiões altamente desenvolvidas x regiões deprimidas) era insuficiente para compor um quadro significativo a fim de planejar o desenvolvimento de uma região. As regiões seriam classificadas da seguinte forma, segundo Friedmann e Alonso (1964, p. 03-04):

a) Regiões metropolitanas: também denominadas "regiões centrais" ou "polos de crescimento", são os grandes centros urbanos que possuem indústrias, comércio e forte administração que, combinados com as áreas de influência imediata, possuem alta potencialidade para futura expansão econômica;
b) Eixos de desenvolvimento: são os corredores que se estendem ao longo das principais rotas de transporte ligando duas ou mais regiões metropolitanas. Suas perspectivas de desenvolvimento são diretamente proporcionais ao tamanho dos centros ligados por eles e inversamente proporcionais em função da distância que os separam;
c) Regiões fronteiriças: novas tecnologias, pressões populacionais e novos objetivos em nível nacional podem ser motivos para ocupação de novos territórios. Se forem espaços

terceira fase; posteriormente, encontra-se a fase da marcha para a maturidade e finalmente a fase da era do consumo em massa (ROSTOW, 1961).

[36] Em 1964, John Friedmann e William Alonso organizaram uma das principais obras sobre desenvolvimento e planejamento regionais, compilando estudos de suas próprias autorias e de autores como F. Perroux, A. Hirschman, A. Lösch, D. North, entre outros: FRIEDMANN, J.; ALONSO, W. (ed.) **Regional development and planning. A reader.** Cambridge, Massachusetts, USA: The M.I.T. Press, 1964.

[37] O modelo centro-periferia consiste num sistema através do qual se entende como centrais certas áreas ou regiões industrializadas, mais desenvolvidas e com elevados índices de emprego, enquanto outras regiões, consideradas periféricas, nas quais seria necessário realizar investimentos para que conseguissem elevar os níveis de desenvolvimento pretendido pela esfera nacional (MAILLAT, 2002).

contíguos a regiões desenvolvidas, tendem a se expandir de forma mais ou menos espontânea; se forem espaços não contíguos, geralmente tomam a forma de um foco urbano isolado dos demais centros;

d) Regiões deprimidas: são áreas que apresentam economia em declínio ou estagnadas, oferecendo baixas perspectivas de desenvolvimento, cujos trabalhadores e capital migram para regiões de maior crescimento.

A partir dessas ideias, entende-se que o desenvolvimento de uma região decorre de mudanças na estrutura das relações inter-regionais existentes e deve ser, portanto, avaliado em termos de uma mudança da posição relativa da região no sistema espacial nacional, segundo seus efeitos de difusão e de drenagem dos determinantes econômicos, sociais e políticos de desenvolvimento (BECKER, 1977).

Na década de 1980 surge uma nova fase de teorização sobre o desenvolvimento regional com a teoria do desenvolvimento endógeno[38]. Segundo essa corrente teórica, o desenvolvimento das regiões está ligado às suas condições e dinâmicas internas, pois compreende o progresso como uma resposta endógena dos atores econômicos num ambiente competitivo, sendo que o aumento da produtividade depende de fatores também endógenos, tais como inovação, economia de escala e processos de aprendizagem. O desenvolvimento é, por definição, endógeno.

Segundo a noção de desenvolvimento endógeno de Garofoli (1994), o território constitui-se como a base do desenvolvimento, que se inscreve num espaço particular e é fruto de cada um dos seus componentes naturais, culturais, econômicos e sociais. O desenvolvimento endógeno é necessariamente comunitário, pois pressupõe a participação da população, e democrático, visto que necessita de estruturas democráticas para tomada de decisões e colocação em prática dos projetos de desenvolvimento.

Conforme Chabault (2006), o desenvolvimento endógeno se baseia nas necessidades fundamentais das pessoas, como por exemplo, alimentação, habitação, educação, trabalho, entre outras, e não sobre a necessidade de crescimento do mercado. A valorização dos recursos naturais, da cultura e dos saberes locais são componentes essenciais de um processo que visa transformar essas características em vantagens específicas.

[38] Entre outros autores, destacam-se: Feldman (1994); Garofoli (1994); Audretsch e Feldman (1996); Anselin *et al.* (1997, 2000); Capello (1999, 2001); Crevoisier e Camagni (2000).

Nesse sentido, os componentes do sistema socioeconômico e cultural de uma região ou nação determinam o sucesso da economia local: habilidades empreendedoras; fatores locais de produção, como recursos naturais, capital e trabalho; técnicas e habilidades dos atores locais que permitam gerar aquisição cumulativa de conhecimento e de aprendizagem; e capacidade de tomada de decisões que possam direcionar o processo de desenvolvimento. Este seria baseado em mudanças e inovações, enriquecendo-o com informações e conhecimentos externos, o que permitiria estar conectado com as transformações e tendências mundiais (CAPELLO, 2008, p. 752).

Segundo Cavalcante (2008), a produção recente em desenvolvimento regional pode ser dividida em dois grandes blocos. No primeiro bloco[39] estão as produções que incorporam os fenômenos da reestruturação produtiva e a questão da divisão internacional. Suas características principais são: ênfase à questão das externalidades, inclusive tecnológicas (referências à obra de Marshall, 1890); forte influência dos impactos das inovações tecnológicas e do aprendizado (referências à obra de Schumpeter, 1911; 1942); e ênfase nas relações não comerciais no âmbito das aglomerações, como por exemplo, a organização industrial e os custos de transação. A produção desse primeiro bloco incorpora aspectos tecnológicos e institucionais em seus modelos conceituais.

No segundo bloco encontram-se os autores ligados à "nova geografia econômica", que apontam as limitações e os problemas teóricos dos modelos anteriores, pois não os consideram suficientes para explicar como e porque os agentes se organizam no espaço. A proposta dessa linha de pensamento é fornecer um modelo formal ao *trade-off* entre ganhos de escala e custos de transporte e suas primeiras referências encontram-se na obra de Krugman (1991)[40].

A nova geografia econômica preocupa-se em explicar a relação entre as concentrações populacionais e as atividades econômicas, ou seja, as diferenças entre regiões industriais e agrícolas, a localização das cidades e o papel das aglomerações ou concentrações no espaço geográfico. Através da modelagem das fontes de retornos crescentes numa

[39] Dentre os principais autores desse primeiro bloco encontram-se Storper (1997), que identificou três escolas: a institucionalista, a escola da organização industrial e dos custos de transação, e a escola que leva em conta o papel da mudança técnica e do aprendizado, além dos ambientes inovadores; Amaral Filho (1999), que classificou três estratégias principais de desenvolvimento regional: distritos industriais, ambientes inovadores e *clusters;* e Boisier (1999), que discutiu treze novos conceitos como, por exemplo, *learning regions*, aprendizagem coletiva, desenvolvimento local, desenvolvimento endógeno, entre outros (CAVALCANTE, 2008, p. 23-24).

[40] Outras obras representantes dessa segunda linha de pensamento, segundo Liberato (2008): Krugman (1998); Fujita, Krugman e Venables (1999); Brakman, Garretsen e Marrewijt (2001); Fujita e Thiesse (2002).

concentração espacial, pode-se compreender como e quando esses retornos mudam, explorando como o comportamento econômico se altera em consequência dessas mudanças.

Assim, segundo seus criadores, o objetivo da nova geografia econômica é instituir um sistema de modelagem, como se fosse uma "máquina de contar histórias", que permitiria a discussão de questões como a economia de uma determinada grande cidade, por exemplo, no contexto da economia global. Ou seja, em equilíbrio geral, o modelo deveria permitir que fosse possível explicar, simultaneamente, as forças centrípetas que impulsionam as atividades econômicas, juntamente com as forças centrífugas que as dividem. Além disso, a metodologia utilizada pela nova geografia econômica poderia levar ao conhecimento sobre como a estrutura geográfica de uma economia se forma através da tensão existente entre essas forças (FUJITA; KRUGMAN, 2004, p. 141).

Ainda segundo seus autores, alguns termos chave devem ser esclarecidos. O primeiro é "modelagem em equilíbrio geral" de uma economia espacial, que separa a visão da nova geografia econômica das tradicionais teorias da localização e da geografia econômica. O segundo termo é "retornos crescentes" ou "indivisibilidades" ao nível do produtor ou da empresa individual, que é essencial para que a economia não degenere num "capitalismo superado", no qual cada família ou pequenos grupos produziam a maioria dos itens necessários para si mesmos. Ao contrário, os "retornos crescentes" levariam a uma estrutura de mercado caracterizada pela "competição imperfeita". O terceiro termo importante é "custos de transporte", que fazem com que a localização geográfica das atividades econômicas torne-se importante. E finalmente, o termo "movimento locacional" dos fatores produtivos e dos consumidores, que é um pré-requisito para a ocorrência da aglomeração (FUJITA; KRUGMAN, 2004, p. 142).

A referência teórica básica da nova geografia econômica fundamenta-se no modelo centro-periferia, cuja primeira versão encontra-se na obra de Paul Krugman (1991) e seu aprimoramento na obra *"The spatial economics"* (FUJITA; KRUGMAN; VENABLES, 2001). Dessa forma, outro ponto importante da teoria repousa sobre a estrutura centro-periferia na economia global, correspondendo ao dualismo Norte-Sul. Os autores destacam que esses diferentes tipos de aglomeração em diversos níveis estão inseridos numa economia mais ampla, formando um complexo sistema em inter-relação (FUJITA; KRUGMAN, 2004).

O modelo centro-periferia é formado por duas regras básicas. A primeira refere-se à definição de como os consumidores alocam a renda (curva de demanda) e a segunda sobre

como as firmas determinam o nível de produção e de preços (curva de oferta). Em relação à economia regional, as firmas e os consumidores localizam-se nas regiões e arcam com os custos de transporte, tentando maximizar rendas e minimizar gastos considerando a localização dos demais elementos da rede de produção (RUIZ, 2003).

De maneira geral, os fenômenos ligados à concentração das atividades ocorrem e se perpetuam devido a algum tipo de economia de aglomeração, cuja concentração espacial cria um ambiente economicamente favorável que sustenta uma concentração continuada. A referida teoria procura entender o caráter de auto reforço da concentração espacial modelando as fontes de retornos crescentes, aprendendo como e quando esses retornos podem se alterar e deduzir os motivos pelos quais o comportamento da economia muda com eles (FUJITA; KRUGMAN; VENABLES, 2001).

Na análise de Ron Martin (1999), a nova geografia econômica se baseia no argumento de que retornos crescentes, economia de escala e competição imperfeita são mais importantes do que retornos constantes, competição perfeita e vantagem comparativa ocasionando o comércio e a especialização. O autor afirma que para entender o comércio, é necessário compreender os retornos crescentes, e para entender os retornos crescentes, é preciso estudar a concentração e a especialização da economia regional.

Alguns críticos da nova geografia econômica[41] apontam os principais limites do modelo centro-periferia por ela adotado: (1) ele é estático e seu modelo opta por substituir uma dinâmica econômica mais rica e complexa por um modelo simples e bem comportado; (2) as firmas são agentes passivos e homogêneos, não há ativos específicos capazes de criar assimetrias entre as empresas, pois todas possuem o mesmo tamanho e parcela de mercado; (3) o modelo não leva em consideração a existência da renda da terra e seus impactos na distribuição espacial das atividades, bem como os determinantes de custo da terra e do comportamento de proprietários e investidores; (4) não há uma discussão mais ampla sobre as regiões periféricas, cujo fator de produção fixo é a terra (RUIZ, 2003, p. 12-13).

Portanto, uma das principais críticas à nova geografia econômica é sua incapacidade para incorporar "lugares complexos", heterogêneos e diversos socialmente – dinâmica da "geografia social" – pois as diferenças entre regiões e países são locais e específicas, estando relacionadas à forma de organização dos agentes e aos comportamentos sociais de cada

[41] Conforme Ruiz (2003, p. 12), são eles: Fujita e Thisse (1996); Martin e Sunley (1996); Anas (2001); David (1999); Isard (1999), dentre outros.

região, o que inclui costumes, legislações, políticas locais, redes de informação e de aprendizado, entre outros aspectos (RUIZ, 2003, p. 14).

A análise crítica de Ron Martin (1999, p. 77) também aponta alguns elementos importantes para reflexão como, por exemplo, a partir da própria nomenclatura "nova geografia econômica", infere-se sobre qual seria o lugar da geografia na medida em que os espaços reais são negligenciados nessa abordagem, principalmente nos modelos matemáticos de aglomeração espacial. Nesses modelos, as "regiões" ou "localidades" são frequentemente abstratas e aparecem apenas como pontos numa economia linear ou em círculos concêntricos, conforme von Thunen, ou ainda como pontos padrão na superfície, sob a compreensão de Christaller. Uma segunda crítica, na visão do autor, refere-se à inexistência de considerações sobre as verdadeiras comunidades, com seus posicionamentos históricos, sociais e culturais reais, que realizam as atividades econômicas cotidianas.

Um terceiro elemento de crítica à nova geografia econômica, ainda conforme as ideias de Martin (1999, p. 77-78), refere-se à sua falta de análise em relação à questão fundamental e complexa relativa a compreender de que forma a economia regional ou local pode ser significativamente conceituada e como tais concepções podem ser traduzidas em termos empíricos. Ao contrário, por um lado, apenas se percorre abstratamente os espaços e regiões dentro dos modelos de aglomeração espacial e, de outro, utiliza-se de forma acrítica as unidades administrativas que parecem convenientes para os propósitos ilustrativos e empíricos da teoria[42].

Retornando à produção recente relativa aos estudos sobre desenvolvimento regional, é importante aprofundar o que se compreende pelas denominadas Teorias do Desenvolvimento Endógeno, que fazem parte do primeiro bloco apontado anteriormente.

No âmbito latino americano e fazendo parte das ideias que fundamentam essas teorias, Sergio Boisier (1996) compreende que o desenvolvimento de um território depende da existência, da articulação e das condições de manejo de seis elementos, que normalmente estão presentes em qualquer território organizado. Esses elementos seriam: a) os atores (de natureza individual, coletiva e corporativa), b) as instituições, c) a cultura

[42] Nos limites desse trabalho de pesquisa, optou-se por não aprofundar cada elemento de crítica à teoria da nova geografia econômica. Para maiores detalhes, consultar MARTIN, Ron. The new "geographical turn" in economics: some critical reflections. **Cambrige Journal of Economics.** N. 23, Jan./1999. (pp. 65-91). Disponível em: <http://cje.oxfordjournals.org/content/23/1/65.full.pdf+html?sid=007fff32-f646-4273-ab60-2a81ae5644f6>. Acesso em 29 out. 2012.

(competitiva/individualista ou cooperativa/solidária), d) os procedimentos (formas de gestão), e) os recursos (materiais, humanos, psicossociais e de conhecimento), e f) o entorno (meio externo). Esses podem interagir de uma maneira difusa ou mais intensa; de forma aleatória, se não estiverem sob alguma espécie de coordenação, ou de uma forma inteligente e estruturada.

Para Boisier (1996, p. 133),

> [...] o desenvolvimento resultará apenas de uma interação densa e inteligentemente articulada, mediante um projeto coletivo ou um projeto político regional. Do contrário, não se terá senão uma caixa preta, cujo conteúdo e funcionamento se desconhece.

Em sua concepção, o autor explica que não pode haver separação entre sujeito e objeto do planejamento do desenvolvimento, pois é fundamental que a região passe de coadjuvante a protagonista e que o espaço geográfico seja reconhecido como espaço social.

S. Boisier (2000) destaca também as formas intangíveis de capital que determinam o processo de desenvolvimento regional: o capital institucional; o capital humano (estoque de conhecimentos e habilidades dos indivíduos); o capital cívico (práticas políticas); o capital social (confiança e cooperação); e o capital sinergético (capacidade de articulação dos demais tipos de capital).

Como a pesquisa visa compreender de que forma os jovens estão sendo inseridos no processo de desenvolvimento regional, ou seja, pretende compreender de que forma o potencial dos futuros sujeitos do desenvolvimento da microrregião de Toledo está sendo desenvolvido (ou não), optou-se por destacar o elemento humano como fator importante dentre as teorias do desenvolvimento endógeno. Boisier (1996) denomina de "hexágono do desenvolvimento" os seis elementos anteriormente citados. Dentre eles, estão os recursos, que podem ser materiais, humanos, psicossociais e de conhecimento.

Os recursos humanos adquirem importância não somente pela quantidade, mas principalmente pela sua qualidade e por sua vinculação à região. O autor cita ainda os recursos de conhecimento, fundamental para o desenvolvimento contemporâneo na medida em que se vive numa sociedade onde existe uma forte difusão de informações e que agrega saberes cada vez mais especializados para facilitar a transmissão de conhecimentos a seus membros. Embora ainda não se tenha uma exata dimensão de seu significado em longo prazo, é possível inferir que ocorrerão mudanças cada vez maiores na forma, no conteúdo e na responsabilidade em relação ao conhecimento.

Portanto, quando explica o processo de desenvolvimento endógeno de uma região, Boisier (1996) questiona sobre quais os recursos humanos existentes e como empregá-los. Afirma que é responsabilidade de todos os órgãos ligados a uma administração regional propiciar os meios para capacitar, reciclar, formar e gerar emprego para a sua própria população.

Nessa mesma linha de raciocínio, em estudos recentes, o Banco Mundial distinguiu sete formas de capital que podem contribuir para o desenvolvimento de uma região. Elas se dividem em capital físico e capital social, cujo primeiro inclui os recursos naturais, a infraestrutura e o capital financeiro; dentre as formas de capital social estão o capital institucional, o conhecimento, o humano e o cultural (BANCO MUNDIAL, 2001).

Percebe-se, a partir da literatura consultada, a importância e o papel do elemento humano para o processo de desenvolvimento, bem como a questão do conhecimento em suas múltiplas formas, sem o qual se torna impossível iniciar e manter um movimento de busca do desenvolvimento econômico e social de uma região ou país.

Para Martinelli e Joyal (2004, p. 10-11), o desenvolvimento endógeno pode ser entendido como "[...] um processo interno de ampliação contínua de agregação de valor na produção, bem como da capacidade de absorção da região". Esse processo traria como resultados a ampliação do emprego, do produto e da renda da região, nos parâmetros de um modelo de desenvolvimento regional definido com base nas potencialidades socioeconômicas originais do próprio local e estruturado pelos próprios atores locais.

Os autores acima citados consideram cinco fatores importantes para o processo de desenvolvimento de uma região: 1) educação, saúde e segurança alimentar; 2) ciência e tecnologia ou pesquisa e desenvolvimento; 3) informação e conhecimento; 4) instituições (públicas e privadas); 5) meio ambiente (MARTINELLI; JOYAL, 2004, p. 12). Os gastos nos três primeiros fatores devem ser considerados investimentos produtivos, pois se incorporados efetivamente ao processo produtivo trarão retornos crescentes em termos econômicos e sociais. Dessa forma, um país ou uma região desenvolvida é aquela em que a população desfruta de bem estar, saúde, educação, segurança e perspectivas de crescimento em termos pessoais, e não apenas aquela em que há um grande PIB, mas sem distribuição equitativa das riquezas que permitiriam melhoria de qualidade de vida para toda a população.

Cavalcante (2008) sugere que as estratégias direcionadas à promoção do desenvolvimento econômico e social devam ser necessariamente individualizadas, na medida

em que não há uma única diretriz aplicável a todas as regiões. No entanto, alguns aspectos descritos na sequência são considerados essenciais para o desenvolvimento dos potenciais de uma região, segundo Haddad (2009, p. 121-122).

Em primeiro lugar, está a capacidade da região em negociar e atrair, em âmbito nacional e internacional, recursos financeiros, tecnológicos, institucionais e profissionais qualificados para os empreendimentos que pretende realizar. Além disso, a região dependerá da conjuntura nacional, a partir dos impactos que as políticas macroeconômicas e setoriais exercem sobre a estrutura produtiva local, pois as mesmas possuem a capacidade de alavancar ou prejudicar o crescimento econômico e a evolução da renda de uma determinada região.

Em segundo lugar, além do crescimento econômico, para haver sustentabilidade é necessário desenvolver uma crescente percepção coletiva de pertencimento à região, uma capacidade de organização social e política que se articule a um projeto político local, um progressivo aumento da autonomia para tomada de decisões e para reinvestir localmente o excedente econômico gerado no processo de crescimento. Nesse sentido, esses aspectos devem levar a um processo permanente de inclusão social, transformando o crescimento em desenvolvimento numa crescente sintonia intersetorial e territorial de agentes e instituições focados no alcance dos objetivos e interesses regionais.

O autor destaca o capital humano e o conhecimento como fatores importantes na determinação do crescimento econômico de um país ou de uma região, bem como o desenvolvimento de habilidades e o investimento em pesquisa como forma de transformar esse crescimento em processos de desenvolvimento.

> Pessoas qualificadas são indispensáveis para descobrir novos conhecimentos, inventar novos produtos e novos processos tecnológicos, operar e manter equipamentos mais complexos, usar eficientemente novos produtos e novos processos, etc. O capital humano e as habilidades de um país ou região determinam o seu crescimento econômico no longo prazo e suas chances de transformar este crescimento em processos de desenvolvimento. (HADDAD, 2009, p. 136).

Ainda salienta o autor que uma concepção adequada de desenvolvimento deve prever um crescente processo de inclusão social como elemento essencial, pois estudos realizados em diferentes economias nacionais e regionais, no período pós II Guerra Mundial, não detectaram

correlação sistemática entre o processo de crescimento econômico e a distribuição de renda e da riqueza geradas neste processo.

Com o objetivo de facilitar a visualização dos fatores potencializadores do desenvolvimento de uma determinada região, com base nas diferentes teorias e autores estudados, elencou-se os elementos tangíveis e os intangíveis a partir do quadro apresentado a seguir.

Quadro 05. Fatores potencializadores do desenvolvimento regional

Teoria	Autor/es	Fatores potencializadores do desenvolvimento
Teorias da Localização	Von Thünen (1826)	Localização: facilidade para combinar os fatores de produtividade da terra, distância dos mercados e custos de transporte.
	Alfred Weber (1909)	A instalação das indústrias ocorre a partir da análise dos custos de transporte de matérias primas e de produtos conforme a localização dos mercados fornecedores e consumidores.
	Walter Christaller (1933)	Concentração urbana surge a partir de atividades que demandam produção em larga escala, com consumo simultâneo, principalmente de serviços - redes de "lugares centrais", cujos arcos cobrem o espaço, principalmente em malhas hexagonais.
	August Lösh (1939)	As atividades econômicas se localizam no centro das áreas de mercado porque combinam escala e custos de transporte. Propôs uma hierarquia entre as áreas de mercado, iniciando pelas áreas menores e partindo sucessivamente para áreas maiores (em redes de hexágonos).
	Walter Isard (1956)	Integrou o modelo de localização de von Thünen (1826) com a microeconomia, partindo da ideia da maximização de lucro e minimização de custos.
Teorias do Desenvolvimento Econômico **(Corrente do desenvolvimento econômico desequilibrado)**	Gunnar Myrdal (1957)	"Teoria da causação circular acumulativa": ao contrário do pensamento neoclássico dominante, o sistema social e econômico não se modificaria espontaneamente a fim de proporcionar um equilíbrio de forças, mas sim as desigualdades e os desequilíbrios tenderiam a se aprofundar. Os efeitos do processo de causação circular acumulativa poderiam explicar a heterogeneidade entre as regiões dentro de um mesmo país ou entre países, pois o movimento de forças do mercado atua no sentido da desigualdade (atuação do Estado na economia).
	Albert Hirschman (1961)	Instalação de indústrias traz fortes encadeamentos como estratégia de promoção do desenvolvimento. Os encadeamentos para trás trariam estímulos para os setores

		de insumos requeridos para a atividade industrial principal. Já os encadeamentos para frente, induziriam o surgimento de novas atividades que utilizariam o produto da atividade anterior. Destacou a necessidade de se adotar mecanismos de indução, pois o problema fundamental do desenvolvimento consistia em gerar e canalizar energias humanas na direção desejada.
	François Perroux (1955)	Processos de localização e de acumulação podem ser gerados pelas interdependências e trocas de influências a partir de uma indústria líder e inovadora ou ainda de um grupo de empresas com uma indústria; Interdependência técnica é um fator a se destacar nos fatores que promovem o crescimento; Papel do Estado na economia: deve atuar como fator de estímulo caso haja hesitação ou lentidão por parte das indústrias motrizes.
	Boudeville (1961)	O espaço geográfico e sua micro influência: indústrias motrizes e movidas tendem a se aglomerar em determinada área geográfica, determinando uma área de influência mais próxima e não afetando o conjunto da economia.
	John Friedmann[43] (1964)	Espaço como um sistema de regiões (metropolitanas; eixos de desenvolvimento; regiões fronteiriças; regiões deprimidas); O desenvolvimento ocorre em função de alterações nas estruturas limitadoras da capacidade de crescimento e de transformação do sistema de regiões (padrões de autoridade e de dependência entre áreas).
Teorias do Desenvolvimento Endógeno	Anselin *et al.* (1997; 2000); Audretsch e Feldman (1996); Capello (1999; 2001); Crevoisier e Camagni (2000); Feldman (1994)	Desenvolvimento das regiões está ligado às suas condições e dinâmicas internas (progresso como uma resposta endógena dos atores econômicos num ambiente competitivo) - o aumento da produtividade depende de fatores também endógenos, tais como inovação, economia de escala e processos de aprendizagem.
	Storper (1997); Amaral Filho (1999); Boisier (1999)	Ênfase à questão das externalidades, inclusive tecnológicas; Influência dos impactos das inovações tecnológicas e do aprendizado; Ênfase nas relações não comerciais no âmbito das aglomerações (organização industrial e custos de transação).
	Sergio Boisier (1996; 1998;	Capacidade da região em negociar e atrair, em âmbito nacional e internacional, recursos financeiros, tecnológicos,

[43] Faz-se necessário esclarecer que as ideias de John Friedmann sobre a polarização das atividades econômicas e sua relação com a organização do espaço estão ligadas aos estudos regionais e urbanos, enquanto que autores como Myrdal, Hirschman, Perroux e Boudeville, citados no quadro, defendem a corrente do desenvolvimento desequilibrado, estando ligados às discussões mais amplas sobre o desenvolvimento econômico.

	2000; 2006)	institucionais e profissionais qualificados para os empreendimentos que pretende realizar; Conjuntura nacional: impactos das políticas macroeconômicas e setoriais sobre a estrutura produtiva local (podem alavancar ou prejudicar o crescimento econômico e a evolução da renda de uma determinada região); Capacidade de organização social e política para articulação de um projeto político local; Progressivo aumento da autonomia para tomada de decisões e para reinvestir localmente o excedente econômico gerado no processo de crescimento; Capital humano: estoque de conhecimentos e habilidades dos indivíduos; Articulação entre atores, instituições, cultura, procedimentos, recursos e entorno.
	Roberta Capello (1999; 2001; 2008)	Componentes do sistema socioeconômico e cultural de uma região ou nação: habilidades empreendedoras; fatores locais de produção (recursos naturais, capital e trabalho); técnicas e habilidades dos atores locais que permitam gerar aquisição cumulativa de conhecimento e de aprendizagem; e capacidade de tomada de decisões que possam direcionar o processo de desenvolvimento, baseado em mudanças e inovações, enriquecendo-o com informações e conhecimentos externos para estar conectado com as transformações e tendências mundiais.
	Haddad (2009)	Capital humano; Percepção coletiva de pertencimento à região; Investimento em conhecimento e atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D); Crescente processo de autonomia decisória; Crescente capacidade de captação e reinversão do excedente econômico; Crescente processo de inclusão social (inclusive digital); Crescente sincronia intersetorial e territorial do crescimento.
	Banco Mundial (2001)	Existência de formas de capital físico e social: recursos naturais, infraestrutura, capital financeiro, capital institucional, capital de conhecimento, capital humano (saúde, população, educação, motivação e atitude) e capital cultural (Teorias do desenvolvimento endógeno – Banco Mundial).
	Martinelli e Joyal (2004)	Educação, saúde e segurança alimentar; Ciência e tecnologia ou pesquisa e desenvolvimento; Informação e conhecimento; Instituições (públicas e privadas); Meio ambiente.
Nova Geografia Econômica	Fujita, Krugman e Venables (1999); Fujita e Thiesse (2002);	Explica as diferenças entre regiões industriais e agrícolas, a localização das cidades e o papel das aglomerações na indústria através do modelo centro-periferia, que é formado por duas regras básicas: 1ª) definição de como os

	Brakman, Garretsen e Marrewijt (2001) e Krugman (1991; 1998)	consumidores alocam a renda (curva de demanda); 2ª) como as firmas determinam o nível de produção e de preços (curva de oferta). Em relação à economia regional, as firmas e os consumidores localizam-se nas regiões e arcam com os custos de transporte, tentando maximizar rendas e minimizar gastos considerando a localização dos demais elementos da rede de produção; Os fenômenos ligados à concentração das atividades ocorrem e se perpetuam devido a algum tipo de economia da aglomeração, cuja concentração espacial cria um ambiente economicamente favorável que sustenta uma concentração continuada.

Fonte: Elaboração da autora a partir de pesquisa bibliográfica sobre o tema (2011-2013).

Sobre o quadro resumo, é necessário demarcar que, em primeiro lugar, as principais teorias anteriormente destacadas são as mais conhecidas e estudadas pelos autores clássicos e contemporâneos sobre o tema do desenvolvimento regional e não esgotam as demais contribuições e linhas teóricas existentes. Em segundo lugar, elas trazem vários elementos convergentes e/ou contraditórios entre si, dependendo dos fundamentos teóricos das quais partem, das análises empíricas realizadas e das particularidades dos territórios e dos momentos históricos vividos e estudados pelos diversos autores.

Nesse sentido, em relação aos fatores associados ao desenvolvimento de uma região ou país, alguns elementos parecem ser consensuais como, por exemplo, a questão da localização (distância entre mercados fornecedores e consumidores) e da existência de recursos naturais que favoreçam a inclinação de um território organizado para uma determinada atividade econômica.

No entanto, quando se parte dos pressupostos das Teorias do Desenvolvimento Endógeno, ou seja, o desenvolvimento das regiões está ligado às suas condições e dinâmicas internas, sendo uma resposta endógena dos atores econômicos num ambiente competitivo, considerando que o aumento da produtividade e da riqueza depende de fatores também endógenos, tais como inovação, economia de escala e processos de aprendizagem, permanecem dúvidas sobre qual o peso e quais seriam os papéis de cada um desses elementos para a promoção do desenvolvimento.

Assim, diferentes autores defendem aspectos como fatores locais de produção (recursos naturais, capital e trabalho), habilidades empreendedoras, capacidade de organização social e política para articulação de um projeto político local conectado com as transformações e tendências mundiais, autonomia para tomada de decisões e para reinvestir

localmente o excedente econômico gerado no processo de crescimento, articulação entre atores, instituições, cultura, procedimentos, recursos e entorno, dentre outros.

Desse modo, para esta tese, elegeu-se como referencial teórico as Teorias do Desenvolvimento Endógeno, enfocando principalmente os aspectos relativos aos agentes ou atores do desenvolvimento no espaço geográfico da microrregião de Toledo, destacando-se particularmente a inserção dos grupos geracionais jovens nesse processo.

Entretanto, entende-se necessário aprofundar os estudos relativos aos adjetivos aplicados ao termo desenvolvimento, frequentemente utilizados como sinônimos. É o que se pretende com o próximo item.

2.2.1 Desenvolvimento regional e desenvolvimento local: diferentes paradigmas em debate

Percebe-se habitualmente, tanto em termos acadêmicos, quanto por parte dos órgãos públicos e agências governamentais, a utilização indiscriminada das terminologias "desenvolvimento regional" e "desenvolvimento local" como sinônimas. Todavia, esses termos trazem em si mesmo diferenças profundas, que variam conforme as distintas escolas de pensamento, os contextos históricos particulares e os diferentes países. Assim, o objetivo do presente texto é procurar esclarecer o que significa cada termo.

Para iniciar, é importante demarcar que o conceito de desenvolvimento carrega em si implícitas relações de força e que possui uma função que é estratégica, mas ao mesmo tempo, dinâmica. Ele se enriquece de enunciados como, por exemplo, modernização, adaptação, flexibilidade e inovação, modelando uma concepção de mundo, real ou imaginada, que produz um discurso dominante em relação aos sujeitos e atores do desenvolvimento (TARDIF, 2001).

Conforme a autora citada, dois processos legitimam a noção de desenvolvimento: a profissionalização de suas práticas e sua institucionalização. O processo de profissionalização diz respeito ao papel dos especialistas que produzem e validam os conhecimentos sobre desenvolvimento; a institucionalização do desenvolvimento, por outro lado, permite a construção de espaços materiais de produção e de propagação do discurso vigente.

Nesse sentido, optou-se pela tentativa de desvendar as terminologias ligadas ao desenvolvimento através da experiência de desenvolvimento local vivida, pensada e descrita por pesquisadores e estudiosos sobre o tema ao longo dos últimos trinta anos na Província do Quebec[44], Canadá. Assim, descreve-se alguns apontamentos importantes para demarcar semelhanças e diferenças entre as correntes de pensamento que se refletem nos termos utilizados para adjetivar o desenvolvimento.

Para Bellemare e Klein (2011, p. 03), o termo desenvolvimento regional se origina de uma estratégia de desenvolvimento de tipo fordista[45], na qual houve a absorção de todas as funções sociais pelo Estado e através da qual a prática de intervenção social se especializou durante os anos 1940 a 1970.

O fordismo baseia-se, sobretudo, num modelo de produção baseado na grande empresa; na padronização dos produtos e das peças, permitindo a produção em grande escala; no trabalho em linhas de montagem resultante de uma divisão vertical e horizontal das tarefas e de sua especialização; e no aumento do poder aquisitivo dos trabalhadores para compensar a realização de atividades repetitivas e estimular a demanda por bens, abrindo caminho para o consumo em massa. O fordismo caracteriza o funcionamento do capitalismo industrial que predominou nos países ocidentais durante o período denominado "trinta gloriosos" (1945-1975), no qual o crescimento da produção estava intimamente relacionado à alta dos salários e aos lucros gerados a partir da venda de grande quantidade de produtos (TOUPIE, 2012).

A estratégia de regulação fordista caracterizou-se pela gestão keynesiana[46] da esfera social e pela adoção de medidas econômicas em escala nacional, a fim de resolver a crise de superprodução de 1929 (KLEIN, 2006). Para Keynes, a causa principal da crise daquele

[44] É importante notar que no caso da Província do Quebec, Canadá, a partir de suas raízes históricas e sociais, o fator cultural e identitário conduziu e conduz o desenvolvimento a uma profunda ligação com a comunidade local, cujo fundamento se encontra em um sistema social largamente voltado ao diálogo e ao entendimento entre as partes ("*concertation*" em francês), bem como na relevância do papel da sociedade civil. Um estudo mais profundo desse aspecto pode ser encontrado em KLEIN *et all.* (2009). A experiência de pesquisa no Canadá foi oportunizada pela realização de um doutorado-sanduiche (PDSE/Capes) na Universidade do Quebec em Montreal (UQÀM)/Centro de Pesquisa em Inovações Sociais, no período de setembro de 2012 a agosto de 2013.

[45] Por fordismo entende-se um "Conjunto de métodos de racionalização da produção elaborado pelo industrial norte-americano Henry Ford a partir de 1907, baseado no princípio de que uma empresa deve dedicar-se apenas a produzir um tipo de produto. Para isso, a empresa deveria adotar a verticalização, chegando a dominar não apenas as fontes das matérias-primas, mas até o transporte de seus produtos. Para reduzir os custos, a produção deveria ser em massa e dotada de tecnologia capaz de desenvolver ao máximo a produtividade de cada trabalhador. O trabalho deveria ser também altamente especializado e bem remunerado, cada operário realizando apenas um tipo de tarefa. (...)" (SANDRONI, 1999, p. 249-250).

[46] A teoria do economista inglês John Maynard Keynes (1936) foi a base das políticas econômicas de combate ao desemprego a partir do estímulo à demanda agregada. Explicando de forma simplificada uma pequena parte de sua teoria, ele defendia a hipótese de que a demanda agregada é o fator determinante que permite explicar o nível da produção e, por consequência, o nível do emprego (BOISMENU; DOSTALER, 1987).

período foi a superprodução e para sair dela era necessário estimular a demanda, assegurando o pleno emprego. Assim, a demanda, mais do que a oferta, seria o motor do crescimento (HASSEN, 2012).

No contexto do fordismo o principal dispositivo territorial era o Estado nação. Os espaços supranacionais (os blocos geopolíticos, por exemplo) e os infranacionais (regiões, municípios e bairros) deveriam se articular às instâncias ligadas ao Estado nação, referência territorial que teria o papel de congregar os atores sociais, políticos e econômicos (KLEIN, 2008).

Assim, esse tipo de regulação produziu alterações no papel do território no processo de desenvolvimento das coletividades e implantou um novo paradigma de desenvolvimento: a planificação e o desenvolvimento regional e urbano. Sob a concepção keynesiana[47], o Estado deveria intervir com o objetivo de reorganizar os territórios, modernizar as regiões pobres para equipará-las com as regiões mais ricas e produtivas, aumentar os rendimentos e generalizar o consumo entre a população. Assim, a estratégia nacional de desenvolvimento, segundo o keynesianismo, é fundamentada na hipótese do crescimento apoiado pelo consumo, sendo que o desenvolvimento regional possui um papel fundamental como estratégia estatal de homogeneização e de recuperação das regiões mais atrasadas.

Esse novo paradigma previa a unificação social, política e econômica das regiões tendo, como referência espacial, o quadro nacional. Nas palavras de Bellemare e Klein (2011, p. 04): "É o triunfo da sociedade nacional sobre a especificidade local." Assim, no contexto pós II Guerra Mundial, a criação da Organização das Nações Unidas e a crescente adesão dos países recém-emancipados da colonização europeia estabeleceram claramente que, tanto na teoria como na prática, o foco do desenvolvimento econômico seria o Estado nação (FRIEDMANN, 2001).

Desse modo, nasce uma visão de intervenção territorial inspirada no paradigma do planejamento regional, cujo objetivo principal era estabelecer a conformidade e a homogeneização entre as diversas escalas territoriais que compõem a sociedade nacional. A partir dos instrumentos relativos a insumo-produto, dos conceitos de multiplicador de renda e

[47] Segundo Klein (2008), o modelo keynesiano é portador de um consenso entre a vontade do capital de aumentar suas taxas de lucro, as reivindicações salariais dos trabalhadores e a necessidade de melhorar as condições de vida da população, colocando em marcha uma nova forma de cidadania, tanto no plano social quanto no plano territorial.

de emprego, além da importância das exportações no crescimento regional, estabeleceram-se modelos de planejamento e de políticas regionais (FRIEDMANN; ALONSO, 1964).

Como já mencionado, esse tipo de estratégia de desenvolvimento regional se integra ao planejamento nacional, sob a intervenção do Estado de tipo descendente ("*top-down*") ou exógeno, e se coaduna com o modelo fordista de uniformização social, política e econômica do território-nação (KLEIN, 2006).

A linguagem operacional do paradigma do desenvolvimento regional baseia-se no modelo centro-periferia, em voga na época, desdobrando-se em quatro principais formas de compreensão espacial: as regiões metropolitanas, os eixos de desenvolvimento, as regiões fronteiriças e as áreas deprimidas, anteriormente explicadas. Dessa forma, o objetivo do planejamento regional deveria ser a integração social e econômica do território nacional e para isso, muitos governos em países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento criaram agências centrais de planejamento e desenvolvimento regional (FRIEDMANN, 2001).

Ainda segundo J. L. Klein (2006) pode-se identificar três consequências importantes oriundas do paradigma do desenvolvimento regional. A primeira diz respeito à distribuição dos recursos de forma centralizada, cujo controle pertencia aos ministérios e às empresas estatais; a segunda consequência é que essas políticas de desenvolvimento tomaram uma direção setorial, ou seja, eram voltadas ao setor industrial, tecnológico, agrícola, entre outros, e não territorial, o que beneficiou a integração espacial vertical, principalmente ao nível nacional; e a terceira consequência refere-se à expansão do modo de vida próprio ao modelo fordista, que favoreceu a concentração da população nos principais centros urbanos, relegando à segundo plano as culturas locais e as formas não urbanas de ocupação do território.

Na segunda metade dos anos 1970, os reflexos da centralização do aparelho estatal e seus efeitos negativos sobre a capacidade de ação dos atores locais, bem como a falta de correspondência entre as políticas centralizadas e as necessidades das coletividades territoriais começaram a ser discutidas e denunciadas.

Nesse período, o crescente processo de globalização promoveu gradativamente a porosidade das fronteiras e dos limites dos Estados nacionais, pois numa era de competição global as economias nacionais deixaram de ser prioridade em relação ao crescimento econômico: novas tecnologias, principalmente em termos de transporte e informação, alteraram radicalmente os custos de produção e superaram as distâncias. O Estado keynesiano

cedeu lugar a um modelo de Estado mais fraco, que privatizou muitas das suas tradicionais funções (FRIEDMANN, 2001).

Resumindo, segundo Boyer (1992), o modelo fordista keyneisiano entrou em crise pelas seguintes razões: primeiramente devido ao esgotamento das técnicas de produção, com diminuição da produtividade e saturação da demanda final; o segundo motivo foi o aumento das contradições sociais e das greves de trabalhadores gerando custos cada vez mais altos; a terceira razão diz respeito ao processo de globalização, à abertura das fronteiras e à concorrência; e, finalmente, devido ao fim da produção em massa de produtos padronizados.

As mudanças provocadas pelo processo de globalização e pela emergência do paradigma da ação (acionismo), de Alain Touraine (1965), a partir do qual se impõe o retorno do ator na análise social, fizeram com que as ciências do desenvolvimento redescobrissem o "lugar", pois é lá que nasce a ação coletiva e de lá que emergem as especificidades locais e regionais (KLEIN, 2006, p. 05).

A análise dessa mudança de rota objetivou apreender as dimensões espaciais e territoriais da globalização numa perspectiva de ação que pudesse contribuir para resolver os problemas que vivenciavam os cidadãos, sob uma visão de desenvolvimento centrada nos seus atores. Assim, o período pós-fordista abre espaço para um modelo mais aberto e variado, no qual novas configurações territoriais são valorizadas e entendidas como multiescalares, multisetoriais e construídas em rede, nas quais essas múltiplas escalas se combinam e se superpõem. Isto significa que o cenário para o desenvolvimento se alterou (KLEIN, 2008).

Nesse sentido, percebe-se uma mudança de paradigma: o desenvolvimento passa a ser visto como um processo que se inicia a partir da base local e se irradia para as demais esferas - "*botton up*" - denominado por vários autores de "desenvolvimento local"[48] (JOYAL, 2002).

Para alguns autores, como Boisvert (1996), por exemplo, o desenvolvimento local decorre diretamente do conceito de desenvolvimento endógeno, porém para S. Tremblay (1999), o desenvolvimento local tem sido objeto de uma formalização mais ampla, que comporta vários enfoques. A autora faz uma tentativa de síntese em relação a esses enfoques, agrupando-os em duas correntes principais: a do desenvolvimento local comunitário, centrado

[48] Segundo A. Joyal (2002, p. 09), o uso do termo "desenvolvimento local" no início dos anos 1980 é resultado da influência francesa, que procurou se contrapor à uma opção conceitual de "desenvolvimento comunitário", de origem norte-americana, a "*community-based economic development*".

numa visão global e social do desenvolvimento; e o enfoque do desenvolvimento econômico local (TREMBLAY, 1999).

O objetivo principal do desenvolvimento local comunitário seria conter os efeitos do desenvolvimento liberal, bem como das intervenções (ou ausência de intervenções) do Estado, com ações de solidariedade e iniciativas ao nível das comunidades locais. Por outro lado, o enfoque do desenvolvimento econômico local estaria orientado para a instalação de iniciativas e de parcerias com pequenas e médias empresas objetivando a melhoria dos índices econômicos tradicionais, como o crescimento dos empregos e dos salários (DIONNE, 1996).

Assim, observa-se que o paradigma do desenvolvimento local não se materializa num modelo claro e nem unificado, pois pode ser interpretado de diferentes formas. Por um lado, o pensamento neoliberal que vem prevalecendo na conduta da sociedade globalizada e dos Estados, percebe nesse modelo a possibilidade de se desfazer de certas responsabilidades sociais que representariam um custo financeiro elevado e lhes transferir aos atores da sociedade civil como, por exemplo, as organizações não governamentais e os grupos comunitários, que vem sendo denominados de "terceiro setor". Por outro lado, algumas estratégias governamentais dirigidas às regiões fragilizadas pelo processo de globalização econômica e pela perda e/ou deslocalização de empresas e de empregos percebem nos atores locais os parceiros indispensáveis para revitalizar as atividades econômicas locais e reintroduzi-las no mercado (KLEIN, 2008).

Embora possam ocorrer interpretações equivocadas, a perspectiva local comunitária representa uma mudança nos objetivos do desenvolvimento, pois propicia a formação de novos espaços de autonomia onde seria possível criar novas solidariedades locais e sentimentos de identidade comum que possibilitariam aos cidadãos, organizados localmente, um maior poder de participação na tomada de decisões sobre seus próprios destinos (FONTAN; KLEIN; LÉVESQUE, 2003). Nesse sentido, o território se torna uma plataforma a partir da qual uma coletividade local pode responder aos desafios impostos pela globalização econômica, revertendo o ciclo de fragilização.

Joyal (2002) compreende que o desenvolvimento local consiste num conjunto de iniciativas ou práticas que, ao contrário do desenvolvimento regional, não se apoia num quadro teórico rigorosamente definido[49]. Dessa forma, os fundamentos do desenvolvimento

[49] No entanto, a experiência acadêmica vivenciada durante o período de estágio de doutorado no exterior no Centro de Pesquisa sobre Inovações Sociais (CRISES), da Universidade do Quebec em Montreal, Canadá, demonstrou que os pesquisadores vêm trabalhando intensivamente nos últimos dez anos na construção de um

local constituem outra corrente de pensamento que se apresenta mais como um novo paradigma de desenvolvimento do que como uma teoria do desenvolvimento (CHAMBAULT, 2006).

No âmbito brasileiro, nota-se que a concepção desse modelo de desenvolvimento "de baixo para cima" baseia-se principalmente no protagonismo local das decisões e na valorização das atividades parcialmente já existentes no município, na região, ou mesmo nos bairros, de modo que essas atividades econômicas locais possam se organizar e se adaptar progressivamente às oportunidades da economia nacional e global. Além disso, essa abordagem procura captar e maximizar os resultados positivos dos impactos de novos investimentos no município, sejam eles de fontes diversas ou mesmo locais (CNM/SEBRAE, 2011).

A premissa principal desse modelo sustenta que a proximidade espacial tende a conduzir os atores socioeconômicos a valorizar a identidade territorial e, consequentemente, a adotar estratégias de governança local a fim de unificar a ação dos atores produtivos e das empresas de modo a provocar o dinamismo econômico e social de uma dada coletividade (KLEIN, 2010). Por definição, o desenvolvimento local se apresenta sob a forma territorializada e, num contexto de mundialização crescente da economia, os autores reforçam a noção de complementariedade local/global (JOYAL, 2002).

Swyngedouw (2004) propõe o termo "glocalização" para esse fenômeno, referindo-se à ocorrência de um duplo processo no qual, primeiramente, os arranjos institucionais e regulatórios mudam-se da escala nacional para a supranacional ou global e, ao mesmo tempo, da escala individual para a local, urbana ou regional. Simultaneamente, as atividades econômicas e as redes de negócios tornam-se mais localizadas, regionalizadas e transnacionalizadas. O autor chama a atenção para a dinâmica política e econômica desse reescalonamento geográfico e suas implicações, pois tanto as escalas econômicas quanto os arranjos institucionais vêm sofrendo tantas alterações que comprometem significativamente a geometria do poder social.

Retomando o paradigma do desenvolvimento local, esse considera o território local como base para um modelo de desenvolvimento integrado, prevendo a interação dos setores econômico, social e cultural e das escalas locais, regionais, nacionais e internacionais,

quadro teórico mais elaborado a partir das iniciativas de desenvolvimento locais, principalmente no âmbito da Província do Quebec, Canadá.

priorizando-se a diversidade, a participação cidadã e a ação coletiva, numa dinâmica em que o Estado não atua como único ator do desenvolvimento, mas como um parceiro dentro de um sistema composto por empresas privadas e atores sociais (BELLEMARE; KLEIN, 2011).

Na opinião de Joyal (2002), o Estado constitui-se num dos atores-chave nas experiências de desenvolvimento local, assim como as empresas privadas, o setor associativo e o setor educacional, pois possui o papel fundamental de estimular e de arbitrar.

Assim, as ações de desenvolvimento podem ser caracterizadas como de "desenvolvimento local" quando elas geram ou reforçam as dinâmicas sistêmicas que se inscrevem na escala local, o que permite verificar o papel ativo do território como quadro instituinte dos arranjos sociais, das estruturas sociais e como fonte do sentimento de pertencimento territorial. Além disso, essas ações devem ser planejadas e executadas pelos próprios atores locais, habilitando-os a exercer um papel ativo no desenvolvimento de suas coletividades, suas iniciativas e projetos, mobilizando recursos endógenos e exógenos em benefício das mesmas (KLEIN, 2006).

Fontan (2011), explica que o desenvolvimento local se constrói através de uma concatenação de ações individuais e/ou coletivas oriundas de iniciativas locais ou de projetos locais. Para o autor, essa concepção de desenvolvimento pode se confrontar com as normas estabelecidas, bem como com as elites dirigentes de um determinado território.

Segundo Klein *et all* (2009, p. 29), a título de exemplo, os atores que compõem o processo de desenvolvimento local observado na Província do Quebec, Canadá, são: as chamadas "antenas territoriais" do Estado (os ministérios e outros órgãos oficiais de caráter provincial[50] ou nacional); as empresas estatais localizadas nas coletividades locais; os representantes provenientes do ambiente de negócios (do comércio principalmente); as empresas privadas; as instituições de formação (as universidades, a rede de estabelecimentos de ensino público superior da Província do Quebec – CEGEPs[51]); as organizações sindicais; as empresas e organizações de economia social (as cooperativas, os organismos de gestão comunitária, etc.), os organismos de desenvolvimento econômico comunitário; e os organismos comunitários voltados ao desenvolvimento social.

[50] As províncias no Canadá são equivalentes aos estados no Brasil.

[51] Trata-se de uma rede de estabelecimentos de ensino superior público implantada em todas as regiões da Província do Quebec, Canadá, a partir de 1967, que oferece a primeira etapa do ensino superior, com a particularidade de agrupar o ensino pré-universitário com o ensino técnico, que prepara para o mercado de trabalho. Fonte: http://www.fedecegeps.qc.ca/cegeps/qu-est-ce-qu-un-cegep/ Acesso em 16 out. 2012.

Para esses autores, o que promove o desenvolvimento local é a governança de todos esses atores e organizações que possuem uma forte âncora na sociedade civil e que consideram o local como base de todas as ações. É importante notar que a denominação, bem como as perspectivas do chamado desenvolvimento local possui características muito próprias, ligadas a uma região, ou seja, à Província do Quebec no Canadá, e a um momento histórico específico, ou seja, a partir de 1988, quando então se acordou sobre uma proposta de desenvolvimento endógena, elaborada pelo governo e atores locais a fim de incentivar empreendimentos e reforçar o potencial tecnológico e exportador das regiões daquela província (KLEIN *et all*, 2009, p. 31).

Outro ponto importante, constatado a partir de pesquisas empíricas e estudos de casos realizados na província do Quebec[52], é que os recursos exigidos para as experiências de desenvolvimento local não se limitam aos recursos endógenos apenas. São imprescindíveis os recursos locais, os investimentos externos, públicos e privados, não somente para o suporte das atividades econômicas locais, mas também para o aporte de meios que revitalizem os atores socioeconômicos. Nesse sentido, constatou-se que as experiências de desenvolvimento local que tiveram êxito contaram com uma combinação de recursos locais e exteriores, endógenos e exógenos (KLEIN, 2008).

Desse modo, o território local se torna o quadro de referência para as políticas e estratégias de desenvolvimento, seja ele compreendido como uma região, uma aglomeração, um bairro ou mesmo um distrito urbano. Na tentativa de resumir as ideias e fundamentos que perpassam os conceitos de desenvolvimento regional e de desenvolvimento local, elaborou-se um quadro sintético com as principais conclusões da pesquisa bibliográfica.

[52] Pesquisas realizadas por professores e acadêmicos do Centro de Pesquisa sobre Inovações Sociais (CRISES). É uma organização interuniversitária e pluridisciplinar que reúne aproximadamente sessenta pesquisadores de oito universidades canadenses: Universidade do Quebec em Montreal (UQÀM), Universidade do Quebec de Outaouais (UQO), Universidade Laval, Universidade de Sherbrooke, Universidade Concordia, Escola de Altos Estudos Comerciais de Montreal (HEC Montréal), Universidade de Montreal e Universidade do Quebec em Chicoutimi (UQC). Maiores informações podem ser obtidas em: http://www.crises.uqam.ca/. Acesso em 16 out. 2012.

Quadro 06. Quadro comparativo entre os paradigmas do desenvolvimento regional e do desenvolvimento local

Contexto regulatório	Paradigmas de desenvolvimento	Papel do Estado	Papel dos sujeitos	Relação com o território	Objetivos do desenvolvimento
Fordismo Keynesianismo **Concepção histórica:** sentido único – progresso	**Desenvolvimento Regional** (Desenvolvimento *top-down*; evolução linear em etapas)	- Forte intervenção do Estado; - Estado-nação como dispositivo de regulação social e econômica; - Políticas de desenvolvimento e gestão centralizadas; - Estratégias de homogeneização dos territórios.	- Negação do papel dos atores; - Relação de natureza conflituosa (cidadãos x Estado); - Legitimidade dos sujeitos dada pela estrutura.	- Prioridade ao território do Estado-nação; - Territorialidade nacional única e homogênea.	- Homogeneizar as regiões; - Modernizar as regiões pobres; - Aumentar os rendimentos; - Generalizar o consumo.
Pós-fordismo Globalização Acionismo **Concepção histórica:** a história possui vários sentidos indeterminados	**Desenvolvimento Local** (Desenvolvimento *botton-up*; evolução interativa não-linear conforme cada localidade)	- Desagregação dos Estados nacionais; - Atuação em parceria; - Políticas de desenvolvimento pensadas em conjunto com os cidadãos; - Gestão mista ou convergente entre Estados e cidadãos.	- Negociação com diversas instâncias; - Mobilização de recursos; - Concatenação de ações individuais e coletivas; - Iniciativas locais e projetos inovadores; - Ação coletiva; - Participação cidadã; - Legitimidade construída pelos sujeitos.	- Compreendido como instituinte; - Base para criação de um modelo de desenvolvimento próprio; - Sentimento de pertencimento ao local; - Territorialidade plural; - Centralidades múltiplas e redes mundiais.	- Produzidos a partir da concertação entre os atores; - Construídos de forma participativa e democrática; - Dependem das aspirações de cada comunidade.

Fonte: Elaboração da autora a partir de pesquisa bibliográfica sobre o tema (2012/2013).

Conforme o que se observa a partir dos estudos realizados e considerando a trajetória do Brasil nas últimas décadas em termos da promoção de seu desenvolvimento, optou-se pela utilização do temo "desenvolvimento regional" para essa tese, por entendê-lo mais adequado ao processo que se vivencia no país desde a década de 1930. Entretanto, o direcionamento das ações voltadas ao desenvolvimento vem se alterando e a partir de 2003 as políticas públicas

começam a valorizar as diversidades regionais, a mobilização endógena dos agentes e regiões, bem como a incentivar a descoberta das potencialidades locais e regionais com o objetivo de melhorar as condições de vida de todos os segmentos da população brasileira[53] (OLIVEIRA; FERRERA DE LIMA, 2012).

Nesse sentido, as políticas públicas de desenvolvimento vigentes no contexto atual brasileiro, materializadas na Política Nacional de Desenvolvimento Regional, aprovada em 2007, possuem um viés territorial, são redistributivas e abordam múltiplas escalas, cujo objeto principal é a atuação nas regiões que, por situação de debilidade econômica e estagnação, geram condições de vida insatisfatórias à população das mesmas e consequentemente, expressivas fluxos migratórios para as grandes metrópoles. (OLIVEIRA; FERRERA DE LIMA, 2012).

Assim, observa-se que embora a PNDR possua elementos que sinalizem para a valorização do desenvolvimento endógeno (*botton-up*), na essência o Brasil vem adotando políticas públicas que se caracterizam sob o paradigma do desenvolvimento regional, cujos objetivos principais são de homogeneizar as diferentes regiões brasileiras, modernizar as regiões pobres e possibilitar o aumento dos rendimentos a fim de generalizar o consumo, porém sem uma participação efetiva dos atores locais no direcionamento desse processo.

A partir dessa definição, entende-se necessário esclarecer uma categoria chave para a investigação em curso, ou seja, a compreensão do conceito de inserção, que é objeto de análise no item a seguir.

2.2.2 Elementos teóricos sobre a categoria inserção dos grupos geracionais jovens

A concepção de desenvolvimento, em seu sentido amplo, pressupõe um projeto de sociedade que parta da noção de pertencimento de seus componentes, o que significa a busca contínua pela garantia e fruição dos direitos constitutivos de cidadania: direitos civis, políticos e sociais. No processo histórico de construção desses direitos, conforme Marshall (1967), no

[53] Em 2003 foi lançada a proposta de uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), incluída no Plano Plurianual 2004/2007, definindo princípios, parâmetros e critérios básicos para redução das desigualdades regionais do país com base na análise da realidade regional brasileira. Assim, a PNDR foi institucionalizada pelo Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007. (OLIVEIRA; FERRERA DE LIMA, 2012).

século XVIII, tem-se o advento dos direitos civis, considerados aqueles atinentes à livre manifestação do pensamento e de expressão, de locomoção, de associação, de integridade física, de liberdade religiosa. No século XIX, avança-se para o reconhecimento dos direitos políticos, ou seja, de criar partidos e associações, de votar e ser votado, de acatar as decisões da maioria e respeitar as minorias. Somente no século XX é que se tem o reconhecimento dos direitos sociais, entendidos como direito à saúde, à educação, à habitação, à previdência, à seguridade, ao trabalho digno, dentre outros.

Cabe salientar que o primeiro grupo de direitos, denominados individuais, coincide com as liberdades civis e estas possuem um conteúdo negativo, ou seja, correspondem às áreas que devem estar isentas das possíveis ingerências do Estado. A este cabe um não fazer para que tais prerrogativas, que fortalecem a autonomia dos cidadãos, possam existir.

Por sua vez, os direitos sociais exigem uma ação direta do Estado a fim de propor e realizar políticas e programas, e oferecer serviços públicos que venham ao encontro destes direitos em benefício dos membros de uma sociedade. Portanto, eles se traduzem em direitos positivos, ou seja, direitos dos cidadãos a prestações ou atividades do Estado: fornecer segurança, educação, elaborar políticas de geração de trabalho e renda, oferecer serviços básicos e especializados de saúde, propor programas de incentivo à moradia, oferecer assistência judiciária, entre outros. Portanto, a cidadania plena caracteriza-se pelo acesso às prestações positivas e negativas dos direitos constitucionalmente assegurados a todos os cidadãos de uma dada sociedade.

No âmbito internacional, os artigos 22 e 28 da Declaração Universal dos Direitos do Homem (DUDH), de 1948, apresentam o rol dos direitos sociais, que foram adotados pelo Brasil a partir da Constituição Federal de 1988 e dos documentos legislativos dela decorrentes. São eles: o direito à segurança social e à satisfação dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à dignidade da pessoa humana e ao livre desenvolvimento de sua personalidade; direito à educação e cultura, além de instrução técnica e profissional; direito ao trabalho e à escolha do mesmo, o direito a condições de trabalho satisfatórias, de proteção ao desemprego, salário digno que seja capaz de suprir as necessidades essenciais do trabalhador e as de sua família, o direito à liberdade sindical; o direito à previdência e seguridade social, entre outros (ONU, 1948).

Quando se reflete sobre a noção de desenvolvimento, entende-se que os membros de uma dada sociedade possam realizar plenamente suas capacidades e aspirações, a partir de um

patamar igualitário de direitos de cidadania e oportunidades. Portanto, o desenvolvimento só será alcançado a partir da integração de todas as suas dimensões, com estratégias que articulem – sempre respeitando as demandas regionais e de cada segmento da população - políticas de educação, saúde e saneamento, moradia, transporte coletivo, geração de trabalho e renda, assistência social, segurança alimentar e nutricional, cultura e lazer (ANANIAS, 2011).

Portanto, se a noção de pertencimento pressupõe que as pessoas estejam e se sintam inseridas como cidadãos no processo de desenvolvimento de uma região ou país, como parte de uma coletividade, faz-se necessário compreender teoricamente o conceito de inserção, central para a pesquisa ora relatada.

Primeiramente, optou-se por compreender o sentido etimológico da palavra. Conforme Ferreira (1999), inserção é o ato de inserir, ou seja, colocar, introduzir, intercalar, incluir, entranhar, fixar-se, implantar-se. No sentido informal, inserção refere-se ao processamento de textos, sendo o "[...] ato de adicionar (textos, caracteres, marcas de edição, etc.), em qualquer ponto de um texto já existente, sem perda ou apagamento das demais informações, que são deslocadas de modo a abrir espaço para os acréscimos recém-digitados" (FERREIRA, 1999, p. 1116).

Observe-se que a definição etimológica relativa ao processamento de textos é significativa para se produzir uma analogia ao processo de inserção dos indivíduos numa determinada sociedade, na medida em que prevê a introdução de novos elementos no corpo do texto, ou seja, a introdução dos novos membros numa coletividade de forma produtiva e digna, sem prejuízo ou precarização da situação daqueles que já se encontram inseridos, pois estes apenas se deslocam ou se acomodam a fim de oferecer espaço para abrigar os recém-chegados.

Ainda no sentido etimológico, mas acrescendo-se o adjetivo "social", a inserção designa uma ação que tem por objetivo fazer evoluir uma pessoa isolada ou marginal para um estado onde as mudanças em seu entorno social sejam consideradas satisfatórias. A inserção é o resultado desta ação. Para que haja inserção social é necessária uma apropriação de valores, regras e normas do sistema ao qual a pessoa está sendo inserida em várias dimensões: familiar, escolar, profissional, econômica, cultural, etc. (TOUPIE, 2012).

Na tentativa de apreensão do conceito de inserção, recorreu-se à literatura francesa que possui maior tradição nesse campo de estudos. Inicialmente é necessário destacar que a noção de inserção nasce fortemente ligada ao campo da ação política e social. Conforme

Adjerad e Ballet (2004), a noção de inserção passou a existir no campo da literatura sociológica nos anos 1970 e foi por longo tempo associada à noção de integração. No entanto, mesmo contendo elementos em comum, elas se diferenciam em vários pontos, que serão a seguir explicados.

Segundo os autores acima citados, o conceito de inserção possui, em primeiro lugar, uma ligação direta com a ação social, já o conceito de integração nasce com a Sociologia. Em segundo, a inserção engloba a definição de um processo multidimensional (econômico e social, singular e coletivo) que vai conduzir um indivíduo, considerando suas especificidades, a encontrar seu lugar numa esfera social particular, sendo mais do que o simples acesso ao conjunto de operações colocadas em ação para e pelo indivíduo com o objetivo de inseri-lo.

Desta forma, o processo de inserção pode se decompor em várias modalidades em função de seus objetivos: inserção social, inserção profissional, pela moradia, pela cultura, etc. Por outro lado, a noção de integração reporta-se a um estado de ligação social de uma sociedade e seus membros. Assim, uma sociedade é fortemente integrada se todos os seus membros são solidários e agem de forma complementar uns aos outros (ADJERAD; BALLET, 2004).

Ainda demarcando a diferença entre os conceitos de inserção e integração, em terceiro lugar, a noção de inserção não comporta a dimensão de adesão, ao contrário da noção de integração. O indivíduo não tem a obrigatoriedade de aderir ao grupo social ou ao grupo profissional ao qual ele se insere. A inserção busca a participação do indivíduo no seio de uma sociedade, com suas regras e normas, no caso da inserção social, ou nas atividades produtivas, no caso da inserção profissional. No entanto, o conceito de integração possui forte dimensão adesiva (ADJERAD; BALLET, 2004).

Segundo os mesmos autores, a inserção pode ser considerada mais ao nível individual, enquanto a integração possui caráter mais global. Por outro lado, a inserção é direcionada ao retorno a um estado particular e a integração está ligada à força de um laço que une o indivíduo ao grupo e o grupo ao indivíduo. Portanto, o objetivo da integração social é criar uma sociedade para todos, na qual cada indivíduo, com seus direitos e responsabilidades, possui um papel específico a desempenhar (HUBER, 2003).

Complementando o esclarecimento quanto ao conceito de inserção, entendeu-se ser necessário fazer uma breve diferenciação entre os termos inserção e inclusão, certas vezes compreendidos equivocadamente como sinônimos no âmbito das Ciências Sociais.

Primeiramente, é preciso ressaltar que a compreensão do conceito de inclusão ocorre em referência a seu oposto, a exclusão. Segundo Sposati (1996), inclusão e exclusão são processos sociais interdependentes vinculados principalmente à distribuição de renda e de oportunidades.

Para Ocampo (2004), o enfoque multidimensional dos conceitos de exclusão e de inclusão no âmbito dos processos sociais, econômicos e políticos, salienta a forma pela qual os benefícios e frutos do desenvolvimento, as redes de interação social e a participação política são distribuídos de maneira desigual.

A maioria dos pesquisadores sobre a temática da exclusão social concorda que a publicação do livro de René Lenoir, "*Les exclus*" (Os Excluídos), na França, em 1974, é um ponto que demarca a origem do conceito de exclusão. O autor objetivava fazer um alerta à sociedade francesa sobre a incapacidade da economia para incluir determinados grupos, debilitados física, psíquica ou socialmente. Relatava sua preocupação sobre o fato de que um em cada dez franceses ficava à margem dos resultados econômicos e sociais à época (ESTIVILL, 2003).

Na década de 1980 os estudos sobre a categoria exclusão se ampliaram, num contexto pós-crise mundial do petróleo, cujas consequências foram o surgimento do desemprego prolongado, as dificuldades de inserção dos jovens e os problemas de pauperização das periferias das grandes cidades (DORTIER, 2010).

Ainda sob a perspectiva da tradição francesa, a "exclusão social" foi definida por Robert Castel (1990) como a fase extrema do processo de "marginalização", entendido como um percurso descendente, ao longo do qual se verificam sucessivas rupturas na relação do indivíduo com a sociedade. Um dos pontos marcantes nesse caminho corresponde à ruptura em relação ao mercado de trabalho, que se traduz em desemprego, principalmente o desemprego prolongado, ou ainda configura-se como um desligamento definitivo ante esse mercado. A fase extrema da exclusão social é caracterizada não só pela ruptura com o mercado de trabalho, mas por progressivas rupturas familiares, afetivas e sociais.

Portanto, pode-se dizer que uma pessoa é considerada socialmente excluída quando está impedida de participar plenamente na vida civil, econômica e social e/ou quando o seu acesso a rendimentos, recursos e oportunidades pessoais, familiares e culturais é de tal modo insuficiente que não lhe permite usufruir de um nível de vida considerado como um patamar aceitável pela sociedade em que vive (PAUGAM; GALLIE, 2002).

Segundo J. Estivill (2003), a base da exclusão social encontra-se no rompimento das redes sociais existentes, na fragmentação da sociedade, na heterogeneidade dos valores centrais, nos obstáculos para se constituir outros núcleos de confluência e de identificação e na dificuldade de encontrar respostas coletivas transversais que consigam superar as sucessivas rupturas e distâncias.

Para Sposati (1996), a exclusão social pode ser caracterizada pela impossibilidade de poder partilhar da sociedade, o que leva à vivência da privação, da recusa, do abandono e da expulsão, inclusive de forma violenta, de uma parcela significativa da população. A autora aponta que a exclusão pode se dar em diversas formas de relações: econômicas, sociais, culturais e políticas. Trata-se de uma privação coletiva, que inclui não somente a pobreza, mas também a subalternidade, a desigualdade, a ausência de acesso e de representação pública.

A exclusão social pode, portanto, ser definida como uma combinação de falta de meios econômicos, de isolamento social e de acesso limitado aos direitos civis e sociais. Note-se que o conceito é relativo a cada tipo de sociedade, cujos componentes sociais, econômicos, históricos e culturais variam ao longo do tempo. Assim, os fatores que podem contribuir para a exclusão social são o desemprego, a baixa escolaridade, doenças ou incapacidades, problemas inerentes à migração entre regiões ou países, as questões referentes à nacionalidade, à religião, à etnia, ao gênero, às diferentes orientações sexuais e à violência.

Os sintomas relativos ao processo de exclusão encontram-se relacionados à retirada da vida social, podendo haver crise de identidade, problemas de saúde, ruptura da família e o sentimento de "inutilidade" social (DORTIER, 2010). Desse modo, os pesquisadores afirmam que é importante procurar identificar com precisão os fatores e os sintomas dos indivíduos e famílias considerados excluídos para se proceder ao processo de inclusão, que se faz no sentido contrário: busca-se sanar ou minimizar estes fatores através de políticas públicas direcionadas a cada um dos aspectos a serem trabalhados.

Logo, a inclusão direciona-se aos elementos que caracterizam uma perspectiva socioeconômica dos membros de uma sociedade ou a algum tipo de diferenciação que demarca um grupo de pessoas como, por exemplo, os portadores de necessidades especiais, os imigrantes, os portadores de doenças mentais, as diferentes etnias, os adultos analfabetos, os desempregados de longa duração, entre outros grupos. Assim, a inclusão traz em si dimensões restritivas, pois as políticas inclusivas são direcionadas e fragmentadas para cada segmento que se quer atingir.

Sassaki (1997) compreende a inclusão social como a forma pela qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com diferentes necessidades e, simultaneamente, estas também se preparam para assumir seus papéis na sociedade. Para o autor, a sociedade precisa ser capaz de atender às necessidades de seus membros, tendo-os como aliados na discussão de seus problemas e respectivas soluções.

Ante estas premissas, retoma-se o entendimento sobre o conceito de inserção para concluir que ele é mais abrangente do que o conceito de inclusão, sendo também diferente do conceito de integração. Assim, para efeitos desta pesquisa, o que se pretende é refletir sobre as diferentes maneiras pelas quais as coletividades geracionais jovens vêm sendo inseridas no âmbito social, econômico e profissional da microrregião de Toledo, independentemente de certas condições específicas ou de fatores que apontem para algum tipo de necessidade especial.

Em termos históricos, Robert Castel (1998, p. 542-543) explica que as políticas de integração utilizadas na França na década de 1970 eram direcionadas a populações caracterizadas por algum tipo de "incapacidade" para acompanhar a dinâmica da sociedade, diferenciando-se a proteção social para aqueles que tinham capacidade e deveriam trabalhar, daqueles que não podiam ou estavam dispensados dessa exigência por razões legítimas.

Naquele período, já no final da década, um novo perfil de "população com problemas" emergia e não se tratava de outro tipo de "deficiência" ou de "anormalidade", mas sim resultado da "turbulência na sociedade salarial" (CASTEL, 1998). Assim, nesta zona incerta onde o emprego não estava mais garantido e reaparecia em cena a precariedade nas situações de trabalho, surgiram as políticas de inserção.

A literatura francesa propôs uma definição de inserção como:

> [...] um processo socialmente construído no qual estão envolvidos os atores sociais e institucionais (historicamente construídos), as lógicas (sociais) de ação e de estratégias desses atores, as experiências (de vida) sobre o mercado de trabalho e as heranças socioescolares.[54] (BORDIGONI; DEMAZIÈRE; MANSUY, 1994 *apud* DUBAR, 2001, p. 34).

O conceito de inserção compreende, desta forma, uma determinada posição individual e coletiva do cidadão através da qual ele encontra seu lugar na sociedade e se sente

[54] Tradução livre.

socialmente confortável para exercer sua cidadania plena, ou seja, usufruir do conjunto de direitos fundamentais e das oportunidades sociais disponíveis a todos os membros desta mesma sociedade.

Resta, ainda, esclarecer que a inserção social dos novos membros não retira ou toma o lugar dos demais, pois em analogia ao que ocorre no processamento de um texto, há uma abertura de espaço para a introdução das novas coletividades geracionais jovens sem que haja supressão ou precarização dos espaços e das posições anteriormente ocupadas pelas coletividades geracionais mais antigas. Este é um dos elementos essenciais para o desenvolvimento de uma região: o papel dos indivíduos como atores ou agentes de promoção do presente e do futuro processo de desenvolvimento, portadores de potencialidades para a mudança social.

Assim, a categoria inserção a ser utilizada nessa investigação não se refere a uma inserção em um campo específico, como por exemplo, apenas econômico ou social ou profissional, mas pressupõe a inserção em todos os aspectos da vida em sociedade.

Com base nessas necessárias definições teóricas sobre os conceitos com os quais se trabalhou durante o processo de pesquisa, o capítulo a seguir visa localizar o espaço geográfico e a realidade onde a mesma se produziu, ou seja, a microrregião de Toledo, situada na mesorregião Oeste do estado do Paraná, Brasil.

3. O DESENVOLVIMENTO DA MICRORREGIÃO DE TOLEDO, PARANÁ

> "[...] Compreender uma região passa pelo entendimento do funcionamento da economia ao nível mundial e seu rebatimento no território de um País, com a intermediação do Estado, das demais instituições e do conjunto de agentes da economia".
> (SANTOS, 1997, p. 46).

O presente capítulo visa fornecer um sintético quadro explicativo sobre o processo de ocupação e de colonização da região Oeste do Paraná, detalhando a microrregião de Toledo, espaço da pesquisa. O objetivo principal é oferecer uma contextualização dos aspectos históricos, econômicos, sociais, demográficos e culturais dos municípios que compõem a região, auxiliando na compreensão das especificidades desse espaço regional.

Num primeiro momento, realiza-se uma breve exposição sobre os conceitos de território e região, entendendo que um determinado espaço se constrói dinamicamente a partir do conjunto de seus elementos naturais, humanos, econômicos, culturais e sociais. Desta forma, no sentido de ser um espaço-tempo vivido, o território é sempre múltiplo e complexo, pleno de correlações de forças políticas, econômicas, culturais e históricas, as quais se procura compreender.

Em relação à história da região, embora os primeiros registros de ocupação datem de 1514, quando chegaram os primeiros conquistadores portugueses e espanhóis (PERIS, 2003), optou-se por demarcar a ocupação populacional e econômica da região a partir do século XX, quando ocorreu a efetiva colonização.

Nesse histórico, destacam-se três etapas marcantes: o processo de colonização da região Oeste do Paraná, ocorrido a partir da década de 1940; a modernização da agricultura, como uma nova fase econômica reestruturando a base produtiva desse espaço regional nas décadas de 1970 e 1980; e o processo de diversificação e de internacionalização da economia ocorrido a partir da década de 1990.

Devido à sua formação socioeconômica recente, a região Oeste do Paraná é resultado de um modelo de desenvolvimento planejado ao nível nacional com o objetivo de inserir novos territórios para produção econômica e de garantir a soberania nacional através da

ocupação das áreas de fronteira a partir da década de 1940. A ocupação deste espaço e a organização das atividades econômicas em torno de seus recursos naturais propiciaram uma dinâmica produção agrícola e agroindustrial.

Na última parte do capítulo, procura-se caracterizar econômica e socialmente a microrregião de Toledo na atualidade, seus avanços e desafios como polo regional e, ao mesmo tempo, como espaço em adaptação ao processo de transnacionalização do capital agroindustrial e os reflexos destas transformações em sua dinâmica.

3.1 TERRITÓRIO E REGIÃO: ESPAÇOS EM CONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO

Do ponto de vista multidisciplinar, porém como objeto da Geografia como disciplina científica em particular, o território consiste numa das noções mais importantes da sociedade. Sem território não há sociedade, pois a mesma possui duas grandes referências: o tempo e o espaço. Significa dizer que o território age como mediador nas relações da sociedade com o espaço (KLEIN, 2008).

Desta forma, o território pode ser concebido como um espaço delimitado, ocupado e organizado por uma ou mais coletividades, nascidas das relações estabelecidas com este mesmo território, das quais emergem os sentimentos de pertencimento e de identidade. Pode haver vários territórios dentro de uma sociedade, cada um com sua força e esse quadro é dinâmico, pois os territórios se produzem em função das interações sociais. O território se constitui, ao mesmo tempo, em contexto e em meio de produção e de reprodução da sociedade, porque nele se inscrevem e se desenvolvem os laços sociais e as relações de poder (KLEIN, 2008).

O território configura-se como um lugar instituinte, ou seja, ele age sobre o processo de emergência e de consolidação de novas ideias ou de novas criações. Sua influência se produz de forma ambivalente: da mesma maneira em que faz respeitar a ordem estabelecida e rejeitar a novidade, ele facilita a promoção de ações no sentido da inovação (FONTAN, 2011).

Nas palavras de Milton Santos (1991), o espaço possui um papel privilegiado, pois cristaliza momentos vividos anteriormente e configura-se como lugar de encontro entre o

passado e o futuro através das relações sociais que se realizam no presente. O espaço, na visão de Santos (1991), é anterior ao território, que se forma a partir dele como resultado de ações protagonizadas por atores.

Como noção abstrata, o espaço torna-se concreto a partir de sua divisão em várias escalas, por exemplo, local, regional, nacional e supranacional; conforme suas configurações de uso, seu campo de influência e formação de redes; e segundo ainda as diversas formas de gestão dos lugares e dos conflitos espaciais. Esses elementos estruturam a territorialidade de uma sociedade e lhes servem de base para os sentimentos de pertencimento e de identidade coletiva (KLEIN, 2008).

Para D. Moro (1990, p. 08),

> (...) a organização do espaço envolve o estudo das relações, das combinações, das interações, das conexões, das localizações que se processam de forma dinâmica no quadro de uma unidade espacial, entre os diversos elementos que as constituem, bem como as que se verificam entre as unidades espaciais.

Assim, de forma concreta ou abstrata, ao se apropriar de um espaço, o sujeito o "territorializa". Nesse sentido, a produção de um território revela tensões e relações de poder produzidas por pessoas ou grupos nas diferentes fases de apropriação e de ocupação deste espaço (RAFFESTIN, 1993).

O território, entendido como espaço-tempo vivido, é sempre múltiplo, complexo e diverso. É permeado por relações de dominação política e econômica, e de apropriação no sentido cultural e simbólico (HAESBAERT, 2005). Além da dimensão política, o modo como as pessoas se organizam a fim de utilizar a terra, ocupar os espaços com atividades econômicas, sociais e culturais, atribui sentido a esta apropriação do território (SACK, 1986).

Para Haesbaert (2005), todo território possui, simultânea e necessariamente, embora em variadas combinações, o sentido funcional (território como recurso) e o sentido simbólico (significados atribuídos). Nessa linha de pensamento, Santos (2005) destaca que são as formas de uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social, sendo necessária uma constante revisão histórica. Para o autor, o que é permanente no território é ser nosso quadro de vida. Desta forma, o território usado compõe-se de objetos e de ações que são sinônimo de espaço humano e de espaço habitado, caracterizando-se por sua materialidade e pelo sentido relacional concedido a ela.

Historicamente, o Estado nação foi um marco na percepção do território, pois demarcou sua existência jurídica e política, definindo e moldando os espaços. Hoje se tem a noção, denominada pós-moderna, de transnacionalização do território. No entanto, apesar da forte influência e operacionalidade dos tentáculos da mundialização, o território habitado cria novas sinergias e renasce com suas próprias características: daí a importância do "retorno" ao território (SANTOS, 2005).

O autor ainda explica os novos recortes que são dados ao território, para além da categoria região. Ele os denomina de horizontalidades e verticalidades, sendo que a primeira refere-se à contiguidade territorial e aos domínios de vizinhança (ideia de "espaço banal"), enquanto que a segunda seria formada por pontos distantes uns dos outros, mas ligados por todas as formas e processos sociais (noção de redes). Na contemporaneidade, então, o território se forma a partir do movimento dialético entre os espaços contíguos e os espaços em rede, que se fundem nos mesmos lugares, mas que possuem funcionalidades divergentes e, por vezes, até opostas.

Em síntese, compreende-se que a formação de um território é resultante da união e da mobilização dos atores que habitam um determinado espaço geográfico, na tentativa de identificar e de resolver os problemas que afetam a todos. Deste modo, é um espaço em constante construção, que possui uma configuração mutável e inacabada. Ou seja, é uma realidade em evolução e resultado das correlações de força passadas e presentes entre os atores que o compõem (BRASIL. MDA, 2005).

Nessa linha de raciocínio, pode-se dizer que o território é, ao mesmo tempo, uma criação coletiva e um recurso institucional, definição que está associada à ideia de que as transformações das propriedades do território podem gerar e maximizar o processo de valorização dos recursos desse próprio espaço (BRASIL. M.D.A, 2005).

Para resumir, entende-se o território como um espaço estruturado, ocupado, regulado e organizado por uma coletividade que desempenha, ao mesmo tempo, a função de contexto e de ator da reprodução de si mesmo. O território mediatiza a relação entre sociedade e espaço, gerando identidades positivas ou negativas, instituindo compromissos e convenções, sendo objeto de ganância e de jogos de poder: as modalidades de estruturação, de regulação, de desenvolvimento, de ocupação e de organização variam segundo os atores e seus conflitos.

Sob esta perspectiva, serão traçados os principais pontos da ocupação do espaço territorial da região Oeste do Paraná e da microrregião de Toledo em particular nos próximos

itens do presente capítulo. No entanto, antes de proceder a esse espaço específico, entendeu-se ser necessária uma breve explicação sobre o conceito de região. Afinal, o que seria compreendido como "região"?

Num passado distante uma determinada região geográfica era considerada como sinônimo de territorialidade absoluta de um grupo ou de uma população, uma vez que se encontrava isolada das demais regiões, perpetuando suas características culturais, identitárias e comunitárias. A diferença entre as regiões ocorria em função da relação direta com o seu entorno, pois praticamente não havia outras mediações ou inter-relações entre elas (SANTOS, 1996).

Contemporaneamente, as regiões refletem e são condicionadas por relações globais, pois as mediações, interferências e intercâmbios extrapolam o âmbito local, transcendendo ao nível mundial. As regiões tornaram-se espaços multinacionais num mundo cada vez mais globalizado e a energia desse movimento é a divisão internacional do trabalho.

> Muda o mundo, e, ao mesmo tempo, mudam os lugares. Os eventos operam essa ligação entre os lugares e uma história em movimento. O lugar, aliás, se define como funcionalização do mundo, e é por ele (lugar) que o mundo é percebido empiricamente. (SANTOS, 1996, p. 35).

Ainda para o autor, a distinção entre lugar e região hoje passa a ser menos relevante do que anteriormente quando havia uma concepção mais rígida, hierárquica e geométrica do espaço geográfico. Assim, a região pode ser considerada um lugar e vice-versa, desde que haja unidade e contiguidade do acontecer histórico.

Outro ponto de vista interessante sobre o conceito de região refere-se à divisão espacial do trabalho como fator determinante para seu estabelecimento, pois a espacialidade relaciona-se com a constituição de unidades produtivas com certa especialização, o que restringe e diferencia os âmbitos territoriais, caracterizando-os conforme essa especialização (ROLIM, 1995).

Nesse sentido, o conceito de região se revela flexível, pois pode representar unidades espaciais que se diferenciam tanto no plano horizontal, com diferentes tipos de análise, como no plano vertical, em diversas escalas. Para Carleial (1993), pode-se utilizar a categoria regional para significar questões que ocorrem no âmbito do conjunto de vários Estados

nacionais (como, por exemplo, a região do Mercosul[55]), de estados ou províncias administrativas, dos municípios ou parcialidades de quaisquer dessas esferas como, por exemplo, pode-se falar de regiões rurais, urbanas, agrícolas, industriais, dentre outras.

No caso da presente tese, trata-se da Região Geográfica Oeste Paranaense, composta de cinquenta municípios, mesorregião[56] estabelecida conforme a divisão geográfica do estado do Paraná pelo IBGE, comportando dez mesorregiões. Posteriormente, o foco será dirigido especificamente para a Microrregião Geográfica de Toledo, à qual pertencem vinte e um municípios.

3.2 O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DA REGIÃO OESTE DO PARANÁ

Para explicar o processo de ocupação da Região Oeste do Paraná, é necessário esclarecer o significado de "colonização", componente estruturante de sua história. No século XIX, dentro do contexto europeu, colonizar significava introduzir, com novos habitantes, mão de obra e empregá-la nos estabelecimentos agrícolas a serem formados nas terras destinadas para esse fim, denominadas "colônias"[57] (GREGORY, 2002).

No âmbito latino-americano, colonizar significa povoar grandes extensões de território principalmente com agricultores a quem são cedidos lotes de terras, de forma gratuita ou através de pagamento, em locais estratégicos para ocupação de uma região, estado ou parte do país. A colonização, portanto, em seu sentido mais atual, refere-se a programas e projetos públicos ou particulares que objetivam a subdivisão de grandes propriedades despovoadas, visando a colocação das famílias oriundas de outras localidades de forma

[55] MERCOSUL: Mercado Comum do Sul, formado pelo Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, por meio do Tratado de Assunção em 1991. Sua área de abrangência ampliou-se com a entrada de vários membros-associados, como o Chile (1996), Bolívia (1997), Peru (2003) e Venezuela (2004). Fonte: http://www.geomundo.com.br/geografia-30146.htm. Acesso em 01 abr. 2013.

[56] Segundo o IBGE (2013b), a Divisão Regional do Brasil em mesorregiões, partindo de determinações mais amplas a nível conjuntural, buscou identificar áreas individualizadas em cada uma das Unidades Federadas, tomadas como universo de análise e definiu as mesorregiões com base nas seguintes dimensões: o processo social como determinante, o quadro natural como condicionante e a rede de comunicação e de lugares como elemento da articulação espacial. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_div_int.shtm. Acesso em 01 abr. 2013.

[57] Designação dada à região pertencente a um Estado e situada fora de seu âmbito geográfico principal (FERREIRA, 1999, p. 504).

produtiva e o desenvolvimento de atividades econômicas nessa determinada região (GROSSELI, 1987).

Gregory (2002) entende que colonizar seria o ato de ocupar o território de modo racional, propiciando o povoamento com seletividade a fim de explorar economicamente o solo e dando origem à colônia, compreendida como um conjunto de glebas onde as atividades econômicas são desenvolvidas. Para Ianni (1979), num sentido mais restrito, colonizar significa povoar uma região segundo diretrizes estabelecidas previamente a partir de um planejamento governamental ou privado.

Como se percebe no processo de colonização, há necessidade de deslocamentos de pessoas de uma região à outra, estando, portanto, a colonização intrinsecamente ligada ao processo de imigração, pois esta somente se faz com pessoas que se dispõem a se mudar de seu local de origem para os novos espaços a serem ocupados.

Ainda faz-se necessário esclarecer que o termo "colonizadores" caracteriza os empreendedores privados ou funcionários de programas ou projetos públicos que se ocupam das atividades relativas à colonização e a terminologia "colonos" designa as pessoas que compram ou recebem lotes de terra agrícola para cultivá-la (GREGORY, 2002).

Em relação à região Oeste do estado do Paraná, somente a partir de 1920 estas terras passaram a ser consideradas como um espaço a ser planejado e organizado para absorver excedentes populacionais de antigas regiões da região Sul do país, cuja colonização se iniciou no século XIX a partir de imigrantes europeus (GREGORY, 2002).

Assim, esta foi a última região geográfica do estado do Paraná a ser colonizada, sendo que seu processo de ocupação ocorreu no contexto do movimento político-econômico nacional denominado "Marcha para o Oeste", no início da década de 1930, durante o governo de Getúlio Vargas (GREGORY, 2002).

A **"**Marcha para o Oeste" foi uma diretriz de integração territorial para o país destinada a ocupar e desenvolver o interior do Brasil. Concebida a partir de um conjunto de ações governamentais que incluíam a implantação de colônias agrícolas, abertura de novas estradas, obras de saneamento rural e de construção de hospitais, ela buscava a integração nacional e a organização dos territórios, garantindo a segurança, a posse efetiva e a exploração produtiva das regiões fronteiriças praticamente inabitadas (SCHALLENBERGER; SCHNEIDER, 2009).

Segundo o IPARDES (2008), essa política de ocupação deu prosseguimento à exploração da madeira, que já ocorria na região, mas introduziu a exploração agrícola. Além disso, propiciou a nacionalização dos trabalhadores da região, pois a legislação específica do período previa a contratação de 2/3 (dois terços) de trabalhadores brasileiros, a construção de uma infraestrutura viária e um processo planejado de ocupação na faixa de fronteira, principalmente pelas companhias colonizadoras gaúchas.

Desta forma, o Decreto Estadual nº 300, de 03 de novembro de 1930, viria a redefinir os rumos do povoamento da Região Oeste do Paraná, na medida em que através desse instrumento legal foram devolvidas ao patrimônio do estado grandes extensões de terra, anteriormente concedidas a grupos econômicos nacionais e estrangeiros. Sob o controle do governo do estado, estas terras, principalmente pertencentes à atual região Oeste, foram abertas à colonização com pessoas oriundas do estado do Rio Grande do Sul e, em menor escala, de Santa Catarina (COLODEL, 2003).

Entretanto, o governo Getúlio Vargas, durante o período denominado Estado Novo, inseriu na Constituição de 1937 o artigo 165, que criava uma faixa de fronteira de 150 quilômetros de largura, na qual havia a proibição de realizar quaisquer investimentos ou projetos colonizadores pelos governos estaduais sem prévia autorização do Governo Federal. Assim, por alguns anos, o estado do Paraná foi obrigado a interromper seus projetos colonizadores localizados nessa faixa, incluindo os da região em análise (COLODEL, 2003).

Por outro lado, a partir de 1939, o governo do estado resolveu colonizar também as suas terras devolutas e de antigas concessões no Oeste paranaense, demarcando os lotes rurais e as áreas para construção de núcleos urbanos (WESTPHALEN *et all*, 1968). A partir das décadas de 1940 e de 1950, a região Oeste do Paraná vivenciou um período de povoamento intenso, com destaque para o papel das companhias colonizadoras particulares, em sua maioria gaúchas, que vendiam pequenos lotes agrícolas aos colonos interessados no cultivo da terra.

Destarte, o estado do Paraná em conjunto com as colonizadoras particulares definiram os critérios para a efetiva colonização da região com uma estrutura fundiária de minifúndios, que garantiria uma ocupação mais densa da área, permitindo a formação de redes de relações familiares e sociais mais efetivas e propiciando a produção mais diversificada de excedentes agrícolas para o abastecimento do mercado (SCHALLENBERGER; SCHNEIDER, 2009).

Portanto, diversos interesses se articularam e convergiram para concretizar a ocupação dos espaços sob a ótica do nacionalismo, característico do Estado Novo, com o objetivo de fazer coincidir as fronteiras econômicas com as fronteiras políticas. Sob essa ideologia, a "Marcha para o Oeste" seria realizada de forma organizada, orientada e, sobretudo, disciplinada (GREGORY, 2002).

Um dos exemplos mais importantes dessa fase colonizadora, pela sua organização e sucesso empresarial, foi a Industrial Madeireira e Colonizadora Rio Paraná S.A. (Maripá), estruturada em 1946 por acionistas gaúchos, tendo como sede o município de Toledo[58]. Naquele ano, a Maripá comprou a Fazenda Britânia da *Compañia Maderas Del Alto Paraná* e depois de extrair toda a madeira da região e exportá-la para a Argentina, abriu estradas, mediu e demarcou os lotes rurais e urbanos, iniciando sua venda, que se encerrou em 1951 (COLODEL, 2003).

Ainda nesse sentido, a habilidade dos empreendedores gaúchos, articulados por um discurso de etnicidade e de acesso a novas terras, garantiu a seus conterrâneos a reconstrução de um novo espaço de vida e de trabalho semelhante ao antigo que haviam deixado no Rio Grande do Sul (GREGORY, 2002). Segundo Rippel (2005), as colonizadoras criaram estímulos importantes para a atratividade da região como, por exemplo, uma estrutura de atendimento médico e hospitalar, incentivos para a criação de indústrias e atividades manufatureiras a fim de suprir as demandas da população regional, agregando valor às matérias-primas disponíveis na região. Desta forma, além da criação de novos empregos e, consequentemente, da geração de mais renda, a região atraiu cada vez mais imigrantes, o que levou ao surgimento de novos municípios.

Gregory (2002) explica ainda que as áreas sob a responsabilidade da Colonizadora Maripá caracterizaram-se pela segurança quanto à propriedade legal da terra e à presença de eventuais posseiros ou grileiros que pudessem gerar conflitos. Assim, a colonizadora liderou empreendimentos seguros, pautados na legalidade e no cumprimento de compromissos, o que proporcionou aos novos colonos a tranquilidade necessária para desenvolverem seus negócios (GREGORY, 2002).

A companhia preferia vender os lotes a famílias de agricultores gaúchos e catarinenses de origem italiana e alemã, considerando-se que eram colonos que já dominavam

[58] Segundo Peris (2003), o processo de colonização da região foi iniciado justamente no município de Toledo. Importa demarcar que a microrregião de Toledo, em especial, foi o espaço escolhido para a presente pesquisa. Assim, procurou-se destacar com mais detalhes os elementos relativos a esse espaço regional.

técnicas agrícolas e agropecuárias mais modernas e que possuíam recursos capazes de alavancar o crescimento da região (PERIS, 2003). Esses imigrantes formaram pequenas propriedades rurais baseadas no trabalho familiar, nas lavouras de subsistência e na criação de suínos.

Os esforços realizados a partir do final da década de 1950 para a implantação de um sistema viário deram impulso às atividades agrícolas na região, aproveitando a qualidade do solo e a capacidade técnica dos colonos recém-chegados (IPARDES, 2008). Partilhando desse pensamento, Ferrera de Lima, Piacenti e Piffer (2001) observam que o sucesso da colonização só foi possível devido às características de relevo, tipo de solo e vegetação da área, que influenciaram diretamente na formação econômica da região.

Peris (2003) ressalta ainda que, devido ao planejamento e modo de ocupação da microrregião de Toledo, houve poucos problemas em relação à posse e propriedade da terra e um rápido desenvolvimento da agricultura. O contrário ocorreu na microrregião de Cascavel, que foi cenário de sérios conflitos de terras, principalmente na década de 1960, pois seu processo de colonização foi menos planejado.

Os projetos colonizadores atraíram milhares de famílias gaúchas e catarinenses durante as décadas de 1940-50, estendendo-se até a década de 1970 (COLODEL, 2003). Assim, neste período, a população da região Oeste multiplicou-se por cem, saltando de 7.645 habitantes na década de 1940 para 768.271 em 1970, segundo os dados dos Censos do IBGE, compilados por Rippel (2005, p. 83).

A região, então denominada "Extremo Sertão do Oeste do Paraná", possuía apenas dois municípios entre 1940 e 1949: Foz do Iguaçu e Guarapuava. Na década de 1950, especialmente a partir de 1956, o movimento de ocupação e de transformação desse espaço regional intensificou-se de forma que em menos de vinte anos já possuía outros 49 municípios (RIPPEL, 2005, p. 80).

Acrescenta-se que, segundo Mellos (1998, p. 81), três elementos caracterizam a forma de colonização da região Oeste do Paraná, particularmente a do município de Toledo e seus arredores. O primeiro diz respeito ao tamanho das propriedades, cujas áreas variavam entre 10 e 50 hectares; o segundo elemento relaciona-se à propriedade da terra, pois quase 80% delas eram habitadas por seus proprietários (Censo Agropecuário do IBGE, 1970); o terceiro fator, ainda conforme os dados do IBGE de 1970, 91% das propriedades da região

tinham culturas temporárias, como o milho, por exemplo, que era o principal alimento para o rebanho suíno.

Numa análise ampliada do processo de colonização da região, inserida no contexto nacional, a promoção do desenvolvimento brasileiro se fez a partir de um capitalismo puramente nacional nos períodos de 1930-45, 1951-54 e 1961-64. Já nos períodos de 1946-50, 1955-60 e de 1964 em diante, a estratégia de desenvolvimento foi caracterizada como associada, pois se abria ao capital e tecnologias estrangeiras, que poderiam auxiliar o país a superar as estruturas arcaicas até então existentes (IANNI, 1979, p. 307-308).

A alternância de modelos de desenvolvimento no Brasil auxilia na compreensão do processo de colonização da Região Oeste do Paraná, pois esta estratégia associada de desenvolvimento teve reflexos diretos na mudança da estrutura produtiva da região. Esta passou de uma atividade exploratória, principalmente de madeira, a ser predominantemente agrícola na década de 1960, com produção de milho, trigo, feijão, arroz, mandioca e, posteriormente, de soja para abastecer o mercado interno. Em relação à pecuária da região, consistia na criação de bovinos e, em sua maioria, de rebanhos suínos (SCHALLENBERGER; SCHNEIDER, 2009).

Desde o seu início, as atividades agropecuárias da região Oeste do Paraná baseavam-se na pequena propriedade trabalhada com mão-de-obra familiar e com a produção dirigida para o mercado: alimentos e matérias primas para o consumo interno e para exportação para outras regiões do país. Assim, não apresentou características de subsistência, pois os produtores rurais eram pessoas inseridas e conhecedoras da lógica de mercado, o que propiciou uma projeção crescente da região no contexto nacional e internacional (PERIS, 2003; RIPPEL, 2005).

Para Piffer (2009), a estrutura produtiva da região Oeste diferenciou-se das demais regiões brasileiras, pois houve o fortalecimento das atividades exportadoras em conjunto com a produção interna de alimentos. Segundo Gregory (2002), até o início da década de 1960, a diversificação da agricultura ocorreu lentamente, sem maiores alterações na base tecnológica ou mesmo da estrutura de mercado.

Em relação à produção avícola, esta se inicia na região com os contratos de integração entre a agroindústria e os produtores ainda nos anos 1960, principalmente com a

Sadia[59], atual BRFoods. Os agricultores eram selecionados com base em certas características: serem pequenos produtores, terem uma produção diversificada e utilizarem mão de obra familiar não assalariada (IPARDES, 2008).

Algumas peculiaridades em relação à formação recente da região Oeste são destacadas pelo estudo do IPARDES (2008, p. 15) e são importantes para compreender suas características atuais. A primeira refere-se à identidade cultural e econômica, devido à homogeneidade do contingente populacional que migrou para a região entre as décadas de 1950 e 1970. Oriundos em sua maioria do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina caracterizavam-se como pequenos proprietários rurais que possuíam algum capital para investir nas novas terras ou foram forçados a imigrar devido ao processo acumulativo e concentracionista que vinha ocorrendo em seus locais de origem.

A segunda peculiaridade da formação da região está ligada à primeira e diz respeito à origem rural desses colonos e/ou pequenos proprietários, pois já possuíam certo conhecimento relativo àquela que seria a principal atividade econômica desse novo espaço: a agropecuária voltada para o mercado. E a terceira característica importante concerne à identidade cultural gaúcha, que trouxe elementos específicos e costumes distintos daqueles que existiam até então na região (IPARDES, 2008).

Resumindo o período em foco, pode-se concluir que, além do intenso processo de colonização da região, houve o desenvolvimento de uma forte atividade agropecuária, a transformação paulatina dos caminhos existentes em ligações rodoviárias[60], a criação de vários municípios e o início do processo de modernização tecnológica da agricultura, que será detalhado no próximo item.

[59] A Sadia S.A, empresa de produção de alimentos frigoríficos fundada em 1944 no município de Concórdia, Santa Catarina, expandiu suas atividades em 1964, inaugurando uma grande fábrica em São Paulo, cuja matéria prima para suas atividades era proveniente de Toledo, onde nesse mesmo ano adquiriu novo frigorífico (MARCOVITCH, 2005).

[60] Destaca-se a importância ainda nesse período, da construção da Ponte Internacional da Amizade, unindo Brasil e Paraguai em 1965 e o asfaltamento da BR 277, ligando Foz do Iguaçu a Paranaguá em 1969.

3.3 A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E SEUS REFLEXOS NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (DÉCADAS DE 1970 E 1980)

O rápido processo de colonização e, consequentemente, de ocupação da região, alavancado pelo contexto econômico nacional e pelos incentivos oriundos das políticas públicas, provocou, a partir da década de 1970, alterações na base produtiva. Estas mudanças referem-se à modernização da produção agropecuária, integrando ainda mais a região aos mercados interno e externo.

Uma das principais modificações refere-se à "Revolução Verde"[61], denominação dada ao processo de invenção e de disseminação de novas sementes e novas práticas agrícolas que permitiram um vasto aumento na produção agrícola dos países menos desenvolvidos nas décadas de 1960 e 1970, cujos efeitos transformaram a estrutura de produção agrícola tradicional do país (SANTOS, 2006).

A transferência de novas tecnologias e produtos foi incorporada ao setor agropecuário sob a forma de fertilizantes, defensivos químicos, máquinas, tratores e caminhões, produzidos por empresas transnacionais ligadas ao setor agropecuário, com o objetivo de transformar o campo em mercado consumidor destes produtos (BRESSER PEREIRA, 2009). Esse processo gerou um excedente importante para auxiliar na rápida expansão da indústria brasileira, conforme o modelo de desenvolvimento adotado no país desde a década de 1930[62].

Essas transformações, principalmente a adoção de uma produção agrícola em larga escala, com mecanização do processo e mudanças nas relações de trabalho, provocaram a expulsão dos pequenos agricultores do campo e sua migração em massa para os centros urbanos a partir dos anos 1970.

[61] Trata-se de um conjunto de ações de modernização do campo a partir de novas técnicas e procedimentos como: a) o uso de material geneticamente aprimorado para o cultivo de plantas e para a produção animal; b) adoção de novas práticas agrícolas que incluíam o uso intensivo de fertilizantes inorgânicos e agroquímicos para controle das pragas e doenças; c) uso da irrigação em áreas com limitações hídricas ou com períodos críticos de estiagem; d) a intensificação do uso de máquinas e de equipamentos mecânicos modernos, como colheitadeiras, tratores e pulverizadores (tecnificação da produção no campo) (VAN RAAJJI, 2004).

[62] Adotado no Brasil a partir da década de 1930 e classificado pela literatura econômica como "Processo de Substituição de Importações", este modelo, cujo agente principal foi o Estado, pode ser definido como um "(...) processo de desenvolvimento interno que tem lugar e se orienta sob o impulso de restrições externas e se manifesta, primordialmente, através de uma ampliação e diversificação da capacidade produtiva industrial". (TAVARES, 2000, p. 230). Destaca-se que, ainda segundo a autora, a industrialização no Brasil teve dois momentos importantes: a década de 1930, como marco inicial do processo e a década de 1950, caracterizada como uma fase de entrada de capitais externos no País.

Esse fenômeno generalizado de forte esvaziamento rural teve impactos até mesmo no comportamento da população total dos municípios: mais de 50% deles registrou taxas negativas de crescimento da população total entre 1991 e 2000, vários desde o período 1970-1980 (IPARDES, 2008, p. 21). As alterações ocorridas na produção agrícola e, consequentemente, no tipo de concentração fundiária com a produção massiva de *commodities*[63] e o alagamento de porções agricultáveis devido à formação do lago de Itaipu, motivaram elevados fluxos migratórios das áreas rurais em direção aos núcleos urbanos ou para fora da região Oeste do Paraná.

O IPARDES (2008, p. 21) aponta que o crescimento populacional na região Oeste do Paraná foi de 376.592 habitantes, segundo maior volume agregado entre os espaços paranaenses, sendo que entre 1970 e 2000, a região perdeu aproximadamente 408.387 habitantes rurais, evasão superior, portanto, ao acréscimo de população total nesse espaço regional. Ressalta-se que essas transformações foram muito rápidas e abruptas, tanto para os municípios como para suas populações, o que gerou novos problemas e novas demandas até então não suscitadas.

Alves, Ferrera de Lima e Piffer (2009, p. 136) explicam que uma das consequências da modernização da agricultura na região Oeste do Paraná foi a redução do número de pequenos estabelecimentos rurais no campo, que foi de -31,29% no período de 1970 a 1996, mesmo havendo aumento da área total de produção. Ainda segundo os autores, no ano de 1970, 48,61% do valor da produção agrícola na região Oeste era de milho e de suínos, seguidos da produção de soja. De 1970 a 1996, a cultura da soja foi a que mais cresceu na região, passando de 10,99% para 34,17%. A conclusão dos autores é de que a cultura de grãos é mais intensiva em território e menos intensiva em mão de obra, tendendo à concentração da propriedade e ao êxodo rural.

Estes dados expressam a concentração fundiária ocorrida nesse espaço regional e os impactos causados por essa forte migração campo-cidade no período, que transformou em assalariados um grande número de ex-proprietários e ex-arrendatários. Assim, a região, inserida num contexto nacional de transformação da base econômica em industrial exportadora, assistiu à passagem do padrão do minifúndio de exploração familiar ao latifúndio

63 Em sua forma literal, o termo significa "mercadoria" em inglês. Nas relações comerciais internacionais, o termo designa um tipo particular de mercadoria em estado bruto ou produto primário de importância comercial, como é o caso dos grãos, chá, lã, algodão, cobre, óleo e gás natural, por exemplo. Assim, as *commodities* denominam um tipo de produto pelo qual existe uma demanda que pode ser suprida no mercado sem diferenças qualitativas (SANDRONI, 1999; TRADER-FINANCE, 2013).

empresarial, com a consequente transferência do eixo de acumulação do capital do espaço rural para o urbano (SCHALLENBERGER; SCHNEIDER, 2009).

Juntamente com as transformações técnicas na forma de produção e na estrutura fundiária, as atividades agropecuárias também se modificaram: os alimentos básicos do período da ocupação cederam lugar, como já mencionado, à cultura da soja. Na análise do IPARDES (2008), os avanços técnicos desse período estão ligados ao ciclo econômico e à economia mundial, cujo crescimento do consumo de farelo de soja para produção de ração animal, bem como a ampliação da produção e do consumo de proteínas animais (carnes de aves, suínos e leite) nos países desenvolvidos foi um fator relevante.

Em consequência, a partir dos anos 1970, a região passou por uma grande transformação industrial no meio urbano, sustentada pela produção agrícola principalmente de *commodities*. Essa renda agrária permitiu a formação, a organização e a estruturação das atividades econômicas e sociais de urbanização, destacando-se os municípios de Cascavel, Foz do Iguaçu, Toledo, Medianeira e Marechal Cândido Rondon. Desta forma, a partir da década de 1980, a região Oeste do Paraná diversificou sua base econômica para além da agricultura, com o fortalecimento dos setores da indústria e de serviços (PIFFER *et all*, 2006).

Entre as décadas de 1970 e 1980 a população rural da região decresceu, no entanto o ritmo de crescimento da população urbana foi um dos mais altos do estado do Paraná. Esta tendência permaneceu nas décadas seguintes, destacando-se que os municípios de Foz do Iguaçu, Cascavel, Toledo e Guaíra[64] já concentravam, em 1970, 53% da população urbana da região e 60% em 1980 (IPARDES, 2008, p. 18).

Ligando o fenômeno vivenciado na região a uma análise ampliada sobre o processo de desconcentração industrial brasileiro, ocorrido a partir dos anos 1970, Piffer (2009) destaca a importância desse espaço regional no sentido do aproveitamento dos recursos naturais e da localização das indústrias próximas às fontes de matérias primas. Assim, o sistema viário construído na região, facilitando as ligações internas e com o estado do Paraná, foi um importante fator para a complementaridade das economias regionais, para a ocupação de áreas vazias e para a integração do setor industrial.

[64] Após a formação do lago de Itaipu em 1982, Guaíra perdeu seu principal atrativo turístico, o salto das Sete Quedas, perdendo também importância como município de referência na região.

Desta forma, ao final da década de 1980 a região Oeste encontrava-se estabilizada em termos geográficos e demográficos[65], inserida economicamente ao mercado nacional e, em menor escala, ao internacional, através de sua produção agrícola e agroindustrial. Observa-se também que houve um aumento significativo da produtividade na agropecuária regional e uma intensiva ocupação do espaço, com obras de infraestrutura, resultando em fortalecimento econômico da região e um rápido processo de urbanização causado pelo êxodo rural (PIFFER, 1999).

Sobre o período enfocado, pode-se concluir que os processos de urbanização, de industrialização e de modernização agrícola foram determinantes para redefinição da região. O desenvolvimento da agricultura demandava cada vez mais investimentos em pesquisas, bem como em logística de circulação e de escoamento da produção, alterando as relações entre o rural e o urbano na região, e entre o mercado interno e o mercado externo ao Paraná e ao Brasil, numa economia que se conformava ao modelo agrário exportador.

3.4 DIVERSIFICAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA REGIONAL (DÉCADA DE 1990)

A partir da década de 1980, a fronteira agrícola nacional se deslocou para a Região Centro-Oeste e Norte do Brasil em função da disponibilidade e preços acessíveis das terras, e baixos custos de produção, ocasionando alterações na distribuição da população e na estrutura produtiva brasileira e regional (RIPPEL, 2005). Nesse período a região Oeste do Paraná passa a diversificar suas atividades econômicas, tornando seu complexo agroindustrial mais significativo, bem como expandindo sua rede urbana na década de 1990.

Nesta década, o maior destaque concentra-se em setores como a indústria, o comércio e os serviços. A região possui uma forte estrutura baseada na indústria agroalimentar, principalmente as empresas especializadas no abate de suínos, bovinos e aves, que se localizam em Cascavel, Toledo, Matelândia, Medianeira, Palotina, Cafelândia, entre

[65] Segundo Colodel (2003, p. 69), a última grande modificação geográfica e demográfica, cujos efeitos sociais e econômicos foram duradouros sobre toda a região do extremo Oeste do Paraná foi a construção da Hidroelétrica Binacional de Itaipu. Iniciada em 1974, a formação do seu Reservatório em 1982 somente foi possível através da desapropriação de milhares de propriedades rurais e da migração forçada de milhares de colonos estabelecidos em áreas marginais ao rio Paraná. Maiores detalhes sobre esse processo podem ser obtidos, entre outros estudos, em Roesler (2002).

outros municípios. Atualmente, são 21 abatedouros e grande parte pertence a cooperativas. (PIFFER, 1999; RIPPEL & LIMA, 2009).

Assim, a região Oeste do Paraná refletiu o paradigma do processo de modernização da agropecuária brasileira com a substituição de antigas técnicas utilizadas na agricultura por inovações tecnológicas, a comercialização agrícola especializada e o surgimento do trabalho assalariado, e por último, ocorreu o processo de urbanização das áreas rurais e a industrialização dos produtos agropecuários (FERRERA DE LIMA, ALVES; PIACENTI, 2005).

Em relação aos incrementos tecnológicos de produção avícola e suína, a região avançou com a mecanização das atividades de alimentação e de controle de temperatura dos criadouros, profissionalizando a gestão empresarial destes empreendimentos e aprimorando a cadeia de fornecedores e compradores da produção, inclusive no âmbito internacional. A produção agrícola de soja e milho vinculou-se não somente à produção regional de carnes, produção e industrialização de leite, fábricas de rações, serviços de armazenagem e de comercialização, mas a todo o mercado mundial na medida em que as cadeias produtivas de proteínas animais e de óleos vegetais se abastecem mutuamente (IPARDES, 2008). Estas transformações ocorridas a partir dos anos 1990 e a projeção da região em âmbito internacional operaram modificações em seu modo de organização interna, gerando novas necessidades.

De tal modo, a região Oeste destaca-se como maior produtora de soja do estado do Paraná, sediando cinco unidades esmagadoras deste importante produto agrícola. As cidades se especializaram devido ao crescimento acelerado e às modificações causadas pela industrialização e modernização agrícola (ALVES *et. all*, 2011). Nesse sentido, o IPARDES (2008) classifica esse "3º espaço" do estado do Paraná como especializado no "complexo soja", que vem estruturando e reestruturando sua economia em todas as classes de atividades: agropecuária, indústria e serviços, referindo à região como uma área especializada na produção de proteínas animais.

O IPARDES (2008, p. 22-23) explica ainda que o fenômeno que ocorreu no Paraná nesse período reproduziu-se internamente em escalas regionais, a chamada "transição urbana". Evidenciou-se, por exemplo, uma concentração da população em um número reduzido de municípios, formando aglomerações urbanas e, consequentemente, com grandes perdas na população rural na maior parte das regiões e também de alguns municípios, evidenciando a falta de capacidade dos mesmos em viabilizar condições de trabalho e vida

para suas populações. Além destes aspectos, significativas alterações no padrão de composição e estrutura da população vêm sendo observadas em decorrência da transição demográfica brasileira, com declínio da fecundidade, aumento da expectativa de vida ao nascer e queda da mortalidade infantil.

Em relação às variações populacionais, por exemplo, houve um crescimento significativo nesse período na região Oeste, que saltou de 900 mil habitantes em 1980 para 1,2 milhão de habitantes em 2010. No entanto, esse crescimento não ocorreu de maneira uniforme, pois a população urbana obteve um crescimento significativo, enquanto que a população rural decresceu de 400 mil para 200 mil nesse mesmo período. Da mesma forma, os municípios polos da região Oeste – Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo – atraíram mais moradores, concentrando mais de 50% da população total da região, e simultaneamente, a maioria dos municípios perdeu população (ALVES *et. all*, 2011, p. 01).

Estas alterações causaram significativos impactos na estrutura e gestão dos municípios, pois exigiam investimentos intensivos em infraestrutura urbana. Assim, verificou-se uma situação de tensão entre o crescimento da população e as forças produtivas existentes no período, a partir da qual Singer (2002) prevê duas alternativas: ou essa tensão abre caminhos para novas forças produtivas ou em função da não evolução dessas forças ocorre uma evasão da população em busca de novas oportunidades de vida e de trabalho.

A primeira alternativa parece ter ocorrido na região ao Oeste paranaense, uma vez que os municípios com taxas positivas de crescimento populacional conseguiram evoluir e fortalecer sua transição de um posicionamento produtivo exclusivamente urbano-rural (base produtiva primária) para urbano-industrial (setores secundário e terciário) entre 1970 e 2000. Desta maneira, a dinâmica produtiva e as possibilidades de inserção das pessoas nesse processo são os principais fatores de influência na qualidade de vida da população.

Em relação à indústria regional, esta continuou focada na produção agropecuária, sendo Toledo e Cascavel os municípios com maior grau de industrialização. Entretanto, segundo dados do IPARDES (2008), em relação ao Paraná, a região Oeste possui sua produtividade industrial duas vezes menor do que a produtividade média do estado, cuja explicação pode decorrer do nível tecnológico e do tipo de atividade desta indústria, bem como do porte dos estabelecimentos em que predominam os pequenos. Essa situação explica também o baixo nível de remuneração da força de trabalho na região, reforçando a constatação da existência de uma matriz industrial especializada, porém mais tradicional e menos intensiva em capital, focada em poucas atividades.

Outro setor em que se observou grande crescimento na região Oeste foi o educacional com a implantação de faculdades e universidades, tanto públicas como particulares, fazendo parte de seu processo histórico. Com as rápidas transformações ocorridas na região, a insuficiência de bons níveis de escolaridade representava insegurança no trabalho e dificultava a ascensão social. Assim, desde a década de 1970, os centros urbanos mais desenvolvidos da região (Cascavel, Toledo, Marechal Cândido Rondon e Foz do Iguaçu) sentiram a necessidade de ampliar as condições e o acesso aos níveis de escolaridade mais elevados, evitando que os estudantes tivessem que se deslocar para outras regiões e estados para realizar sua formação superior (OSLO, 2011). Esse tópico será mais explorado no item a seguir, específico sobre a microrregião de Toledo.

Deste modo, as mudanças sobrevindas na estrutura social e produtiva da região requerem novas competências e habilidades dos trabalhadores, tanto na área rural com a modernização dos empreendimentos agrícolas e pecuários, quando na área urbana, com a industrialização e a especialização dos serviços oferecidos. Por isso a importância de se pesquisar como estão sendo preparadas as futuras gerações para tomar parte nesse processo de desenvolvimento e se inserir produtivamente nesse espaço regional, enfocando a microrregião de Toledo em especial.

3.5 OS INDICADORES ATUAIS DE DESENVOLVIMENTO DA MICRORREGIÃO DE TOLEDO

Segundo o IBGE (2013b), o conceito de microrregião geográfica pode ser considerado como sendo as partes das mesorregiões que possuem certas especificidades em relação à organização do espaço, não significando uniformidade de características, nem sua autossuficiência, pois estão inseridas no contexto de uma mesorregião, de uma unidade da Federação e mesmo em âmbito nacional. As especificidades referem-se à sua estrutura de produção, sejam elas atividades agropecuárias, industriais, extrativismo mineral ou pesca, conforme seus recursos naturais e suas relações sociais e econômicas particulares. Deste modo, identificam-se as características particulares de uma microrregião a partir de sua estrutura de produção, distribuição, troca e consumo, incluindo atividades urbanas e rurais.

Nesta linha de pensamento, esboçam-se as principais características da microrregião geográfica de Toledo na atualidade. A microrregião localiza-se no extremo oeste do estado do Paraná, pertencente à mesorregião Oeste do Paraná e é composta por vinte e um municípios, abrangendo uma extensão de 8.768,006 quilômetros quadrados (IPARDES, 2013b).

Figura 04. Localização da microrregião geográfica de Toledo

Fonte: Wikipédia (2013). Disponível em http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/7/7a/Parana_Micro_Toledo.svg/280px-Parana_Micro_Toledo.svg.png. Acesso em 18 nov. 2013.

Com o objetivo de caracterizar os municípios que compõem a microrregião, optou-se por utilizar a base de dados do IPARDES constante no "Perfil dos Municípios"[66], a partir da qual se analisou cada um separadamente e se coletou os dados mais significativos para a pesquisa.

[66] Disponível em http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=47. Acesso em 17 abr. 2012.

Figura 05. Mapa com a composição dos municípios da microrregião geográfica de Toledo

Fonte: City Brasil (2013). Disponível em http://www.citybrazil.com.br/pr/microregiao_detalhe.php?micro=22. Acesso em 19 nov. 2013.

A partir dos dados coletados, foi feita uma primeira classificação dos municípios por número de habitantes, com base nos dados levantados pelo Censo Demográfico 2010, realizado pelo IBGE. Assim, obteve-se o seguinte quadro:

Quadro 07. Municípios da microrregião de Toledo por número de habitantes – IBGE/Censo 2010

População censitária total	Municípios
Até 5 mil habitantes - cinco	Entre Rios do Oeste (03), Iracema do Oeste (06), Pato Bragado (14), Quatro Pontes (15) e São José das Palmeiras (17)
De 5 a 10 mil habitantes - nove	Diamante D'Oeste (02), Formosa do Oeste (04), Jesuítas (07), Maripá (09), Mercedes (10), Nova Santa Rosa (11), Ouro Verde do Oeste (12), São Pedro do Iguaçu (18) e Tupãssi (21)
De 10 a 20 mil habitantes - um	Terra Roxa (19)

De 20 a 30 mil habitantes - dois	Palotina (13) e Santa Helena (16)
De 30 a 40 mil habitantes - dois	Assis Chateaubriand (01) e Guaíra (05)
De 40 a 50 mil habitantes - um	Marechal Cândido Rondon (08)
Acima de 100 mil habitantes - um	Toledo (20)

Fonte: Elaboração da autora com base nos dados do IPARDES (2012).

Conforme se observa, há um número expressivo de municípios com até 10 mil habitantes, num total de catorze. Após essa faixa, há seis municípios com população variando entre 10 e 50 mil habitantes, destacando-se que na microrregião não há nenhum município na faixa entre 50 e 100 mil habitantes. O município de Toledo, com 119.313 habitantes, caracteriza-se como um polo regional, diferenciando-se dos demais em vários aspectos, conforme se perceberá no decorrer do estudo. Ressalta-se que a população da microrregião perfaz um total de 337.780 mil habitantes (IBGE, Censo 2010).

No que diz respeito ao desenvolvimento econômico dos municípios, o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* é uma medida bastante utilizada, cujos dados obtidos foram elaborados em conjunto pelo IBGE e IPARDES em 2010, conforme quadro abaixo.

Quadro 08. Produto Interno Bruto *per capita* dos municípios da microrregião de Toledo – IBGE/IPARDES 2010

PIB *per capita*	**Municípios**
De R$ 10.000,00 a R$ 15.000,00 (nove)	Diamante D'Oeste, São José das Palmeiras, Pato Bragado, Guaíra, Jesuítas, Ouro Verde do Oeste, São Pedro do Iguaçu, Formosa do Oeste, Iracema do Oeste
De R$ 15.001,00 a R$ 20.000,00 (sete)	Santa Helena, Assis Chateaubriand, Terra Roxa, Mercedes, Nova Santa Rosa, Tupãssi, Quatro Pontes
De R$ 20.001,00 a R$ 25.000,00 (três)	Entre Rios do Oeste, Marechal Cândido Rondon, Toledo
De R$ 25.001,00 a R$ 30.000,00 (um)	Maripá
De R$ 30.001,00 a R$ 35.000,00 (um)	Palotina

Fonte: Elaboração da autora com base nos dados do IPARDES (2012).

Conforme os dados do IBGE/IPARDES[67], para o mesmo ano de 2010 o estado do Paraná obteve um PIB *per capita* de R$ 20.800,00 e o Brasil uma média de R$ 19.700,00. Assim, a título de comparação, a microrregião possui 16 municípios com PIB *per capita* abaixo da média nacional (a maioria), o que vem a indicar certa estagnação e falta de

[67] Dados obtidos em http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=1. Acesso em 12 nov. 2013.

dinamismo econômico nos municípios acima detalhados (faixa do PIB *per capita* entre R$ 10.000,00 e R$ 20.000,00).

Em relação ao Paraná, o município de Toledo situou-se na média do estado em 2010 – R$ 20.800,00 - sendo que apenas quatro (Entre Rios do Oeste, Marechal Cândido Rondon, Maripá e Palotina) de um total de vinte e um, encontram-se acima da média paranaense, com destaque para o município de Palotina (PIB *per capita* de R$ 33.131,00).

Outro elemento analisado apresenta-se sob a forma do Índice Ipardes de Desempenho Municipal (IPDM)[68], desenvolvido para avaliar a situação dos municípios paranaenses, considerando-se três áreas essenciais para se atingir o desenvolvimento econômico e social: 1) emprego, renda e produção agropecuária; 2) educação; e 3) saúde.

Conforme o IPARDES (2012), o desempenho municipal é expresso por um índice cujo valor varia entre 0 e 1, sendo que, quanto mais próximo de 1, maior o nível de desempenho do município com relação ao referido indicador ou o índice final. Com base no valor do índice, os municípios foram classificados em quatro grupos: baixo (0 a < 0,4); médio baixo (0,4 a < 0,6); médio (0,6 a < 0,8); e alto (0,8 a 1).

Os dados obtidos são referentes a 2010[69] e sinalizam que dezenove dos vinte e um municípios componentes da microrregião encontram-se na faixa de IPDM médio, ou seja, acima de 0,6 e abaixo de 0,8, o que demonstra certa homogeneidade em relação aos indicadores de emprego, renda, produção agropecuária, educação e saúde. Há dois municípios com IPDM alto (0,8 a 1), que são Toledo e Palotina, que se destacam na região nos aspectos econômico e social. Um dado positivo a ser demarcado é que não há na microrregião nenhum município que apresente IPDM baixo ou médio baixo.

Outro indicador bastante utilizado e que, em certa medida, procura cobrir outros aspectos relativos ao desenvolvimento para além do econômico, é o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)[70]. Ele agrega o PIB *per capita*, corrigido pelo poder de compra da moeda de cada país, a outros componentes, como a longevidade e a

[68] Disponível em http://www.ipardes.gov.br/pdf/indices/ipdm/comentarios_sobre_IPDM.pdf . Acesso em 17 abr. 2012.
[69] Disponível em http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=29. Acesso em 12 nov. 2013.
[70] O objetivo da elaboração do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*. Criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, o IDH pretende ser uma medida geral e sintética do desenvolvimento humano e vem sendo medido em todo o mundo a partir de 1993 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD BRASIL, 2012).

educação. Para aferir a longevidade, o indicador utiliza números de expectativa de vida ao nascer. O item educação é avaliado pelo índice de analfabetismo e pela taxa de matrícula em todos os níveis de ensino. Essas três dimensões têm a mesma importância no índice, que varia de zero a um, sendo um o índice mais elevado (PNUD BRASIL, 2012). O quadro a seguir demonstra como se configuram esses índices dentre os municípios da microrregião de Toledo relativos ao ano de 2010.

Quadro 09. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) dos municípios da microrregião de Toledo – IPARDES/2010

IDH-M	Municípios
De 0,600 a 0,699 (dois municípios)	Diamante d'Oeste, São Pedro do Iguaçu
De 0,700 a 0,750 (municípios)	Assis Chateaubriand, Formosa do Oeste, Guaíra, Iracema do Oeste, Jesuítas, Mercedes, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Pato Bragado, Santa Helena, São José das Palmeiras, Terra Roxa, Tupãssi
De 0,751 a 0,799 (municípios)	Toledo, Marechal Cândido Rondon, Palotina, Maripá, Entre Rios do Oeste, Quatro Pontes

Fonte: Elaboração da autora com base nos dados do PNUD/IPEA/FJP (IPARDES, 2013b).

Nota-se a partir do detalhamento dos índices que quinze dos vinte e um municípios da microrregião encontravam-se abaixo da média paranaense, que é de 0,749 para o ano de 2010. No entanto, em relação à média brasileira, de 0,699, há somente dois municípios da microrregião abaixo da mesma. Isto significa que em relação ao estado do Paraná estes quinze municípios encontram-se defasados em termos de PIB *per* capita, educação e longevidade, mas em comparação com a média brasileira, eles estão relativamente bem, com exceção de Diamante d'Oeste e de São Pedro do Iguaçu.

Por outro lado, observa-se que somente seis municípios da região possuem IDH-M acima de 0,751, estando acima das médias brasileira e paranaense, e em direção a um patamar considerado como piso para o grau de desenvolvimento segundo a Organização das Nações Unidas. Conforme os critérios elencados para a seleção da amostra e explicados no Capítulo 1 desta tese, são exatamente os grupos geracionais jovens destes municípios que fazem parte da amostra selecionada para a pesquisa.

Ainda em relação aos índices de desenvolvimento da microrregião de Toledo, em termos econômicos, o município de Toledo classifica-se em décimo lugar entre as maiores economias do estado do Paraná (dados de 2009), conforme análise do IPARDES (2012).

Além disso, a microrregião configura-se como de alta renda pela classificação das microrregiões brasileiras, constante na Política Nacional de Desenvolvimento Regional, instituída pelo Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007. Esta classificação significa que a microrregião se encontra entre aquelas que possuem alto rendimento domiciliar por habitante, independentes do dinamismo observado, sendo responsáveis por cerca de 80% do PIB nacional, embora concentrem apenas 53,7% da população (BRASIL, M.I.N., 2012).

A seguir observa-se que os dados econômicos da microrregião como um todo demonstram crescimento econômico e dinamismo, embora existam diferenças marcantes entre os municípios, quando analisados individualmente, conforme visto anteriormente.

Quadro 10. Dados econômicos da microrregião geográfica de Toledo – IPARDES/2012

ECONOMIA				
INFORMAÇÃO	**FONTE**	**DATA**	**ESTATÍSTICA**	
População Economicamente Ativa (PEA)	IBGE	2010	216.979	pessoas
População Ocupada (PO)	IBGE	2010	208.124	pessoas
Número de Estabelecimentos - RAIS	MTE	2012	12.330	
Número de Empregos - RAIS	MTE	2012	92.988	
Produção de Milho	IBGE	2012	2.326.771	toneladas
Produção de Soja	IBGE	2012	659.877	toneladas
Produção de Mandioca	IBGE	2012	607.270	toneladas
Bovinos	IBGE	2012	379.813	cabeças
Equinos	IBGE	2012	6.954	cabeças
Galináceos	IBGE	2012	35.344.043	cabeças
Ovinos	IBGE	2012	28.150	cabeças
Suínos	IBGE	2012	1.617.549	cabeças
Valor Adicionado Bruto (VAB) a Preços Básicos - Total	IBGE/Ipardes	2010	6.807.987	R$ 1.000,00
VAB a Preços Básicos - Agropecuária	IBGE/Ipardes	2010	1.206.488	R$ 1.000,00
VAB a Preços Básicos - Indústria	IBGE/Ipardes	2010	1.700.928	R$ 1.000,00
VAB a Preços Básicos - Serviços	IBGE/Ipardes	2010	3.900.571	R$ 1.000,00
Valor Adicionado Fiscal (VAF) - Total	SEFA	2011	8.040.570.859	R$ 1,00
VAF - Produção Primária	SEFA	2011	4.254.461.288	R$ 1,00
VAF - Indústria - Total	SEFA	2011	1.808.718.844	R$ 1,00
VAF - Comércio/Serviços - Total	SEFA	2011	1.970.521.131	R$ 1,00
VAF - Recursos/Autos	SEFA	2011	6.869.596	R$ 1,00
Receitas Municipais	Prefeitura	2012	911.428.094,93	R$ 1,00
Despesas Municipais	Prefeitura	2012	892.018.079,07	R$ 1,00
ICMS por Município de Origem do Contribuinte	SEFA	2012	80.566.095,28	R$ 1,00
Fundo de Participação dos Municípios (FPM)	MF/STN	2012	175.636.611,72	R$ 1,00

Fonte: IPARDES (2013b). Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/perfil_regioes/MontaPerfilRegiao.php?Municipio=434&btOk=ok . Acesso em 18 nov. 2013.

Em relação ao mercado de trabalho, o município de Toledo ampliou sua participação na criação de empregos em relação à região Oeste do Paraná, tendo mais que dobrado o número de postos de trabalho no período de 1985 a 2005. Sua participação ficou em torno de 13% nos 20 anos estudados, sendo que houve maior crescimento do nível de emprego no último quinquênio (2000 a 2005), principalmente no setor industrial, no qual Toledo desponta como município de maior dinamismo, registrando a maior participação no total do emprego do setor na região, atingindo 24,39% em 2005 (IPARDES, 2008, p. 45).

Em relação aos indicadores de desenvolvimento social, índices de pobreza e de desigualdade da microrregião, tem-se o seguinte quadro.

Quadro 11. Indicadores de renda, pobreza e desigualdade nos municípios da microrregião de Toledo selecionados para amostragem – Atlas/2013

	Renda *per capita*[71] (em reais)	% da renda proveni-ente de rendimen-tos do trabalho	Renda *per capita* média do 1º quinto mais pobre	Renda *per capita* média do quinto mais rico	% de extrema-mente pobres[72]	% de pobres[73]	% de vulnerá-veis à pobreza[74]	Índice de Gini[75]
	2010	2010	2010	2010	2010	2010	2010	2010
Brasil	793,87	74,32	R$ 95,73	R$ 2.529,52	6,62	15,20	32,56	0,60
Paraná	890,89	77,41	R$ 167,77	R$ 2.602,63	1,96	6,46	19,70	0,53
Entre Rios do Oeste	1.013,75	79,88	R$ 239,62	R$ 2.833,38	0,41	3,07	10,90	0,50
M. C. Rondon	1.036,38	79,77	R$ 243,25	R$ 3.028,95	0,58	2,15	10,44	0,53
Maripá	781,94	78,80	R$ 225,66	R$ 1.845,34	0,29	2,11	12,94	0,42
Palotina	904,85	83,07	R$ 212,44	R$ 2.412,87	0,98	2,85	14,02	0,47
Quatro Pontes	1.093,43	83,44	R$ 308,56	R$ 2.949,01	0	0,93	4,48	0,47
Toledo	876,72	80,10	R$ 223,42	R$ 2.298,83	0,78	2,88	12,96	0,46

Fonte: Elaboração da autora com base nos dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 (2013).

[71] Valores em reais com base na data de 01 de agosto de 2010.
[72] Proporção de indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R$ 70,00 (setenta reais) mensais (valores de agosto/2010). O universo da pesquisa é limitado aos indivíduos que vivem em domicílios particulares permanentes (ATLAS..., 2013).
[73] Proporção de indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R$ 140,00 (cento e quarenta reais) mensais (valores de agosto/2010). O universo da pesquisa é limitado aos indivíduos que vivem em domicílios particulares permanentes (ATLAS..., 2013).
[74] Proporção de indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R$ 255,00 (duzentos e cinquenta e cinco reais) mensais, equivalente a ½ salário mínimo vigente em agosto de 2010. O universo da pesquisa é limitado aos indivíduos que vivem em domicílios particulares permanentes (ATLAS..., 2013).
[75] Trata-se de um cálculo internacional desenvolvido pelo estatístico italiano Corrado Gini, em 1912, para medir a desigualdade social, no qual 0 (zero) corresponde a uma igualdade completa e 1 (um) corresponde a uma desigualdade absoluta onde um indivíduo deteria toda a riqueza e os demais nada teriam (ATLAS..., 2013).

Em relação à renda *per capita*, observa-se que somente o município de Maripá indica valores abaixo da média brasileira e paranaense, sendo que os demais cinco municípios estão acima desses patamares, destacando-se Entre Rios do Oeste, Marechal C. Rondon e Quatro Pontes com os índices mais elevados. Quando se restringe a porcentagem dos rendimentos ao fruto do trabalho dos indivíduos, desconsiderando-se outras fontes de renda como benefícios previdenciários e programas sociais (Programa Bolsa Família, por exemplo), a microrregião destaca-se com índices significativamente mais elevados que a média brasileira e paranaense, demonstrando a força econômica existente nesse espaço regional.

Quanto se trata da análise dos índices relativos à pobreza, nota-se que a quinta parte mais pobre da população dos municípios da microrregião possui mais do que o dobro ou até o triplo dos valores da renda *per capita* do que a do quinto mais pobre do Brasil. Em relação à média do Paraná, esta relação não é tão desigual, porém mesmo assim perfaz, na média, quase uma vez e meia os valores do estado.

Consequentemente, a porcentagem de pessoas consideradas extremamente pobres nos municípios da microrregião é pequena, em média 0,5% da população, sendo que o estado do Paraná apresenta quase 2% e o Brasil 6,62% de sua população nessas condições extremas de pobreza. A mesma relação se repete em relação aos considerados pobres, em torno de 2,31% em média na microrregião, enquanto o estado do Paraná assinala 6,46% e o Brasil 15,20% da população considerada em situação de pobreza.

Sobre as pessoas consideradas vulneráveis a entrar numa situação de pobreza, os municípios destacados apresentam uma média de 11% de sua população, bem inferior ao estado do Paraná, com quase 20% e o Brasil com 32,56% de sua população em situação de vulnerabilidade à pobreza. Assim, observa-se que os níveis de renda da microrregião possuem patamares relativamente altos quando se compara ao Paraná e ao país, configurando-se um espaço regional economicamente privilegiado.

Um último indicador para análise das condições relativas à desigualdade de distribuição de renda entre regiões e países é o índice de Gini, que na média fica em 0,47 na microrregião, abaixo do índice do estado do Paraná, de 0,53 e do Brasil, de 0,60. Observa-se que o país, bem como seus estados e municípios, ainda tem um longo caminho a percorrer em busca de maior igualdade de renda entre os diferentes segmentos populacionais, pois é um dos

países com maior desigualdade de renda entre as nações membros do G-20[76], perdendo apenas para a África do Sul, segundo um estudo da Oxfam International[77], de 2012 (UOL Economia, 2012).

As transformações sociais e econômicas ocorridas na microrregião de Toledo nas últimas décadas conduziram a novas demandas por trabalhadores qualificados e nesse sentido o papel da educação e das universidades em especial tem sido fundamental. A seguir, apresenta-se um panorama das informações educacionais de crianças, adolescentes e jovens matriculados nos diversos níveis de ensino no conjunto de municípios da microrregião.

Quadro 12. Informações educacionais da microrregião geográfica de Toledo – IPARDES/2012

ÁREA EDUCACIONAL				
	FONTE	**DATA**	**ESTATÍSTICA**	
População Censitária - Total	IBGE	2010	377.780	habitantes
População - Estimada	IBGE	2013	398.350	habitantes
Matrículas na Creche	SEED	2012	6.733	alunos
Matrículas na Pré-escola	SEED	2012	7.955	alunos
Matrículas no Ensino Fundamental	SEED	2012	52.551	alunos
Matrículas no Ensino Médio	SEED	2012	17.082	alunos
Matrículas na Educação Profissional	SEED	2012	1.586	alunos
Matrículas no Ensino Superior	MEC/INEP	2011	11.763	alunos

Fonte: IPARDES (2013b). Adaptado pela autora. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/perfil_regioes/MontaPerfilRegiao.php?Municipio=434&btOk=ok . Acesso em 18 nov. 2013.

Em relação ao papel do ensino superior na microrregião, ao longo das décadas de 1980 a 2000 várias faculdades e universidades públicas e particulares se instalaram na região, com destaque para o município polo de Toledo. Uma das principais, a Universidade Estadual

[76] O Grupo dos Vinte (G-20) constitui-se num fórum dos países em desenvolvimento, ditos "emergentes", para cooperação internacional, no qual se discute os mais importantes temas relativos à agenda econômica e financeira global. Seus objetivos são a coordenação política entre seus membros para alcançar estabilidade econômica global e crescimento sustentável; promover uma regulação financeira para reduzir os riscos e prevenir futuras crises financeiras; e modernizar a arquitetura financeira internacional (G-20, 2013).

[77] Trata-se de uma confederação internacional formada por quinze organizações internacionais que atuam em conjunto com 98 países com o objetivo de encontrar soluções para erradicar a pobreza e a injustiça (UOL Economia, 2012).

do Oeste do Paraná (Unioeste) foi criada em 1994[78], com uma estrutura pública estadual e multi-*campi*, tendo sua Reitoria e um *campus* situados no município de Cascavel, e seus outros *campi* localizados em Toledo, Marechal Cândido Rondon, Foz do Iguaçu e em Francisco Beltrão (Sudoeste do estado), além de três extensões: Santa Helena, Palotina e Medianeira (ORSO, 2011).

No conjunto de sua estrutura, a Unioeste contava no ano de 2013 com 29 cursos de pós-graduação *stricto sensu* em nível de Mestrado e quatro de Doutorado, inúmeros cursos de pós-graduação *lato sensu*, além de 59 cursos de graduação disponíveis nos cinco *campi* e extensões (UNIOESTE, 2013), sendo seus estudos e pesquisas de extrema relevância para o desenvolvimento da região, além de suas funções originais como formadora de profissionais qualificados.

Outros exemplos em Toledo são:

a) Universidade Paranaense (Unipar): oriunda do município de Umuarama, iniciou suas atividades em Toledo no ano de 1994, expandindo-se ao longo dos anos em dois *campi* no município, onde oferece 11 cursos de graduação e 10 cursos de Pós-graduação *lato sensu*, além de serviços à população, como a Clínica de Fisioterapia, Clínica de Nutrição, Farmácia Escola, Centro Integrado de Apoio a Projetos Empresariais, entre outros (UNIPAR, 2013);

b) Faculdade Sul Brasil: planejada e desenvolvida no município de Toledo, é uma faculdade particular credenciada pelo Ministério da Educação no ano 2000, que oferece 8 cursos de graduação, 10 cursos superiores de tecnologia e 17 diferentes cursos de pós-graduação *lato sensu*, além de projetos e serviços à população, principalmente na área de administração e negócios (FASUL, 2013);

c) Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC): fundada em Curitiba em 1959 e considerada uma das mais conceituadas universidades particulares do Brasil, escolheu Toledo como município para sua interiorização na região Oeste do estado do Paraná, tendo iniciadas suas atividades em 2003. Atualmente conta com 11 cursos de graduação e 12 cursos de pós-graduação *lato sensu*, oferecendo à população serviços como Hospital Veterinário, Unidade Experimental Agropecuária, Núcleo de Prática em Psicologia, Clínica de Enfermagem e Centro de Triagem de Animais Silvestres (PUC, 2013);

[78] A Unioeste nasceu como fruto de mobilizações da sociedade civil e de poderes públicos da região com o objetivo de se criar uma universidade no Oeste do Paraná a partir das faculdades existentes. Em 1972 havia sido criada a Faculdade de Cascavel (Fecivel), em 1979 a Faculdade de Foz do Iguaçu (Facisa) e em 1980 as faculdades de Toledo (Facitol) e a de Marechal Cândido Rondon (Facimar) (OSLO, 2011).

d) Universidade Federal Tecnológica do Paraná (UTFPR): instituição federal de ensino tecnológico, com sede em Curitiba, instalou-se em Toledo no ano de 2007. Oferece atualmente 1 curso na área de tecnologia, 3 cursos de graduação, 3 cursos de pós-graduação *lato sensu*, cursos de formação de professores, entre outras atividades (UTFPR, 2013).

Outros municípios da microrregião, como Marechal Cândido Rondon, Assis Chateaubriand, Palotina, Guaíra, entre outros, também possuem oferta de cursos de nível superior, inclusive à distância, porém o que se observa em toda a microrregião é que devido aos custos elevados das mensalidades da maioria das universidades e faculdades de natureza privada, encontram-se barreiras econômicas para um acesso mais amplo de todos a esse nível de ensino.

No entanto, destaca-se a importância das mesmas no sentido de sua produção científica, de pesquisas nas mais diversas áreas e na preparação de pessoal qualificado para assumir as novas oportunidades de trabalho que se abrem e se diversificam com o processo de desenvolvimento em toda a microrregião de Toledo.

A partir desta visão panorâmica sobre o contexto social e econômico da microrregião, o próximo capítulo expõe os dados da pesquisa, segundo as variáveis e os indicadores escolhidos para se analisar como e de que forma estão inseridos os grupos geracionais jovens no processo de desenvolvimento observado nesse espaço regional.

4. OS GRUPOS GERACIONAIS JOVENS DA MICRORREGIÃO DE TOLEDO: EDUCAÇÃO, PROFISSIONALIZAÇÃO E TRABALHO

"Nem sempre podemos construir o futuro para nossa juventude, mas
podemos construir nossa juventude para o futuro."
(Franklin D. Roosevelt)

O capítulo em tela visa apresentar os resultados obtidos no decorrer da pesquisa, considerando-se o caminho metodológico percorrido: revisão de literatura sobre o tema, seleção das principais categorias de análise, escolha das variáveis, das quais se originaram os principais indicadores, aqui detalhados. Os dados foram coletados entre janeiro e novembro do ano de 2013.

Conforme já explicado nos procedimentos metodológicos adotados para a pesquisa, os dados são secundários e suas fontes são variadas. Eles foram obtidos por meio eletrônico (internet), ou através de documentos fornecidos pelos órgãos responsáveis ou mesmo em consulta local para acesso a dados não disponíveis *on line*.

A partir dessas premissas, o capítulo foi organizado em três principais partes, relacionadas às variáveis selecionadas para a investigação: a primeira parte trata do processo educacional dos jovens da microrregião, procurando-se expor a questão de forma abrangente, percorrendo desde o analfabetismo absoluto até os níveis de escolaridade mais elevados; a segunda parte expõe os dados referentes às oportunidades de profissionalização e de preparação para o trabalho oferecidas aos jovens; e na terceira e última etapa, apresenta-se os dados relativos à inserção profissional dos jovens da microrregião de Toledo, como e onde estão empregados, qual sua situação funcional e salarial, dentre outros elementos.

A fim de se obter uma visão mais clara sobre a importância dos jovens como atores do processo de desenvolvimento da microrregião de Toledo, apresenta-se a seguir os dados referentes à população total e as respectivas porcentagens de jovens que habitam nesse espaço regional.

Quadro 13. População total e de jovens dos municípios da microrregião de Toledo por faixa etária – IBGE/2010

Faixa etária	Toledo		Marechal C. Rondon		Palotina		Maripá	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Jovens 18 a 24 anos	15.763	13,2	5.837	12,4	3.619	12,6	630	11
Jovens 25 a 29 anos	10.746	9	3.878	8,2	2.382	8,3	379	6,6
Total de jovens 18 a 29 anos	26.509	22,2	9.715	20,7	6.001	20,9	1.009	17,7
População Total	119.313		46.819		28.683		5.684	

Quadro 13. Continuação...

Faixa etária	Entre Rios do Oeste		Quatro Pontes		Microrregião Toledo		Estado do Paraná	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Jovens 18 a 24 anos	428	10,9	438	11,5	45.642	12	1.264.051	12,1
Jovens 25 a 29 anos	305	7,7	296	7,7	32.212	8,5	880.232	8,4
Total de jovens 18 a 29 anos	733	18,6	734	19,3	77.854	20,6	2.144.283	20,5
População Total	3.926		3.803		377.780		10.444.526	

Fonte: Elaboração da autora com base nos micro dados do IBGE Censo 2010 (IBGE, 2013a).

Observa-se que a população de jovens na faixa etária entre 18 e 29 anos é expressiva na microrregião de Toledo, representando em média 20% da população total. Porém, constata-se que essa porcentagem de jovens diminui na medida em que os municípios se tornam menores e menos populosos, indicando tendência à concentração dos jovens em municípios que representam maiores oportunidades de estudo e de trabalho e, consequentemente, de melhores condições de vida.

Considerando-se somente a População Economicamente Ativa (PEA) da microrregião, tem-se um total de 216.979 pessoas (IBGE. Censo, 2010). Os jovens incluem-se nessa faixa de idade qualificada como ativa e perfazem um total de **35,8% dessa população**, dado significativo quando se trata de refletir sobre sua inserção social e produtiva na sociedade. Daí a relevância de se compreender como esta parcela da população tem sido (ou não) objeto de atenção das políticas públicas na medida em que necessita de formação básica e profissional para iniciar ou dar continuidade às suas experiências no mundo produtivo, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social da região.

Nesse sentido, os indicadores selecionados para a pesquisa serão apresentados na sequência, iniciando-se pela variável Educação.

4.1. OS JOVENS E A EDUCAÇÃO

A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, em seu artigo 26, concebe a educação como direito de todo ser humano. Ela contribui para a construção da paz, a erradicação da pobreza, o diálogo intercultural e o desenvolvimento das sociedades (UNESCO, 2011). Compreende-se, assim, que a educação tem o poder de capacitar as pessoas com conhecimento e técnicas para melhorar a si mesmas e o mundo ao seu redor.

No contexto brasileiro, a educação é considerada um direito de todos, conforme a Constituição Federal de 1988: "Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho." (BRASIL. CF, 1988, p. 127).

No seu sentido mais amplo, o processo educativo não se limita ao sistema escolar (embora este seja fundamental para se atingir os objetivos de uma educação de qualidade) e se estende aos aspectos culturais, esportivos e de lazer, acesso à informação e à educação para a cidadania. O desafio dos países e regiões é propiciar oportunidades iguais a todos para o acesso e permanência com qualidade no sistema educativo, além de oferecer às crianças, adolescentes e jovens as mais diversas atividades em diferentes espaços que permitam o desenvolvimento pleno de suas capacidades.

Para Amartya Sen (2000, p. 95), "A capacidade [*capability*] de uma pessoa consiste nas combinações alternativas de funcionamentos cuja realização é factível para ela. Portanto, a capacidade é um tipo de liberdade: a liberdade substantiva de realizar combinações alternativas de funcionamentos (...)" (grifos do autor). Nesta perspectiva de desenvolvimento das potencialidades, o foco centra-se no aumento das capacidades para que as pessoas tenham mais oportunidades de escolha para viverem a vida que valorizam. Assim, para o autor, o objetivo do desenvolvimento, baseado em grande parte na educação dos seres humanos, é aumentar o conjunto de possibilidades das escolhas humanas.

A educação, enquanto processo, possui três dimensões: a individual, a profissional e a social (IRELAND, 2009). A primeira dimensão busca o desenvolvimento do potencial da pessoa que, através da educação, aprende sobre si mesmo e sobre o mundo. A dimensão profissional diz respeito à necessidade de todos em relação ao desenvolvimento de competências e de habilidades relativas a uma profissão para se inserir no mundo produtivo, bem como de atualização profissional, num mundo cada vez mais competitivo e exigente. E a dimensão social procura desenvolver a capacidade das pessoas de viver em grupo, de discutir ideias e de participar ativamente na sociedade, a partir do acesso às informações e análise crítica das mesmas.

Considerando sua importância, a questão do acesso e permanência de crianças, jovens e adultos em um sistema educacional de qualidade tem sido cada vez mais reconhecida como essencial pelos países de forma geral e pelos Estados-membros da UNESCO que, no ano 2000, conceberam o projeto "Educação para Todos"[79], que possui como um dos objetivos: "Responder às necessidades educativas de todos os jovens e adultos" (UNESCO, 2013b).

Em suma, a educação possui um papel fundamental no processo de desenvolvimento humano, econômico e social dos países e regiões. Sua importância é crucial para as gerações futuras, na medida em que possibilita a preparação de base e com qualidade para o exercício da vida adulta em todos os seus aspectos: profissionalização e trabalho, formação de uma família e educação dos filhos, participação social e política, educação continuada, dentre outros.

Logo, os dados relativos à variável educação revestem-se de extrema importância para os objetivos da presente pesquisa, pois há um consenso entre os autores já analisados sobre seu papel fundamental para a formação dos sujeitos que vivem e constroem o processo de desenvolvimento de uma região.

Desta forma, características como conhecimento, aprendizagem, habilidades, competências, capacidade para tomar decisões, capacidade para mudar e inovar, inclusão social e digital só se desenvolvem a partir de um processo educativo sistemático e inclusivo,

[79] O movimento "Educação para Todos" (EPT) constitui-se num engajamento global visando assegurar uma educação de base e de qualidade a todas as crianças, jovens e adultos. Concebido durante o Fórum Mundial sobre a Educação (Dakar, 2000), 164 países defenderam a ideia da EPT e identificaram seis objetivos a serem atingidos até 2015. O movimento procura engajar não somente os governos, mas as agências de desenvolvimento, a sociedade civil e os setores privados em busca desses objetivos (UNESCO, 2013b). Maiores detalhes sobre a EPT podem ser obtidos em http://www.unesco.org/new/fr/our-priorities/education-for-all/.

acessível a todos, que começa na primeira infância e se estende até a vida adulta dos indivíduos. Na sequência, passa-se a analisar os indicadores encontrados na microrregião de Toledo.

4.1.1 Os níveis de escolaridade e a questão do analfabetismo entre os jovens

O Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2011) indica que a porcentagem de pessoas que não sabiam ler nem escrever entre 15 e 24 anos em todo o país era de 2,5% e para a região Sul de 0,9%, a mais baixa entre as grandes regiões do país. Considerando-se o universo da população adulta, de 15 ou mais anos de idade, as taxas de analfabetismo aumentam para 9,6% no conjunto do país e para 5,1% na região Sul.

A partir deste contexto mais amplo, a coleta dos dados referentes à escolaridade dos jovens de 18 a 29 anos dos municípios da microrregião de Toledo selecionados para amostra procurou demonstrar como se delineia a situação educacional dos mesmos, indicando a porcentagem existente em cada nível.

Como opção metodológica e devido ao detalhamento dos dados, considerou-se necessário construir quadros completos dos indicadores por municípios, que estão localizados nos Apêndices desta tese com a mesma numeração dos quadros que se seguem. Ou seja, os quadros apresentados no corpo da tese foram sintetizados e referem-se à média encontrada no conjunto dos seis municípios da amostra. Assim, para maiores detalhes, o leitor deve consultar os Apêndices.

Quadro 14. Nível de escolaridade dos jovens de 18 a 29 anos dos municípios da microrregião de Toledo – IBGE/2010

Nível de escolaridade	Total dos municípios da amostra		Total da microrregião de Toledo	
	Total	%	Total	%
Analfabetos	315	0,70%	844	1,1%
Ensino fundamental incompleto	7.688	17,05%	14.586	19,1%
Ensino fundamental completo	10.112	22,42%	17.589	23,1%
Ensino médio completo	21.192	46,98%	33.985	44,6%
Ensino superior	5.797	12,85%	9.267	12,2%
Total	45.104	100%	76.272	100%

Fonte: Elaboração da autora com base nos micro dados do IBGE Censo 2010 (IBGE, 2013a).

A maioria dos programas de Ensino Fundamental, não somente no Brasil, mas em todo o mundo, prevê que ao final do segundo ano de estudos os alunos sejam capazes de ler e de escrever. No entanto, pesquisas sobre o tema tem demonstrado que, na prática, são necessários de quatro a cinco anos completos de escolarização para que as crianças se tornem completamente alfabetizadas, principalmente nos países e regiões mais pobres, segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2005a).

Neste sentido, observa-se que os dados coletados demonstram que, somados os índices relativos ao analfabetismo absoluto e ao Ensino Fundamental incompleto, tem-se uma média de 18 % dos jovens neste nível de escolaridade nos municípios pesquisados e mais de 20% em relação à microrregião como um todo. Portanto, um em cada cinco jovens entre 18 e 29 anos residentes desse espaço regional não completou o ciclo básico de escolarização.

Assim, tomando-se os parâmetros desenvolvidos pela UNESCO através de pesquisas em todo o planeta, pode-se inferir que essa grande faixa de população jovem provavelmente não se encontra completamente alfabetizada, ou seja, não possui as habilidades mínimas necessárias em termos de leitura e escrita, além de conhecimentos considerados básicos em matemática.

Ante estas constatações, infere-se que esta fatia de 20% dos jovens da microrregião provavelmente está ou será privada de oportunidades de continuação dos estudos e mesmo de possibilidades de profissionalização. Portanto, provavelmente participa ou participará em atividades produtivas para sua sobrevivência e de suas famílias somente no setor informal da

economia, no qual não há direitos e garantias trabalhistas e pelo qual seguramente perceberão um salário inferior em relação às suas necessidades básicas, perpetuando o ciclo vicioso da pobreza[80].

Os jovens, principalmente os mais pobres, as mulheres e os grupos sociais marginalizados, estão mais expostos aos riscos de obter poucos anos de estudo, abandonando a escola, inserindo-se precocemente no mercado informal de trabalho ou no mundo da criminalidade, tornando-se cada vez mais marginalizados. Confirmando esta ideia, apresenta-se o perfil educacional das pessoas sob custódia do sistema prisional do estado do Paraná, referente ao mês de abril de 2012, última estatística disponível pelo Departamento Penitenciário do Estado do Paraná.

Quadro 15. Perfil do preso por grau de instrução no estado do Paraná – DEPEN - Abril/2012

Perfil educacional do preso	Masculino	Feminino	Total
Quantidade de presos por grau de instrução	20.702	1.206	21.908
Analfabetos	711	67	778
Alfabetizados	1.300	55	1.355
Ensino Fundamental Incompleto	10.857	592	11.449
Ensino Fundamental Completo	2.288	100	2.388
Ensino Médio Incompleto	3.003	172	3.175
Ensino Médio Completo	1.998	161	2.159
Ensino Superior Incompleto	352	39	391
Ensino Superior Completo	174	17	191
Ensino acima de Superior Completo	20	2	22
Não Informado	0	0	0

Fonte: Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. Sistema Integrado de Informações Penitenciárias – InfoPen. Dados do estado do Paraná, abril/2012. (DEPEN, 2013). Adaptado pela autora. Disponível em: http://www.depen.pr.gov.br/arquivos/File/ABRIL2012.pdf. Acesso em 22 nov. 2013.

Percebe-se que a maioria, 62% do total dos presos, é analfabeto, alfabetizado ou não completou o Ensino Fundamental. Se considerados somente aqueles que possuem o Ensino Fundamental Completo e o Ensino Médio incompleto, tem-se 25% da população carcerária do estado do Paraná. Nota-se ainda que somente 2,7% possuem o Ensino Superior completo e níveis acima desse patamar. Desta maneira, pode-se deduzir que os níveis de escolaridade tem papel fundamental na inserção produtiva das pessoas no mercado de trabalho e na sociedade, evitando ou, pelo menos, proporcionando outras oportunidades que se distanciam do mundo da criminalidade e da ilegalidade, o que eventualmente os levará ao sistema judiciário e, posteriormente, ao sistema prisional, como observado no quadro acima.

[80] Consultar Gunnar Myrdal (1957).

Retornando à análise do Quadro 14 referente ao nível de escolaridade dos jovens da microrregião, ao se somar aos analfabetos e com o Ensino Fundamental incompleto os que concluíram o Ensino Fundamental, o que seria um patamar mínimo necessário para uma inserção, mesmo que precária, no mundo do trabalho, tem-se um total de 40% dos jovens dos municípios da amostra nessa situação.

Trata-se de um dado preocupante em termos de níveis de escolaridade entre os jovens, principalmente ao se considerar que se trata dos seis municípios mais desenvolvidos em termos sociais e econômicos da microrregião de Toledo. Em relação à microrregião como um todo, tem-se um total de 43% dos jovens com escolaridade até o Ensino Fundamental completo.

Para além da questão do analfabetismo absoluto, que atinge 0,7% dos jovens de 18 a 29 anos dos municípios pesquisados, bem como 1,1% dos jovens da microrregião, e devido aos baixos índices de escolaridade e à má qualidade do ensino oferecido no país, os estudiosos da área identificam outra situação, denominada de "analfabetismo funcional".

A UNESCO definiu, em 1978, o analfabeto funcional como toda pessoa que sabe escrever seu próprio nome, assim como lê e escreve frases simples, efetua cálculos básicos, porém é incapaz de interpretar o que lê e de usar a leitura e a escrita em atividades cotidianas, impossibilitando seu desenvolvimento pessoal e profissional (UNESCO, 2005a). Isso significa que "(...) o analfabeto funcional não consegue extrair o sentido das palavras, colocar ideias no papel por meio da escrita, nem fazer operações matemáticas mais elaboradas." (PLANETA EDUCAÇÃO, 2012, p. 01).

De acordo com os dados do Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional (INAF), 75% dos brasileiros são considerados analfabetos funcionais e apenas 25% dos brasileiros com mais de 15 anos têm pleno domínio das habilidades de leitura e de escrita[81]. Esse levantamento é feito periodicamente por meio de uma prova que avalia as habilidades de leitura, escrita e Matemática da população entre 15 e 64 anos (TIEZZI, 2012).

A título de comparação, na Alemanha, a taxa de analfabetos funcionais é de 14%; nos EUA, 21%; na Inglaterra, 22% e na Suécia, de 7% (TIEZZI, 2012). Logo, a microrregião possui um contingente expressivo de jovens que, mesmo sabendo ler e escrever algo simples, provavelmente não desenvolveram (ou poderão desenvolver com dificuldades) as

[81] De 2002 a 2012, a porcentagem de cidadãos considerados plenamente alfabetizados permanece inalterada no Brasil: 26%, conforme o Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF), realizado pelo Instituto Paulo Montenegro e pela Organização Não Governamental Ação Educativa, em São Paulo (REVISTA ESCOLA, 2013b).

competências e habilidades básicas necessárias para sua inserção profissional, sem mencionar os aspectos relativos à sua participação social e política como cidadãos.

Por outro lado, é importante notar os baixos índices de analfabetismo absoluto entre os jovens da microrregião, principalmente nos municípios menos populosos, chegando à zero no município de Quatro Pontes. Porém, comparado aos demais municípios, é importante ressaltar que Marechal Cândido Rondon apresenta uma taxa elevada de analfabetismo, de 1,4% entre os jovens de 18 a 29 anos, o que se torna um fator preocupante uma vez que esses índices vêm caindo em todo o país e encontra-se na faixa de 1,1% em média no estado do Paraná para a faixa etária de 15 a 29 anos (IPARDES, 2013).

Considerando-se todas as pessoas acima de 15 anos, o analfabetismo no Brasil como um todo caiu de 13,6% em 2000 para 9,6% em 2010 (IBGE. Censo, 2010). Entretanto, segundo os últimos dados divulgados pelo IBGE a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/2012), em 2012 a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade foi de 8,7%, número praticamente equivalente à taxa de 2011, que foi 8,6%, o que estatisticamente significa estabilidade.

Segundo os especialistas do IBGE ainda é cedo para se deduzir que a taxa de analfabetismo realmente parou de cair e será necessário aguardar o próximo ano para se confirmar essa tendência. O mais importante é que entre os jovens, ela vem caindo, pois entre os que tinham de 15 a 19 anos de idade, a taxa foi de 1,2%, contra 1,6% entre os de 20 a 24 anos, 2,8% no grupo de 25 a 29 anos e assim sucessivamente (G1 EDUCAÇÃO, 2013).

No entanto, dados de janeiro de 2014 divulgados pela UNESCO, em seu Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos (UOL EDUCAÇÃO, 2014), indicam que o Brasil tem quase 14 milhões de analfabetos adultos, posicionando-se entre os dez países do mundo que concentram a maior parte dos analfabetos adultos do mundo. O Relatório aponta ainda que dificilmente o Brasil cumprirá o objetivo de redução do analfabetismo no país para 6,7% até 2015, meta firmada na ONU em 2000, quando possuía 13,6% de analfabetos adultos.

A relevância da redução do analfabetismo para o desenvolvimento de qualquer região cada vez mais se confirma a partir de estudos e pesquisas em todo o mundo. Recente pesquisa realizada no Brasil por Estadão Dados (2013)[82] testou 232 variáveis e concluiu que

[82] Pesquisa feita pelo Jornal "O Estado de São Paulo", cujos dados foram coletados durante o Censo Demográfico 2010 e compilados pelo Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2013/08/16/falta-de-estudo-dos-pais-afeta-em-mortalidade-infatil.htm. Acesso em 26 ago. 2013.

nenhuma delas possui mais influência sobre a mortalidade infantil do que o baixo nível de escolaridade dos pais. Assim, para cada ponto percentual retirado da taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais, a taxa de mortalidade de crianças até cinco anos cai 4,7 pontos. Os dados demonstram que se 1% dos adultos de um município é alfabetizado, em média, mais 47 crianças sobrevivem à primeira infância a cada 10 mil nascimentos.

Ainda em relação à questão do analfabetismo, considerou-se interessante acrescentar os dados mais recentes sobre os programas de Educação de Jovens e Adultos (EJA)[83] existentes na microrregião de Toledo. Ressalta-se que estes programas, realizados tanto pelo sistema de ensino público municipal quanto pelo estadual, não se destinam exclusivamente aos jovens, mas a todos os adultos que necessitam de alfabetização e de aprendizagem continuada, que não tiveram oportunidades ou não puderam, por diversas razões, frequentar a escola em períodos anteriores.

Quadro 16. Matrículas na Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos municípios da microrregião de Toledo - 2011

Matrículas na Educação de Jovens e Adultos	Toledo	Mal. Cândido Rondon	Palotina	Maripá	Entre Rios do Oeste	Quatro Pontes	Micror-região Toledo
Rede Estadual	1.445	695	618	---	---	---	4.466
Rede Municipal	248	83	46	22	---	---	816
Total	1.693	778	664	22	---	---	5.282

Fonte: Elaboração da autora com base nos dados da Secretaria de Estado da Educação do Paraná e Ipardes (2013).

Observa-se que os municípios de Entre Rios do Oeste e Quatro Pontes não possuem turmas da EJA, provavelmente devido ao baixo índice de pessoas analfabetas e/ou com nível de escolaridade relativo ao Ensino Fundamental incompleto. Por outro lado, nota-se que a rede estadual de ensino realiza investimentos consideráveis nos municípios mais populosos, com um total de 2.758 alunos em 2011, sendo que no total da microrregião havia 4.466 alunos. As redes municipais vêm também realizando esforços no sentido de oferecer aprendizagem continuada aos jovens e adultos, complementando o trabalho da rede estadual, com um total de 816 alunos.

[83] No Brasil foram desenvolvidos, ao longo dos anos, vários programas com o objetivo de alfabetizar jovens e adultos e desenvolver uma educação continuada. Dentre eles, destacam-se o Movimento Brasileiro pela Alfabetização (MOBRAL), de 1967 a 1985; Fundação Educar (1986-1990); e o Programa Brasil Alfabetizado, iniciado em 2003 e em andamento (SILVA, 2009).

Apesar destes esforços, entende-se que eles são paliativos e foram pensados para minimizar os efeitos das falhas anteriores no processo educacional dos cidadãos que não cursaram ou não completaram as etapas de aprendizagem em relativa adequação idade/série.

Segundo a UNESCO (2008), a principal estratégia para atender as necessidades de aprendizagem de jovens e adultos deve ser a expansão do ensino secundário e superior, considerando, evidentemente, que o ingresso e a cobertura relativa ao nível fundamental de escolaridade para crianças e adolescentes de um país, região ou município estejam adequadamente supridos. Neste sentido, observar-se-á no próximo item, como se apresentam os dados relativos a esse nível de escolaridade entre os jovens da microrregião.

4.1.2 O Ensino Fundamental entre os jovens da microrregião de Toledo

Sobre os índices apresentados em relação aos jovens dos municípios pesquisados que possuem o Ensino Fundamental completo, tem-se um montante de 22,42%, praticamente equivalente à média de todos os municípios da microrregião, em torno de 23,1% (Quadro 14. Nível de escolaridade dos jovens de 18 a 29 anos dos municípios da microrregião de Toledo – IBGE/2010).

O dado considerado isoladamente não pode ser avaliado como bom ou ruim, o mais importante é a proporcionalidade entre os diferentes níveis de escolaridade. Quando se compara com as porcentagens de jovens com Ensino Médio completo ou Ensino Superior completo, pode-se dizer que quanto mais altos forem esses índices, menores serão os de Ensino Fundamental completo e isso seria um dado positivo em termos de educação.

No entanto, como se observa, existem 23% dos jovens da microrregião com apenas este nível de escolaridade, que seria o patamar mais elementar de preparação de uma pessoa para assumir as responsabilidades de uma vida adulta plena e satisfatória em termos de inserção profissional e social.

Conforme o Quadro 14 Completo (Apêndices), tem-se o seguinte detalhamento da situação educacional: o município de Quatro Pontes possui 25,3% dos jovens com Ensino Fundamental completo, seguido de Toledo com 24% e Marechal Cândido Rondon, com 21%. Ressalta-se que nesses municípios, praticamente um quarto dos jovens possui apenas este

nível de escolaridade, que é considerado muito baixo ante as exigências atuais de formação/profissionalização para o trabalho. Observa-se na microrregião de Toledo que mesmo para a realização de atividades laborais de baixa remuneração tem-se um quadro de requisitos que se inicia com a exigência do Ensino Médio completo[84].

Perfazendo um segundo grupo de municípios, tem-se Palotina e Entre Rios do Oeste com índices menores, de 18,7% em média, seguidos de Maripá com 16,4%, o menor índice constatado na pesquisa. Para serem corretamente analisados, estes dados devem ser cotejados com a porcentagem de jovens com o Ensino Médio completo, pois a situação desejável é que este último seja o maior possível, juntamente com o nível de Ensino Superior.

Em relação à qualidade do ensino ofertado, torna-se complexo e difícil tecer um quadro avaliativo em virtude dos inúmeros aspectos que devem ser observados, entretanto, no âmbito da presente pesquisa, entendeu-se importante verificar o desempenho educacional dos adolescentes matriculados no Ensino Fundamental da microrregião na medida em que se pode projetar o futuro e traçar prospectivas em relação à melhoria da educação nesse espaço regional. Assim, procurou-se expor os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) no Ensino Fundamental, de 2011, ocasião em que foram realizadas em todo o país as últimas provas para a elaboração desse índice.

O IDEB, criado em 2007 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, do Ministério da Educação e Cultura (Inep/MEC), é utilizado para medir a qualidade da educação em todo o país com provas aplicadas em intervalos de dois anos, dividindo-se em dois níveis: Ensino Fundamental anos iniciais (5º ano) e Ensino Fundamental anos finais (9º ano)[85]. Para a presente pesquisa, optou-se por analisar as notas obtidas nos anos finais, ou seja, dos alunos que se encontram na faixa etária de 14 a 15 anos, imediatamente antes de ingressar na etapa do Ensino Médio.

[84] Um rápido levantamento realizado no mês de novembro/2013 em sites de busca de emprego para Toledo e região indicou que a grande parte dos postos de trabalho abertos exigia o Ensino Médio completo.
[85] É importante frisar que com o IDEB, os sistemas municipais, estaduais e federal de ensino possuem metas de qualidade a serem alcançadas. A fixação da média seis a ser atingida até 2021 considerou o resultado obtido pelos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). (BRASIL. MEC/Inep, 2013).

Quadro 17. Dados educacionais[86] relativos ao IDEB/Ensino Fundamental (anos finais) dos municípios da microrregião de Toledo - 2011

Municípios	Toledo	Mal. Cândido Rondon	Palotina	Maripá	Entre Rios do Oeste	Quatro Pontes	Estado do Paraná
IDEB Anos finais do Ens. Fund. 2011 (Notas entre zero e dez)	4,4 Meta 2011: 4,1	4,5 Meta 2011: 4,6	4,6 Meta 2011: 4,8	5,4 Meta 2011: 4,8	4,6 Meta 2011: 4,0	4,8 Meta 2011: 4,9	4,0 Meta 2011: 3,8

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do Ministério da Educação/Inep[87] (2013) e da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná (2013).

Os dados expostos demonstram que o município de Maripá destaca-se com a nota 5,4, colocando-se bem acima da média dos demais municípios da microrregião, em torno de 4,6. Um dos aspectos a serem observados nesse índice é que os municípios de menor porte, como Maripá, Quatro Pontes e Entre Rios do Oeste, possuem as notas mais elevadas em relação aos demais, podendo se inferir que parece haver maiores possibilidades de atenção e de controle em relação à qualidade do ensino oferecido.

No entanto, nota-se que nem todos os municípios da microrregião conseguiram atingir as metas estabelecidas pelo Inep para 2011, que variam na medida em que foram respeitadas as condições iniciais encontradas em 2007. Assim, tem-se que, embora muito próximas às metas, as notas obtidas pelos municípios de M. C. Rondon, Palotina e Quatro Pontes, ficaram abaixo do esperado. Portanto, há indicativos para que os sistemas educacionais destas localidades possam avaliar o processo ocorrido a fim de alterar seu direcionamento para que nos próximos exames os alunos estejam mais preparados e possam alcançar índices mais elevados.

Por outro lado, observa-se que os demais municípios pesquisados e o estado do Paraná como um todo ficaram acima da média esperada, trazendo perspectivas positivas para o futuro nível de escolaridade e, mais do que isso, o nível de qualidade na educação a ser atingido pelos futuros jovens da microrregião.

Na sequência, o próximo item pretende lançar um olhar sobre a realidade do Ensino Médio, etapa importante da escolarização dos adolescentes e jovens, cujos índices

[86] Para esta pesquisa foram considerados somente os dados e resultados referentes às escolas públicas.
[87] Dados obtidos através do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), do Ministério da Educação. Disponível em http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais. Acesso em 11 mar. 2013.

demonstram que ainda há um longo caminho a percorrer com o objetivo de desenvolver a plena capacidade social e produtiva dos indivíduos desse espaço regional.

4.1.3 Os jovens e o Ensino Médio na microrregião de Toledo

Sobre a porcentagem de jovens de 18 a 29 anos que possuem o nível de Ensino Médio completo, nota-se que os municípios pesquisados apresentam números mais satisfatórios - 47% dos jovens - do que a microrregião como um todo: 44,6% (Quadro 14).

O detalhamento dos dados referentes ao Ensino Médio nos municípios pesquisados (Quadro 14 Completo - Apêndices) denota, mais uma vez, melhores índices para os municípios pequenos, sendo que Entre Rios do Oeste possui quase 60% dos jovens com o nível de Ensino Médio completo, seguido de Maripá com 56,2% e de Quatro Pontes com 51,1%. Por outro lado, os municípios mais populosos possuem os piores índices de jovens com esse nível de escolaridade, sendo Toledo o mais baixo (quase 45%), seguido de Palotina (48,5%) e de M. C. Rondon (49,5%).

Reforça-se a ideia de que estes índices não podem ser considerados em si mesmos necessariamente como positivos ou negativos, como já mencionado, pois dependem de sua relação com os demais níveis. Assim, depreende-se, a partir da análise do Quadro 14 completo (Apêndices), que aos menores índices encontrados em relação ao Ensino Fundamental completo correspondem os maiores índices relativos ao Ensino Médio completo ou ao Ensino Superior, o que pode ser considerado um avanço em relação ao nível de escolaridade dos jovens de cada município.

É importante ressaltar que as políticas e legislações mais recentes[88] traduzem o interesse em priorizar esse nível de ensino no país, bem como resgatar o ensino profissional, trazendo como alternativa a possibilidade de cursar o ensino médio profissional integrado, ou seja, em uma única matrícula (WINCKLER; SANTAGADA, 2012). Este aspecto será

[88] Entre outras medidas, tem-se: o Decreto nº 5.154/2004, que retomou a possibilidade de integração entre ensino médio regular e ensino técnico; o Plano de Expansão da Educação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (2006); a Emenda Constitucional nº 59, que incluiu o ensino médio como obrigatório e gratuito no país (BRASIL. C.F., 1988; WINCKLER; SANTAGADA, 2012).

aprofundado no item 4.2 do presente capítulo, que versa sobre as oportunidades de profissionalização disponíveis aos jovens da microrregião de Toledo.

Ainda com a finalidade de complementar os índices encontrados em relação ao Ensino Médio, considerou-se importante verificar de que forma e em que medida o processo educacional tem evoluído na microrregião através da taxa de rendimento apresentada pelos municípios. As taxas de rendimento, segundo Revista Escola (2013b), constituem o conjunto de índices que avaliam os alunos quanto ao preenchimento ou não dos requisitos necessários ao aproveitamento e frequência ao final do ano letivo, ou seja, elas são calculadas com base nas taxas de aprovação, de reprovação e de abandono[89].

Quadro 18. Taxa de rendimento no Ensino Médio[90] dos municípios da microrregião de Toledo - 2011

	Toledo	Mal. Cândido Rondon	Palotina	Maripá	Entre Rios do Oeste	Quatro Pontes	Estado do Paraná
Taxa de rendimento Ensino Médio 2011	Aprov. 73,2%	Aprov. 81,8%	Aprov. 79,1%	Aprov. 92,3%	Aprov. 89,5%	Aprov. 90,9%	Aprov. 79,3%
	Reprov. 19,0%	Reprov. 13,7%	Reprov. 16,2%	Reprov. 4,4%	Reprov. 9,3%	Reprov. 4,5%	Reprov. 13,9%
	Aband. 7,8%	Aband. 4,5%	Aband. 4,7%	Aband. 3,3%	Aband. 1,2%	Aband. 4,6%	Aband. 6,8%

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do Ministério da Educação/Inep (2013) e da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná (2013).

Novamente os índices mais positivos são observados nos municípios de menor porte, com uma elevada taxa de aprovação no Ensino Médio, em torno de 90% dos alunos. Pode-se perceber que o investimento educacional que vem sendo realizado nos anos de Ensino Fundamental (vide resultados do IDEB 2011 – Quadro 17) provavelmente reflete-se nos índices apresentados na escala posterior dos estudos. Ao mesmo tempo, infere-se que as taxas de abandono escolar encontram-se entre as mais baixas dos municípios pesquisados, variando entre 1,2% e 3,3%, com exceção de Quatro Pontes, cujo índice gira em torno da média dos demais municípios, de 4,6%, com exceção de Toledo.

[89] Considera-se em situação de abandono o aluno que não conseguiu finalizar o ano letivo por excesso de faltas. Se no ano letivo posterior este mesmo aluno não se matricular para cursar novamente a série que abandonou, ele passa a fazer parte das estatísticas de evasão escolar (REVISTA ESCOLA, 2013b).

[90] Para essa pesquisa, foram considerados somente os dados e resultados referentes às escolas públicas da microrregião de Toledo.

Já os municípios de porte médio, como Marechal C. Rondon e Palotina apresentam taxas de aprovação de aproximadamente 80% no Ensino Médio, dentro da média do estado do Paraná. Observa-se que os dados do Censo Escolar de 2011 revelaram que a taxa de reprovação no Ensino Médio brasileiro atingiu 13,1%, considerado o maior índice desde 1999 (REVISTA ESCOLA, 2013a), que é ainda menor do que o índice encontrado para o estado do Paraná, com 13,9%. Esta constatação conduz à ideia de que o estado do Paraná em seu conjunto encontra-se com uma taxa de reprovação no Ensino Médio dentre as mais elevadas do país e a análise destes elementos poderia fundamentar alterações e ajustes nas políticas educacionais do estado a fim de corrigir certas distorções.

Em relação ao município polo da microrregião, configura-se uma situação de alerta sobre os índices apresentados no Ensino Médio, pois sua taxa de aprovação é de apenas 73,2% dos estudantes, ficando abaixo da média do estado do Paraná, de 79,3%. Ressalta-se que, no presente estudo, não houve possibilidades de avaliar os diferentes níveis de exigência e de dificuldade dos conteúdos programáticos dos cursos, pois embora pertençam ao mesmo sistema estadual de educação, estes podem variar de um município a outro, ou de uma escola para a outra dentro do mesmo município. É importante destacar que, concomitantemente a esses baixos índices de aprovação, a taxa de reprovação do município é alta – 19 %, sendo que a média do estado é de 13,9% e a de todo o país é de 13,1%. São dados a serem analisados com maior profundidade pelos responsáveis da área a fim de propor alternativas de correção das distorções observadas.

No entanto, pode-se deduzir que inúmeros fatores podem ter contribuído para esses resultados, dentre eles o fato de haver maior oferta de postos de trabalho no município de Toledo, sendo que muitos adolescentes e jovens trabalham e estudam ao mesmo tempo, podendo comprometer o rendimento escolar. Além disso, estes índices podem refletir o acúmulo de defasagens nas fases anteriores de aprendizagem.

A questão do trabalho precoce também deve ser considerada ao se analisar a taxa de abandono escolar no Ensino Médio, que em Toledo gira em torno de 7,8%, mais alta que a do estado do Paraná, que é de 6,8%. Em suma, o município em questão, talvez por sua posição como polo econômico e por ser detentor de oferta mais abundante de postos de trabalho do que a maioria da região parece apresentar índices preocupantes em relação ao Ensino Médio que exigem análise mais aprofundada dos setores responsáveis a fim de melhorá-los.

Ressalta-se que, segundo diversos especialistas (REVISTA ESCOLA, 2013a), as altas taxas de reprovação no Ensino Médio apresentadas em todo o país resultam de uma conjunção de fatores, nem todos negativos:

a) Diminuição da evasão escolar: na década de 1980 os índices de evasão escolar eram bem maiores que as taxas de reprovação e atualmente essa tendência se inverteu, o que significa que o sistema escolar está retendo os alunos por mais tempo. Porém, embora permaneçam mais tempo na escola, nem sempre conseguem a progressão nos estudos;
b) Estatísticas mais confiáveis: os números atuais possuem maior precisão estatística do que há 20 ou 30 anos atrás, com a informatização do sistema e melhoria da qualidade no preenchimento das informações pelas redes de ensino;
c) Políticas públicas para o Ensino Médio são recentes: somente na segunda metade da década de 1990, com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e a partir dos esforços para a aprovação da Emenda Constitucional 59, que torna obrigatória a educação para todas as crianças e adolescentes dos 4 aos 17 anos a partir de 2016[91], o nível de Ensino Médio foi incluído entre as prioridades educacionais do país;
d) Concluintes do Ensino Médio como os primeiros de suas famílias: segundo os dados do Exame Nacional do Ensino Médio de 2008, naquele ano a maioria dos concluintes eram os primeiros de suas famílias a completarem esse nível de estudo. Dessa forma, os antecedentes de fracasso educacional da família e do ambiente em que vivem podem causar formas de pressão e de dúvidas sobre as possibilidades de sucesso destes jovens;
e) Falta de garantia sobre a relação estudo e trabalho: anteriormente havia um consenso de que um diploma desse nível significaria melhores oportunidades de trabalho e de ascensão social. Atualmente, embora seja essencial para obtenção de um emprego um pouco mais qualificado, o certificado de nível médio não representa, necessariamente, uma garantia de emprego. Nesse aspecto, a visão da pesquisadora é divergente, pois no decorrer da pesquisa os dados demonstraram o contrário em relação às possibilidades de emprego e melhoria de renda para os jovens detentores desse nível de escolaridade;

[91] A Constituição Federal de 1988, preconizando que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família prevê no seu artigo 208: "Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009); II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)." (BRASIL. C.F., 1988, p. 128). (grifo nosso).

f) Aumento do número de vagas por turma: por se tratar de estudantes mais velhos, há um consenso que é possível reagrupá-los em turmas mais numerosas. Assim, as condições de trabalho do professor tornam-se precárias, pois é muito difícil atender com qualidade mais de quarenta alunos numa sala de aula e perceber suas dificuldades para saná-las antes de uma provável reprovação.

Desta forma, quando se analisa cada um desses possíveis fatores, compreende-se que a microrregião de Toledo e os municípios que a compõem refletem os mesmos problemas e desafios existentes no âmbito nacional e estadual em relação à qualidade da educação.

É importante notar ainda que esses problemas não se iniciam no Ensino Médio. Os alunos passam pelo Ensino Fundamental acumulando deficiências de aprendizagem, pois não internalizaram os conteúdos ou não desenvolveram as habilidades necessárias ao final dessa etapa e quando atingem níveis mais avançados que exigem maior complexidade, não conseguem corresponder ao esperado (REVISTA ESCOLA, 2013a).

Nessa linha de pensamento, entende-se que a reprovação está diretamente relacionada aos índices de evasão escolar e de distorção encontrada entre a idade do aluno e a série frequentada, pois quando o aluno recebe seus resultados escolares, mesmo que ainda parciais, e eles indicam uma futura reprovação, ele desmotiva-se e abandona a escola.

No que diz respeito ao conceito de distorção idade-série, trata-se da adequação entre a idade do estudante e a série frequentada. Por exemplo, no Brasil a criança deve ingressar no primeiro ano do Ensino Fundamental com a idade de 6 anos e terminar com 14 anos, perfazendo um total de nove anos de estudo neste nível. Para o Ensino Médio, a faixa etária concentra-se entre 15 e 17 anos. Os dados do Censo Escolar de 2011 apontaram um aumento da distorção em ambos os níveis de ensino no país, sendo que no Ensino Médio o percentual era de 33,7% em 2008, passando a 34,5% em 2010. Segundo a secretária de Educação Básica do Ministério da Educação, Maria do Pilar Lacerda, o patamar adequado seria entre 3% e 4% (ECODESENVOLVIMENTO, 2011). Isto significa que os índices brasileiros, paranaenses e da microrregião de Toledo em relação à distorção idade-série estão muito acima do desejável e serão necessários investimentos financeiros e pedagógicos, melhoria da qualidade e tempo para que se aproximem do ideal.

Quadro 19. Taxa de distorção idade-série no Ensino Médio[92] dos municípios da microrregião de Toledo - 2010

	Toledo	Mal. Cândido Rondon	Palotina	Maripá	Entre Rios do Oeste	Quatro Pontes	Estado do Paraná
Taxa de distorção idade-série no Ensino Médio 2010	28,6%	23,7%	23,6%	21,1%	11,5%	18,5%	26,5%

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do Ministério da Educação/Inep (2013) e da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná (2013).

Observa-se através do quadro apresentado que os índices do município de Entre Rios do Oeste estão bem abaixo dos demais, demonstrando maior adequação entre a idade do estudante e a série por ele frequentada. Mais uma vez, os municípios menores apresentam os melhores índices, seguidos de Palotina e M. C. Rondon, porém todos abaixo da média do estado do Paraná, fato positivo que denota evolução no sentido de se aproximar ao ideal preconizado pelos especialistas (de até 4%), mas ainda muito distante deste.

A exceção permanece em relação ao município polo, com 28,6% de distorção, acima da média do estado, indicando que ainda há um longo caminho a percorrer na melhoria de seus indicadores relativos à educação, em particular em relação ao Ensino Médio. Entende-se que o fenômeno da distorção é o resultado de múltiplas repetências ao longo do percurso escolar, haja vista a porcentagem apresentada por Toledo no Quadro 18, de 19% de reprovação e de 7,8% de abandono. Assim, os fenômenos encontram-se interligados e podem resultar em completa desistência dos estudos por parte destes adolescentes e jovens, na medida em que se consideram inadequados ou incapazes de aprender. Esses índices revestem-se de extrema importância para subsidiar políticas públicas de apoio à permanência dos estudantes neste nível de ensino.

Em termos dos índices gerais apresentados pelos seis municípios da amostra relativos à escolaridade, uma questão permanece: por que os dados dos municípios menores são melhores em termos comparativos? Uma das possíveis explicações passa pelo fato de não existir muitas opções de empregabilidade nos municípios de pequeno porte. Sendo assim, muitos jovens migram para municípios com melhores oportunidades de trabalho, como Toledo e outros de maior porte, dentro e fora da microrregião.

[92] Para esta pesquisa foram considerados somente os dados e resultados referentes às escolas públicas.

Muitos jovens que permanecem nos municípios pequenos provavelmente já pertencem a um segmento economicamente mais privilegiado da população e geralmente atuam em atividades e/ou empresas de suas famílias ou no setor público. Desta forma, eles teriam oportunidade de dar continuidade aos seus estudos, enquanto que os outros, necessitando trabalhar às vezes desde a mais tenra idade, não podem ou não conseguem o mesmo.

Esta seria uma das possíveis explicações, mas há também a possibilidade do fator proximidade entre o sistema escolar, seus professores e funcionários com a população atendida por este sistema. O fato de se conhecerem, de terem um contato mais próximo e da população usuária ter mais acesso aos responsáveis pela educação poderia se traduzir em elementos favoráveis à permanência de um maior número de crianças e adolescentes no sistema escolar, bem como à melhoria da qualidade do ensino.

4.1.4 Os jovens da microrregião de Toledo e sua inserção no Ensino Superior

Em relação ao Quadro 14, sobre o nível geral de escolaridade dos jovens de 18 a 29 anos dos municípios pesquisados e da microrregião de Toledo em geral, tendo como ano base 2010 (IBGE, Censo 2010), observa-se que os índices do Ensino Superior completo são muito próximos, de 12,85% e 12,2%, respectivamente.

Quando se detalha os municípios pesquisados (Quadro 14 completo - Apêndices), verifica-se a seguinte situação no que diz respeito a esse nível de escolaridade entre os jovens:

a) Palotina: 16,6% - 1.032 jovens
b) Quatro Pontes: 16,6% - 111 jovens
c) Maripá: 13,5% - 137 jovens
d) Toledo: 12,8% - 3.387 jovens
e) Marechal Cândido Rondon: 10,7% - 1.063 jovens
f) Entre Rios do Oeste: 9% - 67 jovens
g) Microrregião: 12,2% - 9.267 jovens

Observa-se que os melhores índices encontram-se nos municípios de Palotina e de Quatro Pontes, seguidos dos municípios de Maripá e Toledo, e por último M. C. Rondon e

Entre Rios do Oeste, sendo que somente esses dois últimos ficam abaixo da média da microrregião, que é de 12,2%.

Essa variação pode ser explicada, entre outros fatores, pela não existência de estabelecimentos de ensino superior presenciais em alguns desses municípios e possíveis dificuldades de acesso/locomoção às universidades e faculdades da microrregião. Um fator importante refere-se às distâncias entre os municípios que possuem universidades e faculdades e aqueles que não possuem.

O fato de M. C. Rondon ter apenas 10,7% dos seus jovens com nível superior completo, abaixo da média da microrregião, indica um alerta para as instâncias públicas e para a sociedade rondonense em geral, pois o município conta com universidades públicas (Unioeste e Universidade Federal do Paraná, por exemplo) e particulares.

Um dado obtido a partir de informações qualitativas e da própria vivência enquanto pesquisadora residente neste espaço regional e que merece ser mencionado, é que poucos jovens pertencentes à camada mais privilegiada da população de Toledo e região permanecem nessas localidades para dar continuidade aos estudos de nível superior. Os cursos superiores de maior *status* como Medicina, Odontologia e algumas Engenharias, por exemplo, não são oferecidos na microrregião. Assim, jovens da elite de Toledo e região praticamente não estudam em faculdades e universidades locais, partindo inicialmente para estudar e possivelmente fixando-se como profissionais nessas outras localidades.

Outro fator importante para análise desses dados da região refere-se aos reflexos da estruturação do sistema de ensino superior brasileiro, pois 73,7% das faculdades e universidades em todo o país concentram-se no setor privado, com quase 80% das vagas disponíveis, segundo dados do Censo da Educação Superior, feito pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Através desse recenseamento, constata-se que de um total de 2.346.695 pessoas ingressantes no ensino superior em 2011, 1.856.015 entraram em faculdades e universidades privadas e somente 490.680 no sistema público (BRASIL. MEC.INEP, 2011, p. 06).

Ou seja, o acesso ao Ensino Superior público é restrito e as condições econômicas dos jovens e suas famílias nem sempre oportunizam o ingresso no sistema particular. Além disso, outros estudos demonstram que a falta de qualidade do Ensino Fundamental e Médio constitui-se num dos obstáculos para se chegar ao nível Superior, principalmente

considerando o restritivo processo seletivo dos acadêmicos em busca de uma vaga nas universidades e faculdades públicas.

Atualmente, o Brasil possui uma média de 17,6% dos jovens de 18 a 24 anos no Ensino Superior, mas precisa aumentar este índice se almeja preparar as futuras gerações para dar continuidade ao processo de desenvolvimento do país, pois a média dos países da América Latina que têm um ensino superior mais acessível, como México, Chile e Argentina é de 33% (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2012).

Com base nos dados apurados pelo Censo da Educação Superior 2011, tem-se o seguinte panorama da situação em nível nacional:

Quadro 20. Percentual de pessoas de 18 a 24 anos que frequentam ou já concluíram o Ensino Superior de Graduação no Brasil – MEC/INEP - 1997/2011

Universo	**Ano**		
	1997[93]	2004	2011
Brasil	**7,1**	**12,1**	**17,6**
Norte	3,6	6,3	11,9
Nordeste	3,4	6,4	11,9
Sudeste	9,3	15,4	20,1
Sul	9,1	17,3	22,1
Centro-Oeste	7,3	14,0	23,9
Renda domiciliar *per capita*			
20% de menor renda	0,5	0,6	4,2
20% de maior renda	22,9	41,6	47,1
Gênero			
Feminino	7,9	13,9	20,5
Masculino	6,2	10,3	14,6
Cor			
Brancos	11,4	18,7	25,6
Pretos	1,8	5,0	8,8
Pardos	2,2	5,6	11,0

Fonte: PNAD/IBGE *apud* BRASIL. MEC. INEP (2011, p. 08).

Observa-se que no período estudado, de 1997 a 2011, o país avançou em termos de porcentagem de jovens cursando e/ou com o nível superior concluído, no entanto as disparidades regionais continuam acentuadas de forma que as regiões Norte e Nordeste possuem praticamente a metade da porcentagem de jovens com esse nível de escolaridade em comparação com as demais regiões do país, dentre as quais o espaço da presente pesquisa se insere.

[93] Exclusive a população rural de RO, AC, AM, RR, PA e AP em 1997 (Nota da PNAD/IBGE).

O que salta aos olhos até mesmo do observador menos atento, é a enorme desigualdade observada quando se enfoca o nível de renda dos jovens, pois no extrato de menor renda somente 4,2% conseguiram cursar e/ou concluir o ensino superior, enquanto no de maior renda esse índice chega a 47,1%. Esses dados confirmam as dificuldades das famílias que vivem em situação de pobreza no sentido de proporcionar um contexto adequado para promover a educação de seus filhos: fome, carências diversas, faltas à escola, negligência, violências, trabalho infantil, mudanças constantes de escola, entre outros fatores que resultam em abandono escolar precoce.

Além disso, mesmo que estes estudantes pobres consigam vencer barreiras e terminem o Ensino Fundamental e Médio, há problemas para o ingresso e permanência no Ensino Superior. Enquanto o sistema de ensino de nível universitário brasileiro estiver lastreado na iniciativa privada, mesmo com esforços no sentido de financiamento público[94], esses índices não tendem a melhorar significativamente, mas a se perpetuar.

Um fator importante para promover maior inclusão educacional são as ações afirmativas[95] que vem sendo realizadas nos últimos anos através dos programas de reserva de vagas destinadas a alunos oriundos do sistema público de ensino e/ou cotas raciais. No entanto, após o ingresso, são visíveis as dificuldades de permanência destes estudantes que, na maioria das vezes, premidos pela necessidade de trabalhar para sua subsistência, sofrem queda de qualidade no processo de formação profissional e/ou abandono dos estudos, como já observado nos dados de outros níveis de escolaridade.

Os números destacados no Quadro 20 também demarcam a questão de gênero entre os jovens desta faixa etária (18 a 24 anos), pois desde 1997 as mulheres vêm se inserindo e, consequentemente, concluindo o nível de ensino superior em maior porcentagem que os homens, com aumento gradativo da proporcionalidade: de 1,7% em 1997 passou a quase 6% em 2011. O que significa este fato? Sabe-se que as mulheres começaram a ingressar tardiamente nas universidades, pois somente a partir do final do século XIX obtiveram esse

[94] Tais como o Programa de Financiamento Estudantil (FIES), criado em 1999, e o Programa "Universidade para Todos" (PROUNI), de 2005.

[95] Ações afirmativas: "Consistem em políticas públicas (e também privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional, de compleição física e situação socioeconômica. Impostas ou sugeridas pelo Estado, por seus entes vinculados e até mesmo por entidades puramente privadas, elas visam a combater não somente as manifestações flagrantes de discriminação, mas também a discriminação de fundo cultural, estrutural, enraizada na sociedade. De cunho pedagógico e não raramente impregnadas de um caráter de exemplaridade, têm como meta, também, o engendramento de transformações culturais e sociais relevantes, inculcando nos atores sociais a utilidade e a necessidade de observância dos princípios do pluralismo e da diversidade nas mais diversas esferas do convívio humano" (GOMES, 2001, p. 06-07).

direito (BLAY; CONCEIÇÃO, 1991). Durante boa parte do século XX, percebia-se o fenômeno chamado pelos especialistas de "hiato de gênero"[96] na educação brasileira, pois as taxas de alfabetização e os demais níveis de educação dos homens eram superiores aos das mulheres (BELTRÃO; ALVES, 2009).

Entretanto, de 1956 a 1971 a participação feminina nos cursos superiores passou de 26% para 40% (BARROSO; MELLO, 1975, p. 52), porém a concentração das mulheres ocorreu nas carreiras consideradas culturalmente mais femininas e "apropriadas" às mulheres, como os cursos de Letras, Ciências Humanas e Filosofia.

A partir dos anos 1960, as mulheres brasileiras obtiveram maiores chances de ingressar na universidade e nos anos 1970 iniciou-se o processo de reversão do hiato de gênero no ensino superior, auxiliado pelo contexto do movimento feminista e pelas transformações sociais mais amplas ocorridas no país (BELTRÃO; ALVES, 2009).

O resultado desse processo pode ser observado pela diferença de porcentagem existente relativa ao gênero entre os jovens de 18 a 24 anos que frequentam ou já concluíram o Ensino Superior de Graduação em todo o país no ano de 2011: 20,5% do sexo feminino contra 14,6% do sexo masculino.

Em relação às características étnico-raciais, observam-se diferenças significativas nas porcentagens de jovens autodeclarados brancos, pretos e pardos com nível superior completo ou em andamento. Na faixa etária de 18 a 24 anos, em 2011 tinha-se 25,6% de brancos, 8,8% de pretos e 11% de pardos. Nota-se que, embora entre os anos de 2007 e 2011 tenha sido registrado aumento no percentual de jovens com esse nível de escolaridade no país, os índices foram diferenciados conforme a "cor" autodeclarada.

Assim, o crescimento dos jovens "brancos" com nível superior nesse período foi de 14,2%, enquanto que houve apenas 7% de aumento entre os jovens "pretos", ou seja, exatamente a metade, e 8,8% entre os jovens "pardos". Os dados refletem as desigualdades históricas e conjunturais que a população negra vem sofrendo desde o período da escravidão, ainda não superadas no país mesmo com a adoção de políticas públicas e de ações afirmativas visando a concretização da igualdade constitucional entre todos os cidadãos brasileiros.

[96] A redução do hiato de gênero e o maior acesso das meninas e mulheres à educação são objetivos da IV Conferência da Mulher (1995), do Fórum Mundial de Educação (2000) e das Metas do Milênio (2000).

Considerando-se esse breve panorama em relação aos jovens que frequentam ou concluíram o ensino superior no Brasil nos últimos anos, analisa-se de forma mais específica, como se distribuem as matrículas no sistema de Ensino Superior na microrregião de Toledo.

Quadro 21. Matrículas nos estabelecimentos presenciais de Ensino Superior nos municípios da microrregião de Toledo – IPARDES/MEC 2011

Localidades		Toledo	Mal. Cândido Rondon	Palotina	Microrregião de Toledo
Número de matrículas no Ensino Superior Ano base: 2011	Rede Federal	488	---	982	1.474
	Rede Estadual	1.175	1.488	---	2.663
	Rede Municipal	---	---	---	---
	Rede Particular	4.661	981	273	7.626
	Total	6.324	2.469	1.255	11.763

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do IPARDES/MEC (2013).

Primeiramente faz-se necessário esclarecer que os municípios de Entre Rios do Oeste, Maripá e Quatro Pontes, que fazem parte da amostra, não possuem estabelecimentos de Ensino Superior presenciais, segundo dados do IPARDES/MEC (2013). Depreende-se deste fato que os jovens que habitam nesses municípios e que possuem esse nível de escolaridade realizaram seus cursos em outras localidades, ou sob a forma de mudança temporária ou com deslocamentos diários para a frequência aos cursos. O caso de Quatro Pontes destaca-se por estar entre os municípios de maior índice de jovens com Ensino Superior completo (16,6%), mesmo não havendo oferta de cursos no próprio município.

Observa-se que a rede particular de Ensino Superior em Toledo absorve quase três vezes mais o número de estudantes que a rede pública (federal e estadual somadas). Desses dados infere-se que para os jovens matriculados na rede privada nesse nível de escolaridade, há o correspondente pagamento de taxas, matrículas e mensalidades que na maioria dos cursos e faculdades encontram-se num patamar próximo ou acima de um salário mínimo nacional[97], com exceção dos estudantes que possuem bolsas de estudo ou outras formas de financiamento público. Este fato, por si só, restringe o acesso de muitos jovens da microrregião ao ensino universitário.

[97] Salário mínimo nacional em valores de maio de 2013: R$ 678,00 (seiscentos e setenta e oito reais).

Nos municípios de M. C. Rondon e Palotina, a rede pública supera a rede particular em número de matrículas, tornando-se de certa forma mais acessível a permanência nos cursos de nível superior pela questão da gratuidade. Complementando os dados apresentados acerca da rede de Ensino Superior (estabelecimentos públicos e privados) da microrregião, tinha-se em 2010 a oferta de 9 cursos presenciais[98], com 730 vagas no município de Palotina; 18 cursos presenciais com oferta de 1.380 vagas no município de Marechal Cândido Rondon; e 52 diferentes cursos de graduação oferecidos no município de Toledo com um total de 4.933 vagas (MEC/INEP, 2011).

Neste sentido, ao se projetar o futuro, nota-se perspectivas de crescimento deste nível de escolaridade entre os jovens, uma vez que nos próximos cinco anos o número de matriculados pode se transformar em número de graduados nos diferentes cursos. Para tal, é preciso investir em políticas públicas de acesso e permanência dos estudantes em todos os níveis de ensino a fim de se construir um patamar razoável de capacidades e de competências que permitam uma base sólida para o desenvolvimento destes jovens profissionais no espaço da microrregião.

Assim, a construção do "capital humano" da microrregião, entendendo-se o conceito com maior amplitude do que a simples preparação dos indivíduos para serem utilizados como elemento de produção econômica, passa pelo acesso e acumulação de conhecimentos, estimulando a capacidade intelectual e produtiva dos indivíduos, que poderá ser utilizada em suas relações sociais, políticas, econômicas e culturais. Para Ferrera de Lima (2012, p. 78), "O nível de capital humano de uma população influencia o sistema econômico através do aumento da produtividade, das transações, da apreensão de conhecimentos e de habilidades cada vez maiores." (tradução livre).

Deste modo, preparar os atores do processo de desenvolvimento de uma região para o futuro significa capacitá-los cada vez mais para viver na chamada "sociedade do conhecimento"[99], na qual cada vez mais se exigem habilidades, competências multidisciplinares e capacidade de adaptação a um mundo em rápida transformação.

[98] Não foi possível contabilizar os dados sobre o Ensino Superior à distância na microrregião de Toledo.

[99] O termo "sociedade do conhecimento", utilizado pela primeira vez por Peter Drucker em 1969, retornou nos anos 1990, particularmente nos estudos de pesquisadores como Robin Mansell (1998) e Nico Stehr (1994). As noções de "sociedade de aprendizagem" e de "educação para todos ao longo da vida" aparecem ao mesmo tempo. A ideia de "sociedade do conhecimento" não se separa dos estudos sobre a "sociedade da informação" (CASTELLS, 1996), ou seja, procura-se compreender de forma global como as inovações tecnológicas modificam a estrutura de poder e propiciam o surgimento de uma nova economia baseada no conhecimento científico (UNESCO, 2005b, p. 20).

Nos subitens anteriores a pesquisa atentou para os dados sobre os níveis de escolaridade dos jovens da microrregião em seu conjunto, mas para os objetivos da investigação, considerou-se relevante fazer um recorte da escolaridade dos jovens em relação às suas características étnico-raciais e às diferenças de gênero, temas tratados a seguir.

4.1.5 A educação dos jovens segundo suas características étnico-raciais

A educação, dada sua relevância para todos, contribui para a redução das desigualdades sociais e se transforma num verdadeiro canal de mobilidade social, pois pode auxiliar a combater a discriminação e a exclusão social. Neste sentido, detalha-se a seguir o nível de escolaridade dos jovens dos municípios que compõem a amostra da pesquisa segundo suas diferenças étnico-raciais, as quais o IBGE classifica como "cor"[100].

Quadro 22. Nível de escolaridade dos jovens de 18 a 29 anos da microrregião de Toledo segundo a cor – IBGE/2010

Nível escol.	**Características étnico-raciais**										
	Branca	%	Preta	%	Amar.	%	Parda	%	Indíg.	%	Total
Analfab.	225	71,43%	29	9,21%	0	0%	55	17,46%	6	1,9%	315
E. Fund. Incompl	4.241	55,16%	469	6,1%	51	0,66%	2.914	37,9%	14	0,18%	7.689
E. Fund. Compl.	6.291	62,21%	393	3,89%	97	0,96%	3.331	32,94%	0	0%	10.112
E. Méd. Compl.	16.642	78,53%	476	2,25%	77	0,36%	3.997	18,86%	0	0%	21.192
Ens. Sup.	5.203	89,77%	73	1,26%	43	0,74%	477	8,23%	0	0%	5.796
Total	32.602	72,28%	1.440	3,19%	268	0,59%	10.774	23,89%	20	0,04%	45.104

Fonte: Elaboração da autora com base nos micro dados do IBGE Censo 2010 (IBGE, 2013a).

Para análise do quadro, é necessário esclarecer que a leitura do mesmo deve considerar nas linhas horizontais as porcentagens referentes a cada nível de escolaridade.

[100] O IBGE explica que desde o primeiro Censo Demográfico realizado no Brasil em 1872, a classificação por raças se fazia sob a forma de quatro opções de resposta: branco, preto, pardo e caboclo (indígena). Esses termos variaram ao longo dos anos em que se produziram os Censos Demográficos, sendo acrescentada a opção de cor amarela em 1940 e parda em 1950. Em 1991 foi acrescentada a opção indígena às já mencionadas, que categorizam a variável "cor ou raça" no sistema de classificação étnico-racial adotado até os dias atuais no Brasil (IBGE, 2008a).

Assim, por exemplo, em relação aos jovens analfabetos da microrregião, 71,43% são autodeclarados brancos, 9,21% pretos, nenhum amarelo, 17,47% pardos e 1,9% indígenas, e assim sucessivamente para cada nível de escolaridade.

Por outro lado, através da análise de cada coluna (no sentido vertical), tem-se o comparativo entre o percentual de jovens dos grupos com diferentes características étnico-raciais e seu respectivo nível de escolaridade, que pode ser cotejado com a porcentagem total dos jovens de cada característica, apresentados na última linha do quadro.

Por exemplo, ao se comparar os jovens autodeclarados "brancos" (sentido vertical), tem-se na última linha que 72,28% do total de jovens dos municípios pesquisados a ela pertencem. Assim, enquanto esta porcentagem é equivalente em relação aos analfabetos (71,43%), ela é menor para os jovens com Ensino Fundamental incompleto (55,16%) e completo (62,21%). No sentido contrário, ela é maior para os jovens com Ensino Médio completo (78,53%) e significativamente maior para os jovens com Ensino Superior completo (quase 90%). Esses dados levam à constatação que os jovens autodeclarados "brancos" possuem os níveis de escolaridade mais elevados do que os das demais características étnico-raciais da microrregião.

Seguindo esta linha de raciocínio, ao se observar os dados relativos aos jovens autodeclarados "pretos", que totalizam 3,19% dos jovens dos municípios pesquisados, nota-se que os analfabetos com essas características perfazem o triplo desse total (9,21%), os com Ensino Fundamental incompleto totalizam o dobro (6,1%) e aqueles com Ensino Fundamental completo encontram-se num situação de relativo equilíbrio (3,89%). Entretanto, quando se trata dos níveis mais elevados de escolaridade, os jovens autodeclarados "pretos" encontram-se em clara desvantagem: 2,25% com Ensino Médio completo e apenas 1,26% com Ensino Superior, lembrando que a população total de jovens autodeclarados "pretos" é de 3,19%.

Os jovens autodeclarados "pardos", cujo total é de quase 24% na microrregião, encontram-se na proporção de 17,46% entre os analfabetos, o que demonstra avanço na escolaridade, porém perfazem quase 38% daqueles com o Ensino Fundamental incompleto e quase 33% dos jovens com Ensino Fundamental completo dos municípios pesquisados. Neste caso, a situação de desvantagem étnico-racial se repete, pois quanto maiores os níveis de escolaridade, menores as proporções de jovens autodeclarados "pardos". Assim, observa-se apenas 19% deles no nível de Ensino Médio e no Ensino Superior completo a porcentagem

cai ainda mais para 8,23% do total, ou seja, um terço do total de jovens com estas características.

Ressalta-se que a presença de jovens autodeclarados como pertencentes à cor ou raça "amarela" ou "indígena" é mínima nos municípios pesquisados. Em relação aos jovens indígenas, foi registrada sua presença somente nos municípios de Marechal C. Rondon e de Palotina com 0,1% da população total de jovens de 18 a 29 anos. O nível de escolaridade desses jovens indígenas varia entre o analfabetismo e o Ensino Fundamental incompleto, refletindo a realidade educacional da maioria das nações indígenas do estado do Paraná e de todo o país.

Neste mesmo sentido, o Censo Escolar Indígena realizado em 2005 nas escolas indígenas do país apontou que havia 163.773 estudantes, sendo 30% deles concentrados na Região Norte do Brasil. A maioria deles frequentava as quatro primeiras séries do Ensino Fundamental, totalizando 81,72% dos estudantes indígenas e somente 18,28% encontravam-se frequentando a etapa do 5ª à 8ª/9ª séries. Por outro lado, o Ensino Médio abrigava somente 2,61% dos alunos e no Ensino de Jovens e Adultos (EJA) havia 7,53% dos estudantes indígenas (GRUPIONI, 2013). Assim, os dados encontrados na microrregião são compatíveis com as estatísticas nacionais, ou seja, verifica-se o baixo nível de escolaridade das populações indígenas.

Sobre os jovens autodeclarados "amarelos", sua presença é um pouco mais visível na microrregião, porém representam uma minoria: Quatro Pontes (0,3%), M. C. Rondon, Palotina e Toledo (0,6% em cada município). Não foi registrado nenhum jovem analfabeto entre eles, sendo distribuídos de forma relativamente uniforme entre os níveis de escolaridade nos municípios, com exceção do município de Toledo, cujos dados indicam que do total de jovens com nível superior completo, 1,1% são autodeclarados "amarelos", estando acima da porcentagem geral da população classificada nesta categoria. Sobre o detalhamento dos dados, consultar o Quadro 22 Completo, disponível nos Apêndices desta tese.

Quando se particulariza os dados entre os municípios pesquisados, percebe-se que as maiores discrepâncias entre os níveis de escolaridade aparecem entre a população de jovens autodeclarada "branca", "preta" e "parda". Com exceção de Quatro Pontes, em que somente 1,8% dos jovens se autodeclararam "pretos", os demais municípios possuem uma média de 3,3% da população jovem com essa característica. No entanto, em dois deles, Entre Rios do Oeste e Maripá, 100% dos analfabetos são "pretos", sendo esses índices de 16,7% para

Palotina e de 9,7% para M. C. Rondon, muito maiores do que a média da população jovem autodeclarada “preta”, que é de 3,2%.

Deste modo, observa-se que os jovens autodeclarados “pretos” carregam desvantagens em relação aos jovens das demais características étnico-raciais, que podem ser explicadas não somente pelas históricas e difíceis condições de vida desta população em todo o Brasil, mas também pela colonização da microrregião, de origem alemã e italiana majoritariamente, o que pode ter agravado as situações de preconceito e de falta de oportunidades.

Confirmando esta constatação em relação ao nível superior completo, verifica-se que não há nenhum jovem autodeclarado “preto” com esse nível de escolaridade nos municípios de Entre Rios do Oeste, Maripá e Palotina. Os demais municípios possuem índices inferiores à média da população jovem autodeclarada “preta” com 1,6% para M. C. Rondon e Toledo. A exceção ocorre em Quatro Pontes, com 2,1% dos jovens autodeclarados “pretos” com ensino superior, enquanto o total de sua população com essas características étnico-raciais é de 1,8%.

Entre os jovens autodeclarados “pardos”, a questão do analfabetismo foi praticamente vencida em todos os municípios, não havendo registro de jovens nesta categoria, com exceção do município de Toledo, cuja situação é preocupante. Com uma população de jovens “pardos” de 28,3% do total, 48,2% dos analfabetos possuem essas características étnico-raciais, ou seja, verifica-se uma concentração de analfabetos nesta população residente no município de Toledo.

Dentre os municípios que se destacam de forma positiva, tem-se Palotina, cujos níveis de escolaridade dos jovens autodeclarados “pardos” são mais elevados que os demais, principalmente relativos ao Ensino Médio. No entanto, o nível superior entre os jovens “pardos” deixa a desejar em toda a microrregião: Entre Rios e Quatro Pontes não registram nenhum jovem, Maripá 5% (população total de jovens “pardos” de 13,3%), Palotina 6,7% (total de “pardos”: 23,5%), M. C. Rondon 6,7% (total de “pardos”: 15,6%) e Toledo 9,5% (total de “pardos”: 28,3%), todos muito abaixo das porcentagens do total da população jovem autodeclarada “parda” desses municípios. Desta forma, percebe-se que os jovens com essas características étnico-raciais, juntamente com os “pretos”, não possuem as mesmas oportunidades de acesso à educação com o objetivo de alcançar níveis mais elevados de escolaridade.

No entanto, observa-se o inverso em relação aos jovens autodeclarados “brancos” na maioria dos municípios pesquisados. Não há jovens analfabetos registrados nessa categoria nos municípios de Entre Rios, Maripá e Quatro Pontes, pois sendo os menores municípios da amostra, percebem-se avanços no grau de escolaridade apresentado pelos jovens de modo geral. Por outro lado, M. C. Rondon e Palotina apresentam grave situação de analfabetismo entre estes jovens, com índices de 85,7% e de 83,3% respectivamente, acima da média da população de jovens autodeclarados “brancos”, que é de 79,8% e de 72,3%.

No extremo oposto, observa-se que em relação ao nível superior completo, a maioria compõe-se de jovens autodeclarados “brancos”, com 100% em Entre Rios do Oeste, 98% em Quatro Pontes, 95% em Maripá, 92,7% em Palotina, 91% em M. C. Rondon e 88% em Toledo. Verifica-se praticamente a mesma relação quando se analisa o Ensino Médio completo. Estes índices demonstram as discrepâncias entre a composição da população jovem e a distribuição dos níveis de escolaridade, demarcando uma clara vantagem aos jovens autodeclarados “brancos”, que tem conseguido galgar patamares mais elevados de escolaridade e, consequentemente, prepararem-se melhor para uma futura vida profissional, perpetuando uma situação historicamente contextualizada no país e na região.

A análise das condições de escolaridade dos jovens da microrregião, para além das características étnico-raciais, não ficaria completa sem uma apreciação detalhada segundo as diferenças de gênero, tema do próximo item.

4.1.6 A educação dos jovens e as relações de gênero

Conforme observado no item 4.1.4, relativo à presença dos jovens da microrregião no Ensino Superior, o hiato de gênero vem sendo paulatinamente superado, pois historicamente em todo o mundo as mulheres foram relegadas a um papel secundário no que diz respeito ao acesso à educação. Esta preocupação mundial se traduz, desde 2000, em um dos objetivos do Programa “Educação para Todos” (EPT) da Unesco: “Avaliar a paridade e a igualdade entre os sexos na educação” (UNESCO, 2013b).

Para a realidade da microrregião de Toledo observa-se a seguinte situação.

Quadro 23. Nível de escolaridade dos jovens de 18 a 29 anos da microrregião de Toledo segundo o sexo – IBGE/2010

Nível Escolaridade	Sexo				
	Masc.	%	Fem.	%	Total
Analfabeto (a)	171	54,29%	144	45,71%	315
E. Fund. Incompleto	4.501	58,54%	3.188	41,46%	7.689
E. Fund. Completo	5.565	55,04%	4.546	44,96%	10.111
E. Méd. Completo	9.993	47,15%	11.199	52,85%	21.192
Ens. Superior	2.202	38,00%	3.593	62,00%	5.795
Total	22.432	49,74%	22.670	50,26%	45.102

Fonte: Elaboração da autora com base nos micro dados do IBGE Censo 2010 (IBGE, 2013a).

Em relação aos jovens analfabetos, observa-se uma relação de maioria do sexo masculino (54,29%), porcentagem ainda maior quando se trata do Ensino Fundamental incompleto (58,54%) e um total de 55,04% de jovens do sexo masculino com o Ensino Fundamental completo. Por outro lado, as jovens do sexo feminino nitidamente alcançaram patamares mais elevados de escolaridade, perfazendo um total de 52,85% no nível de Ensino Médio completo e de 62% no Ensino Superior, denotando um avanço em termos de acesso à educação.

O Quadro 23 completo (Apêndices) reflete realidades distintas entre os municípios, mas também alguns padrões que se repetem entre os mesmos. Interessante notar que em M. C. Rondon e Quatro Pontes, as porcentagens de homens e mulheres analfabetos/as e com Ensino Fundamental incompleto são praticamente as mesmas. As diferenças ocorrem em Maripá e Palotina, com uma porcentagem maior de mulheres analfabetas e, no sentido contrário, Entre Rios e Toledo onde os homens representam a maioria dos analfabetos e daqueles que possuem nível fundamental incompleto.

Em relação ao Ensino Fundamental completo, somente Entre Rios do Oeste apresenta maiores índices de mulheres com esse nível, os demais municípios demarcam uma média de 55% dos jovens do sexo masculino. Esse panorama se equilibra quando se trata do Ensino Médio completo, pois Entre Rios do Oeste, Maripá e Quatro Pontes, os menores municípios da amostra, demonstram índices maiores de homens com esse nível (média de 56%) e, no que diz respeito à M. C. Rondon, Palotina e Toledo, todos apresentam jovens do sexo feminino (54%) com esse nível de escolaridade, denotando que nos municípios maiores há provavelmente maiores oportunidades de estudo para as mulheres.

Esta observação parece se confirmar quando se analisa a relação entre homens e mulheres com Ensino Superior completo, pois em todos os municípios esta porcentagem é maior em relação às mulheres: acima de 60%, chegando até a 70% (Maripá). Contraditoriamente, as possíveis dificuldades de se conseguir colocação no mercado de trabalho parecem favorecer a continuidade dos estudos às jovens do sexo feminino.

No meio rural, por exemplo, muitas jovens deixam o trabalho e a vivência das atividades rurais para estudar. O mesmo não ocorre, de modo geral, com os jovens do sexo masculino, pois suas possibilidades de trabalho, tanto no meio rural quanto urbano são maiores, haja vista o mercado de trabalho referente à construção civil, por exemplo, que tem sido quase que exclusivamente masculino. Essas condições parecem favorecer o abandono precoce da escola entre os jovens do sexo masculino e uma maior permanência das jovens do sexo feminino.

Dos dados apresentados pode se inferir que o tamanho do município relaciona-se com as formas de organização social e seu contexto cultural, uma vez que dependendo do nível de desenvolvimento econômico, da situação do mercado de trabalho e do grau de estratificação sexual historicamente predominante, as jovens parecem ter menor ou maior acesso à educação.

Barroso (2004) destaca que em todas as partes do mundo o empoderamento das mulheres está associado a níveis mais elevados de escolaridade, pois elas adquirem maior capacidade de melhorar a própria qualidade de vida e de suas famílias. Assim, as mulheres que galgaram níveis mais elevados de educação aproveitam melhor as oportunidades existentes e os serviços disponíveis, aumentando o potencial de geração de renda da família, decidindo de forma autônoma sobre a própria fertilidade e participando de forma mais ativa na vida pública. Este parece ser um dos aspectos significativos observados nos níveis de escolaridade das jovens mulheres da microrregião de Toledo.

No que diz respeito às perspectivas de inserção dos jovens no processo de desenvolvimento da microrregião de Toledo, é possível fazer a comparação desses dados com os estudos promovidos por organismos internacionais na África, Ásia e América Latina, especialmente através da UNESCO, nos quais se revela o mesmo padrão: o nível educacional da mãe é determinante e consistente em relação à matrícula e ao desempenho dos filhos na escola, tendo um efeito mais intenso sobre as filhas. Esses estudos concluem ainda que a

influência do nível educacional das mães é significativamente mais forte do que o nível educacional dos pais (BARROSO, 2004).

Vários fatores explicam os resultados obtidos nesses estudos, segundo Barroso (2004), dentre eles o fato de que possivelmente as mães com maiores níveis de escolaridade tenham maior renda e, consequentemente, mais recursos para enviar e manter os filhos na escola. Essas mães possuem, provavelmente, uma posição mais forte dentro da família e maior poder para decidir em favor da educação dos filhos. É provável também que essas mães exerçam um papel pedagógico, auxiliando seus filhos com as atividades escolares e, além desses fatores, a questão do exemplo, pois ao viverem num contexto em que as mães frequentaram a escola e valorizam a educação, os filhos, especialmente as filhas, tendem a imitar esse comportamento e adquirir estes mesmos valores.

Apesar dos avanços encontrados na microrregião em relação ao acesso das jovens ao Ensino Superior, não foi possível estabelecer a relação entre gênero e áreas de formação. Historicamente as mulheres ingressam em maior número em carreiras de nível superior ligadas à área da Saúde, Educação, Serviço Social, dentre outras das Ciências Humanas e Sociais. Barroso (2004) afirma que mesmo muitos anos depois do movimento feminista ter denunciado os estereótipos de gênero nos materiais didáticos e nas maneiras, sutis ou não, de influenciar as meninas para que evitem a área das Ciências Exatas, a escola, de modo geral, ainda colabora para que isso ocorra. Atualmente, dentro do contexto social e escolar, ainda há poucos programas que procuram questionar o papel e a divisão sexual do trabalho que destina praticamente toda a carga de trabalho doméstico para as meninas e suas mães.

A partir desse panorama da realidade, exposto em termos do nível de escolaridade existente entre os jovens, bem como sua distribuição em relação às diferenças étnico-raciais e de gênero, entende-se que governos municipais e sociedade organizada do espaço da microrregião de Toledo devam estar atentos às estratégias e políticas públicas para reduzir as desigualdades de acesso à educação e oferecer meios para o desenvolvimento de competências destes jovens a fim de evitar sua inserção em empregos pouco qualificados e mal remunerados, o que pouco ou nada contribui para o desenvolvimento deste espaço regional e para possíveis mudanças sociais.

Compreendendo que o processo de inserção social dos jovens passa pela sua inserção no mundo produtivo e para tal finalidade a educação é primordial, bem como as possibilidades de qualificação profissional, o item a seguir procurou detalhar quais as

oportunidades existentes e como se encontram os jovens em relação ao ensino técnico e profissionalizante na microrregião de Toledo.

4.2 OS JOVENS E O PROCESSO DE PROFISSIONALIZAÇÃO

Com o objetivo de melhor compreender como se estrutura o processo de preparação e de qualificação dos jovens para o trabalho nesse espaço regional, optou-se por traçar um breve esclarecimento sobre o surgimento das escolas técnicas no país, com base nos dados obtidos no site oficial do governo brasileiro no que diz respeito ao histórico das escolas e cursos técnicos e profissionalizantes[101].

Data de 1909 o marco inicial do ensino profissional, científico e tecnológico no Brasil, com o Decreto nº 7.566, que criou dezenove Escolas de Aprendizes Artífices com o objetivo de possibilitar o ensino profissional gratuito às pessoas consideradas "desafortunadas" à época, como por exemplo, órfãos, indigentes ou filhos de pais reconhecidamente pobres. A preocupação do período não era exatamente a formação de mão de obra qualificada, visto que o país mal havia iniciado seu processo de industrialização, mas a inclusão social de crianças e jovens carentes via processo de trabalho.

Somente com a Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 1937[102], o ensino técnico foi considerado um fator estratégico para o desenvolvimento da economia e um elemento importante para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Em 1942, houve uma profunda reforma no sistema educacional brasileiro que promoveu a equiparação do ensino profissional e técnico ao nível médio com as denominadas Escolas Industriais e Técnicas (EITs).

---

[101] Disponível em: http://www.brasil.gov.br/sobre/educacao/ensino-tecnico/como-ingressar/surgimento-das-escolas-tecnicas. Acesso em 29 maio 2013.

[102] "Art. 129. […] O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera da sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado, sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo Poder Público." (BRASIL. C.E.U.B., 1937).

Nesse mesmo ano de 1942, com a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e, em 1946, do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), o Brasil passou a contar efetivamente com um sistema de formação profissional que, juntamente com as escolas técnicas formavam um conjunto de iniciativas públicas e privadas para enfrentar as demandas postas pelo crescimento econômico do período (VELASCO, 2007).

Em 1959, as EITs foram transformadas em Escolas Técnicas Federais, ganhando autonomia pedagógica e administrativa e em 1961, com a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o ensino profissional foi equiparado ao ensino acadêmico.

Na década de 1970 houve uma forte expansão da oferta de ensino técnico e profissional numa conjuntura de aceleração do crescimento econômico, surgindo em 1978 os três primeiros Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) que, ao longo do tempo, tornaram-se a unidade padrão da Rede Federal de Ensino Profissional, Científico e Tecnológico. A novidade desses novos centros foi a proposta de articulação do ensino de graduação, pós-graduação e ensino médio vinculados ao mundo do trabalho, além de promover cursos de atualização profissional na área industrial e de propiciar espaço para pesquisas na área técnica e industrial (WINCKLER; SANTAGADA, 2012).

Evidenciando a passagem da educação para o trabalho e sua própria institucionalidade de um histórico segundo plano[103] para um espaço definido na agenda pública, foi criada, em 1996, no governo de Fernando Henrique Cardoso, a Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional (SEFOR) e ocorreu a formulação do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR) (VELASCO, 2007).

Em 2008 a rede federal de ensino profissional existente foi reorganizada com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que absorveram os CEFETs e as Escolas Técnicas ainda existentes. Atualmente a Rede Federal conta com 38 Institutos, dois CEFETs e uma Universidade Tecnológica Federal (UTFPR)[104], cuja sede se

[103] Segundo Velasco (2007, p. 50), "A separação educação para o trabalho e educação para cidadania criou, desde o Império até a reforma educacional de 1971, um sistema educacional paralelo que opôs educação para o pobre e educação acadêmica intelectualizada. Até o final da década de 1960 as escolas técnicas eram consideradas lugar para jovens pobres que não conseguiriam chegar a um curso de nível superior."

[104] A UTFPR oferece 89 cursos superiores de tecnologia, bacharelados (entre eles engenharias) e licenciaturas, além de vários cursos técnicos em diversas áreas do mercado, totalizando seis cursos técnicos de nível médio integrado e seis cursos técnicos de nível médio subsequentes na modalidade à distância, com 33 polos distribuídos pelos estados do Paraná e de São Paulo. Em relação ao ensino de pós-graduação, a UTFPR oferta aproximadamente 90 cursos de especialização, 26 mestrados e cinco doutorados (UTFPR, 2013).

localiza em Curitiba, capital do estado do Paraná, e possui abrangência estadual a partir da capilaridade de seus doze *campi*, incluindo um no município de Toledo.

Atualmente, a educação profissional brasileira constitui-se num conjunto de medidas educativas para formação ou aperfeiçoamento profissional, previstas no art. 39 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Foi regulamentada pelo Decreto n° 5.154, de 23 de julho de 2004, estruturando-se em:

a) Formação inicial e continuada de trabalhadores: pode ser realizada em todos os níveis de escolaridade, incluindo a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização, e objetiva o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social;

b) Educação profissional técnica de nível médio: oferecida em articulação com o ensino médio, podendo ser integrada (substitui-se o ensino médio pelo ensino técnico – matrícula única), concomitante (complementa-se o ensino médio com a educação profissional técnica de nível médio – matrículas distintas para cada curso), ou subsequente (oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio);

c) Educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação: regida pelas normas da educação superior e oferecida aos egressos do ensino médio e superior, respectivamente (BRASIL. DECRETO Nº 5.154, 2004).

No âmbito das políticas públicas federais de incentivo à preparação profissional para o trabalho, em 2011 foi criado o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)[105] com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, tanto no nível médio quanto ao nível de cursos de formação inicial e continuada. Os cursos propostos incluem qualificação profissional presencial e à distância aos estudantes, trabalhadores diversos, pessoas com deficiência e beneficiários dos programas federais de transferência de renda (BRASIL. MEC. PRONATEC, 2013).

Para atingir essa finalidade, o PRONATEC (BRASIL. MEC. PRONATEC, 2013) prevê uma série de iniciativas, tais como:

a) Expansão da rede federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que possui atualmente 350 unidades em funcionamento em todo o país, oferecendo cursos de formação inicial e continuada, cursos técnicos, superiores de tecnologia, etc. Na microrregião de Toledo, destaca-se a presença no município de Toledo de um *campus* da

[105] O PRONATEC foi criado através da Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011.

Universidade Federal Tecnológica (UTFPR), porém não foi identificada, até o momento (maio 2013), a oferta de cursos técnicos de nível médio na unidade pesquisada;

b) Programa Brasil Profissionalizado: objetiva a ampliação da oferta de educação profissional e tecnológica integrada ao Ensino Médio nas redes públicas estaduais de ensino, por meio de repasse de recursos federais. Criado em 2007, o programa visa integrar o conhecimento do Ensino Médio à prática e faz parte de uma das metas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE, 2007)[106];

c) Rede e-TecBrasil[107]: tem como foco a oferta de cursos técnicos à distância, bem como possibilitar a formação inicial e continuada de pessoas egressas do Ensino Médio ou da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Os cursos são oferecidos através da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, das unidades de ensino dos serviços nacionais de aprendizagem (SENAI, SENAC, SENAR e SENAT) e das instituições de educação profissional dos sistemas estaduais de ensino, cujos polos devem dispor de uma infraestrutura física (laboratórios pedagógicos/didáticos, laboratórios de informática e específicos, bibliotecas, salas de estudo, salas de coordenação, salas de tutoria, salas para atividades presenciais, auditório e/ou sala para palestras) para a realização das atividades presenciais;

d) Acordo de gratuidade com os Serviços Nacionais de Aprendizagem[108]: visa a ampliação progressiva de vagas gratuitas destinadas a pessoas de baixa renda, priorizando estudantes e trabalhadores, em cursos técnicos e de formação inicial e continuada oferecidos pelo SENAI, SENAC, SESC e SESI;

---

[106] O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), aprovado em 2007, possui o objetivo de melhorar a educação no país em todas as suas etapas, em um prazo de quinze anos, com ênfase na Educação Básica (do pré-escolar ao Ensino Médio). Para maiores detalhes consultar: http://www.educacional.com.br/legislacao/leg_i.asp Acesso em 10 junho 2013.

[107] Em 2007, o Ministério da Educação (MEC) iniciou o programa Escola Técnica Aberta do Brasil (Rede e-Tec Brasil) com o objetivo de democratizar o acesso ao ensino técnico de nível médio à educação profissional e tecnológica. O MEC oferece assistência técnica e financeira às instituições públicas para oferta e elaboração dos cursos e em contrapartida, os Municípios, Estados e o Distrito Federal são responsáveis pela infraestrutura física, tecnológica e recursos humanos dos polos de apoio presencial. (Informações disponíveis em http://www.brasil.gov.br/sobre/educacao/ensino-tecnico/como-ingressar/educacao-tecnologica-a-distancia. Acesso em 28 maio 2013).

[108] O acordo entre o governo federal e quatro entidades que compõem o Sistema S - SESC, SESI, SENAI e SENAC foi firmado no dia 22 de julho de 2008, prevendo que as entidades estabeleçam um programa de comprometimento de gratuidade. Entre as medidas do acordo está a aplicação de dois terços das receitas líquidas de SENAI e SENAC na oferta de vagas gratuitas de cursos de formação para estudantes de baixa renda ou trabalhadores – empregados ou desempregados. SESI e SESC destinarão um terço de seus recursos à educação. (Informações disponíveis em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=10912. Acesso em 28 maio 2013).

e) FIES[109] Técnico e Empresa: visa o financiamento de cursos técnicos e de formação inicial e continuada ou cursos de qualificação profissional em escolas técnicas privadas e nos serviços nacionais de aprendizagem, tanto para estudantes como para trabalhadores. O FIES Empresa pode, inclusive, financiar cursos nos locais de trabalho;

f) Bolsa Formação: durante a realização dos cursos gratuitos nas escolas públicas estaduais e federais, além das unidades de ensino do SENAI, SENAC, SENAR e SENAT, os estudantes receberão material didático e auxílio para alimentação e transporte. Os cursos podem ser de dois tipos: técnico para quem está matriculado no Ensino Médio, com duração mínima de um ano; ou de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional, com duração mínima de dois meses.

Estas medidas acima descritas demonstram a vontade política do governo federal de realizar investimentos na área da educação profissionalizante, aumentando as possibilidades do adolescente e do jovem de ingressar em cursos técnicos e obter uma formação profissional que o habilite para o ingresso no mercado de trabalho de forma mais qualificada.

Segundo o relatório de monitoramento global da UNESCO (2008) em 2005, 718 mil alunos frequentavam o Ensino Técnico no Brasil, o que perfazia um total de 8% das matrículas no Ensino Médio. Dados mais atuais demonstram que, conforme o Censo Escolar de 2010 (BRASIL, 2013c), 1.140.388 estudantes encontravam-se matriculados no Ensino Profissional, representando um aumento de 74,9% das matrículas nesse tipo de ensino desde 2002.

No entanto, resta compreender como estas diferentes medidas de âmbito federal se refletem e se expandem para o interior do país, visto que a maioria das escolas e cursos se concentra nas grandes metrópoles, onde há maior demanda e densidade populacional.

[109] O Programa de Financiamento Estudantil (FIES), criado em 1999, objetiva financiar, prioritariamente, a graduação no Ensino Superior de estudantes que não têm condições de arcar com os custos de sua formação e estejam regularmente matriculados em instituições não gratuitas, cadastradas no Programa e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC. A partir de 2005, o FIES passou a conceder financiamento também aos bolsistas parciais, beneficiados com bolsa de 50%, do Programa "Universidade para Todos" (PROUNI). (Informações disponíveis em http://www3.caixa.gov.br/fies/FIES_FinancEstudantil.asp. Acesso em 28 maio 2013).

4.2.1 Cursos técnicos profissionalizantes ofertados na microrregião de Toledo

Na conjuntura educacional atual faz-se necessário considerar as alterações significativas que vem ocorrendo nos últimos anos, principalmente as relativas à introdução e posterior expansão do ensino à distância no país em todos os níveis de escolaridade.

Como já mencionado, o Ministério da Educação (MEC) iniciou, em 2007, o programa Escola Técnica Aberta do Brasil (Rede e-Tec Brasil)[110] com a finalidade de ampliar o acesso ao ensino técnico de nível médio, possibilitando que adolescentes e jovens obtenham uma formação profissional e tecnológica. Os cursos são gratuitos e ofertados pelos Institutos Federais, Escolas Técnicas Federais e demais instituições que integram os sistemas estaduais de ensino. O processo ensino-aprendizagem ocorre basicamente através da internet, mas os polos devem possuir uma infraestrutura obrigatória (salas, laboratórios, bibliotecas, etc.), onde ocorrem os encontros presenciais (BRASIL, 2013c).

Assim, em relação à educação tecnológica e profissional na modalidade à distância, os cursos existentes na microrregião de Toledo, disponíveis a partir do mês de maio de 2013, conforme os dados da Rede e-TecBrasil são os seguintes:

Quadro 24. Cursos ofertados pela Rede e-TecBrasil na modalidade à distância na microrregião de Toledo - MEC/PRONATEC - Maio 2013

Municípios	**Nível de escolaridade exigido:** Ensino Fundamental Completo				
Toledo	---	---	---	---	---
Marechal C. Rondon	Técnico em Logística (IFPR)	Técnico em Reabilitação de Dependentes Químicos (IFPR)	Técnico em Meio Ambiente (IFPR)	Técnico em Segurança no Trabalho (IFPR)	
Palotina	---	---	---	---	---
Maripá	Técnico em Administração (IFPR)	Técnico em Secretariado (IFPR)	Técnico em Serviços Públicos (IFPR)	Técnico em Segurança no Trabalho (IFPR)	---

[110] Em seu primeiro ano de atuação (2008) o programa tinha 193 polos regionais e atendeu a 23 mil estudantes. Em 2010, o número de polos chegou a 259, localizados em 19 estados e foram atendidos cerca de 29 mil estudantes. O MEC prevê que a oferta de vagas continue em crescimento pelos próximos anos, com expectativa de atender, até 2014, pelo menos 263 mil alunos pela Rede e-Tec Brasil (BRASIL, 2013c).

Entre Rios do Oeste	Técnico em Meio Ambiente (IFPR)	Técnico em Secretariado (IFPR)	Técnico em Serviços Públicos (IFPR)	Técnico em Segurança no Trabalho (IFPR)	Técnico em Informática (IFPR)
Quatro Pontes	---	---	---	---	---

Fonte: Elaboração da autora com base nos dados do MEC/PRONATEC (2013).

Note-se que nessa modalidade à distância, na data pesquisada, não havia oferta de cursos para os municípios de Toledo, Palotina e Quatro Pontes. É interessante observar que novas áreas como meio ambiente e serviços públicos estão disponíveis entre os cursos oferecidos. Destaca-se ainda a permanência de cursos técnicos mais tradicionais, como os de secretariado e de segurança no trabalho, profissionais sempre necessários numa economia em desenvolvimento.

No que diz respeito aos cursos técnicos presenciais disponíveis na microrregião, segundo os dados obtidos junto ao Núcleo Regional de Educação de Toledo sobre a oferta e a matrícula nos mesmos, considerando-se somente a rede pública de educação, obteve-se os seguintes resultados para o ano letivo de 2012.

Quadro 25. Matrículas e concluintes dos cursos técnicos regulares ofertados na microrregião de Toledo – MEC/INEP - Ano letivo de 2012

Município	**Cursos técnicos - 2012**					
	Local	**Modalidade**	**Curso Técnico**	**Matríc.**	**Aprov.**	**Concl.**[111]
Marechal Cândido Rondon	Colégio Estadual Antônio M. Ceretta	Subsequente[112]	Técnico em Segurança do Trabalho	31	28	12
		Subsequente	Técnico em Enfermagem	63	42	23
	Colégio Estadual Eron Domingues	Integrado[113]	Formação de Docentes – Ed. Inf. e Anos Iniciais do Ens. Fund.	129	122	29
		Subsequente	Formação de Docentes – Ed. Inf. e Anos Iniciais do Ens.	37	34	0

[111] Estes dados referem-se ao número de concluintes do curso no ano de 2012, considerando-se que eles variam entre 2 e 4 anos para serem completados e que há vários cursos novos iniciados recentemente.
[112] Os cursos na modalidade subsequente são ofertados para alunos que já concluíram o Ensino Médio.
[113] Destinados a estudantes que completaram o Ensino Fundamental. Na modalidade de curso integrado substitui-se o Ensino Médio pelo Ensino Técnico em matrícula única.

			Fund.			
Palotina	Colégio Estadual Santo Agostinho	Subsequente	Técnico em Administração	23	16	3
		Subsequente	Técnico em Informática	8	5	5
		Subsequente	Técnico em Recursos Humanos	28	24	9
		Subsequente	Técnico em Vendas	13	6	0
		Integrado	Técnico em Administração (Curso 0943)	76	64	0
		Integrado	Técnico em Informática (Curso 0963)	61	54	0
		Integrado	Técnico em Informática (Curso 0746)	7	7	7
		Integrado	Técnico em Administração (Curso 0811)	18	17	17
		Integrado	Formação de Docentes – Ed. Inf. e Anos Iniciais do Ens. Fund.	51	40	6
	Colégio Est. Adroaldo A. Colombo	Integrado	Técnico em Agropecuária	165	158	55
Toledo	Colégio Estadual Senador Attílio Fontana	Subsequente	Técnico em Administração	33	26	0
		Subsequente	Técnico em Recursos Humanos	62	56	14
		Integrado	Técnico em Administração (Curso 0943)	67	56	0
		Integrado	Técnico em Administração (Curso 0811)	25	20	20
	Colégio Est. Ayrton Senna da Silva	Subsequente	Técnico em Edificações	100	73	19
		Integrado	Técnico em Edificações	20	10	0
	Colégio Estadual Presidente Castelo Branco	Integrado	Técnico em Administração (Curso 0943)	135	112	0
		Integrado	Técnico em Administração (Curso 0811)	33	27	27
		Integrado	Formação de Docentes – Ed.	162	138	19

			Infantil e Anos Iniciais do Ens. Fund.			
	Colégio Agrícola Est. de Toledo	Integrado	Técnico em Agropecuária	291	281	90
	Colégio Estadual Dario Vellozo	Subsequente	Técnico em Enfermagem	128	112	31
		Subsequente	Técnico em Cuidados com a Pessoa Idosa	15	14	0
		Subsequente	Técnico em Agente Comunitário de Saúde	14	13	0
		Proeja[114]	Técnico em Segurança do Trabalho	78	51	0
	Colégio Estadual Jardim Europa	Subsequente	Técnico em Informática	20	14	8
		Integrado	Técnico em Informática (Curso 0963)	168	137	0
		Integrado	Técnico em Informática (Curso 0746)	37	35	35
	Colégio Estadual Jardim Porto Alegre	Subsequente	Técnico em Administração	89	73	45
		Subsequente	Técnico em Vendas	27	16	0
		Subsequente	Técnico em Contabilidade	36	28	0
		Integrado	Técnico em Administração (Curso 0943)	93	82	0
		Integrado	Técnico em Administração (Curso 0811)	26	26	0
	Colégio Est. Luiz Augusto Morais Rego	Subsequente	Técnico em Meio Ambiente	92	62	13
		Subsequente	Técnico em Química	95	76	13
		Integrado	Técnico em Química	3	2	0

Fonte: Elaboração da autora com base nos dados fornecidos em 27/06/2013 pelo Núcleo Regional de Educação de Toledo, Sistema Educacenso – MEC/INEP – 2012. Data base de referência – 30/05/2012.

[114] Programa de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA): ofertado a pessoas de 18 anos ou mais, que estão defasadas em sua vida escolar e que ainda não possuem o Ensino Médio.

Observa-se que não foram encontrados cursos técnicos presenciais nos municípios de Maripá, Entre Rios do Oeste e Quatro Pontes. Comparando-se os dados do Quadro 24 com o Quadro 25, nota-se que no município de Toledo há maior quantidade de oferta de cursos técnicos presenciais, contrabalançando-se com a inexistência de cursos técnicos à distância, ocorrendo o mesmo com o município de Palotina. No entanto, a pesquisa demonstrou que Quatro Pontes não conta com oferta de nenhuma das modalidades de cursos técnicos, o que obriga os adolescentes e jovens do município que intencionam prosseguir seus estudos e obter uma qualificação profissional, a se deslocarem a outros municípios, mesmo para cursos à distância.

Considerando-se as diretrizes do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC, 2013), é mister ressaltar que governos municipais da microrregião e sociedade civil organizada, através de sua representação nos Conselhos Municipais de Educação analisem estas novas possibilidades de Ensino Técnico, tanto presenciais como à distância, a fim de proporcionar a seus adolescentes e jovens maiores opções de qualificação profissional.

Outro ponto importante que se observa nos dados acima apresentados é a pequena quantidade de alunos concluintes de cada curso em relação ao número de matrículas do ano referenciado (2012), refletindo o fato de que a maioria são cursos novos, implantados a partir das mudanças nas políticas educacionais relativas ao Ensino Técnico dos últimos anos, conforme já apontado nesse capítulo.

Além disso, outro fator refere-se à falta de possibilidade de dar sequência aos cursos uma vez neles matriculados, pois há alunos nessa faixa de idade que necessitam entrar ou permanecer no mercado de trabalho, dificultando a frequência às aulas ou mesmo a obtenção de resultados positivos em relação a provas e trabalhos exigidos. Outro elemento de destaque são as dificuldades didático-pedagógicas dos estudantes para concluir os cursos, reflexo da falta de preparo de base devido à má qualidade da educação pública ofertada no país e, consequentemente, na região.

Por outro lado, nota-se um investimento interessante do poder público no que diz respeito aos cursos técnicos, tendo sido bastante ampliada a oferta dos mesmos na microrregião. As áreas de formação são variadas, partindo das clássicas, como Enfermagem e Formação de Docentes (antigo Magistério) até novas possibilidades como, por exemplo, a formação de agentes de saúde e de cuidadores de pessoas idosas, o que auxilia a região a se

preparar para as alterações demográficas previstas para um futuro próximo. Previsões da área demográfica indicam o aumento do número absoluto de pessoas idosas para os próximos anos e a concomitante necessidade de se ter profissionais devidamente preparados para atuar com essa faixa etária.

Os cursos técnicos em Agropecuária e em Meio Ambiente, com um número significativo de vagas e estudantes graduados anualmente, representam uma área importante para a microrregião, já que sua economia se baseia em grande parte na agricultura, na pecuária e na produção agroindustrial.

Ainda sob esse prisma, embora não tenha sido possível o acesso ao perfil dos adolescentes e jovens que procuram estes cursos, pode-se inferir que não são os oriundos da classe socioeconômica possuidora de rendimentos mais elevados, pois a estes estão reservados prioritariamente os cursos universitários, como visto no Item 4.1.4 deste capítulo.

Em relação à área industrial, o SENAI[115] oferece cursos técnicos nos campos abaixo relacionados, mas com custos relativamente elevados para famílias ou jovens que recebem salários na faixa de um a dois salários mínimos, pois o pagamento mensal totaliza mais de R$ 300,00 (trezentos reais). Esses dados confirmam um contexto de falta de oportunidades de qualificação profissional para adolescentes e jovens procedentes de famílias de níveis socioeconômicos mais baixos da microrregião de Toledo.

Quadro 26. Cursos técnicos oferecidos pelo SENAI/Toledo - Junho 2013

Cursos técnicos oferecidos SENAI	Requisitos	Turno	Vagas	Duração	Custos
Automação Industrial	Cursando ou ter concluído o Ensino Médio	Manhã	40	24 meses	R$ 1.980,00 por semestre
Eletromecânica	Cursando ou ter concluído o Ensino Médio	Noite	40	24 meses	R$ 1.980,00 por semestre
Segurança do Trabalho	Cursando ou ter concluído o Ensino Médio	Tarde	30	18 meses	R$ 1.980,00 por semestre

Fonte: Elaboração da autora com base nos dados do SENAI/Toledo (2013).

[115] O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial foi criado em 1942, pelo presidente Getúlio Vargas, para atender a necessidade de formação de profissionais qualificados para a nascente indústria de base do país. Consiste numa entidade de direito privado e oferece cursos de iniciação profissional, de aprendizagem industrial, de qualificação e de aperfeiçoamento, cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação (SENAI, 2013a).

Há, ainda, um contingente de adolescentes e jovens, ou mesmo de adultos que não puderam ou não conseguiram prosseguir em seus estudos e que buscam uma qualificação profissional ou uma atualização profissional de curta duração, para os quais se tem alguns recursos disponíveis na microrregião. Sobre esse aspecto tratou o item a seguir.

4.2.2 Cursos profissionalizantes de curta duração disponíveis na microrregião de Toledo

Diferentemente dos cursos técnicos, cujo ingresso requer a conclusão do Ensino Fundamental e que outorga um diploma de graduação de nível médio aos concluintes, a maioria dos cursos profissionalizantes não requerem necessariamente que o aluno tenha concluído o nível fundamental. Estes cursos estão voltados para a profissionalização dos estudantes, como o próprio nome já diz, e muitas vezes são procurados por pessoas que já tem certa experiência na área profissional, porém desejam se aperfeiçoar e/ou mudar de profissão.

A duração dos cursos também é diferente, pois geralmente não passam de seis meses, possuindo uma carga horária bem menor em relação aos cursos técnicos de nível médio, que podem durar de dois a quatro anos dependendo do tipo e modalidade do curso.

Esclarecidos estes pontos, sobre os cursos profissionalizantes de curta duração e respectivas vagas para os municípios da microrregião de Toledo, segundo o Sistema de Pré-Matrículas (on-line) do PRONATEC[116], tem-se a seguinte situação para o mês de junho de 2013.

Quadro 27. Cursos e vagas ofertados pelo PRONATEC (gratuitos) na microrregião de Toledo – Junho/2013

Município	**Nível de escolaridade exigido**					
	Ens. Fund. Incompleto				Ens. Fund. Completo	
Toledo	Costureiro industrial do vestuário (SENAI - 20 vagas manhã)	Costureiro industrial do vestuário (SENAI - 20 vagas tarde)	Mecânico refrigeração e climatização industrial (SENAI – 18 vagas tarde)	Auxiliar de arquivo (CENSE - 06 vagas tarde)	Auxiliar administrativo C.H.: 198h (SENAC – 3 turmas de 25 vagas - manhã)	Auxiliar administrativo C.H.: 198h (SENAC – 2 turmas de 25 vagas - tarde)

[116] Disponível em: http://spp.mec.gov.br/cadastro-online/meu-cadastro/. Acesso em 28 de maio 2013.

Marechal C. Rondon	Auxiliar administrativo (SENAI – 20 vagas)	---	---	---	---	---
TOTAL: 209 vagas	40	20	18	06	75	50

Fonte: Elaboração da autora com base nos dados do MEC/PRONATEC, SENAI Toledo e SENAC Toledo (2013).

Observa-se que todos os cursos são gratuitos, o que possibilita o mais amplo acesso das pessoas interessadas, principalmente por se tratar de cursos específicos para o desenvolvimento imediato de uma profissão autônoma ou para busca por emprego. Outro aspecto destes cursos diz respeito ao nível de escolaridade exigido, pois somente no caso de auxiliar administrativo (SENAC em Toledo) é necessário possuir o Ensino Fundamental completo, nos demais basta o incompleto, o que propicia o ingresso de um número maior de pessoas, principalmente ao se considerar os níveis de escolaridade da população jovem da microrregião (Item 4.1 do presente capítulo).

Um fator que pode ser impeditivo aos jovens e adultos que desejam participar destes cursos e que precisam trabalhar simultaneamente para sua subsistência (caso da maioria), relaciona-se ao horário em que são oferecidos, pois todos são no período diurno (manhã ou tarde), não havendo oferta de cursos noturnos nessa modalidade.

No que se refere a outras formas de acesso ao ensino profissionalizante, tem-se a modalidade de cursos de curta ou média duração, de formação inicial e continuada, oferecidos pelo sistema S: SENAI, SENAC, SESC e SESI, com os quais o governo federal firmou acordos de gratuidade desde 2008 (BRASIL. MEC, 2013).

Em relação à microrregião de Toledo, por exemplo, a unidade do SENAC[117] localizada no município de Toledo é responsável por atender toda a região, disponibilizando cursos em várias áreas, tanto pagos como gratuitos, conforme quadros demonstrativos a seguir.

[117] Criado em 10 de janeiro de 1946 pelos Decretos Leis nº 8.621 e nº 8.622, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) é uma empresa de caráter privado e sem fins lucrativos, que oferece capacitação e aperfeiçoamento profissional para a população em todo território nacional. Sua missão é educar para o trabalho oferecendo cursos nas áreas de Artes, Beleza, Comércio, Comunicação, Conservação e Zeladoria, Design, Gestão, Hospitalidade, Idiomas, Informática, Maturidade, Meio Ambiente, Moda, Saúde e Turismo (SENAC PARANÁ, 2013).

Quadro 28. Cursos profissionalizantes oferecidos pelo SENAC/Toledo: Área de Artes, de Beleza e de Saúde – Junho/2013

Cursos oferecidos SENAC Áreas de Arte, Beleza e Saúde	Requisitos	Turno	Vagas	Custos
Fotografia Publicitária (Área: Artes)	Ensino Fund. Completo e técnicas básicas de fotografia	Noite C.H.: 30h	15	R$ 350,00
Fotografia - Arte e Técnica (Área: Artes)	Ensino Fund. Completo e técnicas básicas de fotografia	Tarde C.H.: 30h	20	R$ 350,00
Corte de Cabelo - Técnicas e Tendências (Área: Beleza)	Ens. Fund. até 6ª série	Tarde C.H.: 21h	12	R$ 138,00
Design de Sobrancelhas (Área: Beleza)	Ens. Fund. até 6ª série	Noite C.H.: 21h	12	R$ 230,00
Aperfeiçoamento em Depilação (Área: Beleza)	Ens. Fund. até 6ª série	Noite C.H.: 21h	12	R$ 300,00
Modelagem e Henna para Sobrancelhas (Área: Beleza)	Ensino Fund. Completo	Noite C.H.:21h	12	R$ 300,00
Depilação a Fio (Área: Beleza)	Ensino Fund. Completo	Noite C.H.: 21h	12	R$ 300,00
Básico de Maquiagem (Área: Beleza)	Ens. Fund. até 6ª série	Noite C.H.: 45h	20	R$ 344,00
Depiladora (Área: Beleza)	Ens. Fund. até 6ª série	Manhã C.H.: 168h	20	Gratuito
Cabeleireiro (Área: Beleza)	Ensino Fund. Completo	Noite C.H.: 400h	20	R$ 2.400,00
Balconista de Farmácia (Área: Saúde)	Ensino Fund. Completo	Noite C.H.: 276h	25	R$ 1.550,00
Humanização no Atendimento Hospitalar (Área: Saúde)	Ensino Fund. Completo	Noite C.H.: 21h	25	R$ 150,00
Total de vagas	185 vagas (cursos pagos) e 20 vagas gratuitas			

Fonte: Elaboração da autora com base nos dados do SENAC Toledo (2013).

Observa-se que nas áreas de arte, beleza e saúde, a maioria dos cursos requer investimentos financeiros consideráveis, principalmente os de maior carga horária e que capacitam para o exercício de uma profissão reconhecida e sobre as quais há uma demanda constante, como cabeleireiro (a) e balconista de farmácia. Ressalta-se que nos casos dos cursos relacionados à área da beleza, o valor dos cursos é acrescido do valor do material a ser

utilizado[118], o que restringe o público alvo devido aos recursos a serem investidos na formação profissional.

Outro ponto a ser destacado é que esses cursos se destinam à área de prestação de serviços, ampliando o escopo do SENAC em relação à preparação de mão de obra para o comércio, objetivo inicial da instituição. Para o desenvolvimento da microrregião de Toledo, por exemplo, esta oferta vem de encontro às necessidades de profissionalização e de aperfeiçoamento dos trabalhadores, ressalvando o fato de que a maioria dos cursos requer investimentos financeiros. Esta possibilidade de profissionalização, portanto, restringe-se aos jovens de famílias com recursos financeiros disponíveis para custear as despesas com a formação profissional. Outros exemplos desta constatação estão dispostos nos quadros a seguir.

Quadro 29. Cursos profissionalizantes oferecidos pelo SENAC/Toledo: Área de Comércio – Junho/2013

Cursos oferecidos SENAC Área de Comércio	**Requisitos**	**Turno**	**Vagas**	**Custos**
Qualidade no Atendimento em Vendas	Ensino Fund. Completo	Noite C.H.: 21h	20	R$ 180,00
Técnicas em Vendas	Ensino Fund. Completo	Noite C.H.: 21h	20	R$ 180,00
Técnico em Vendas	Ensino Médio 2ª Série	Manhã C.H.: 800h	40	Gratuito
A Venda com Foco no Cliente	Ensino Médio Completo	Noite C.H.: 21h	20	R$ 180,00
Negociação em Compras	Ensino Médio Completo	Noite C.H.: 21h	20	R$ 195,00
Gerenciamento de Estoques	Ensino Médio Completo	Tarde C.H.: 21h	20	R$ 195,00
Técnicas em Vendas	Ensino Fund. Completo	Noite C.H.: 21h	20	R$ 210,00
Marketing Pessoal e Profissional	Ensino Fund. Completo	Noite C.H.: 21h	20	R$ 195,00
TELEVENDAS – Habilid. para Negociar e Vender	Ensino Fund. Completo	Noite C.H.: 21h	20	R$ 195,00
Total de vagas	160 vagas (cursos pagos) e 40 vagas gratuitas			

Fonte: Elaboração da autora com base nos dados do SENAC Toledo (2013).

[118] Cada cursista deve dispor de seu próprio material de trabalho conforme as exigências de cada curso, como, por exemplo: pinças, tesouras de vários tipos e tamanhos, lápis para maquiagem, pincéis de vários tipos e tamanhos, máscaras de boca, luvas, toucas, secador de cabelo manual profissional, toalhas de rosto brancas ou descartáveis, escovas e pentes de vários tipos, dentre outros materiais (SENAC TOLEDO, 2013).

Quadro 30. Cursos profissionalizantes oferecidos pelo SENAC/Toledo: Área de Comunicação e de Informática – Junho/2013

Cursos oferecidos SENAC Área de Comunicação e Informática	Requisitos	Turno	Vagas	Custos
Oratória (Área: Comunicação)	Ensino Fund. Completo	Tarde C.H.: 24h	20	R$ 190,00
Comunicação para Vendedores (Área: Comunicação)	Ensino Médio 2ª Série	Noite C.H.: 21h	20	R$ 180,00
Oratória (Área: Comunicação)	Ensino Fund. Completo	Tarde C.H.: 24h	20	R$ 190,00
Oratória (Área: Comunicação)	Ensino Fund. Completo	Noite C.H.: 24h	20	R$ 190,00
Instalação e Configuração de Redes Locais (Área: Informática)	Ensino Fund. 6ª série	Noite C.H.: 21h	12	R$ 300,00
Excel 2010 – Recursos Básicos (Área: Informática)	Ensino Fund. 4ª série	Noite C.H.: 21h	20	R$ 200,00
Introdução à Informática (Windows 7, Word 2010 E Internet) (Área: Informática)	Ensino Fund. 4ª série	Noite C.H.: 39h	20	R$ 280,00
Instalação e Configuração de Redes Locais (Área: Informática)	Ensino Fund. 6ª série	Manhã C.H.: 21h	12	R$ 300,00
Total de Vagas	144 vagas (somente cursos pagos)			

Fonte: Elaboração da autora com base nos dados do SENAC Toledo (2013).

Nota-se que há uma extensa oferta de cursos de curta duração a partir da sede de Toledo (a maioria em torno de 20 horas/aula), porém requerem certo nível de investimento financeiro, nem sempre disponível para a maioria da população jovem, principalmente quando esta se encontra fora do mercado de trabalho, portanto, sem renda.

Na área de gestão, detalhada abaixo, a situação é diferente uma vez que financiamentos públicos foram acordados com o SENAC, conforme descrito anteriormente, o que proporciona maiores oportunidades de formação gratuita. Além disso, há possibilidades de diferentes cursos a partir da 8ª série do Ensino Fundamental, mas a maioria exige o Ensino Médio (completo ou cursando).

Quadro 31. Cursos profissionalizantes oferecidos pelo SENAC/Toledo: Área de Gestão – Junho/2013

Cursos oferecidos SENAC Área de Gestão	Requisitos	Turno	Vagas	Custos
Auxiliar Administrativo	Ensino Médio 1ª Série	Tarde C.H.: 198h	25	Gratuito
Chefia e Liderança	Ensino Médio Completo	Noite	20	R$ 180,00

		C.H.: 21h		
A Nova Era de Empregabilidade	Ensino Fund. 8ª série	Noite C.H.: 21h	120	Gratuito
Recepcionista	Ensino Fund. Completo	Manhã C.H.: 180h	25	Gratuito
Auxiliar Administrativo	Ensino Médio 1ª Série	Manhã C.H.: 198h	25	Gratuito
Auxiliar Administrativo	Ensino Médio 1ª Série	Manhã C.H.: 198h	25	Gratuito
Qualidade no Atendimento ao Cliente	Ensino Fund. Completo	Noite C.H.: 21h	20	R$ 180,00
Auxiliar Administrativo	Ensino Médio 1ª Série	Tarde C.H.: 198h	25	Gratuito
Auxiliar Administrativo	Ensino Médio 1ª Série	Manhã C.H.: 198h	25	Gratuito
Redação para Vestibular	Ensino Médio 2ª Série	Tarde C.H.: 21h	20	R$ 185,00
Como Liderar e Desenvolver Equipes	Ensino Médio Completo	Noite C.H.: 21h	20	R$ 195,00
Como Secretariar com Sucesso	Ensino Médio 2ª Série	Noite C.H.: 21h	20	R$ 215,00
Matemática Financeira com Utiliz. da Calculadora Hp 12c	Ensino Médio 1ª Série	Tarde C.H.: 21h	20	R$ 195,00
Qualidade no Atendimento ao Cliente	Ensino Fund. Completo	Noite C.H.: 21h	20	R$ 180,00
Total de vagas	140 vagas (cursos pagos) e 270 vagas gratuitas - PRONATEC			

Fonte: Elaboração da autora com base nos dados do SENAC Toledo (2013).

Na área de hospitalidade, que prepara profissionais para atuar em hotéis, restaurantes e padarias, há uma gama interessante de cursos, sendo a metade deles oferecida aos estudantes de forma gratuita, com financiamento público do governo federal, conforme se observa no quadro abaixo. Nessa área de trabalho os níveis de escolaridade exigidos para a realização dos cursos são mais baixos, assim amplia-se o escopo de possibilidades aos jovens e adultos de se prepararem melhor para o trabalho. Destarte, a área de serviços vem crescendo na microrregião de Toledo, representando 57% do total do Valor Adicionado Bruto (VAB) a preços básicos no ano de 2010, valores mais significativos do que o VAB da agropecuária (18%) e o VAB da indústria (25%) (Vide Quadro 10. Dados econômicos da microrregião geográfica de Toledo – IPARDES 2012).

Quadro 32. Cursos profissionalizantes oferecidos pelo SENAC/Toledo: Área de Hospitalidade – Junho/2013

Cursos oferecidos SENAC Área de Hospitalidade	Requisitos	Turno	Vagas	Custos
Técnicas para Garçom	Ensino Fund. Completo	Tarde C.H.: 60h	25	Gratuito
Padeiro Confeiteiro	Ensino Fund. 6ª série	Manhã C.H.: 300h	20	Gratuito
Padeiro Confeiteiro	Ensino Fund. 6ª série	Manhã C.H.: 300h	20	Gratuito
Preparo de Massas	Ensino Fund. 6ª série	Tarde C.H.: 21h	20	R$ 220,00
Preparo de Carnes, Aves e Peixes	Ensino Fund. 6ª série	Tarde C.H.: 21h	20	R$ 220,00
Confeiteiro	Ensino Fund. 6ª série	Tarde C.H.: 500h	20	Gratuito
Confeiteiro	Ensino Fund. 6ª série	Noite C.H.: 500h	20 (6 grat.)	R$ 2.900,00
Cozinha Internacional	Ensino Fund. 6ª série	Tarde C.H.: 21h	16	R$ 250,00
Boas Práticas na Manipulação de Alimentos	Ensino Fund. 4ª série	Noite C.H.: 21h	20	R$ 145,00
Introdução ao Mundo dos Vinhos	Ensino Fund. Completo	Tarde C.H.: 21h	20	R$ 230,00
Total de vagas	110 vagas (cursos pagos) e 91 vagas gratuitas			

Fonte: Elaboração da autora com base nos dados do SENAC Toledo (2013).

No entanto, mesmo com esta variada oferta e a possibilidade de cursos gratuitos, permanece a questão dos horários dos cursos no período diurno, o que pode se tornar um impedimento para os jovens que trabalham nesses mesmos horários.

Nessa mesma perspectiva, observam-se outras possibilidades de qualificação profissional de forma gratuita através de políticas públicas integradas, como é o caso do Programa Bolsa Família[119] e do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), já mencionado. Assim, verifica-se o seguinte quadro oferecido pelo SENAI de Toledo, que atende também a população regional.

[119] O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País (16 milhões de brasileiros com renda familiar per capita inferior a R$ 70 mensais). Baseia-se na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos (BRASIL. MDS, 2013).

Quadro 33. Cursos profissionalizantes oferecidos pelo SENAI/Toledo em parceria com o PRONATEC (somente para beneficiários do Programa Bolsa Família) – Junho/2013

Cursos oferecidos SENAI – parceria com o PRONATEC	Requisitos	Turno	Vagas	Custos
Costureiro Industrial do Vestuário - 1ª Turma	Ens. Fund. Incompleto	Manhã ou tarde 200h	20	Gratuito
Costureiro Industrial do Vestuário - 2ª Turma	Ens. Fund. Incompleto	Tarde ou noite 200h	20	Gratuito
Mecânico de Refrigeração e Climatização	Ens. Fund. Incompleto	Tarde 180h	18	Gratuito
Marceneiro	Ens. Fund. Incompleto	Noite 280h	18	Gratuito

Fonte: Elaboração da autora com base nos dados do SENAI Toledo (2013).

Segundo o SENAI Toledo (2013), além dos cursos acima elencados, estão previstos outros cinco cursos em parceria com o PRONATEC para esse mesmo público beneficiário do Programa Bolsa Família, mas ainda sem data para inscrição e início. São eles: Pedreiro de Alvenaria (200h), Operador de Computador (160h), Auxiliar Administrativo (160h), Carpinteiro de Obras (200h) e Auxiliar de Contabilidade (160h).

Essas iniciativas integradas objetivam a preparação desses beneficiários e suas famílias para que possam superar a situação de pobreza e vulnerabilidade em que se encontram enquanto integrantes do Programa Bolsa Família, pois fazem parte das ações e programas complementares que visam o desenvolvimento das famílias e seus membros a fim de que possam ser qualificados para o ingresso ou reingresso no mercado de trabalho em posições cujos rendimentos sejam mais elevados.

Ainda no âmbito da formação profissional e preparação para o mercado de trabalho, destaca-se outro programa federal que visa especificamente a inserção socioeconômica dos jovens de baixa renda: o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem). O programa foi criado em 2005, sofreu uma reestruturação em 2008, passando a ser denominado ProJovem Integrado e faz parte da Política Nacional de Juventude. Possui quatro modalidades, conforme o perfil dos jovens a serem atingidos: adolescente, urbano, campo e trabalhador (BRASIL, 2013d).

O ProJovem procura garantir a elevação da escolaridade e a qualificação profissional dos jovens com o objetivo de incluí-los socialmente. Somente nos anos de 2008 e 2009, as quatro modalidades atenderam em conjunto aproximadamente 1,1 milhão de jovens em todo o

país. Ao final de 2009 o programa passou, também, a ser estendido a algumas unidades prisionais, pois segundo o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), dos 500 mil detentos abrigados em 1.134 prisões brasileiras, mais de 70% são jovens entre 18 e 29 anos, ou seja, mais de 280 mil jovens que não completaram o ensino fundamental, sendo 10% desse total analfabetos (PROJOVEM URBANO, 2013).

Fazendo parte dos objetivos da pesquisa, procurou-se descrever e expor os dados de duas modalidades do programa que incluem os jovens na faixa etária visada e que vivem em áreas urbanas (BRASIL, 2013d):

a) ProJovem Urbano: destinado aos jovens de 18 a 29 anos que, mesmo alfabetizados, não concluíram o ensino fundamental. A esses jovens é oferecido um curso com duração de 18 meses e carga horária total de duas mil horas, cujo projeto pedagógico integra três dimensões: o ensino fundamental por meio da modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA); uma qualificação profissional inicial e a formação para uma participação cidadã. Esses jovens recebem um auxílio financeiro de cem reais mensais (por 20 meses), condicionado a 75% de frequência no curso e entrega de, ao menos, 75% dos trabalhos pedagógicos exigidos;

b) ProJovem Trabalhador: seguindo o mesmo formato do ProJovem Urbano, o objetivo do programa é preparar os jovens para o mercado de trabalho e para ocupações alternativas geradoras de renda. Destina-se aos jovens de 18 a 29 anos, oriundos de famílias com renda mensal de até um salário mínimo, que estejam cursando ou tenham finalizado o ensino fundamental ou médio. O conteúdo dos cursos (de 350 horas) divide-se em qualificação social e qualificação profissional, sendo que os jovens também recebem uma bolsa auxílio de cem reais durante seis meses, condicionada à frequência ao curso.

Para apresentar os dados referentes ao Programa ProJovem em Toledo, optou-se por utilizar a pesquisa realizada em nível de mestrado por Juliane T. Bieger em 2012[120]. O ProJovem Urbano iniciou-se no estado do Paraná em 2009, sendo Toledo um dos 15 municípios selecionados para implantá-lo. Importante ressaltar que essa escolha foi feita pela coordenação estadual do programa, levando em conta os municípios que registravam maiores defasagens de aprendizagem e maiores índices de desemprego entre os jovens de 18 a 29 anos (BIEGER, 2012).

[120] BIEGER, Juliane T. **Eficácia na qualificação profissional de jovens e o ProJovem Urbano: o caso de Toledo, PR.** Dissertação. (Programa de Pós-graduação *stricto sensu.* Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio). Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Estadual do Oeste do Paraná/*Campus* de Toledo, 2012.

Em Toledo foram feitas 449 matrículas em abril 2009, sendo que 243 alunos efetivamente iniciaram o curso, resultando em 60 jovens aptos à certificação de escolaridade e de qualificação profissional[121] em novembro de 2010 (BIEGER, 2012, p. 26). Os resultados da pesquisa de Bieger (2012), a partir das entrevistas com 40 dos 60 jovens graduados em 2010, demonstraram os seguintes resultados para o município de Toledo.

Quadro 34. Perfil dos egressos do Programa ProJovem Urbano de Toledo - 2010

Perfil dos egressos				
Gênero	Masculino: 35,7%		Feminino: 64,3%	
Idade	18 a 20 anos 21,4%	21 a 25 anos 39,3%	26 a 29 anos 39,3%	
Estado civil	Solteiro (a): 21,4%	Casado (a)/vive com companheiro (a): 71,4%	Viúvo (a): 3,6%	Separado (a): 3,6%
Tem filhos?	Não: 31,4%	1 filho: 45%	2 filhos: 17,5%	3 filhos: 6,1%
Idade começou a trabalhar	Antes de completar 10 anos: 11,6%	Entre 10 e 14 anos: 57,8%	A partir dos 15 anos: 30,6%	
Motivos da evasão escolar	Trabalhar para auxiliar a família: 35,7%	Gravidez precoce: 28,6%	Falta de incentivo familiar: 21,4%	Outros: 14,3%
Trabalho formal atual	Sim: 71,4%		Não: 28,6%	
Salário	Até 1 salário mín.: 11,1%	De 1 a 2 sal. mín.: 81,5%	De 2 a 3 sal. mín.: 7,4%	
Área de trabalho atual	Linha de produção: 41,7%	Serviços domésticos: 12,5%	Pensionistas provisórios do gov.: 8,3%	Atividades diversas: 37,5%

Fonte: Elaboração da autora com base nos dados de Bieger (2012, p. 39-45).

Ressalta-se que o trabalho de pesquisa de Bieger (2012) vai além desses dados acima demonstrados, procurando avaliar a eficácia do programa ProJovem Urbano sob o ponto de vista pedagógico, da qualificação profissional e da inserção posterior no mercado de trabalho destes jovens concluintes. Porém, o escopo da presente análise é refletir sobre o perfil desses

[121] A qualificação profissional concebida para o ProJovem é composta por uma formação técnica geral, o arco ocupacional (no caso de Toledo foi escolhido o da Administração, que compreende as ocupações de arquivador, almoxarife, contínuo e auxiliar administrativo) e o plano de orientação profissional (BIEGER, 2012).

jovens oriundos da microrregião, que refletem o perfil de muitos outros jovens brasileiros e paranaenses por extensão, excluídos precocemente do sistema educacional.

Percebe-se que alguns padrões se repetem em comparação a outros dados já apresentados em relação ao nível de escolaridade, ao abandono escolar, aos tipos de cursos oferecidos às diferentes parcelas da população jovem da microrregião de Toledo. A questão do aumento do nível de escolaridade, bem como da busca por essa ascensão destaca-se entre as jovens do sexo feminino. O gênero feminino presente no programa perfaz quase dois terços do total de alunos matriculados, demonstrando a reversão do que foi denominado como "hiato de gênero", já explicado.

O perfil destes jovens concluintes demonstra que, de modo geral, eles assumem responsabilidades de trabalho muito cedo, com quase 70% deles iniciando com menos de 14 anos, talvez um dos grandes motivos da evasão escolar precoce. Seus compromissos como adultos também se revelam em relação ao estado civil, pois os (as) casados (as) ou vivendo em união estável representam mais de 70% deles, sendo também que mais de 70% possui filhos, destacando-se que todos os jovens da amostra possuíam menos de 30 anos na ocasião da pesquisa.

Um dos dados que se destaca no perfil apresentado, por envolver vários aspectos da vida dos jovens, principalmente do gênero feminino, é a gravidez precoce, apontada como o segundo motivo mais relevante para a interrupção dos estudos em idade regular, ou seja, quase 30% do total de jovens. Barroso (2004) destaca a importância da saúde reprodutiva e sexual das mulheres, pois está intimamente ligada a outras questões que favorecem ou não a igualdade de gênero: educação, oportunidades de acesso a emprego e renda, proteção contra violência sexual e doméstica e empoderamento.

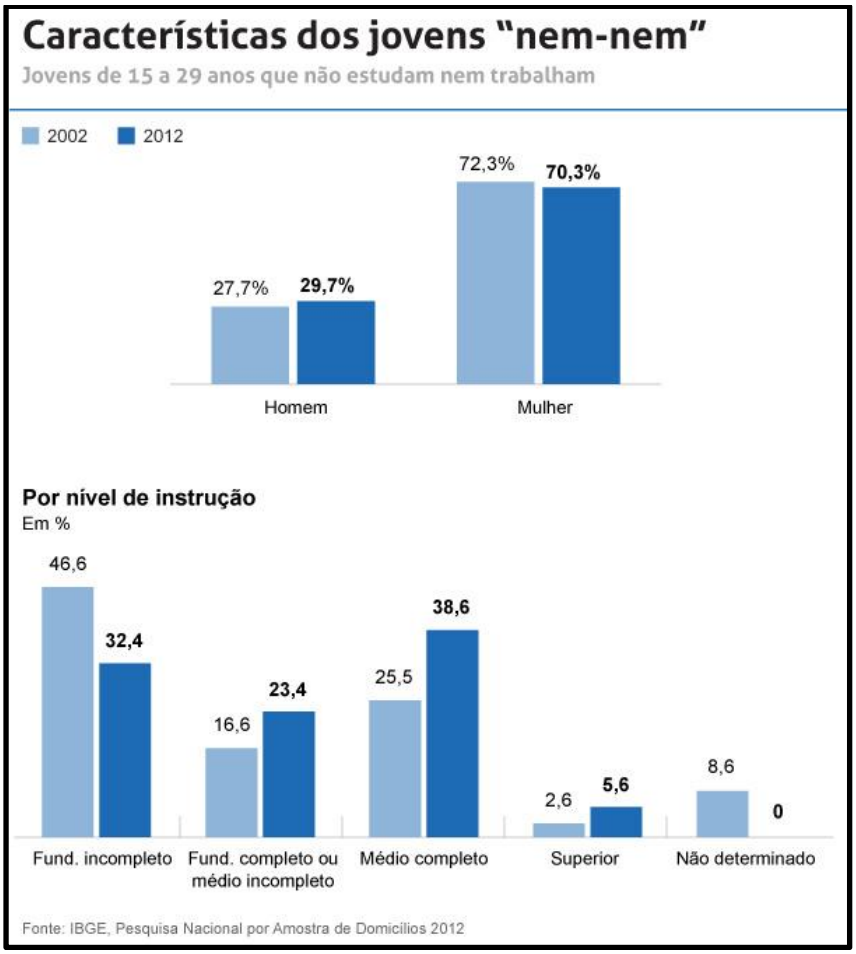
Como se observa nos dados do ProJovem de Toledo, a ausência de controle sobre a sexualidade e a gravidez precoce ou não planejada teve consequências graves para as jovens e limitaram enormemente seu potencial, pois no caso em tela elas abandonaram os estudos. Nesse sentido, as convenções internacionais de direitos humanos garantem às mulheres o direito de controlar sua fecundidade e sexualidade[122], tendo o Brasil assumido o compromisso de se fundamentar nesses direitos ao traçar políticas e programas nacionais dedicados à

[122] A Conferência Internacional da ONU sobre População e Desenvolvimento (CIPD), realizada no Cairo (Egito), em 1994, estabeleceu que a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos constituem-se como direitos humanos fundamentais do desenvolvimento do ser humano como e não mais devem ser enfocados com objetivos puramente demográficos. (BRASIL. M.S., 2005).

população e ao desenvolvimento, inclusive programas de planejamento familiar (BRASIL. M.S., 2005).

No entanto, dados atualizados pela última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE/PNAD, 2012) demonstram que em todo o país a situação das jovens de 15 a 29 anos que não trabalham e nem estudam (denominada pelo IBGE de jovens "nem-nem"), é ainda mais preocupante do que a dos jovens do sexo masculino, pois dentre eles 70,3% são do sexo feminino.

Gráfico 05. Características dos jovens de 15 a 29 anos que não estudam nem trabalham – PNAD/2012



Fonte: IBGE/PNAD 2012. Dados obtidos em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/11/29/um-em-cada-cinco-jovens-de-15-a-29-anos-nao-estuda-nem-trabalha-diz-ibge.htm>. Acesso em 30 nov. 2013.

Ainda segundo os resultados da PNAD (2012), entre as jovens de 15 a 29 anos que não trabalham e não estudam quase 60% delas já tinham ao menos um filho, observando-se

que há uma estreita relação entre não estar estudando e nem trabalhando com a questão da maternidade, seja por opção pessoal da jovem mãe, seja por uma questão de desigualdade de gênero, seja por falta de estrutura de acolhimento das crianças em creches e pré-escolas em período integral.

A questão das mulheres é abordada de forma muito efetiva por Sen (2000), quando explica seu papel como agentes de mudança e de desenvolvimento social, gerando alterações em toda a sociedade. Para o autor, as fontes de emancipação das mulheres são a alfabetização e a educação, o trabalho fora de casa, um rendimento próprio e o exercício dos direitos fundamentais, inclusive o de propriedade e de participação nas decisões familiares. Todos esses fatores contribuem para a redução da mortalidade infantil e das taxas de natalidade, observando-se um aumento do grau de sobrevivência das meninas de 0 a 4 anos em relação aos meninos[123]. Pesquisas demonstram que somente a alfabetização feminina e a participação das mulheres na força de trabalho têm efeito significativo sobre a redução da taxa de fecundidade (SEN, 2000).

Em relação ao tipo de trabalho exercido no momento da pesquisa pelos jovens egressos do Programa Projovem de Toledo em 2010 (Quadro 34), observa-se que mesmo com a qualificação profissional oferecida pelo programa em análise, eles encontravam-se trabalhando, em sua maioria, em linhas de produção e outras atividades diversas, percebendo salários que variavam entre 1 e 2 salários mínimos, com um percentual de mais de 80% nessa faixa. Bieger (2012) registrou ainda que nenhum estudante entrevistado ganhava mais do que três salários mínimos vigentes, à época no valor de R$ 510,00 (novembro de 2010).

Assim, embora as iniciativas e políticas públicas voltadas para a juventude venham se desenvolvendo gradualmente, dentre elas o Programa ProJovem Urbano é um dos exemplos, percebe-se que o ciclo de vulnerabilidades e de pobreza se repete: precárias condições de vida, trabalho precoce, gravidez precoce, evasão escolar, falta de qualificação para o trabalho, trabalho precário ou desemprego, baixos salários e formação de novas famílias com esse mesmo padrão.

A. Sen (2000) reforça que a pobreza é um fator de privação das capacidades básicas: morte prematura, subnutrição significativa, doenças crônicas, dentre outros problemas graves. O emprego precário ou o desemprego, por exemplo, não significam somente perdas

[123] Conforme Sen (2000) nascem em todo o mundo 5% a mais de meninos do que de meninas. As mulheres são mais resistentes que os homens dadas as mesmas condições e mesmo assim faltam 44 milhões de mulheres na China e 37 milhões na Índia, resultado de negligência com a saúde e nutrição femininas.

econômicas, mas contribuem para a exclusão social, perda de autonomia e de autoconfiança, além de problemas de saúde física e psicológica.

Nessa linha de pensamento, a variável analisada – a profissionalização dos jovens da microrregião de Toledo – aponta que há várias possibilidades, principalmente surgidas nos últimos dez anos em termos de cursos técnicos e profissionalizantes, presenciais ou à distância, mas ainda assim há relativamente pouca oferta de cursos gratuitos e os custos dos demais são elevados para a maioria dos jovens e famílias residentes neste espaço regional, como observado ao longo desse trabalho de pesquisa.

Para dar prosseguimento à investigação, o próximo item procurou caracterizar mais uma das variáveis selecionadas para a pesquisa, referindo-se às questões de trabalho, tipo de trabalho, inserção ou não no mercado de trabalho, renda e diferenças encontradas entre as coletividades geracionais jovens da microrregião de Toledo.

4.3 OS JOVENS E O TRABALHO

O fato dos jovens se inserirem no mundo do trabalho quando atingiam certa idade, após um determinado período de estudos ou de preparação profissional não é um fato novo e decorria de forma natural ao longo do tempo em praticamente todas as sociedades. A inserção profissional dos jovens não era considerada um "problema social" e nem era objeto de políticas públicas como, por exemplo, nos países europeus, pois no período anterior aos anos 1970, denominado "Trinta Gloriosos", a passagem da escola ou da universidade ao mercado de trabalho se fazia sem grandes problemas e de maneira quase instantânea para a maioria dos jovens. Deste modo, a "inserção" não era uma categoria pertinente devido ao crescimento constante do emprego durante aquela época, sendo um importante mecanismo de regulação pública e, ao mesmo tempo, de reprodução social (DUBAR, 2001).

A crise econômica da segunda metade dos anos 1970 e dos anos 1980 conduziu a uma profunda transformação nos modos de gestão do emprego nas empresas, com a introdução do sistema flexível, das políticas públicas econômicas, de regulação do mercado de trabalho e de formação profissional que buscavam gerir socialmente o problema do desemprego e minimizar a inflação competitiva entre os novos trabalhadores. Por outro lado,

os empregadores passaram a considerar mais a experiência e a competência dos candidatos a emprego do que a própria formação profissional, que anteriormente significava uma garantia de colocação no mercado de trabalho. Assim, a complexificação e a incerteza geradas por este contexto forçaram o surgimento da questão da "inserção dos jovens" (DUBAR, 2001).

Entende-se, desta forma, que a inserção profissional está historicamente inscrita numa conjuntura econômica e política e que depende de uma arquitetura institucional que traduz relações sociais específicas entre educação, trabalho e remuneração. Assim, a inserção profissional está acoplada, além dos aspectos mencionados, às estratégias dos atores envolvidos, cujas trajetórias de vida incluem desigualdades sociais e experiências de sucesso ou insucesso escolar.

Dados sobre o trabalho juvenil em todo o mundo, divulgados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em relatório de maio 2013[124], estimam que a taxa de desemprego entre os jovens de 15 a 24 anos em todo o mundo é de 12,6%, próxima aos valores do período da crise mundial de 2008, cujos rebatimentos se fizeram sentir no ano de 2009 (taxa de 12,7%). O documento afirma que a crise do emprego obriga os jovens a serem menos seletivos sobre o tipo e as condições de trabalho a serem aceitos, ocasionando o aumento do número de jovens em trabalhos temporários, em condições precárias e/ou em tempo parcial (ILO, 2013).

Nota-se, em quase todos os países do mundo, um aumento de jovens com qualificação acima do exigido para os trabalhos que realizam, significando para a sociedade um desperdício dessas qualificações profissionais, bem como perdas relativas a um possível aumento de produtividade se esses jovens estivessem empregados em postos que demandassem seus respectivos níveis de qualificação (ILO, 2013).

Ainda conforme a OIT, nas regiões em desenvolvimento, onde habita 90% da população global de jovens de 15 a 24 anos, os jovens enfrentam empregos irregulares, sem garantias trabalhistas, geralmente recebendo salários inferiores à média dos demais trabalhadores. Cerca de dois terços da população jovem encontra-se subutilizada nessas regiões, o que significa que estão desempregados, ou trabalham em setores informais da economia, ou não estão nem estudando, nem trabalhando (ILO, 2013).

[124] International Labour Organization (ILO). **Global employment trends for youth 2013: a generation at risk.** International Labour Office. Geneva: ILO, 2013. Disponível em: www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/publication/wcms_212899.pdf Acesso em 20 ago. 2013.

Em relação à realidade brasileira, Pochman (2007) destaca que o desemprego estrutural existente no país entre os jovens torna ainda mais improvável as possibilidades de construção de trajetórias ocupacionais e consequente ascensão social, porquanto identifica-se um processo de imobilidade intrageracional, ou seja, a última ocupação do (a) trabalhador (a) praticamente não se diferencia do primeiro emprego. Há ainda os casos de regressão intergeracional, caracterizada quando a posição de vida e de trabalho da geração posterior é inferior à da geração anterior, mesmo quando a nova geração possui nível de escolaridade mais elevado, o que pode levar a uma situação de frustração em relação ao futuro.

O autor constatou, baseado em séries históricas dos dados do IBGE, que na faixa etária entre 15 e 24 anos, havia 1 milhão de jovens desempregados em 1989 e este número aumentou para 3,3 milhão em 1998. Por outro lado, o número de jovens empregados permaneceu estável com leve queda nesse mesmo período, variando de 16,9 milhões em 1989 para 16,1 milhões em 1998 (POCHMAN, 2007). Dados mais recentes, obtidos junto ao IBGE (2013c), informam que a taxa de desemprego entre as pessoas de 18 a 24 anos no Brasil é de 13,3% (média obtida nos meses de janeiro a junho de 2013), mais do que o dobro da média de desocupação total do país, que ficou em 5,7% nesse mesmo período.

Tendo em vista esta conjuntura e com o objetivo de demonstrar as condições de inserção dos jovens no mercado de trabalho na microrregião de Toledo, bem como os setores da economia, qualificação dos trabalhadores e rendas auferidas, realizou-se primeiramente um panorama geral da situação dos jovens de 18 a 29 anos. Num segundo momento, propôs-se um detalhamento das condições de trabalho dos jovens a partir de suas características étnico-raciais e de gênero, dependendo da possibilidade de obtenção desses dados, como se observa nos itens a seguir.

4.3.1 As condições de trabalho entre os jovens da microrregião geográfica de Toledo

A investigação relativa à inserção dos jovens da microrregião de Toledo no mundo do trabalho teve por base os dados do Censo Demográfico (IBGE, 2010). As questões realizadas pelos recenseadores fazem parte de um formulário padronizado pelo órgão de pesquisa e em relação ao trabalho o IBGE intencionou saber, primeiramente, quantos postos

ou locais de trabalho as pessoas possuem, pois nem sempre uma colocação é suficiente ou em casos de várias profissões, como professores, por exemplo, é comum que eles trabalhem em diferentes locais simultaneamente. Assim, os jovens declararam o que segue.

Quadro 35. Número de trabalhos[125] declarados pelos jovens de 18 a 29 anos – IBGE/2010

Quantidade	Total dos municípios pesquisados	
Zero	9.681	21,53%
Um	33.596	74,73%
Dois ou mais	1.681	3,74%
Total	44.958	100%

Fonte: Elaboração da autora com base nos micro dados do IBGE Censo 2010 (IBGE, 2013a).

Observa-se que mais de 20% dos jovens declararam estar no momento da pesquisa sem nenhum trabalho. Entretanto, não se pode afirmar que os mesmos estavam à procura de uma colocação profissional ou encontravam-se nessa situação por opção ou devido a outras questões pessoais, pois a pesquisa do IBGE não chega a esse nível de detalhamento.

Ainda assim é um dado significativo ter esse número de jovens sem nenhum tipo de inserção profissional na microrregião no ano de 2010, acima da taxa mundial de 12,6% (ILO, 2013) e da brasileira de 13,3% para o ano de 2013 (IBGE, 2013), resguardadas as dificuldades de comparação destes dados devido aos diferentes anos de referência e à metodologia utilizada para cada uma das pesquisas realizadas.

A maioria, 75% deles, declarou possuir um trabalho, cujos detalhes serão apresentados no decorrer desse item, e uma ínfima parte dos jovens, somente 3,74%, declarou trabalhar em dois ou mais trabalhos, provavelmente no caso de exercício de profissões que assim o exigem, ou ainda por terem empregos de meio período, ou por necessidade de complementar a renda e/ou outras situações similares.

Com o objetivo de explorar melhor a situação laboral desses jovens, outra questão demandada pelo IBGE em relação às atividades ocupacionais das pessoas refere-se ao tipo de trabalho realizado, conforme pré-classificação elaborada pelo órgão.

[125] A pesquisa do IBGE/Censo Demográfico 2010 questionou sobre o número de trabalhos que a pessoa possuía na data da entrevista, porém não detalhou se a pessoa que declarou "nenhum" (zero) estava ou não procurando colocação no mercado de trabalho.

Quadro 36. Tipo de trabalho realizado pelos jovens de 18 a 29 anos por município – IBGE/2010

Munic. / Tipo	Entre Rios do Oeste	Marechal C. Rondon	Maripá	Palotina	Quatro Pontes	Toledo	Média
Empreg. c/ CTPS[126]	46,1%	50,9%	38,1%	51,8%	52,8%	56,9%	49,4%
Militar	0%	0,3%	0%	0,2%	0%	0,1%	0,1%
Funcion. público	1,8%	2%	1,2%	2,6%	4,2%	1,6%	2,2%
Empreg. s/ CTPS	16%	12,4%	15,7%	14,2%	14,5%	10,5%	13,9%
Conta própria[127]	15,3%	8,2%	21,5%	8,2%	10,7%	8%	12%
Empregador	1,6%	1,6%	0,3%	1%	1,5%	1,3%	1,2%
Não remun.	1,1%	0,7%	2,4%	0,6%	3,3%	0,6%	1,4%
Nenhum	18,1%	23,8%	20,8%	21,5%	13%	21%	19,7%

Fonte: Elaboração da autora com base nos micro dados do IBGE Censo 2010 (IBGE, 2013a).

Nota-se, no conjunto da população total de jovens dos municípios pesquisados, que aqueles inseridos no mercado de trabalho formal (registrados em CTPS, militares e funcionários públicos) perfazem 58,5% da população de jovens no município de Toledo, seguido de Quatro Pontes (57%), Palotina (54,4%), e M. C. Rondon (52,9%). Essa porcentagem é menor nos municípios menores, encontrando-se 47,9% em Entre Rios do Oeste e apenas 39,3% em Maripá. Esta ocorrência indica uma concentração maior das oportunidades de trabalho formal no município polo e nos mais populosos da microrregião, devido a um maior dinamismo das atividades econômicas.

Confirmando essa tendência, tem-se o contrário ocorrendo em relação ao trabalho informal (empregados sem registro em carteira de trabalho), cuja menor porcentagem gira em torno de 10,5% no município de Toledo, aumentando gradativamente conforme o tamanho dos municípios diminui, tendo-se 16% nos municípios de Maripá e Entre Rios do Oeste, as maiores taxas encontradas. Assim, os dados indicam uma porcentagem considerável de jovens trabalhando sem as garantias trabalhistas e previdenciárias previstas em lei, portanto podem ser considerados como não inseridos ou inseridos de forma precária nas relações de trabalho.

[126] Carteira de Trabalho e Previdência Social.

[127] "Classifica-se como 'conta própria' a pessoa que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contanto, ou não, com ajuda de trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar em que reside." (IBGE, 2008b, p. 04).

Outra forma de não inserção configura-se no exercício de atividades não remuneradas, ou seja, são jovens que realizam certo tipo de trabalho sem a percepção de pagamento correspondente. Trata-se de atividades que podem ser caracterizadas como trabalhos domésticos manuais (limpar a casa, lavar e passar roupa, cozinhar, etc.) ou não manuais (cuidar de crianças ou filhos, idosos e/ou doentes, administrar a casa e o cotidiano doméstico e familiar, fazer as compras, etc.). Ainda se encaixam nessa categoria as atividades de trabalho familiar, nas quais o jovem atua como força de trabalho, mas não recebe remuneração em espécie por isso. Observou-se que há relação entre o tamanho dos municípios e seu dinamismo econômico com capacidade para gerar emprego e renda, pois a realização de trabalho não remunerado apresenta maiores índices nos municípios menores como, por exemplo, 3,3% do total de jovens de Quatro Pontes, diminuindo para 0,6% dos municípios de Toledo e de Palotina.

Em relação aos jovens que estão no serviço público (militares e funcionários públicos), a porcentagem dos mesmos não sofre grande variação entre os municípios, ficando em torno de 2,3%, com exceção do município de Quatro Pontes, no qual essa porcentagem é de 4,2%, a mais alta dentre eles. Os jovens que declararam trabalhar por conta própria, ou seja, em atividades autônomas sem vínculo empregatício, perfazem um total de 8% em Toledo e vão aumentando na medida em que o tamanho dos municípios diminui como, por exemplo, 15,3% em Entre Rios do Oeste e 21,5% em Maripá, confirmando a mesma tendência ocorrida em relação aos dados do trabalho informal. Ou seja, na ausência de espaço no mercado de trabalho formal, como grandes empresas ou indústrias empregadoras, os jovens partem para o trabalho por conta própria.

No que diz respeito aos jovens que são empregadores, ou seja, aqueles que sob a forma de pessoa física ou jurídica dirigem o próprio negócio e são responsáveis por contratar trabalhadores de forma remunerada para prestação de serviços, eles perfazem uma pequena porcentagem em relação ao número total de jovens da microrregião, em média 1,2%, sendo que Maripá apresentou o índice mais baixo, de 0,3%, o que denota a concentração espacial das atividades econômicas e maiores oportunidades de negócios nos municípios maiores e mais dinâmicos. Desses dados depreende-se que certas características essenciais aos atores no processo de desenvolvimento da microrregião parecem estar ainda pouco desenvolvidas entre os jovens, tais como: habilidades empreendedoras, autonomia e capacidade para tomar decisões (vide Quadro 02 no Capítulo 1).

Outro elemento importante pesquisado pelo IBGE diz respeito à renda percebida pelas pessoas individualmente consideradas, o que se reveste de extrema importância no caso dos jovens de 18 a 29 anos, sujeitos da investigação em curso. Para construção do quadro abaixo, considerou-se a classificação do IBGE, que possui cinco faixas de renda ou classes sociais, a saber, Classe A (acima de 20 salários mínimos - SM), B (de 10 a 20 SM), C (de 4 a 10 SM), D (de 2 a 4 SM), e E (até 2 SM). No entanto, entendeu-se ser necessário nessa apresentação dos dados destacar a faixa salarial de até 1 SM, pois esta demonstra que há trabalhadores jovens que percebem menos que um salário mínimo nacional na microrregião de Toledo.

Quadro 37. Renda declarada dos jovens de 18 a 29 anos na microrregião de Toledo por município – IBGE/2010

Munic. / Renda	Entre Rios do Oeste	Marechal C. Rondon	Maripá	Palotina	Quatro Pontes	Toledo	Média
Sem renda	22,1%	24,9%	23,2%	22,3%	17,2%	21,7%	21,9%
Até 1 SM[128]	29,3%	18,3%	27,6%	25,7%	16,7%	15,6%	22,1%
De 1,01 a 2 SM	33%	40%	38,4%	34,2%	47,6%	45,5%	40%
De 2,01 a 4 SM	10,8%	13,7%	8,8%	13%	12,3%	13,5%	12%
De 4,01 a 10 SM	2,9%	3%	2,1%	4,1%	4,6%	3,5%	3,3%
De 10,01 a 20 SM	0,9%	0,2%	0%	0,7%	1,6%	0%	0,6%
Mais de 20,01 SM	1%	0%	0%	0%	0%	0%	0,1%

Fonte: Elaboração da autora com base nos micro dados do IBGE Censo 2010 (IBGE, 2013a).

Observa-se no quadro acima um resumo da situação relativa à renda dos jovens da microrregião, a partir do qual somadas as porcentagens dos jovens sem renda declarada e com renda de até 1 SM, tem-se 44% do total. Ou seja, se estes jovens não contam com o auxílio financeiro dos demais membros da família, eles vivem em situação de extrema pobreza (sem renda) e de pobreza (renda de menos de 1 SM).

O IBGE (2011) destaca que a discussão sobre indicadores de pobreza e de extrema pobreza no Brasil ainda carece de estudos mais aprofundados. O próprio governo brasileiro utiliza diferentes recortes de renda monetária domiciliar *per capita* para selecionar os beneficiários para seus programas e políticas sociais. No entanto, parece haver uma utilização consensual no Brasil a partir da qual a pobreza absoluta é atribuída às famílias e indivíduos

[128] Valor do salário mínimo nacional em 2010: R$ 510,00 (IBGE, 2013a).

cuja renda domiciliar *per capita* situa-se em até R$ 70,00 e a pobreza àquelas com até R$ 140,00 (referencial utilizado para o Programa Bolsa Família, por exemplo)[129].

Destaca-se também que 40% dos jovens da microrregião declararam perceber entre 1,01 e 2 SM, valores que são mínimos se consideradas as necessidades básicas de uma pessoa ou família. Nesse sentido, ressalta-se que por essa fonte de pesquisa (Censo Demográfico IBGE, 2010) não foi possível detalhar se essa renda individual do jovem é ou não complementada pela renda dos demais membros da família ou, ao contrário, é dividida com outros dependentes do trabalho deste jovem.

Num patamar mais elevado de renda (de 2,01 a 4 SM) encontram-se 12% dos jovens da microrregião, considerados como pertencentes à Classe D pela classificação do IBGE. No que diz respeito aos índices mais elevados de renda (de 4,01 a 10 SM – Classe C), somente 3,3% dos jovens figuram nesse patamar, sem contar que apenas 0,6% percebem um salário superior a 10 SM e inferior a 20 SM (Classe B) e somente 0,1% dos jovens percebem acima de 20 SM, sendo considerados como pertencentes à Classe A. A desigualdade é significativa e o desequilíbrio na proporcionalidade dos rendimentos é expressivo, refletindo a histórica má distribuição de renda encontrada na sociedade brasileira.

Conforme o IBGE (2011, p. 69), embora tenha se observado no país nos últimos anos uma tendência à redução da desigualdade de renda, esta é ainda bastante acentuada. Em termos absolutos, 25% dos brasileiros posicionados na base da distribuição nacional de rendimentos possuíam rendimento médio nominal mensal domiciliar *per capita* de até R$ 188,00 e 50% da população, ou seja, a metade percebia até R$ 375,00 *per capita*, valor ainda bem inferior ao salário mínimo nacional do ano de 2010, cujo valor era de R$ 510,00.

A Constituição Federal de 1988 preconiza em seu artigo 7º:

> São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: [...] IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos

[129] Uma perspectiva mais ampla de análise da pobreza, na qual se leva em consideração não somente a renda monetária, mas o padrão de vida médio da população em determinado espaço geográfico é denominada de pobreza relativa. "Os países europeus, em geral, publicam indicadores de pobreza monetária a partir do valor de 60% da renda mediana nacional, ou seja, consideram pobres todos aqueles que possuem renda monetária inferior a esse patamar. A vantagem dos indicadores relativos está no fato que estes trazem em sua concepção a ideia de inclusão, além da sobrevivência e dignidade humanas." (IBGE, 2011, p. 71). No entanto, esse referencial não tem sido utilizado no Brasil para a definição da pobreza.

> que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim; [...]. (BRASIL. CF, 1988, p. 23).

Para seguir o preceito constitucional, considerando-se que o trabalhador faça parte de uma família de dois adultos e duas crianças, estes dois últimos consumindo como um adulto, o salário mínimo nacional necessário em dezembro de 2010 seria de R$ 2.227,53, conforme o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE *apud* MEU SALÁRIO[130], 2013). Ou seja, segundo essa fonte de dados o valor mínimo necessário *per capita* seria de R$ 555,69 para que cada pessoa tivesse suas necessidades básicas satisfeitas.

Deste modo, ao nível regional são observadas grandes disparidades de renda entre os jovens, com praticamente 84% dentre eles podendo ser considerados extremamente pobres e pobres, 12% com patamares de renda médios e somente 4% com renda elevada.

Para aprofundar o estudo dessas diferenças, o item a seguir procura detalhá-las segundo a "cor ou raça" dos jovens trabalhadores da microrregião geográfica de Toledo.

4.3.2 A relação trabalho e diferenças étnico-raciais entre os jovens

Conforme os dados e informações disponibilizadas a partir do Censo Demográfico 2010 (IBGE) constata-se a seguinte situação em relação à inserção dos jovens no mercado de trabalho referente ao número de trabalhos[131] que os mesmos possuíam por ocasião da pesquisa, segundo suas características étnico-raciais.

[130] MeuSalário é um conjunto de websites internacionais, mantidos por entidades sindicais, universidades e institutos de pesquisa, cuja finalidade é fornecer informações e subsídios relativos a salários, emprego e condições de trabalho. Seu objetivo é ampliar a transparência do mercado de trabalho, tornando públicas as informações atualizadas sobre salários no Brasil e em outros países. Disponível em http://meusalario.uol.com.br/main/salario-e-renda/salario-minimo-nominal-x-salario-minimo-necessario. Acesso em 06 set. 2013.

[131] A pesquisa do IBGE/Censo Demográfico 2010 questionou sobre o número de trabalhos que a pessoa possuía na data da entrevista, porém não detalhou se a pessoa que declarou "nenhum" (zero) estava ou não procurando colocação no mercado de trabalho.

Quadro 38. Número declarado de trabalhos entre jovens de 18 a 29 anos residentes na microrregião de Toledo segundo a cor – IBGE/2010

Quant.	Características étnico-raciais									
	Branca	%	Preta	%	Amar.	%	Parda	%	Indíg.	%
Zero	6.697	69,18%	269	2,78%	88	0,91%	2.627	27,14%	0	0,00%
Um	24.478	72,86%	1.057	3,15%	145	0,43%	7.902	23,52%	14	0,04%
Dois ou mais	1.275	75,85%	87	5,18%	35	2,08%	284	16,89%	0	0,00%
Total	32.450	72,18%	1.413	3,14%	268	0,60%	10.813	24,05%	14	0,03%

Fonte: Elaboração da autora com base nos micro dados do IBGE Censo 2010 (IBGE, 2013a).

Para se analisar o quadro acima é necessário ter como perspectiva que as linhas verticais trazem os números e porcentagens de jovens conforme sua cor ou raça ante o número de trabalhos declarados, sendo que a última linha refere-se ao total de jovens conforme suas características étnico-raciais. Assim, por exemplo, os jovens autodeclarados "brancos" totalizam 72,18% nos municípios pesquisados e perfazem 69,18% dos que declararam não possuir nenhum trabalho, possuem a mesma proporcionalidade entre os que têm um trabalho e estão em maior proporção (75,85%) quando se trata de possuir dois ou mais trabalhos.

Nota-se que em todos os municípios pesquisados os jovens autodeclarados "pardos" sem trabalho encontram-se em maior porcentagem do que a população total de jovens com essas mesmas características (24% na média), chegando quase ao dobro em Quatro Pontes, que também apresenta quase a mesma relação entre os jovens autodeclarados "pretos" (vide Quadro 38 Completo nos Apêndices). Por outro lado, o conjunto dos municípios demonstra uma porcentagem menor de jovens autodeclarados "brancos" sem trabalho em relação à população total de jovens assim classificados. Ou seja, os jovens autodeclarados "brancos" estão inseridos em maior proporção no mercado de trabalho da microrregião quando se compara aos jovens de outras características étnico-raciais.

Confirmando esta constatação, com exceção de Entre Rios do Oeste e de Maripá, os jovens autodeclarados "brancos" também se encontram proporcionalmente em número maior quando a pesquisa se refere a estar inserido em um trabalho. Os demais jovens de diferentes características étnico-raciais estão representados de forma equilibrada e proporcional nessa mesma opção de resposta. Observa-se ainda que, em média, 76% do total de jovens da microrregião declarou possuir um trabalho, embora apenas por esses dados não seja possível aprofundar o entendimento sobre o nível das atividades por eles realizadas, nem o grau de escolaridade ou de profissionalização exigidos, os quais serão expostos posteriormente.

O número de jovens que declarou ter dois ou mais trabalhos pesquisados é relativamente pequeno, mas demonstra necessidade de complementação da renda ou podem caracterizar atividades exercidas em tempo parcial ou temporárias. Ressalta-se que o município de Entre Rios do Oeste apresentou um índice significativamente mais alto, de 10,7% do total de jovens (Quadro 38 Completo - Apêndices). Em relação às características étnico-raciais desses jovens com dois ou mais trabalhos, observa- se que há uma porcentagem maior de autodeclarados "brancos" em todos os municípios, com exceção de M. C. Rondon, no qual se destaca os jovens autodeclarados "pardos" em maior proporção. Em relação aos jovens autodeclarados "pretos", Toledo é o único município em que esses jovens estão em maior proporção na questão de estarem inseridos em dois ou mais trabalhos.

A seguir procurou-se detalhar os dados relativos às diferenças de "cor ou raça" (IBGE, 2008a) em relação ao tipo de trabalho realizado pelos jovens da microrregião de Toledo.

Quadro 39. Tipo de trabalho realizado pelos jovens de 18 a 29 anos na microrregião de Toledo segundo a cor – IBGE/2010

Tipo de trab.	**Características étnico-raciais**									
	Branca	%	Preta	%	Amar.	%	Parda	%	Indíg.	%
Empreg. c/ CTPS	17.422	71,50%	843	3,46%	101	0,41%	5.994	24,60%	8	0,03%
Militar	45	65,22%	0	0%	0	0%	24	34,78%	0	0%
Funcion. público	697	83,27%	20	2,39%	8	0,96%	112	13,38%	0	0%
Empreg. s/ CTPS	3.783	71,96%	209	3,98%	33	0,63%	1.232	23,44%	0	0%
Conta própria	3.036	78,96%	58	1,51%	37	0,96%	708	18,41%	6	0,16%
Empregador	515	88,79%	17	2,93%	0	0%	48	8,28%	0	0%
Não remun.	259	79,94%	0	0%	0	0%	65	20,06%	0	0%
Nenhum	6.697	69,18%	269	2,78%	88	0,91%	2.627	27,14%	0	0%
Total	32.454	72,18%	1.416	3,15%	267	0,59%	10.810	24,04%	14	0,03%

Fonte: Elaboração da autora com base nos micro dados do IBGE Censo 2010 (IBGE, 2013a).

Em relação aos jovens inseridos formalmente no mercado de trabalho, não se observou diferenças significativas nos municípios pesquisados no que diz respeito à proporção entre a população total de jovens classificados conforme a "cor ou raça" e sua inserção formal no trabalho. Nota-se uma pequena vantagem percentual para os jovens autodeclarados "pardos" nos municípios de Toledo e Palotina, para os jovens autodeclarados

"brancos" em M. C. Rondon e Quatro Pontes e, contrariando as expectativas, pequena vantagem percentual também aos jovens autodeclarados "pretos" inseridos no mercado formal de trabalho nos municípios de Entre Rios do Oeste, M. C. Rondon, Maripá e Palotina (Vide Quadro 39 Completo – Apêndices).

Observa-se, ao contrário, diferenças significativas relativas aos funcionários públicos, pois considerada a microrregião na sua totalidade, os jovens autodeclarados "brancos" perfazem 83,27% entre os funcionários públicos, enquanto esta população é de 72,18%; esta proporção diminui em relação aos jovens autodeclarados "pretos": 2,39% contra 3,15% do total e com relação aos jovens autodeclarados "pardos", a desproporção é ainda maior: 13,38% numa população que perfaz 24% do total.

Sobre os jovens autodeclarados "amarelos", nota-se que eles possuem proporcionalmente maior representatividade nas categorias de funcionários públicos e de pessoas que trabalham por conta própria: 0,96% cada contra 0,59% da população total de jovens da microrregião com essas características.

Em relação ao quadro 39 Completo (Apêndices), quase todos os municípios pesquisados apresentam uma taxa próxima aos 100% de jovens autodeclarados "brancos" no funcionalismo público, com exceção de Palotina (76,4%) e de Toledo (77,5%), onde há uma presença de jovens autodeclarados "pardos" nessa categoria: 23,6% e 16% respectivamente e nenhum jovem autodeclarado "preto". Isso significa que os jovens da Por favor, façam um esforço porque nossa amiga Zê já está indo para o Canadá novamente no sábado...s demais características étnico-raciais, por diversas razões, dentre elas um nível de escolaridade mais baixo em relação aos autodeclarados "brancos", como já observado no item 4.1 desse capítulo, não obtiveram acesso ao funcionalismo público até a data da pesquisa.

Tidos como mais seguros devido à estabilidade e como mais rentáveis em relação ao nível salarial do setor privado em determinadas áreas, os empregos públicos em nível municipal, estadual ou federal somente são acessíveis, a partir da Constituição Federal de 1988, por concurso público[132]. O mesmo ocorre com os militares no que diz respeito a seu ingresso na carreira por meio de concurso público, sendo 100% dos mesmos autodeclarados

[132] Conforme o artigo 37, inciso II, da Constituição Federal de 1988, "[...] a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração; [...]" (BRASIL, C.F., 1988, p. 42).

“brancos” em Palotina e uma média de 60% nos municípios de M. C. Rondon e Toledo. Ressalta-se que não foi encontrado, nos municípios pesquisados, nenhum jovem autodeclarado “preto” na carreira militar, porém o índice dos jovens autodeclarados “pardos” é elevado nessa área profissional nos municípios de M. C. Rondon e Toledo, com uma média de 40%, bem acima da população total de jovens com essas características étnico-raciais (24% em média).

Os dados referentes ao trabalho informal demonstram que os jovens autodeclarados “pretos” encontram-se nessa classificação em maior porcentagem em relação ao total de jovens com as mesmas características étnico-raciais na maioria dos municípios pesquisados, chegando quase ao dobro proporcionalmente, com exceção dos municípios de Palotina e de Toledo.

Em relação aos jovens autodeclarados “pardos”, a mesma correlação se estabelece nos seis municípios pesquisados, pois se encontram em maior porcentagem como trabalhadores informais do que a média de jovens existentes na população com essas características, excetuando o município de Toledo que apresenta índice menor de jovens “pardos” no trabalho informal.

Em consequência, o município de Toledo é o único em que se observa uma porcentagem maior de jovens autodeclarados “brancos” no mercado informal de trabalho (71,9%) quando se compara à população total de jovens com essas características no município, que é de 68,1% (Quadro 39 Completo – Apêndices). No entanto, ao se considerar a microrregião como um todo (Quadro 39), percebe-se que essa relação é equilibrada entre os jovens autodeclarados “brancos” e “pardos”, mas aponta maiores diferenças entre os jovens autodeclarados “pretos”, que estão em maior proporção em atividades laborais informais.

O trabalho por conta própria denota uma maior porcentagem de jovens autodeclarados “brancos” em todos os municípios: 79% contra 72,18% da população total de jovens com essas características. Os jovens autodeclarados “pardos” perfazem um percentual de 18% nessa categoria de trabalho enquanto que o total é de 24% da população jovem. Igualmente, os jovens autodeclarados “pretos” encontram-se em porcentagem bem inferior à média da população de jovens dessa categoria em todos os municípios: são apenas 1,51% dos trabalhadores por conta própria contra 3,15% (menos do que a metade).

Esse tipo de trabalho reúne variadas possibilidades: marceneiros, pedreiros ou pintores que atuam na área de construção civil, sapateiros, costureiros, produção de alimentos

para festas, pessoas que oferecem serviços, como o transporte de estudantes, por exemplo, ou trabalham como taxistas, profissionais autônomos de nível superior (médicos, dentistas, advogados, psicólogos, nutricionistas, etc.). Denota-se que esse tipo de trabalho requer certas competências e habilidades no gerenciamento do próprio negócio e dos materiais utilizados para o exercício profissional, o que pode ser explicado ao se relacionar os dados de escolaridade dos jovens autodeclarados "brancos", mais elevada no geral, com os autodeclarados "pretos" e "pardos", concluindo esse elemento pode ser uma das possíveis explicações para a predominância dos jovens autodeclarados "brancos" em trabalhos por conta própria.

Da mesma forma observa-se que dentre os jovens que são empregadores, caracterizados como "[...] a pessoa que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, tendo pelo menos um empregado e contando, ou não, com ajuda de trabalhador não remunerado membro da unidade familiar" (IBGE, 2008b, p. 04), há uma porcentagem maior de jovens autodeclarados "brancos" no total da microrregião de Toledo, com quase 89% (numa população total de 72,18%), o contrário ocorrendo com os jovens autodeclarados "pretos": 2,93% contra 3,15% e em relação aos jovens autodeclarados "pardos", a proporção é profundamente desigual: somente 8,28% deles trabalham como empregadores, enquanto a população de jovens com essas características na microrregião é de 24%.

Nos municípios da amostra (Quadro 39 Completo – Apêndices), a porcentagem de jovens autodeclarados brancos como empregadores chega a 100% em Entre Rios do Oeste e Palotina. O município de Maripá, como exceção, apresenta 100% dos jovens empregadores classificados como "pardos", assim como Quatro Pontes que os tem em 32,5%, sendo que sua população total de jovens autodeclarados "pardos" não ultrapassa 6%. Destaca-se também o caso de M. C. Rondon, com 5,8% de jovens empregadores autodeclarados "pretos", bem acima de sua população de jovens com essas características, o único dentre os demais municípios pesquisados. Desta forma, existem particularidades entre os dados coletados que por vezes não podem ser explicadas conforme os dados gerais da microrregião, que envolve 21 diferentes municípios.

No que diz respeito ao trabalho não remunerado, a maioria dos jovens pertence aos autodeclarados "brancos" (80%), "pardos" (20%), não havendo indicativo de jovens autodeclarados "pretos" nessa categoria.

A partir desse panorama, observa-se como se distribuem os níveis de renda entre os jovens da microrregião conforme suas características étnico-raciais.

Quadro 40. Renda declarada dos jovens de 18 a 29 anos na microrregião de Toledo segundo a cor – IBGE/2010

Munic. / Renda	Total dos seis municípios pesquisados									
	Branca	%	Preta	%	Amarela	%	Parda	%	Ind.	%
Sem renda	7.075	70,1%	269	2,6%	88	0,8%	2.660	26,3%	0	0%
Até 1 SM	5.755	70,8%	192	2,3%	54	0,6%	2.111	26%	14	0,2%
De 1,01 a 2 SM	13.398	70,3%	743	3,9%	63	0,3%	4.854	25,4%	0	0%
De 2,01 a 4 SM	4.750	79,2%	200	3,3%	38	0,6%	1.011	16,8%	0	0%
De 4,01 a 10 SM	1.412	90,4%	9	0,6%	8	0,5%	132	8,4%	0	0%
De 10,01 a 20 SM	88	75,8%	0	0%	17	14,6%	11	9,5%	0	0%
Mais de 20 SM	7	100%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Total	32.485	72,25%	1.413	3,14%	268	0,6%	10.779	24%	14	0,03%

Fonte: Elaboração da autora com base nos micro dados do IBGE Censo 2010 (IBGE, 2013a).

Da mesma forma com que foram analisados os quadros antecedentes, as porcentagens nas linhas verticais indicam os jovens de cada característica étnico-racial que podem ser comparadas com o total de jovens de cada uma na última linha. Assim, nota-se que nas faixas sem renda e de até 2 SM, os jovens autodeclarados "brancos" encontram-se ligeiramente em menor porcentagem que o total de sua população: média de 70% contra 72,25%. No entanto, essa relação se inverte na faixa salarial de 2,01 a 4 SM, apresentando 79,2% dos jovens autodeclarados "brancos" e na faixa de 4,01 a 10 SM, com 90,4%, a maioria absoluta em relação aos jovens das demais características étnico-raciais. Na faixa de 10,01 a 20 SM os jovens "brancos" representam quase 76% e no maior nível de renda eles representam a totalidade: 100%. Ou seja, não há jovens de outras características étnico-raciais na faixa de renda mais elevada.

Exatamente o contrário ocorre com os jovens autodeclarados "pardos", pois eles estão representados em maiores proporções nas faixas sem ou de menor renda (até 2 SM): média de 26% contra 24% de sua população total. Na faixa de 2,01 a 4 SM representam quase 17%; de 4,01 a 10 SM somente 8,4% e de 10,01 a 20 SM somam 9,5%. Na faixa mais elevada de renda não há jovens autodeclarados "pardos". Assim, infere-se que as características

étnico-raciais refletem-se nos níveis de renda dos jovens, principalmente se combinadas com os níveis de escolaridade e as condições de trabalho.

Os jovens autodeclarados "pretos" concentram-se ligeiramente em maior proporção nas faixas de renda relativas a 1,01 a 4 SM, perfazendo em média 3,6% enquanto a porcentagem total deles é de 3,15% na região. Embora eles estejam em menor proporção nas faixas sem renda e de renda até 1 SM (2,5% em média), eles não figuram nas faixas de renda acima de 10 SM, sendo que no nível de 4,01 a 10 SM eles representam somente 0,6%.

Ao se considerar apenas a faixa salarial de 1,01 a 2 SM percebe-se maiores proporções de jovens autodeclarados "pretos" (3,9%) e "pardos" (25%), enquanto que na faixa de 10,01 a 20 SM eles figuram com 0% e 9,5%, respectivamente. Ou seja, os jovens autodeclarados "pretos" e "pardos" são relativamente mais pobres do que os autodeclarados "brancos". Em relação aos jovens autodeclarados "indígenas", eles são poucos na microrregião, mas todos estão na faixa de renda de até 1 SM, não fugindo à regra da população indígena brasileira que é extremamente pobre.

Quanto aos jovens autodeclarados amarelos, eles estão proporcionalmente representados em quase todas as faixas de renda, no entanto um fenômeno interessante ocorre numa das faixas de renda mais elevadas, de 10,01 a 20 SM, onde eles figuram em maior proporção: 14,6% contra apenas 0,6% de sua população total para os municípios pesquisados. Essa constatação pode estar relacionada com os níveis de escolaridade apresentados pelos mesmos, pois também apresentam maior proporção de jovens com Ensino Médio e Superior completos.

Outro recorte importante para a caracterização dos níveis de inserção dos jovens no processo de desenvolvimento da microrregião de Toledo a partir da variável trabalho refere-se à questão de gênero, que será detalhada no item a seguir.

4.3.3 A relação trabalho e gênero entre os jovens

As particularidades do trabalho e as relações de gênero entre os jovens da microrregião de Toledo são relevantes para demarcar que os avanços das mulheres no campo educacional, como observado no item 4.1.6 desse capítulo, não podem ser analisados fora do

contexto mais amplo, pois nem sempre foram acompanhados por conquistas no mercado de trabalho e em termos salariais. Assim, o quadro a seguir demonstra o número declarado de trabalhos dos jovens da microrregião distribuídos segundo o sexo.

Quadro 41. Número declarado de trabalhos entre jovens de 18 a 29 anos residentes na microrregião de Toledo segundo o sexo – IBGE/2010

Quant.	Sexo					
	Masc.	%	Fem.	%	Total	%
Zero	3.118	32,21%	6.563	67,79%	9.681	21,53%
Um	18.365	54,66%	15.234	45,34%	33.599	74,73%
Dois ou mais	896	53,30%	785	46,70%	1.681	3,74%
Total	22.379	49,77%	22.582	50,23%	44.961	100%

Fonte: Elaboração da autora com base nos micro dados do IBGE Censo 2010 (IBGE, 2013a).

Quanto às jovens que declararam não estar trabalhando, mais uma vez lembrando que a questão feita pelo IBGE não detalha se o (a) entrevistado (a) estava ou não procurando trabalho ou mesmo se não estava trabalhando no momento da pesquisa por opção pessoal, elas se encontram em maioria em todos os municípios. Considerando-se a totalidade dos municípios pesquisados, observa-se duas vezes mais jovens do sexo feminino (67,79%) do que os do sexo masculino sem trabalho. No detalhamento desses dados (Quadro 41 Completo – Apêndices), em dois municípios pesquisados – Maripá e Quatro Pontes - esse índice chegou à relação de três jovens do sexo feminino para cada jovem do sexo masculino sem trabalho (25% homens e 75% de mulheres).

Quanto aos jovens que declararam possuir um trabalho, a relação é mais equilibrada, porém com tendência à maioria (média de 54%) de jovens do sexo masculino em todos os municípios com exceção de Maripá, no qual a relação é mais desequilibrada: 63% de homens para 37% de mulheres (Quadro 41 Completo – Apêndices). Na categoria de dois ou mais trabalhos, tem-se certo equilíbrio entre os sexos, também com leve tendência à maioria dos jovens do sexo masculino (em torno de 53%) para todos os municípios, excetuando-se Entre Rios do Oeste, no qual a proporção é bem maior de homens com dois ou mais trabalhos (71%), mais do que o dobro das jovens do sexo feminino (29%) e Quatro Pontes, no qual essa relação é de 60% homens para 40% mulheres.

Segundo Bruschini (2007), a inserção laboral das brasileiras é marcada por progressos e atrasos, pois se de um lado há uma constância no aumento da participação feminina no mercado de trabalho desde a metade dos anos 1970, por outro se constata um elevado desemprego entre as mulheres e más condições relativas ao trabalho feminino. Em relação ao desemprego, o quadro apresentado demonstra essa realidade para as jovens da microrregião de Toledo: grande porcentagem das mesmas declarou não possuir nenhum trabalho (68%).

Em relação ao tipo de trabalho que as jovens realizam, tem-se:

Quadro 42. Tipo declarado de trabalhos entre jovens de 18 a 29 anos residentes na microrregião de Toledo segundo o sexo – IBGE/2010

Tipo	**Sexo**					
	Masc.	%	Fem.	%	Total	%
Empregado c/ CTPS	13.192	54,14%	11.176	45,86%	24.368	54,20%
Militar	70	100%	0	0%	70	0,16%
Funcionário público	268	32,02%	569	67,98%	837	1,86%
Empregado s/ CTPS	2.736	52,03%	2.523	47,97%	5.259	11,70%
Conta própria	2.516	65,45%	1.328	34,55%	3.844	8,55%
Empregador	322	55,61%	257	44,39%	579	1,29%
Não remunerado	159	48,92%	166	51,08%	325	0,72%
Nenhum	3.118	32,21%	6.563	67,79%	9.681	21,53%
Total	22.381	49,78%	22.582	50,22%	44.963	100%

Fonte: Elaboração da autora com base nos micro dados do IBGE Censo 2010 (IBGE, 2013a).

No que diz respeito ao trabalho formalmente registrado em CTPS, observa-se certo padrão dentre os municípios pesquisados, em torno de 54% de homens para 46% de mulheres. Em relação ao detalhamento dos dados (Quadro 42 Completo – Apêndices), os municípios de Quatro Pontes (58% - 42%) e de Maripá (62% - 38%) apresentam maior disparidade nessa relação a favor dos jovens do sexo masculino.

Em relação à segunda forma de inserção laboral pesquisada pelo IBGE, a carreira militar, que tem sido tradicionalmente masculina, não se encontrou nenhuma jovem do sexo feminino nela inserida, sendo 100% do sexo masculino, o que demonstra forte herança cultural e histórica das profissões "adequadas" a cada gênero, mesmo havendo abertura para o

ingresso gradativo das mulheres nas carreiras militares desde 1987 no Brasil (BASTOS, 2009).

Por outro lado, no tocante aos funcionários públicos, observa-se que a maioria é composta de jovens do sexo feminino em todos os municípios pesquisados, chegando mesmo a perfazer quase 90% em Entre Rios do Oeste (Quadro 42 Completo – Apêndices). Nos demais, a proporção é de duas mulheres para cada homem, com exceção de M. C. Rondon, cuja relação é mais equilibrada (47% de jovens do sexo masculino e 53% do sexo feminino).

Estes dados podem ser explicados pelos níveis de escolaridade feminina na microrregião (Item 4.1.6 desse Capítulo), mais elevados em relação aos dos jovens do sexo masculino e novamente pelas carreiras ou profissões historicamente destinadas ao sexo feminino: professoras de Educação Infantil e de Ensino Fundamental, enfermeiras, secretárias, assistentes sociais, assistentes administrativas, dentre outras profissões normalmente presentes no serviço público. Outros motivos a serem considerados são a estabilidade que o funcionalismo público proporciona, além de horários mais flexíveis ou de menor carga horária, fator importante para as jovens que já constituíram família e que possuem filhos pequenos.

Ao se relacionar os níveis de escolaridade com a inserção das mulheres de todas as idades no mercado de trabalho, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (IBGE/PNAD, 2011) para o conjunto do país demonstram o seguinte:

Quadro 43. Pessoas de 10 anos ou mais de idade, economicamente ativas na semana de referência, sexo e grupos de anos de estudo – Brasil/2011

Grupos de anos de estudos	**Pessoas de 10 ou mais anos de idade economicamente ativas na semana de referência[133]**		
	Total	**Homens**	**Mulheres**
Total	**100.223.000**	**56.850.000**	**43.373.000**
Sem instrução e menos de 1 ano	9.043.000	6.039.000	3.004.000
1 a 3 anos	6.828.000	4.493.000	2.335.000
4 a 7 anos	20.023.000	12.602.000	7.421.000
8 a 10 anos	17.863.000	10.665.000	7.198.000
11 a 14 anos	35.059.000	17.940.000	17.119.000
Mais de 15 anos	11.282.000	5.057.000	6.226.000
Não declarado	124.000	54.000	70.000

Fonte: Elaboração da autora com base nos dados do IBGE/PNAD (2011, p. 61).

[133] A semana pesquisada refere-se aos dias 18 a 24 de setembro de 2011 (IBGE/PNAD, 2011, p. 16).

Observa-se que a relação entre homens e mulheres economicamente ativos (as) apresenta um padrão interessante em nível nacional. Quando se trata de nenhuma ou baixa escolaridade, o número de homens economicamente ativos representa mais do que o dobro do número de mulheres inseridas no mercado de trabalho. Conforme o número de anos de estudos aumenta, essa diferença diminui até atingir praticamente a igualdade no grupo de 11 a 14 anos de estudo. A partir do patamar de 15 anos de estudo o número de mulheres economicamente ativas ultrapassa o dos homens, fator extremamente positivo em termos de conquistas femininas.

No entanto, embora as mulheres escolarizadas tenham conquistado empregos estáveis nessas últimas décadas devido a carreiras e profissões de prestígio, por outro lado ocorre o predomínio do trabalho feminino em atividades precárias e informais, como por exemplo, o trabalho das empregadas domésticas, diaristas, dentre outros que por vezes não contam com as necessárias garantias trabalhistas (BRUSCHINI, 2007).

Nesse sentido, em relação à informalidade e retornando aos dados da microrregião de Toledo (Quadro 42 Completo - Apêndices), nos municípios de Entre Rios do Oeste e de Quatro Pontes nota-se uma porcentagem maior de jovens do sexo feminino trabalhando sem registro em CTPS: 61% e 58%, respectivamente. Por outro lado, o município de Maripá, mesmo pertencendo à categoria dos menos populosos da amostra, como os dois anteriormente mencionados, apresenta tendência contrária: 63% de homens e 37% de mulheres no trabalho informal. Palotina e Toledo apresentam índices ligeiramente mais elevados de jovens do sexo masculino sem registro (cerca de 53%) em relação às jovens do sexo feminino. Na média dos municípios pesquisados, a relação fixou-se em 52% de jovens do sexo masculino para 48% de jovens do sexo feminino (Quadro 42).

O trabalho por conta própria, pelas suas características intrínsecas, apresentou maioria de jovens do sexo masculino em todos os municípios: 65,45% de jovens do sexo masculino e 34,55% do sexo feminino. No detalhamento dos dados (Quadro 42 Completo - Apêndices), chega a 74% do sexo masculino contra 26% de jovens do sexo feminino em Entre Rios do Oeste. Essa relação apresenta-se um pouco mais equilibrada nos municípios de Palotina (54% - 46%) e de Quatro Pontes (56% - 44%). Esses números demonstram a ainda frágil posição das mulheres no mundo do trabalho quando se trata de atividades que requerem iniciativa própria, tomada de decisões autônomas e espírito empreendedor, características que não tem sido ou não foram historicamente desenvolvidas nas crianças e jovens do sexo feminino.

Quase o mesmo ocorre em relação à condição dos jovens como empregadores, ou seja, aqueles que têm sob sua supervisão um ou mais empregados contratados. No total dos municípios pesquisados, tem-se 55,6% de jovens do sexo masculino e 44,4% de jovens do sexo feminino, caminhando para o equilíbrio entre os gêneros, mas ainda demonstrando a menor presença das mulheres nessas atividades mais dinâmicas.

Entre Rios do Oeste e Maripá registram 100% dos empregadores jovens do sexo masculino, sendo que o município de Quatro Pontes registra 70% e Toledo 61% (Quadro 42 Completo – Apêndices). Um dado significativo em termos de conquistas das mulheres no espaço produtivo ocorre em Palotina, com 65% das jovens do sexo feminino como empregadoras, bem como em M. C. Rondon com 54%. São avanços ainda em construção, mas que trazem expectativas de melhores condições de vida e de trabalho para as mulheres.

Quando se trata de trabalho não remunerado, definido pelo Censo (IBGE, 2010) como ajuda a membro da unidade familiar (em atividades como: agricultura, silvicultura, pecuária, conta própria ou empregador), ajuda em instituição religiosa, beneficente ou cooperativa, ou ainda como aprendiz ou estagiário, há um equilíbrio na relação de gênero (49% do sexo masculino e 51% do sexo feminino).

No entanto, detalhando-se os dados por município da amostra (Quadro 42 Completo – Apêndices), tem-se que a presença das jovens do sexo feminino é maior, chegando a 70% no município de Palotina, 56% em Quatro Pontes e 54% em Maripá. Os municípios de Entre Rios do Oeste e de M. C. Rondon apresentaram porcentagem equilibrada entre os sexos e somente Toledo apontou uma presença maior de jovens do sexo masculino na realização de trabalho sem remuneração – 54% contra 46% das jovens.

Esses dados são preocupantes para o desenvolvimento futuro da microrregião, seja para os jovens do sexo masculino, seja para as jovens do sexo feminino, pois exercer atividades laborais sem o correspondente pagamento em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios pode levar a uma situação de dependência e não de autonomia a esses jovens.

Com o objetivo de aprofundar a análise das diferenças de gênero entre os jovens inseridos no mercado de trabalho e suas condições salariais, julgou-se interessante verificar a renda declarada dos mesmos.

Quadro 44. Renda declarada entre jovens de 18 a 29 anos residentes na microrregião de Toledo segundo o sexo – IBGE/2010

Renda	Sexo					
	Masc.	%	Fem.	%	Total	%
Sem renda	3.278	32,48%	6.814	67,52%	10.092	22,45%
Até 1 SM	3.342	41,12%	4.785	58,88%	8.127	18,07%
De 1,01 a 2 SM	10.542	55,32%	8.516	44,68%	19.058	42,39%
De 2,01 a 4 SM	4.037	67,29%	1.962	32,71%	5.999	13,34%
De 4,01 a 10 SM	1.078	68,93%	486	31,07%	1.564	3,48%
De 10,01 a 20 SM	75	64,66%	41	35,34%	116	0,26%
Mais de 20 SM	7	100%	0	0%	7	0,02%
Total	22.359	49,73%	22.604	50,27%	44.963	100%

Fonte: Elaboração da autora com base nos micro dados do IBGE Censo 2010 (IBGE, 2013a).

Em relação aos jovens que declararam não possuir renda, cerca de 70% é do sexo feminino em quase todos os municípios pesquisados, uma diferença de gênero significativa. Somente em Entre Rios do Oeste essa porcentagem é um pouco menor, de 60% contra 40% de jovens do sexo masculino. Na faixa de renda de até 1 SM, ou seja, abaixo do mínimo nacional para todo o país, as jovens do sexo feminino predominam com média de 60% contra 40% do sexo masculino para todos os municípios, exceto Maripá, onde essa relação se inverte: 59% do sexo masculino e 41% para o feminino (Quadro 44 Completo – Apêndices). Observa-se, nesse sentido, que as jovens do sexo feminino figuram em maior proporção nas faixas de renda consideradas como de extrema pobreza e pobreza.

A faixa de renda declarada entre 1,01 e 2 SM para os municípios da microrregião apresentam maioria de jovens do sexo masculino, com uma média de 55% contra 45% das jovens. Nota-se que nessa faixa, praticamente mínima de renda, os homens preponderam. Nos municípios de M. C. Rondon e de Palotina, essa faixa compõe-se de cerca de 63% de jovens do sexo masculino e de 37% do sexo feminino (Quadro 44 Completo – Apêndices).

Porém, quando se eleva o valor da renda declarada (de 2,01 a 4 SM), a porcentagem dos jovens do sexo masculino aumenta consideravelmente: 67,3% contra apenas 32,7% das jovens do sexo feminino. No detalhamento dos dados, observam-se ainda maiores

discrepâncias: nessa faixa de renda estão 75% de jovens do sexo masculino nos municípios de Entre Rios do Oeste, M. C. Rondon e Quatro Pontes e 64% em média para os demais (Maripá, Palotina e Toledo).

Na faixa de 4,01 a 10 SM as disparidades são ligeiramente maiores: 69% dos jovens do sexo masculino e apenas 31% das jovens do sexo feminino. Essa relação chega a 88% de jovens pertencentes ao sexo masculino no município de Entre Rios do Oeste contra 12% de jovens do sexo feminino. Os demais municípios apresentaram poucas variações nessa relação, sendo o mais equilibrado em termos percentuais o de Palotina, onde se observou 59% para os jovens do sexo masculino e 41% para as do sexo feminino. Mesmo assim, observa-se que há diferenças importantes em termos salariais, pois quanto maior a faixa de renda, menor a porcentagem de jovens do sexo feminino.

Na faixa de renda declarada entre 10,01 e 20 SM, nota-se disparidades e contradições nas relações entre gênero, trabalho e renda entre os municípios pesquisados. Na média geral da microrregião, encontra-se 65% de jovens do sexo masculino para 35% de jovens do sexo feminino nessa faixa de rendimentos.

Ao se particularizar os dados (Quadro 44 Completo – Apêndices), tem-se que os municípios de Palotina, Quatro Pontes e Toledo apresentam números até mais contundentes sobre essa realidade: média de 75% para os jovens do sexo masculino e somente 25% do sexo feminino. Ou seja, nas maiores faixas de renda, os jovens do sexo masculino predominam. No entanto e contraditoriamente aos dados gerais, o município de Entre Rios do Oeste exibe 100% das jovens do sexo feminino nessa faixa de renda e M. C. Rondon 57% (sexo feminino) para 43% (sexo masculino). Nesse sentido, seria interessante que os municípios investissem em estudos mais aprofundados para se analisar o fenômeno.

Em relação à faixa de renda de mais de 20 SM, nenhum município apresentou jovens com esse nível de renda à exceção de Entre Rios do Oeste, com 100% deles pertencentes ao sexo masculino, confirmando as estatísticas em nível microrregional e nacional que denotam maiores rendimentos individuais mensais às pessoas do sexo masculino.

As informações demográficas e socioeconômicas do Censo 2010 apresentam as disparidades observadas na questão da renda. No universo da população brasileira, os homens recebiam em média 42% a mais do que as mulheres (R$ 1.395,00 contra R$ 984,00), sendo que essas diferenças tendem a ser menores nos municípios de menor porte populacional e maiores nos municípios mais populosos, segundo o IBGE (2011, p. 73-74). Conforme

observado pelos dados dos municípios da microrregião, essas diferenças de renda são ainda maiores entre os jovens de 18 a 29 anos, sujeitos da pesquisa ora em análise, como se nota no quadro a seguir.

Quadro 45. Razão de sexo e níveis de renda declarada entre jovens de 18 a 29 anos residentes na microrregião de Toledo – IBGE/2010

Municípios / Renda	Total dos municípios pesquisados		
	% de jovens do sexo masculino	% de jovens do sexo feminino	Razão
Sem renda	32%	68%	1 para 2,1
Até 1 SM	41%	59%	1 para 1,4
De 1,01 a 2 SM	58%	42%	1,4 para 1
De 2,01 a 4 SM	69%	31%	2,2 para 1
De 4,01 a 10 SM	72%	28%	2,5 para 1
De 10,01 a 20 SM	54%	46%	1,1 para 1
Mais de 20 SM	100%	0%	Todos são do sexo masculino

Fonte: Elaboração da autora com base nos micro dados do IBGE Censo 2010 (IBGE, 2013a).

É importante notar que no total dos municípios da microrregião de Toledo, há mais de duas jovens do sexo feminino para cada jovem do sexo masculino sem renda e 1,4 para um no tocante à percepção de renda de até um salário mínimo. Na medida em que a renda declarada aumenta, aumenta também a razão de sexo favoravelmente aos jovens do sexo masculino, numa espiral crescente de 1,4 - 2,2 – 2,5 até o patamar de 10 SM. Após esse patamar, embora a razão de sexo ainda seja favorável aos jovens do sexo masculino, ela diminui, registrando que para cada 1,1 jovem do sexo masculino, há uma jovem do sexo feminino na faixa de renda declarada entre 10,01 e 20 SM. No entanto, acima desse nível somente se encontram os jovens do sexo masculino.

Importa ressaltar que o país e a região, consequentemente, passaram por significativas transformações demográficas, culturais e sociais nas últimas décadas que trouxeram grande impacto no aumento do trabalho feminino. Pode-se citar, por exemplo, a queda na taxa de fecundidade[134] no Brasil que em 1970 era de quase 6 filhos por mulher e em 2010 baixou para 1,9 filhos; a redução do tamanho das famílias que passaram a ser compostas

[134] Segundo o IBGE (2010), a taxa de fecundidade refere-se ao número médio de filhos que uma mulher teria dentro do seu período reprodutivo (faixa etária entre 15 e 49 anos).

em 2010 por 3,3 pessoas, ao invés de 3,7 pessoas em 2000; e o crescimento acelerado dos arranjos familiares chefiados por mulheres que em 2005 chegava a 30,6% do total das famílias brasileiras residentes em domicílios particulares (IBGE, 2010, p. 18).

Além dessas transformações demográficas, vem ocorrendo alterações nos padrões culturais e nos valores referentes ao papel social da mulher que, por sua vez, provocaram mudanças na identidade feminina, cada vez mais voltada para a profissionalização e o trabalho. Simultaneamente, a expansão dos níveis de escolaridade feminina e o ingresso nas universidades propiciaram o acesso a novas oportunidades de trabalho. Esses fatores, na opinião de Bruschini (2007), concorreram não apenas para o crescimento da atividade econômica feminina, mas também para as modificações no perfil da força de trabalho.

No entanto, para a promoção de maior igualdade e justiça social em termos de equilíbrio entre os gêneros e oportunidades para todos, é necessário que os homens avancem em todos os níveis educacionais e que as mulheres consigam reverter as desigualdades salariais no mercado de trabalho (BELTRÃO; ALVES, 2009).

Estes são alguns dos aspectos relativos ao processo de desenvolvimento da microrregião de Toledo a serem considerados pelo poder público e sociedade em geral no sentido de promover políticas públicas que visem corrigir as distorções encontradas na relação entre as coletividades geracionais jovens, as relações de gênero, o trabalho e a renda.

4.3.4 Trabalho formal e renda dos jovens

Sobre os índices de trabalho formal entre os jovens de 18 a 29 anos, residentes na microrregião de Toledo, consultou-se a base de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)[135], fornecida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), para o ano de 2011. Ressalta-se que não foi possível realizar um detalhamento por cor/raça e nem por sexo do (a) trabalhador (a) declarado (a). Portanto, os dados referem-se ao total dos jovens de 18 a

[135] A RAIS é um instrumento de coleta de dados instituído pelo Decreto nº 76.900, de 23/12/75 e tem por objetivos suprir as necessidades de controle da atividade trabalhista no País; prover os dados para a elaboração de estatísticas do trabalho; e disponibilizar informações sobre o mercado de trabalho às entidades governamentais. (BRASIL. MTE, 2012. Disponível em http://www.rais.gov.br/RAIS_SITIO/oque.asp. Acesso em 10 maio 2012).

29 anos empregados, divididos entre os setores da economia, conforme classificação do MTE/RAIS.

Quadro 46. Número de jovens de 18 a 29 anos em situação de trabalho formal por setores da economia na microrregião de Toledo – RAIS/2011

Atividades econômicas por setores segundo MTE/RAIS		1. Extrativa mineral		2. Indústria de transformação		3. Serviços industriais de utilidade pública		4. Construção Civil	
		Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%
Soma dos seis municípios pesquisados	**Total**	17	0,05%	14.559	45,81%	144	0,45%	791	2,49%
	Outras idades	13	0,07%	8.394	42,80%	99	0,5%	591	3,01%
	18 a 29	4	0,03%	6.165	50,67%	45	0,37%	200	1,64%

Quadro 46. Continuação...

Atividades econômicas por setor segundo MTE/RAIS		5. Comércio		6. Serviços		7. Administr. Pública		8. Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca		Total	
		Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%
Soma dos seis municípios pesquisados	**Total**	5.381	16,93%	6.181	19,45%	3.767	11,85%	938	2,95%	31.778	100%
	Outras idades	2.881	14,69%	3.983	20,31%	2.980	15,2%	670	3,42%	19.611	100%
	18 a 29	2.500	20,55%	2.198	18,07%	787	6,47%	268	2,2%	12.167	100%

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do Ministério do Trabalho e Emprego/RAIS, 2011 (BRASIL. MTE, 2013).

O quadro acima expõe a presença dos jovens entre 18 e 29 no mercado de trabalho formal, distribuídos entre os vários setores da economia. Lendo-se os dados horizontalmente, nota-se na primeira linha a porcentagem de trabalhadores em cada setor da economia sem considerar a faixa etária (colunas), perfazendo 100% ao final.

Desta forma, observa-se que os setores que mais empregam trabalhadores formais na microrregião são, por ordem decrescente, a indústria de transformação (representando quase a metade do total); o comércio; os serviços; a administração pública; agropecuária, extração vegetal, caça e pesca; a construção civil[136]; os serviços industriais de utilidade pública; e a

[136] Estima-se que o setor da construção civil empregue maior número de trabalhadores do que o informado ao Ministério do Trabalho anualmente, pois há trabalhadores informais em atividade, mas não foi possível precisar o número exato.

área extrativa mineral. Em relação aos trabalhadores de 18 a 29 anos, esta relação se repete, pois no conjunto dos municípios pesquisados os setores das atividades econômicas que mais os empregam aparecem na mesma ordem acima detalhada. Entretanto, podem ser observadas algumas diferenças relativas à maior presença dos jovens proporcionalmente aos trabalhadores de outras idades nos setores da indústria de transformação e do comércio, indicando que a força de trabalho entre 18 e 29 é significativa nestes setores da economia regional.

Ao se fazer a interpretação dos dados de forma vertical (por setores da economia), observa-se que a atividade extrativa mineral é insignificante na microrregião, tanto em termos de mercado de trabalho para os jovens, quanto para as demais faixas etárias. Outro setor que emprega pequeno número de trabalhadores na microrregião em ambas as faixas etárias é o de serviços industriais de utilidade pública.

O setor de serviços exibe uma porcentagem equilibrada entre os trabalhadores jovens e os demais, porém no setor da construção civil, que geralmente expressa a pujança econômica de uma região, os jovens representam apenas a metade da proporção dos trabalhadores de outras idades. Isto ocorre também na área da administração pública, onde eles figuram em proporcionalidade ainda menor que a metade dos demais trabalhadores, podendo significar dificuldades de acesso, pois estes postos são preenchidos somente através de concursos públicos, que exigem determinados níveis de escolaridade e dedicação aos estudos a fim de ingressar na carreira.

Outro aspecto importante em relação aos trabalhadores formais diz respeito aos salários por eles percebidos. Note-se que a RAIS possui dados detalhados sobre todas as faixas salariais, porém para construção do quadro a seguir optou-se por agrupá-las conforme a classificação do IBGE, que classifica a renda em cinco faixas ou classes sociais, a saber, Classe A (acima de 20,01 SM), B (de 10,01 a 20 SM), C (de 4,01 a 10 SM), D (de 2,01 a 4 SM), e E (até 2 SM). No entanto, entendeu-se ser necessário destacar também a faixa salarial de até 1 SM, pois esta demonstra que, mesmo inseridos no mercado formal de trabalho, há trabalhadores jovens que percebem menos que um salário mínimo nacional.

Quadro 47. Faixa salarial dos jovens de 18 a 29 anos em situação de emprego formal na microrregião de Toledo – RAIS/2011

Atividades econômicas por setor segundo o MTE/RAIS	Faixa Salarial[137]	1 - Extrativa mineral		2 - Indústria de transformação		3 - Serviços industriais de utilidade pública		4 - Construção Civil	
		Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%
Soma dos seis municípios pesquisados	**Total**	**4**	**100%**	**6.162[138]**	**98,8%**	**45**	**100%**	**198[139]**	**100%**
	Até 1 SM	0	0%	73	1,2%	2	4,4%	1	0,5%
	1,01 a 2 SM	0	0%	3974	64,5%	32	71,1%	142	71,7%
	2,01 a 4 SM	4	100%	1758	28,5%	11	24,4%	52	26,3%
	4,01 a 10 SM	0	0%	267	4,3%	0	0%	3	1,5%
	10,01 a 20 SM	0	0%	18	0,3%	0	0%	0	0%
	Mais de 20 SM	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%

Quadro 47. Continuação...

Ativid. econôm. por setor segundo o MTE/RAIS	Faixa Salarial	5 - Comércio		6 – Serviços		7 – Administr. Pública		8 - Agropecuária, extr. vegetal, caça e pesca		**Total**	
		Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%
Soma dos seis municípios pesquisados	**Total**	**2500**	**100%**	**2198**	**97,9%**	**787**	**100%**	**268**	**100%**	**12162**	**100%**
	Até 1 SM	214	8,6%	290	13,2%	5	0,6%	17	6,3%	**602**	**4,9%**
	1,01 a 2 SM	1833	73,3%	1116	50,8%	321	40,8%	199	74,3%	**7617**	**62,6%**
	2,01 a 4 SM	408	16,3%	615	28,0%	380	48,3%	49	18,3%	**3277**	**26,9%**
	4,01 a 10 SM	43	1,7%	124	5,6%	73	9,3%	3	1,1%	**513**	**4,2%**
	10,01 a 20 SM	2	0,1%	7	0,3%	8	1,0%	0	0,0%	**35**	**0,3%**
	Mais de 20 SM	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	**0**	**0%**

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do Ministério do Trabalho e Emprego/RAIS, 2011 (BRASIL. MTE, 2013).

Antes de iniciar algumas considerações sobre os dados acima apresentados, relembra-se que a análise centra-se sobre os níveis de salário percebidos pelos jovens individualmente considerados, sem inferir outros aspectos como, por exemplo, o conjunto da

[137] Valor do salário mínimo para 2011: R$ 545,00 (GUIA TRABALHISTA, 2013).
[138] Não foi informado o valor do salário de três trabalhadores do setor da indústria de transformação para o ano de 2011.
[139] Não foi informado o valor do salário de dois trabalhadores do setor da construção civil para o ano de 2011.

renda familiar, se o jovem reside com a família de origem ou se já formou nova família, se possui filhos ou não, se contribui com seu salário para a família ou se o utiliza apenas para si, pois não foi possível obter esse detalhamento nessa fonte de pesquisa.

Para interpretação do quadro, deve se notar que as colunas trazem o total por setores econômicos, conforme a classificação do Ministério do Trabalho e Emprego para a prestação das informações da RAIS. A porcentagem equivale a cada setor em particular, totalizando 100%. Desta forma, é possível perceber quais os níveis salariais mais significativos entre os jovens conforme o tipo de atividade econômica.

Na microrregião de Toledo, observa-se um percentual expressivo de jovens trabalhadores do mercado formal que recebem até 1 SM. Analisando-se conforme as atividades econômicas, percebe-se que 13,2% dos jovens do setor de serviços, 8,6% do setor do comércio, 6,3% do setor de agropecuária encontram-se nessa faixa salarial, que não garante o mínimo indispensável para subsistência.

Observa-se que, em média, 70% dos trabalhadores entre 18 e 29 anos percebem salários mensais entre 1 e 2 SM. Eles atuam nos setores da indústria de transformação, dos serviços industriais de utilidade pública, da construção civil, do comércio e de agropecuária, sendo este último setor o que apresenta maior porcentagem (74,3%). Por outro lado, a faixa salarial de 2,01 a 4 SM representa quase a metade dos jovens trabalhadores na administração pública, sendo que esta porcentagem cai para 28% nos setores da indústria de transformação e de serviços, e para 18% no setor agropecuário.

Na faixa salarial de 4,01 a 10 SM, ocorre quase a mesma correlação entre os setores, porém com porcentagens bem menores: 9,3% dos jovens trabalhadores no setor público, 5,6% na área de serviços e 4,3% no setor da indústria de transformação. Nas faixas salariais mais elevadas, nota-se apenas 1% dos jovens trabalhadores da área pública com salários entre 10,01 e 20 SM, e índices de 0,3% para os do setor da indústria de transformação e de serviços. Não há registro de jovens trabalhadores formais entre 18 e 29 anos na faixa salarial acima de 20 SM em nenhum setor da economia microrregional.

Ao se observar a porcentagem total da soma dos setores (última coluna), tem-se um panorama mais completo. Em relação aos níveis salariais que se situam na base (menos de 1 SM e até 2 SM), estão registrados 67,5% dos jovens trabalhadores formais da microrregião que, segundo a classificação do IBGE, pertenceriam à Classe E.

A Classe D abarcaria 27% do total de jovens trabalhadores, pois se situam na faixa salarial entre 2,01 a 4 SM, na Classe C se posicionariam apenas 4,2%, e na Classe B somente

0,3%, configurando uma situação de trabalho formal com baixos rendimentos para essas coletividades geracionais jovens residentes na microrregião de Toledo.

Tendo por base os dados apresentados, o capítulo seguinte procurou sumarizá-los e analisá-los à luz do referencial teórico estudado a fim de procurar responder a questão que motivou a presente investigação. Afinal, quais seriam as possíveis relações entre as formas de inserção dos grupos geracionais jovens no processo de desenvolvimento da microrregião de Toledo e as possibilidades de mudança social?

5. A INSERÇÃO DOS JOVENS NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DA MICRORREGIÃO DE TOLEDO: POSSIBILIDADES E LIMITES PARA MUDANÇA SOCIAL

"Por isso cuidado, meu bem
Há perigo na esquina
Eles venceram e o sinal
Está fechado pra nós
Que somos jovens."
(Como nossos pais, Elis Regina)

O objeto da investigação em curso concentra-se nas relações entre as formas de inserção dos jovens no processo de desenvolvimento regional e as possibilidades de mudança social na microrregião de Toledo. Assim, o presente capítulo é composto de duas partes e objetiva analisar essas formas de inserção a partir dos dados obtidos e expostos no capítulo anterior, com enfoque nas variáveis de educação, profissionalização e trabalho/renda dos jovens, classificando-os conforme a natureza dessa inserção. Para finalizar, procura-se ponderar sobre as perspectivas e os limites que essas formas de inserção oferecem para possibilidades de mudança social em termos da relação entre a dinâmica geracional e o desenvolvimento regional.

5.1 AS DIFERENTES FORMAS DE INSERÇÃO DOS JOVENS DA MICRORREGIÃO DE TOLEDO

A multiplicidade do conceito de juventude, bem como a constatação de que no Brasil não se pode falar em "juventude" no sentido único, mas sim de diferentes "juventudes" (ABRAMOVAY, 2002; AQUINO, 2009; CAMARANO, MELLO; KANSO, 2009), conduzem à ideia de que o tempo histórico e suas características moldam e determinam a produção da juventude, ou melhor, das "juventudes".

Nesse sentido, mesmo num espaço regional considerado economicamente rico e socialmente desenvolvido como a microrregião de Toledo, encontra-se uma pluralidade de situações que envolvem as diversas coletividades geracionais jovens. Então, para

compreender as formas de inserção dos jovens no contexto do desenvolvimento regional elaborou-se uma categorização, que visa classificar as distintas "juventudes" em termos de sua posição na hierarquia socioeconômica, educacional e profissional. Essa escolha metodológica para a análise dos dados foi avaliada em função das possibilidades de identificação da ocorrência ou não de mudança social da microrregião.

A classificação das diferentes formas de inserção dos jovens é detalhada a seguir:

a) Não inserção ou "desfiliação"[140]: refere-se aos jovens excluídos em termos de escolarização, profissionalização, trabalho, isolados socialmente, dentre outros indicadores. Ex.: analfabetos, desempregados de longa duração, os envolvidos em atividades ilícitas, presidiários, dependentes de benefícios sociais, etc.;

b) Inserção subordinada ou precária: refere-se àqueles com escolaridade mínima e que ocupam posições no mercado de trabalho em atividades de baixa qualificação e remuneração, ou que possuem empregos precários ou temporários, com fragilidade relacional na vida social. Ex.: mão de obra de salário mínimo, empregados temporários, operários de baixa qualificação profissional, atendentes em consultórios, vendedores que atuam no comércio varejista, empregados (as) domésticos (as), etc.;

c) Inserção média: refere-se àqueles que possuem ensino médio completo e que mesmo chegando a uma escolarização superior, ocupam postos no setor público e privado de remunerações medianas. Esse tipo de inserção caracteriza-se pela capacidade dos jovens em manter uma autonomia apenas relativa, pois muitas vezes não conseguem obter os meios para sustentar suas necessidades e de suas famílias. Incluem-se nesta categoria filhos de pequenos agricultores, mesmo que proprietários, profissionais de nível médio e/ou superior que atuam no setor público e privado, professores, empregadores, trabalhadores autônomos, etc.;

d) Inserção dominante: refere-se à alta escolarização e em cursos considerados privilegiados em termos de profissionalização e futuro como, por exemplo, Medicina, Odontologia, Engenharias, Direito, dentre outros; são jovens com experiência internacional (viagens e intercâmbios), capacidade para falar e entender línguas estrangeiras, que possuem variadas atividades extracurriculares em sua formação, etc. Essa categoria abrange também os jovens proprietários de clínicas, escritórios e empresas de médio e grande porte, além de jovens que atuam em empreendimentos familiares de grande porte. Esse tipo de inserção caracteriza-se

[140] O termo "desfiliação" é utilizado por Robert Castel (1998, p. 527) para indicar as pessoas excluídas do usufruto dos bens e serviços sociais, ou seja, pessoas que se encontram "à margem" do processo de desenvolvimento econômico e social de uma região ou país.

pela capacidade dos jovens em manter sua autonomia, usufruir de um conjunto de direitos e oportunidades sociais, obter meios de sustentar suas necessidades e de formar projetos de vida realizáveis.

Tendo em vista essa possibilidade de análise das formas de inserção das diferentes coletividades geracionais jovens, esboça-se uma tentativa de classificação da inserção dos jovens em termos de educação (Item 4.1 Os jovens e a educação, Capítulo 4), enfocando-se o nível de escolaridade. Compreende-se, enquanto pesquisadora, os riscos de se propor uma classificação das formas de inserção nesses termos, pois há muitos e variados fatores que influenciam e não se pode construir uma análise simplista ou mecânica da realidade encontrada. Porém, trata-se de um esforço acadêmico para sumarizar os resultados da pesquisa.

Assim, em média 20% dos jovens entre 18 e 29 anos, residentes nos municípios pesquisados, que estão entre os mais desenvolvidos social e economicamente da microrregião, são analfabetos ou não concluíram o nível mais básico de escolarização (Ensino Fundamental). Esses jovens podem ser considerados como **não inseridos** no processo de desenvolvimento da região, pois inúmeros estudos demonstram que a educação oportuniza maior igualdade em relação à inserção das pessoas no mercado de trabalho, propiciando valorização cultural e melhoria da qualidade de vida.

Nessa linha de raciocínio, observa-se que 23% desses jovens apenas completaram o Ensino Fundamental, num total de 8 ou 9 anos de estudo (conforme a grade curricular, que foi alterada recentemente), podendo ser classificados como uma **inserção subordinada** no processo de desenvolvimento da microrregião, na medida em que esse nível de escolaridade não propicia o exercício de atividades que demandam maior qualificação profissional e, consequentemente, maior remuneração.

Quanto aos jovens que completaram o Ensino Médio ou o Ensino Superior em áreas consideradas de menor prestígio ou *status* social e econômico, que conseguiram se inserir em atividades remuneradas, públicas ou privadas, percebendo uma renda mediana, tem-se aproximadamente 51% (Ensino Médio: 45% dos jovens e Ensino Superior: aproximadamente

6%[141]). Essa parcela da população jovem poderia ser classificada como tendo uma **inserção média** no processo de desenvolvimento regional.

Em relação aos dados do Ensino Superior, faz-se mister ressaltar que a ampliação do acesso a ele vivenciada pelos municípios da microrregião não necessariamente se constitui em objeto de atração para os jovens da elite, pois eles continuam a deixar esse espaço regional em busca de cursos mais atrativos socialmente, pois no rol dos cursos existentes na microrregião não constam os cursos de Medicina, de Odontologia e alguns tipos de Engenharia, por exemplo[142]. Além desses fatores, os cursos disponíveis na microrregião são, em sua maioria, noturnos e destinados a alunos trabalhadores, alguns mais acessíveis em relação ao preço das mensalidades nas universidades e faculdades particulares e outros nem tanto. Os cursos da área das Engenharias da UTFPR e da Unioeste são uma das poucas exceções, pois exigem período integral e, portanto, dedicação praticamente exclusiva aos mesmos.

E, finalmente, ainda em termos de nível de escolaridade, pode-se considerar os outros 6%[143] dos jovens com Ensino Superior completo em áreas que propiciam maior retorno financeiro e maior prestígio social como, por exemplo, Medicina, Odontologia, Engenharias, dentre outras. Esses profissionais tem a possibilidade de trabalharem de forma autônoma em consultórios, clínicas ou escritórios particulares, conciliando (ou não) com outras formas de trabalho em órgãos públicos, por exemplo. Outros jovens, filhos de grandes e médios empresários ou de grandes produtores agrícolas, prosseguem nos estudos a fim de serem preparados para dirigir os negócios da família e, portanto, formam o que se poderia classificar de uma **inserção dominante**.

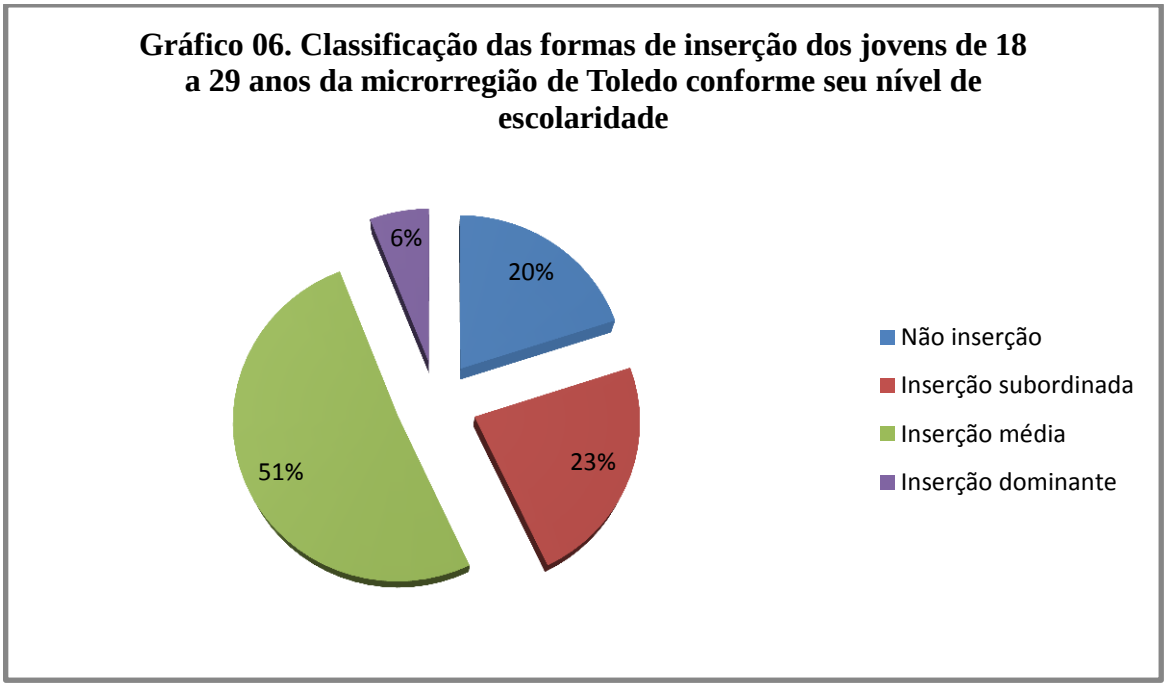
Para demonstrar esquematicamente esses dados, tem-se:

[141] Estimativa aproximada de 6% (a metade), pois a média dos municípios pesquisados aponta 12,2% de jovens entre 18 e 29 anos com Ensino Superior completo. Essa estimativa baseia-se em entrevistas informais com os profissionais e docentes de nível universitário da microrregião de Toledo.

[142] Essas constatações partiram de entrevistas informais com os profissionais da microrregião, da convivência no ambiente acadêmico da Unioeste e de contatos informais com os professores dos anos finais do Ensino Médio e/ou cursinhos preparatórios para vestibulares.

[143] Estimativa baseada em entrevistas informais com os profissionais e docentes de nível universitário da microrregião de Toledo.

Gráfico 06. Classificação das formas de inserção dos jovens de 18 a 29 anos da microrregião de Toledo conforme seu nível de escolaridade



Fonte: Elaboração da autora com base nos dados da pesquisa (2013).

Em termos de possibilidades de qualificação profissional (Item 4.2 Os jovens e o processo de profissionalização, Capítulo 4), não se pode afirmar que há poucas opções de cursos técnicos regulares no sistema público de educação, equivalentes ou concomitantes ao Ensino Médio na microrregião, porém o que desperta maior preocupação, como visto Quadro 25 (Matrículas e concluintes dos cursos técnicos regulares ofertados na microrregião de Toledo – Ano letivo de 2012), é que o índice de aprovação e de concluintes nesses cursos é baixo em relação ao número de matrículas. Ou seja, há desistências por parte dos adolescentes e jovens neles inscritos, por variados motivos, dentre eles depreende-se a necessidade de se inserir em atividades produtivas para auferir renda para si e/ou para sua família.

Por outro lado, a oferta de cursos profissionalizantes de curta duração é relativamente farta, porém os custos financeiros da maioria dos cursos e os materiais necessários a cada um deles dificultam o acesso de considerável parcela da população de adolescentes e jovens da microrregião. Ainda observa-se que é bastante restrita a oferta de cursos dessa natureza gratuitos e a partir dos dados analisados, verificou-se que quando são ofertados, os horários disponíveis se concentram no período diurno, obstando aos jovens que trabalham em horários matutinos e vespertinos regulares a frequência a eles (vide Quadros 27 a 33).

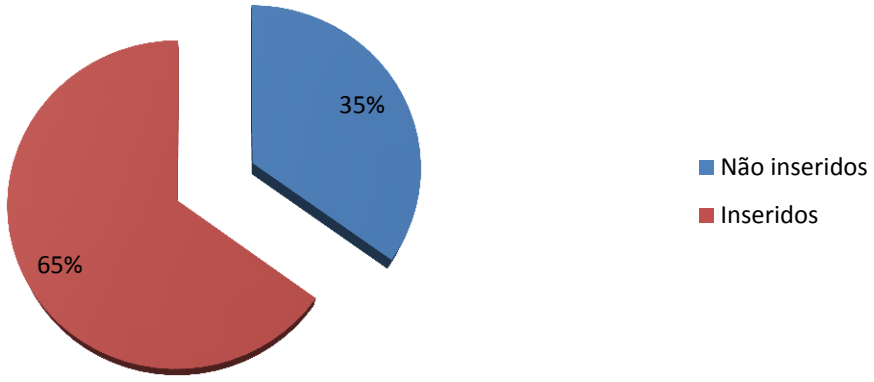
Outra maneira de compreender as formas de inserção dos jovens da microrregião é pela variável trabalho e renda (Item 4.3 Os jovens e o trabalho, Capítulo 4). Segundo os dados do Censo Demográfico do IBGE (2010), tem-se que na média dos municípios pesquisados

(Quadro 36) há 19,7% dos jovens sem trabalho, 13,9% deles em atividades laborativas informais e 1,4% que realizam atividades de trabalho sem a correspondente remuneração, num total de 35%. Essa parcela da coletividade geracional jovem da microrregião pode ser considerada como pertencente à categoria dos **não inseridos**.

Dentre os jovens trabalhadores do mercado formal tem-se 49,4%, militares 0,1%, funcionários públicos perfazem 2,2% e empregadores 1,2%, totalizando 52,9% que, embora não se possa inferir sobre suas reais condições de trabalho e níveis de salário ou renda recebidos, pode-se considerar como **inseridos**, sem que seja possível classificar essas formas de inserção.

Da mesma maneira, quanto aos jovens trabalhadores por conta própria, que totalizam 12% na microrregião, não se pode afirmar que tipo de inserção seria, pois há desde auxiliares de serviços gerais, por exemplo, que realizam todo tipo de serviços e que geralmente obtém uma renda mínima ao nível da sobrevivência apenas, outros que são pedreiros ou pintores autônomos que possuem um nível de rendimento médio ou relativamente elevado, até médicos, advogados, dentistas ou engenheiros que atuam de forma autônoma e auferem níveis de renda acima dos patamares médios. Assim, pode-se considerá-los como produtivamente **inseridos**, mas sem possibilidade de classificação dessas formas de inserção.

Gráfico 07. Formas de inserção dos jovens de 18 a 29 anos residentes na microrregião de Toledo pelo tipo de trabalho



Fonte: Elaboração da autora com base nos dados da pesquisa (2013).

Os dados específicos em relação à renda declarada pelos jovens da microrregião, valores de 2010 (Quadro 37), permitem uma análise mais detalhada. Na média dos municípios pesquisados 21,9% dos jovens declararam não possuir renda e 22,1% tem uma renda inferior a 1 SM, ou seja, nível inferior ao estabelecido pela legislação pertinente. Somando-se os dados, tem-se 44% dos jovens que podem ser considerados como **não inseridos**, pois não dispõem do menor nível de renda indispensável à sua sobrevivência e/ou de suas famílias.

No nível de renda entre 1,01 e 2 SM encontram-se 40% dos jovens da microrregião, que podem ser considerados no nível de **inserção subordinada** em termos salariais, indicando inserção no mercado de trabalho em atividades de baixa qualificação e, portanto, baixa remuneração.

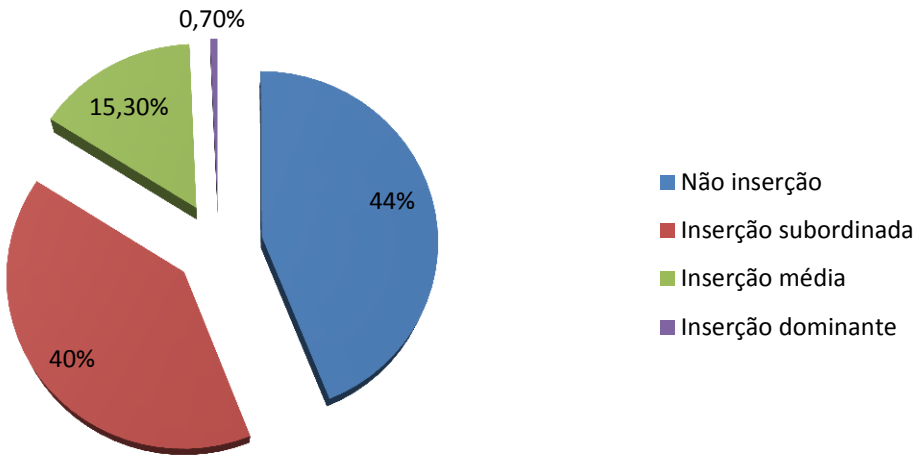
Os jovens que se situam no nível de renda declarada entre de 2,01 e 4 SM representam 12% do total e poderiam ser classificados como um nível de inserção mediana, pois se constata uma situação salarial peculiar na microrregião. Apesar dos dados do IPARDES (2008, p. 45-46) demonstrarem que Toledo ampliou sua participação no total do emprego do estado do Paraná no período de 1985 a 2005, os novos postos de trabalho criados foram, em sua maioria, nas faixas de remuneração mais baixas (até 3 SM). Assim, observa-se que este espaço regional obteve participação maior que a média do estado do Paraná nas duas primeiras faixas (até 1 SM e de 1,01 a 3,00 SM) e participação menor nas faixas mais elevadas[144]. O IPARDES (2008) sugere ainda que esse fator pode ser explicado pela matriz econômica da região e que pode ser indicativo de uma maior exploração da força de trabalho em relação às outras regiões do Paraná.

Tendo em vista este contexto, na sequência, a faixa de renda declarada pelos jovens, de 4,01 a 10 SM totaliza 3,3%, o que poderia ser classificada também como uma **inserção média**, pois não se pode considerá-la elevada em termos comparativos gerais. Somando-se, tem-se 15,3% dos jovens nessa classificação de inserção.

Finalmente, os jovens da microrregião inseridos nas faixas de renda entre 10,01 e 20 SM (0,6%) e acima de 20 SM (0,1%) perfazem somente 0,7% do total de jovens e podem ser considerados como numa faixa de **inserção dominante**.

[144] De 1995 a 2000 houve perda absoluta de postos de trabalho na faixa de remuneração "mais de 20 SM" em toda a região Oeste do Paraná, sem recuperação até 2005 (IPARDES, 2008, p. 46).

Gráfico 08. Classificação das formas de inserção dos jovens de 18 a 29 anos da microrregião de Toledo segundo a renda declarada



Fonte: Elaboração da autora com base nos dados da pesquisa (2013).

Ainda sobre a variável trabalho e renda, considerando-se somente os jovens em situação de trabalho formal (Quadros 46 e 47) e somando-se todos os setores de trabalho estabelecidos pelo Ministério do Trabalho/Relação Anual de Informações Sociais, ano base 2011, tem-se a seguinte situação salarial dos jovens dos municípios da microrregião de Toledo.

Na faixa de até 1 SM, tem-se 4,9% dos jovens e entre 1,01 e 2 SM eles totalizam 62,6%. Assim, tem-se 67,5% de todos os jovens em situação de trabalho formal da microrregião percebendo salários mensais que vão de menos de 1 a 2 SM, o que se configura uma situação de **inserção subordinada**, pois conforme já visto no Capítulo 4, item 4.3, embora tenha havido ganhos reais em termos dos valores do salário mínimo nacional, ele ainda situa-se num patamar muito aquém do que estabelece o preceito constitucional[145].

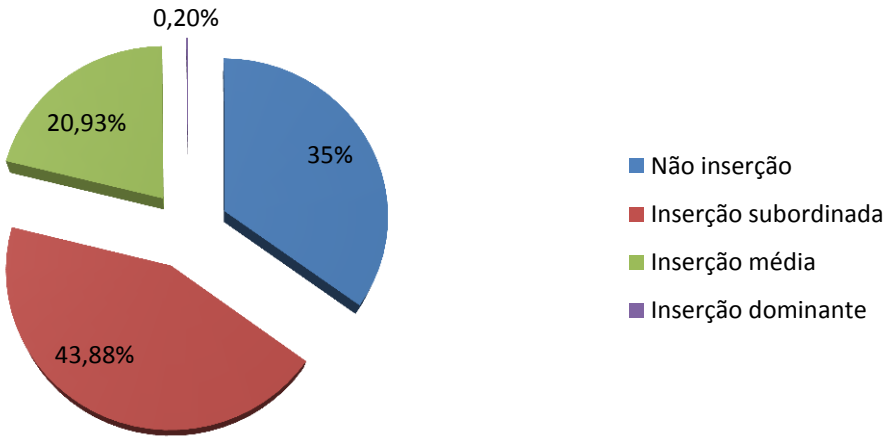
Na faixa salarial de 2,01 a 4 SM encontram-se 26,9% dos jovens em situação de trabalho formal e entre 4,01 e 10 SM estão 4,2%, somando-se 31,1% dos jovens que poderiam ser considerados como tendo uma **inserção média** em termos de emprego e salário. E nos patamares mais elevados de renda, tem-se 0,3% dos jovens na faixa de 10,01 a 20 SM, registrando-se que para o ano pesquisado não foi registrado nenhum jovem entre 18 e 29 anos

[145] Conforme o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE *apud* MEU SALÁRIO[145], 2013), o salário mínimo nacional ideal em dezembro de 2010 seria de R$ 2.227,53 para o sustento de uma família de 2 adultos e 2 crianças, considerando-se o que prevê a Constituição Federal de 1988.

na faixa mais elevada de renda (acima de 20 SM), dessa forma tem-se 0,3% dos jovens que podem ser classificados numa faixa de **inserção dominante** em termos de renda auferida através do trabalho formal.

Faz necessário esclarecer que a classificação "não inserção" aparece no gráfico abaixo com 35% pois se refere aos dados do Gráfico 07, no qual se considera os jovens sem trabalho, os que trabalham sem remuneração e os que estão inseridos no mercado informal de trabalho (sem registro em CTPS). Os demais são jovens trabalhadores inseridos no mercado formal (65%), para os quais se calculou a proporcionalidade conforme os dados dos Quadros 46 e 47. Assim, esquematicamente, tem-se:

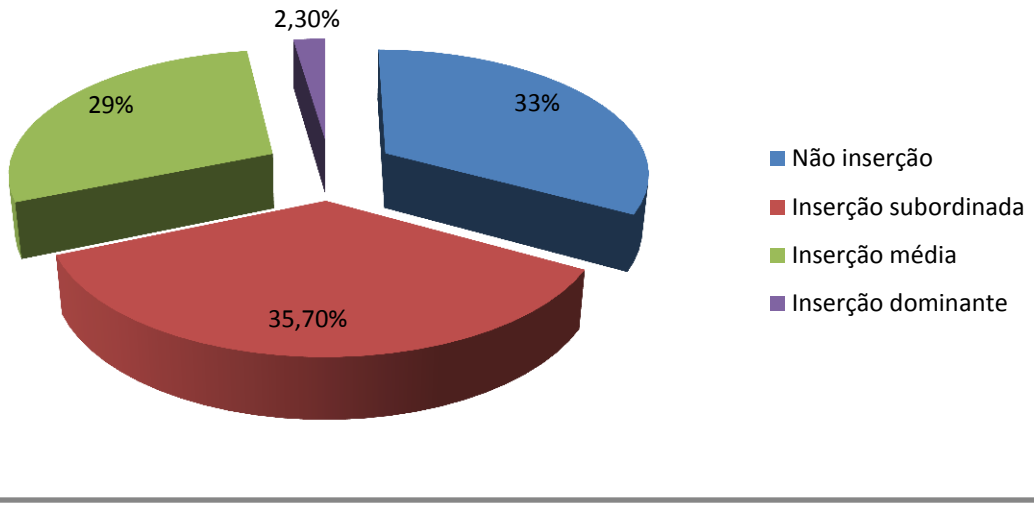
Gráfico 09. Classificação das formas de inserção dos jovens de 18 a 29 anos da microrregião de Toledo segundo a renda obtida pelo trabalho formal



Fonte: Elaboração da autora com base nos dados da pesquisa (2013).

Dessa forma, em termos gerais, ao se proceder à média desses indicadores provenientes das variáveis da pesquisa, tem-se o seguinte quadro final sobre a classificação das formas de inserção dos jovens da microrregião de Toledo.

Gráfico 10. Classificação geral das formas de inserção dos jovens de 18 a 29 anos da microrregião de Toledo segundo a média dos indicadores pesquisados



Fonte: Elaboração da autora com base nos dados da pesquisa (2013).

Ante esse panorama geral, considerando-se o desenvolvimento em seu sentido amplo, no qual seu significado se traduz em maior igualdade entre os sujeitos e atores desse processo, maiores oportunidades de ascensão social pela educação e profissionalização, essenciais para a inserção produtiva dos jovens e futuros adultos que levarão adiante os projetos de desenvolvimento da microrregião de Toledo, percebe-se que praticamente 70% dos jovens estão à margem desse processo (**não inseridos**) ou estão nele inseridos precariamente (**inserção subordinada**).

Nesse sentido, questiona-se a capacidade da microrregião em construir um projeto político regional para o seu pleno desenvolvimento levando-se em conta a quantidade e a qualidade dos recursos humanos que ela vem gerando, pois conforme as teorias do desenvolvimento regional endógeno estudadas no Capítulo 2 desta tese, o elemento humano é fundamental para qualquer processo que vise o crescimento econômico, o desenvolvimento social e a melhoria da qualidade de vida de uma sociedade.

Para autores como Boisier (1996; 1999; 2000; 2006), Capello (1999; 2001; 2008), Haddad (2009), Banco Mundial (2001), Martinelli e Joyal (2004), dentre outros, o "capital humano", ou seja, o estoque de conhecimentos, aptidões e competências dos indivíduos, as habilidades empreendedoras, a capacidade para tomar decisões baseadas em mudanças e inovações, a educação, a cultura, o investimento em pesquisas, o estímulo às atividades relacionadas à ciência e à tecnologia, bem como o crescente processo de inclusão social são

elementos essenciais para a promoção do desenvolvimento de um espaço regional. Como desenvolver essas características em meio a jovens com tantas carências educacionais, econômicas e profissionais?

Nessa linha de pensamento, conforme as variáveis e indicadores pesquisados e os critérios adotados, percebe-se que somente 29% dos jovens entre 18 e 29 anos podem ser considerados inseridos, ainda que de forma mediana (**inserção média**). A maior parte deles ocupa um posto de trabalho formal, com as garantias trabalhistas inerentes a essa condição, a maioria percebe um salário que vai de 2,01 a 4 SM, sendo que uma parcela menor desses jovens se encaixa na faixa salarial de 4,01 a 10 SM, e são pessoas que conseguiram concluir o Ensino Médio (em sua maioria) e um menor número que conquistou um diploma de nível superior, mesmo em áreas não tão valorizadas social e economicamente.

Contudo, no patamar mais elevado da classificação sobre as formas de inserção, encontram-se apenas 2,3% dos jovens (**inserção dominante**), cuja escolaridade, inserção no trabalho e percepção de renda estão entre as mais elevadas. A maioria desses jovens teve a possibilidade de se preparar em cursos e carreiras profissionais considerados privilegiados ou inserirem-se de forma produtiva nos negócios da família, são empreendedores em atividades comerciais ou industriais, ou exercem de forma autônoma suas profissões de maneira que seus rendimentos permitem o sustento de suas necessidades e de suas famílias, o exercício de direitos e oportunidades sociais, além de viagens e projetos para o futuro. Geralmente são os jovens oriundos dessa camada socioeconômica que irão ocupar postos de liderança política e econômica nos assuntos da microrregião, participando de forma mais ativa da sociedade onde vivem e trabalham.

Assim, os recursos humanos existentes na microrregião não estão sendo qualitativamente preparados para levar adiante seu processo de desenvolvimento, sem mencionar os jovens que se desvinculam da região, uma vez que se deslocam aos grandes centros para estudar ou trabalhar e na sequência se inserem definitivamente no mercado de trabalho dessas localidades, sem retornar para a microrregião.

Ao se enfocar a inserção dos jovens segundo suas diferentes características étnico-raciais, tem-se um quadro ainda mais preocupante na microrregião de Toledo. Em relação à variável educação, verifica-se que entre os jovens autodeclarados “pretos” há proporcionalmente três vezes mais analfabetos e duas vezes mais pessoas com o nível de Ensino fundamental incompleto do que os jovens de outras características étnico-raciais. Por

outro lado, quando se considera os níveis mais elevados de escolaridade, a situação se inverte, havendo proporcionalmente 70% menos jovens autodeclarados “pretos” com Ensino Médio completo e menos da metade deles com Ensino Superior completo.

Os jovens autodeclarados “pardos” também apresentam uma situação de desigualdade em relação aos níveis de escolaridade, pois entre eles há proporcionalmente uma vez e meia mais pessoas com Ensino Fundamental incompleto, 70% menos jovens com Ensino Médio completo e quase 3 vezes menos jovens com Ensino Superior Completo.

Quanto aos jovens autodeclarados “brancos”, ao contrário dos autodeclarados “pretos” e “pardos”, eles figuram em menor porcentagem nos níveis mais baixos de escolaridade e em maiores proporções quando se trata do Ensino Médio e Ensino Superior completos, denotando melhores condições econômicas e sociais para o prosseguimento de seus estudos.

Na variável trabalho (indicador: tipo de trabalho), os jovens autodeclarados “brancos” apresentam maior proporcionalidade entre os funcionários públicos, os trabalhadores por conta própria e os empregadores, porém também figuram em maior proporção entre os trabalhadores não remunerados. Os jovens autodeclarados “pretos” estão em maior proporção dentre os trabalhadores informais (sem registro em CTPS) e em menor proporção entre os empregadores, assim como os autodeclarados “pardos”. Esses últimos aparecem também em menor proporção entre os funcionários públicos e em demarcada maioria entre os militares.

Sobre a renda percebida pelos jovens segundo suas características étnico-raciais, observa-se uma situação equivalente ao tipo de trabalho exercido por eles, pois os autodeclarados “brancos” apresentam maior proporcionalidade em todas as faixas de renda entre 2,01 e mais de 20 SM. Já os jovens autodeclarados “pretos” figuram em maior proporção na faixa de renda de 1,01 a 2 SM, sendo que acima de 4,01 SM a proporcionalidade é mínima e inexistente a partir de 10,01 SM. Os autodeclarados “pardos” apresentam maiores proporções em todas as faixas de renda mais baixas (sem renda até 2 SM) e aparecem proporcionalmente com menos de 1/3 nas faixas de renda acima de 4,01 SM.

Com esse panorama, percebe-se que ser jovem nesse espaço regional e não pertencer à categoria dos autodeclarados “brancos” envolve proporcionalmente mais riscos de não conseguir alcançar níveis de escolaridade elevada, trabalhos estáveis e/ou com garantias sociais e, consequentemente, níveis de renda que proporcionem maior qualidade de vida.

Outro recorte importante para se verificar como se encontram inseridos os jovens da microrregião de Toledo se refere às relações de gênero. Retomando-se as variáveis da pesquisa, começando pela educação, percebe-se avanços das jovens do sexo feminino que se encontram em maiores proporções nos níveis de Ensino Médio completo e acima. Por outro lado, os jovens do sexo masculino são maioria entre os analfabetos e entre os que têm Ensino Fundamental incompleto e completo. Resumindo, as mulheres estão estudando mais e alcançaram maiores níveis de escolaridade que os homens. Porém, este contexto se traduziria em melhores empregos e maior renda? Não necessariamente, é o que se verifica em relação à variável trabalho.

No que diz respeito ao tipo de trabalho realizado pelos jovens, verifica-se que os do sexo masculino aparecem em maior proporção na categoria de empregados formais, informais, por conta própria e empregadores, chegando à totalidade entre os militares. As jovens mulheres aparecem em maioria entre os funcionários públicos, fator positivo devido às garantias desse tipo de trabalho, mas infelizmente também são maioria em relação ao trabalho não remunerado e à categoria nenhum trabalho, na qual perfazem quase 70%. Ou seja, mesmo apresentando níveis de escolaridade mais elevados que os jovens do sexo masculino, elas tem maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho, provavelmente pelas pressões sociais em torno do seu papel de mães e esposas, historicamente responsáveis pelo trabalho doméstico e cuidados com filhos pequenos e/ou outros membros da família que necessitam assistência.

Sobre a renda declarada, o mesmo padrão se repete: as jovens do sexo feminino aparecem em maior proporção nos níveis sem renda e de até 1 SM. Todas as demais faixas salariais acima de 1,01 SM até 20 SM os jovens do sexo masculino predominam, sendo que acima de 20,01 SM somente os homens aparecem. Assim, embora se tenha avançado em termos das desiguais relações entre os gêneros, observa-se que ainda há muito a aprimorar para que haja maior igualdade. Conclui-se que as jovens do sexo feminino encontram-se proporcionalmente menos inseridas social e produtivamente do que os jovens do sexo masculino nesse espaço da microrregião de Toledo.

De posse dessa síntese dos dados encontrados, procura-se no item seguinte, traçar algumas considerações sobre as possíveis respostas à indagação inicial que motivou a pesquisa, ou seja, quais seriam as relações existentes entre as formas de inserção dos jovens no processo de desenvolvimento e as possibilidades de mudança social na região?

5.2 PERSPECTIVAS PARA A MUDANÇA SOCIAL NA MICRORREGIÃO DE TOLEDO: DINÂMICA GERACIONAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Ante as diferentes vivências encontradas entre as coletividades geracionais jovens, bem como as distintas formas de inserção das mesmas no processo de desenvolvimento da microrregião, compreende-se que partilham de uma "posição geracional" parcialmente comum por terem nascido em um mesmo tempo cronológico (MANNHEIM, 1928). Potencialmente estas coletividades têm iguais possibilidades de presenciar e de experimentar os mesmos acontecimentos histórico-sociais. No entanto, essas experiências semelhantes certamente carregam significados diferenciados conforme suas condições socioeconômicas, suas características étnico-raciais e as relações de gênero demarcadas nas coletividades geracionais jovens identificadas neste espaço regional.

Nessa linha de pensamento, uma vinculação mais concreta ou uma prática coletiva, que Mannheim (1928) denomina de "conexão geracional", parece estar obstaculizada pelo abismo que separa essa mesma posição geracional, pois as diferenças entre os conteúdos sociais reais vivenciados por essas coletividades geracionais jovens da microrregião não parecem partilhar um destino e um conteúdo conectivos comuns. Para o autor, o vínculo geracional compõe-se de um ritmo biológico aliado a condições socioeconômicas de base comum, que produzem uma forma específica de viver e de pensar, o que não se observa entre as coletividades geracionais jovens sujeitos da pesquisa.

Assim, para além do dado biológico que se materializa em anos de nascimento próximos, a maneira única na qual se produzem os sujeitos em cada grupo social os conduz a uma interpretação dos acontecimentos e dos processos históricos que identificam uma geração também de maneira particular, dependendo das relações de classe, de gênero, de condições socioeconômicas, de características étnico-raciais e culturais, o que se verifica no caso estudado.

Ainda para o autor, é possível que no âmbito de uma mesma conexão geracional se formem várias "unidades geracionais" que lutem entre si em posições opostas. No caso estudado, não parece haver provas concretas de um afrontamento direto entre as díspares coletividades geracionais jovens da microrregião, mas tacitamente há evidências da existência de um contexto que se poderia caracterizar por distintas perspectivas, reações e posições ante a vida, a sociedade e o futuro. As desigualdades presentes nas formas de inserção dos jovens no processo de desenvolvimento regional, bem como a adoção de estilos de vida distintos e,

ressalta-se, não por opção pessoal, mas por imposição das condições dadas, aparecem de forma bastante concreta.

Deste modo, retomando a concepção de Mannheim (1928, p. 211-221) sobre a sucessão de gerações como um processo dinâmico numa sociedade marcada por mudanças geracionais, os principais aspectos observados seriam:

a) Há uma constante entrada de novos portadores de cultura, que obstrui o que está acumulado e produz uma revisão no campo do que está disponível, sendo esses os responsáveis pela vitalidade e dinamismo das sociedades. No caso da microrregião de Toledo, pelos dados coletados e analisados, não parece haver evidências de uma revisão do que está posto ou propostas de mudanças através do alcance de novas posições sociais;

b) Há uma saída constante dos portadores de cultura anteriores, não necessariamente a definição biológica do que é "velho", mas sim daqueles que vivem num contexto de experiências específicas, adquiridas e pré-formativas. A pesquisa fornece indicativos de que as gerações mais antigas pertencentes ao extrato dominante, bem como seus valores, perpetuam-se na microrregião através do preparo das novas gerações para assumir as mesmas posições de poder político e econômico, parecendo não haver espaço para a irrupção de novas ideias e perspectivas de mudança social;

c) Existe um caráter contínuo de mudança geracional e um enfrentamento das gerações que estão mais próximas entre si, pois elas se conjugam e se influenciam mutuamente. Para o autor, quanto mais dinâmica é uma sociedade, mais o reflexo das gerações mais jovens se faz sentir nas gerações mais antigas, pois as forças sociais paralisam os fatores biológicos naturais que caracterizam a idade. No caso estudado, não parece haver indícios de que as forças sociais presentes no processo de mudança geracional causem reflexos marcantes nas gerações mais antigas, indicando mais um movimento de acomodação das coletividades geracionais jovens aos lugares socialmente pré-determinados.

Para Mannheim (1928), o fenômeno geracional constitui-se num dos aspectos essenciais para a ocorrência do dinamismo histórico. Ante a conjuntura histórica, política e social da microrregião de Toledo e a análise dos dados sobre as formas de inserção dos jovens no processo de desenvolvimento regional, percebe-se muito mais a factibilidade biológica da mudança geracional e o adormecimento das potencialidades de mudança social do que indicativos concretos de uma possível alteração do *status quo* existente no espaço e nas estruturas sociais regionais.

Ao se ponderar sobre o conceito de mudança social de Ghanem Júnior (2012)[146], pode-se inferir que em relação ao desenvolvimento da microrregião de Toledo, constata-se diferenças nos estados sucessivos da região dentro do mesmo sistema. Assim, é possível afirmar que elas variaram em intensidade com as rápidas transformações ocorridas a partir da forma como se processou a colonização, a modernização da agricultura, a reestruturação da base produtiva, o processo de diversificação da economia regional e seus reflexos na reorganização da população com o êxodo rural e a consequente adaptação dos municípios a essa nova realidade. Pode-se deduzir que as mudanças ocorreram principalmente no segmento específico da economia, colocando a microrregião de Toledo entre as mais ricas do estado do Paraná e do país, pois ao se analisar os índices apresentados não há dúvidas que houve um crescimento econômico acelerado, principalmente devido ao agronegócio.

Entretanto, ao se proceder à análise das formas de inserção dos sujeitos nesse processo, com foco nos jovens de 18 a 29 anos, não se percebe indicativos que poderiam apontar para uma mudança na composição dos seus elementos fundamentais, pois em quantidade fica evidente que houve aumento da população jovem na região, mas suas funções e posições permanecem subalternas e dependentes de uma minoria dirigente, que usufrui dos frutos gerados pelo crescimento econômico experimentado na microrregião.

Os resultados da pesquisa não indicam probabilidade de mudanças na inter-relação entre os diferentes segmentos que compõem a sociedade regional, nem alterações substanciais nas funções dos elementos fundamentais no sistema como um todo, percebendo-se um processo de adaptação e de acomodação das situações e posições que sempre dominaram, com raras exceções.

Os novos grupos geracionais geram tensões porque se constituem em fontes potenciais de mudança que assumem múltiplas formas. De um lado pode ocorrer o conflito de interesses, os valores diferenciados, a incapacidade ou a impossibilidade de se alcançar os objetivos com os meios disponíveis. Por outro lado, pode haver uma contenção dessas tensões com repressão política ou papéis socialmente pré-determinados (CHINOY, 2006).

[146] Considerada como a "[...] diferença entre os vários estados sucessivos da sociedade considerando um mesmo sistema, sendo que a mudança poderia variar em intensidade – nos níveis macro, meso, micro e ainda em segmentos distintos como economia e cultura – ou nos componentes da estrutura, a saber: mudança na composição dos elementos fundamentais (como quantidade e variedade de indivíduos e suas funções); mudança na inter-relação entre esses elementos; mudança nas funções dos elementos fundamentais no sistema como um todo; mudança de limites; mudança nas relações entre subsistemas e no meio ambiente. [...] As chamadas mudanças na estrutura seriam as que mais levariam à mudança do sistema." (GHANEM JR, 2012, p. 01-02).

No caso da microrregião de Toledo, a tradição e as hierarquias sociais estabelecidas parecem perpetuar-se porque as novas gerações ocupam praticamente os mesmos lugares pré-determinados pelas gerações mais antigas, pois não parece haver abertura para abrigar os recém-chegados numa outra estrutura, onde há possibilidade de se introduzir novas formas de pensar e de se organizar. Assim, as possíveis tensões tendem a ser abafadas pelas posições sociais e econômicas previamente definidas.

Conclui-se que os indicadores relacionados à inserção dos jovens da microrregião caracterizam-na mais como uma sociedade competitiva/individualista (BOISIER, 1996), pois ela transformou-se ao longo dos anos em uma região rica e economicamente desenvolvida. Entretanto, parece carecer de uma interação mais densa e articulada entre seus componentes (governos, sociedade civil, cidadãos de modo geral) para se pensar e desenvolver um projeto político regional que priorize também o elemento humano em seu processo de desenvolvimento.

Desta maneira, se o objetivo é o desenvolvimento da região em sentido amplo, ou seja, para além do crescimento econômico, não se observa um diálogo conjunto de órgãos públicos e privados e de instituições políticas regionais a fim de propiciar o acesso de todos à educação, à capacitação, ao desenvolvimento de competências, à formação de qualidade e à geração de empregos mais qualificados na própria microrregião.

O processo de inserção social prevê a introdução dos novos membros de uma coletividade de forma produtiva e digna, sem prejuízo ou precarização da situação daqueles que já se encontram inseridos fazendo com que um número cada vez maior de sujeitos possa usufruir do conjunto de direitos fundamentais e das oportunidades sociais disponíveis a todos os membros desta mesma sociedade. Esse seria um dos principais objetivos do desenvolvimento em seu sentido amplo.

No aspecto relativo ao desenvolvimento regional endógeno, parâmetro teórico utilizado para a construção desse estudo, observa-se que vários autores[147] identificam que o desenvolvimento das regiões está ligado às suas condições e dinâmicas internas, dentre elas o elemento humano é um dos fatores fundamentais para a promoção de inovação e de processos de aprendizagem. Outros autores como Storper (1997), Amaral Filho (1999) e Boisier (1999) ressaltam que um dos fatores importantes para a promoção do desenvolvimento regional

[147] Conforme o Quadro 05 (Capítulo 2): Anselin et al. (1997; 2000); Audretsch e Feldman (1996); Capello (1999; 2001); Crevoisier e Camagni (2000); Feldman (1994), dentre outros.

endógeno diz respeito às externalidades, inclusive tecnológicas, e aos impactos dessas inovações tecnológicas e do aprendizado para a estruturação econômica, social e política de uma dada região, o que retorna à necessidade de preparação e qualificação do elemento humano a fim de lidar com essas inovações.

Nesse sentido, questiona-se: como pensar o desenvolvimento da microrregião de Toledo com maior qualidade de vida e oportunidades de escolhas para a maioria da população se as novas gerações se encontram inseridas na sociedade regional de forma tão precária e subordinada? Como ponderar sobre as necessárias habilidades empreendedoras e capacidade de decisão dos atores locais para direcionar o processo de desenvolvimento da região, se a base da formação educacional e profissional das coletividades geracionais jovens encontra-se fragmentada e praticamente incapaz de absorver novos estoques de conhecimentos e de conectar-se com as transformações e novas tendências?

Boisier (1996; 1999; 2000; 2006) observa que o desenvolvimento endógeno requer uma crescente capacidade da região em atrair e/ou reter recursos financeiros, tecnológicos e institucionais, bem como profissionais qualificados para os empreendimentos e projetos locais que pretende realizar. Também ressalta a importância do capital humano para o desenvolvimento regional, traduzido como um acervo de conhecimentos e habilidades dos indivíduos.

Nessa mesma linha de pensamento, Capello (1999; 2001; 2008) e Haddad (2009), dentre outros elementos, destacam as habilidades empreendedoras, as técnicas e as competências dos atores locais que permitam gerar aquisição cumulativa de conhecimento e de aprendizagem para a promoção do desenvolvimento. Ressaltam ainda que o desenvolvimento endógeno de uma região necessariamente passa por um crescente processo de inclusão social das pessoas, inclusive digital[148].

O Banco Mundial (2001) observa também que o capital de conhecimento, bem como o capital humano, percebido através dos níveis de saúde, educação, motivação e atitude de uma população, são elementos fundamentais para o processo de desenvolvimento regional endógeno.

[148] Nesse aspecto, cita-se a interessante pesquisa de Huang (2013) sobre a importância da inclusão digital como meio de exercício da cidadania, de experimentação de novas relações sociais e de acesso aos serviços públicos, afirmando que as políticas públicas de luta contra a exclusão social devem preparar as pessoas para os desafios da inclusão digital (HUANG, Ping. **La solidarité numérique: réponse locale à l'exclusion et redéfinition des stratégies de développement en matière TIC.** Thèse de doctorat présenté le 29 août 2013 au Programme de doctorat en études urbaines, Université du Québec à Montréal, Montréal, Canada).

Desta forma, diversos elementos essenciais ao desenvolvimento endógeno de uma região, destacados pela literatura especializada, parecem não se manifestar ou se apresentam de forma insipiente no que diz respeito às coletividades geracionais jovens da microrregião de Toledo, não possibilitando a emergência elementos que favorizem a mudança social neste espaço regional.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

"Acredito nos jovens à procura de caminhos novos
abrindo espaços largos na vida.
Creio na superação das incertezas deste fim de século."
(Cora Coralina)

O estudo que ora se encerra se propôs a estabelecer uma correlação entre dois temas, juventude e desenvolvimento regional, procurando compreender em que medida as formas de inserção das coletividades geracionais jovens no processo de desenvolvimento da microrregião de Toledo representam um potencial de mudança social ou de perpetuação das hierarquias sociais já existentes nesse espaço regional.

A pesquisa bibliográfica constituiu-se, então, a partir dos elementos teóricos para a apreensão das categorias-chave da investigação: juventude, inserção social, desenvolvimento regional e mudança social. A seguir, procurou-se compreender histórica e politicamente o espaço geográfico da microrregião de Toledo, situada na região Oeste do Paraná e composta de 21 municípios.

A microrregião de Toledo possui uma forte identidade cultural devido à homogeneidade da população que a colonizou, oriunda dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. A origem rural dos colonos propiciou o estabelecimento de pequenas propriedades e de uma agricultura voltada para o mercado. Ao longo dos anos, em especial nas décadas de 1970 e 1980, houve profundas transformações na estrutura dos municípios devido à forte migração campo-cidade, ocasionando um rápido crescimento urbano sustentado pelos lucros da produção agrícola de *commodities*. Como, então, proporcionar a essa crescente população migrante educação, saúde, formação e inserção profissional num mercado de trabalho também em mutação?

A geração atual de jovens entre 18 e 29 anos nasceu nas décadas de 1980 e 1990, fruto de famílias que experimentaram grandes alterações no seu modo de vida em função das transformações ocorridas na microrregião. Além disso, a partir da década de 1990 a base produtiva econômica da microrregião tornou-se diversificada, integrando-se ao mercado

mundial e houve o fortalecimento da indústria e dos serviços, provocando novas exigências de qualificação profissional e novas demandas para ocupação de diversificados postos de trabalho.

Ante esse contexto, para a investigação sobre as formas de inserção dos jovens nesse processo de desenvolvimento da microrregião, selecionou-se dentre os 21 municípios que a compõem, os seis que apresentaram os melhores índices de desenvolvimento econômico e social, além dos indicadores mais elevados de desenvolvimento humano. A partir dessa escolha, procedeu-se à coleta de dados secundários abrangendo a totalidade dos jovens de 18 a 29 anos, à luz das variáveis: educação; profissionalização e trabalho/renda, bem como seus desdobramentos em diversos indicadores.

Os resultados finais demonstraram que apesar da microrregião estar classificada como uma das mais desenvolvidas do estado do Paraná e mesmo do país, em termos de produção econômica, indicadores sociais, índices de desenvolvimento humano, dentre outros, não se pode falar em desenvolvimento no sentido amplo quando se verifica as formas de inserção dos jovens nesse processo.

O desenvolvimento pressupõe melhoria das condições de vida da maioria da população, distribuição de bem estar, igualdade de oportunidades em relação à educação, à formação profissional, cuidados de saúde, a redução progressiva das desigualdades econômicas e sociais, bem como a garantia de direitos humanos e sociais. Para Sen (2000), o objetivo do desenvolvimento é aumentar o conjunto de possibilidades das escolhas humanas.

Sob esse prisma de análise e respondendo a questão norteadora da pesquisa, que diz respeito a compreender quais seriam as relações entre as formas de inserção dos jovens no processo de desenvolvimento da microrregião de Toledo e as possiblidades de mudança social, tem-se os seguintes resultados.

Pelos critérios adotados no decorrer da investigação, observou-se que a maioria dos jovens da microrregião de Toledo encontra-se à margem desse denominado processo de "desenvolvimento" da região. A concepção de inserção com a qual se trabalhou durante a pesquisa a compreende como um processo multidimensional, ou seja, a inserção é simultaneamente econômica e social, um movimento singular e coletivo, porque se refere a encontrar o lugar de cada um na sociedade sempre no sentido de sua participação ativa e não de simples adesão.

Assim, os resultados demonstram que aproximadamente **33% dos jovens entre 18 e 29 anos residentes na microrregião podem ser classificados como não inseridos**, pois apresentam as seguintes condições:

a) São analfabetos ou possuem apenas o nível de Ensino Fundamental incompleto;
b) Não estão inseridos no mercado de trabalho, ou quando estão trabalhando não auferem renda ou estão nele inseridos informalmente (sem garantias trabalhistas);
c) Não possuem nenhuma fonte de renda ou percebem rendimentos de até 1 SM.

Os dados demonstraram também que há em torno de **35,7% dos jovens da microrregião podem ser classificados no processo de inserção subordinada ou precária**. Eles:

a) Completaram apenas o nível de escolaridade relativo ao Ensino Fundamental, patamar mínimo necessário para uma inserção, mesmo que precária, no mundo do trabalho;
b) Estão mais vulneráveis a pertencer à categoria de "analfabetos funcionais"[149];
c) Encontram-se inseridos no mercado de trabalho em atividades de baixa qualificação e de baixa remuneração;
d) Auferem um nível de renda entre 1,01 e 2 SM.

Uma terceira classificação estabelecida refere-se a um **nível de inserção média, no qual se incluem 29% dos jovens pesquisados**. Eles apresentam as seguintes características:

a) Completaram o Ensino Médio ou o Ensino Superior em áreas consideradas de menor prestígio ou *status* social e econômico;
b) Estão inseridos no mercado de trabalho sob a forma de empregadores, trabalhadores por conta própria e trabalhadores com registro em CTPS, ocupando postos no setor público e privado com remunerações medianas;
c) Percebem uma renda que varia entre 2,01 e 10 SM, sendo a maioria (três quartos) desses jovens inseridos na faixa salarial de 2,01 a 4 SM.

Finalmente, considerados sob uma forma de **inserção dominante, figuram 2,3% dos jovens da microrregião de Toledo**, cujas características são:

a) Possuem Ensino Superior completo em áreas que propiciam maior retorno financeiro e maior prestígio social;

[149] Segundo a UNESCO (2005a), pode ser considerado "analfabeto funcional" toda pessoa que sabe escrever seu próprio nome, assim como lê e escreve frases simples, efetua cálculos básicos, porém é incapaz de interpretar o que lê e de usar a leitura e a escrita em atividades cotidianas, impossibilitando seu desenvolvimento pessoal e profissional.

b) Estão plenamente inseridos no mercado de trabalho como empregadores, profissionais liberais, trabalho formal com registro em CTPS, dentre outras formas;

c) Percebem salários ou declaram rendimentos nas faixas entre 10,01 e 20 SM e acima de 20 SM, embora esse último nível salarial represente uma ínfima parcela da população jovem da microrregião (0,1%).

Ao se avaliar a inserção produtiva dos jovens no processo de desenvolvimento da microrregião de Toledo, percebe-se que praticamente 70% deles estão à margem desse processo ou nele inseridos de forma precária (não inseridos e inserção subordinada). Essas formas de exclusão conduzem a privações, à subalternidade, à desigualdade, à ausência de acesso e de representação pública, restringindo o conjunto de possibilidades das escolhas humanas.

Em relação ao recorte dos jovens sob o ponto de vista de suas características étnico-raciais, as desigualdades são ainda mais intensas. Os **jovens autodeclarados "pretos"** caracterizam-se por:

a) Serem proporcionalmente três vezes mais analfabetos dos que os jovens de outras características;

b) Constam em número duas vezes maior no nível de Ensino fundamental incompleto;

c) Perfazem proporcionalmente 70% menos entre os jovens com Ensino Médio completo;

d) Constituem menos de 50% dentre os jovens com Ensino Superior completo;

e) Estão em maior proporção dentre os trabalhadores informais;

f) Constam em menor proporção entre os empregadores;

g) Figuram em maior proporção na faixa de renda de 1,01 a 2 SM;

h) Aparecem em proporção mínima nas faixas de renda acima de 4,01 SM;

i) Não constam nas faixas de renda acima de 10,01 SM.

Os **jovens autodeclarados "pardos"** também apresentam uma situação de desigualdade em relação aos níveis de escolaridade, tipo de trabalho e renda:

a) Há proporcionalmente uma vez e meia mais jovens com Ensino Fundamental incompleto;

b) Existem proporcionalmente 70% menos jovens com Ensino Médio completo;

c) Aparecem em proporção quase 3 vezes menor entre os jovens com Ensino Superior completo;

d) Figuram em menor proporção entre os empregadores e entre os funcionários públicos;

f) Aparecem em destacada maioria entre os militares;

g) Apresentam maiores proporções em todas as faixas de renda mais baixas (até 2 SM);

f) Aparecem proporcionalmente com menos de 1/3 nas faixas de renda acima de 4,01 SM.

Quanto aos jovens autodeclarados "brancos", ao contrário dos autodeclarados "pretos" e "pardos", a conjuntura apresenta-se mais favorável, embora os números gerais da microrregião revelem uma situação de baixa inserção social e profissional a todos os jovens, como já observado. Os **jovens autodeclarados "brancos"**:

a) Figuram em menor porcentagem nos níveis mais baixos de escolaridade e em maiores proporções nos níveis de Ensino Médio e Ensino Superior completos;

c) Apresentam maior proporcionalidade entre os funcionários públicos, os trabalhadores por conta própria e os empregadores;

d) Por outro lado, também figuram em maior proporção entre os trabalhadores não remunerados;

e) Aparecem em menor proporção entre os jovens que percebem menos de 1 a 2 SM;

f) Apresentam maior proporcionalidade em todas as faixas de renda entre 2,01 e mais de 20 SM, perfazendo a totalidade dessa última faixa de renda.

Os jovens autodeclarados "amarelos" e "indígenas" da microrregião possuem pouca representatividade populacional, por isso não foram objeto de análise mais aprofundada.

Outro ponto de vista importante para se verificar como se encontram inseridos os jovens da microrregião de Toledo refere-se ao gênero. As **jovens do sexo feminino** demonstram:

a) Elevados níveis de escolaridade com maior representatividade de gênero nos níveis de Ensino Médio completo e Ensino Superior;

b) Ser maioria entre os funcionários públicos;

c) Ser maioria em relação ao trabalho não remunerado;

d) Representar quase 70% entre os jovens que não possuem trabalho;

e) Aparecer em maior proporção nos níveis sem renda e de até 1 SM.

Por outro lado, os **jovens do sexo masculino**:

a) São maioria entre os analfabetos, os que têm Ensino Fundamental incompleto e completo;

c) Representam maior proporção na categoria de empregados formais, informais, por conta própria e empregadores;

d) Perfazem a totalidade entre os militares;

e) Representam a maioria em todas as demais faixas salariais acima de 1,01 SM até 20 SM;

f) Apresentam a totalidade dos jovens que percebem acima de 20,01 SM no mercado de trabalho formal.

Concluindo, nota-se que as jovens mulheres estão estudando mais e alcançando maiores níveis de escolaridade que os homens. No entanto, mesmo com escolaridade mais elevada que os jovens do sexo masculino, elas tem maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho e, quando o fazem, seus salários são comprovadamente menores. Assim, as jovens do sexo feminino encontram-se inseridas no processo de desenvolvimento da microrregião de forma mais precária que os jovens do sexo masculino em termos de trabalho e renda.

Portanto, o panorama geral dos resultados demonstra que as hipóteses previamente avençadas se confirmam na medida em que:

1) A inserção das coletividades geracionais jovens no processo de desenvolvimento da microrregião de Toledo ocorre de forma desigual em função das diferenças socioeconômicas, de gênero e das características étnico-raciais existentes entre as distintas conexões e unidades geracionais existentes;

2) As formas de inserção das diferentes coletividades geracionais jovens não permitem abertura para o desenvolvimento do potencial de mudança social na região, pois os jovens praticamente ocupam os mesmos lugares sociais das gerações antecedentes, reforçando a manutenção do *status quo*.

Ante o contexto experimentado pelas coletividades geracionais jovens e suas condições de vida e de trabalho nesse espaço regional parece improvável à maioria alcançar certas possibilidades de construção de trajetórias ocupacionais e consequente ascensão social,

identificando-se um processo de imobilidade intrageracional (POCHMAN, 2007), ou seja, a última ocupação do trabalhador jovem praticamente não se diferenciará do primeiro emprego.

Pode haver também casos de regressão intergeracional, caracterizada quando a posição de vida e de trabalho da geração posterior é inferior à da geração anterior, mesmo quando a nova geração possui nível de escolaridade mais elevado, o que pode levar a uma situação de frustração em relação ao futuro, tema que poderá ser objeto de novas investigações.

Quanto aos objetivos específicos propostos para a pesquisa, observa-se que foram atingidos porquanto foi possível caracterizar as diferentes coletividades geracionais jovens existentes na microrregião de Toledo, em função dos seus níveis socioeconômicos, de gênero e de suas características étnico-raciais, sob a perspectiva das coletividades geracionais a partir de Karl Mannheim; compreender a dinâmica geracional no processo de desenvolvimento regional da microrregião de Toledo, à luz das teorias do desenvolvimento endógeno; examinar a inserção das diferentes coletividades jovens no processo de desenvolvimento da microrregião de Toledo, a partir das variáveis como a educação, a profissionalização, o trabalho e a renda; e, por fim, analisar o processo de inserção dos jovens visando compreender seu potencial de mudança social na dinâmica do desenvolvimento regional da microrregião da Toledo.

No entanto, alguns limites foram identificados. Por exemplo, a pesquisa utilizou dados e indicadores secundários de órgãos oficiais e institutos de pesquisa. Sabe-se que esses indicadores muito evoluíram ao longo dos anos, avançando no sentido de retratar a realidade da forma mais próxima possível. Entretanto, percebe-se que eles ainda poderiam ser complementados com dados qualitativos para melhor expressar possibilidades e indicadores de mudança social.

Outro limite encontrado refere-se às questões de gênero, pois não se conseguiu obter uma visão clara dos motivos pelos quais as jovens do sexo feminino estão estudando mais do que os do sexo masculino e quais as correlações desse fato com o mercado de trabalho, pois elas estão inseridas de forma mais precária e ainda percebem salários menores do que os homens. Em relação aos cursos profissionalizantes, não foi possível obter um perfil das pessoas que os fazem, enfocando-se a faixa etária jovem. Houve várias tentativas de contato com os órgãos responsáveis, como o SENAI e SENAC, dentre outros, mas não se obteve respostas sobre as solicitações realizadas.

Quanto às perspectivas para novas investigações a partir do presente estudo, abre-se um leque de possibilidades, como por exemplo, quais seriam as relações de outros grupos geracionais ante o processo de desenvolvimento regional? Os idosos, por exemplo, que viveram as grandes mudanças ocorridas no processo de desenvolvimento da região? Será que se repetiria o padrão encontrado entre os jovens ou haveria diferenças significativas?

A partir dos dados encontrados na presente investigação, que abrangeu seis dos municípios mais desenvolvidos da microrregião, seria interessante aprofundar o tratamento do objeto através de pesquisas mais localizadas (por municípios, talvez) e com dados mais qualitativos, enfocando a posição e a voz dos jovens ante o processo de desenvolvimento.

Outro elemento significativo para novas pesquisas constituiria na análise qualitativa das diferenças étnico-raciais e/ou de gênero identificadas entre os jovens no processo de desenvolvimento, pois indaga-se quais seriam as consequências dessas desigualdades de nível de escolaridade, de inserção no mercado de trabalho e de renda a médio e longo prazo para a microrregião de Toledo?

Estas e outras questões relevantes suscitadas pela presente investigação podem apontar novas direções a seguir em busca de um conhecimento cada vez mais conectado à realidade vivenciada nesse espaço de vida e de trabalho, que é a microrregião de Toledo.

7. REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M. *et all*. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina:** desafios para políticas públicas. Brasília: UNESCO; BID, 2002.

ADJERAD, S.; BALLET, J. L'insertion dans tous ses états. **Logiques sociales.** Paris: L'Harmattan, 2004. Disponível em <http://www.blogg.org/blog-56820-billet-l_insertion_sociale-739210.html>. Acesso em 08 maio 2012.

AGÊNCIA Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). **Atlas de energia elétrica do Brasil**. 3. ed. Brasília: Aneel, 2008. Disponível em: <http://www.aneel.gov.br/visualizar_texto.cfm?idtxt=1689>. Acesso em 28 fev. 2013.

ALVES, L. R.; FERRERA DE LIMA, J.; PIFFER, M. Dinamismo setorial diferenciado no Oeste e Sudoeste do Paraná. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos.** v. 03, n. 01, Curitiba: UFPR, 2009. (pp. 128-153).

ALVES, L. R.; FERRERA DE LIMA, J.; PIFFER, M.; RIPPEL, R. O *continuum* urbano e rural no Oeste do Paraná no século XXI. **Anais do IX Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos (ENABER)**, 2011.

ANANIAS, P. Pilar para o desenvolvimento. **Revista Desafios do Desenvolvimento.** Ano 8, n. 69, IPEA. Brasília: IPEA, 2011.

ATLAS do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/consulta/>. Acesso em 22 nov. 2013.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2000/2001.** Washington, D.C.: The World Bank, 2001. Disponível em: <http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/IW3P/IB/2007/09/12/000020953_20070912110712/Rendered/PDF/226840PORTUGUE1za20001200101PUBLIC1.pdf>. Acesso em 13 fev. 2012.

____. **Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2007:** o desenvolvimento e a próxima geração. Washington, D.C.: The World Bank, 2007. Disponível em: <http://www.worldbank.org/pt/country/brazil/research/all>. Relatório Banco Mundial Jovens e Desenvolvimento 2007.pdf. Acesso em 12 mar. 2012.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977.

BARROSO, C.; MELLO, G. N. de. O acesso da mulher ao ensino superior brasileiro. **Cadernos de Pesquisa.** n. 15. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, dez./1975. (pp. 47- 77).

BARROSO, C. Metas de desenvolvimento do milênio, educação e igualdade de gênero. **Cadernos de Pesquisa.** n. 123, vol. 34. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, set./dez., 2004. (pp. 573-582).

BASTOS, M. L. da C. **Formação de identidade da mulher militar:** análise do caso do Serviço de Saúde do Exército Brasileiro. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de

Formação de Oficiais do Serviço de Saúde. Especialização *Lato Sensu* em Aplicações Complementares às Ciências Militares. Rio de Janeiro, 2009.

BECKER, B. K. A implantação da rodovia Belém-Brasília e o desenvolvimento regional. **Anuário do Instituto de Geociências.** v. 1. Rio de Janeiro: Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1977.

BELLEMARE, G.; KLEIN, J.-L. Introduction: La question territoriale des pratiques sociales, des pratiques scientifiques et des savoirs. In: BELLEMARE, G.; KLEIN, J.-L. (org.). **Innovation sociale et territoire: convergences théoriques et pratiques.** Québec (QC, Canada): Presses de l'Université du Québec, 2011. (pp. 01-16).

BELTRÃO, K. I.; ALVES, J. E. D. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX**. Cadernos de Pesquisa**. v. 39, n.136, p.125-156, jan./abr. 2009.

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI.** 2. ed. – Trad. Antônio de Pádua Danesi, São Paulo: Hucitec, 1999.

BIEGER, J. T. **Eficácia na qualificação profissional de jovens e o ProJovem Urbano: o caso de Toledo, PR.** Dissertação. Programa de Pós-graduação *stricto sensu.* Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. *Campus* de Toledo, 2012.

BIGNARDI, F. A. C. **Reflexões sobre a pesquisa qualitativa & quantitativa: maneiras complementares de apreender a realidade.** Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CC0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.gpesd.com.br%2Fbaixar.php%3Ffile%3D28&ei=typhUs7bI4Tm9gTn6oHoCA&usg=AFQjCNGE26fwI5zXyJE2TEnXdJyXcnk42g&bvm=bv.54176721,d.eWU>. Acesso em 25 mar. 2013.

BLAIS, A. Les indicateurs. In: GAUTHIER, B. (sous la direction de). **Recherche sociale. De la problématique à la collecte des données.** 5e éd. Québec: Presses de l'Université du Québec, 2010. (pp. 153-173).

BLAY, E. A.; CONCEIÇÃO, R. R. da. A mulher como tema nas disciplinas da USP. **Cadernos de Pesquisa**, n. 76. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, fev., 1991. (p. 50-56).

BOISIER, S. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa preta e o projeto político. **Planejamento e políticas públicas.** IPEA: Brasília. n. 13, junho, 1996.

____. Teorías y metáforas sobre desarrollo territorial. **Revista Austral de Ciencias Sociales.** n. 2, Valdivia, Chile, ago. 1998. (p. 5-18). Disponível em: <http://mingaonline.uach.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-17951998000100001&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 04 mar. 2012.

____. **Conversaciones sociales y desarrollo regional.** Talca, Chile: Editorial de la Universidad de Talca, 2000.

____. Imágenes en el espejo: aportes a la discusión sobre crecimiento y desarrollo territorial. Santiago de Chile: Editorial Puerto de Palos, 2006.

BOISMENU, G.; DOSTALER, G. (direction). **La "*Théorie générale*" et le keynésianisme.** Textes présentés au colloque organisé par le GRÉTSÉ et l'A.E.P. Université de Montréal, le 30 janvier 1987. Montréal: ACFAS, 1987. (Collection: politique et économie).

BOISVERT, M. L'analyse économique régional, un éventail des concepts anciens et nouveaux. In: PROUX, M. U. **Le phénomène régional au Québec.** Presses Universitaires du Québec. Québec, CA, 1996.

BOUDEVILLE, J.-R. **Les espaces économiques.** Paris: Presses Universitaires de France, 1961. (Collection «Que sais-je?» nº 950).

____. **Aménagement du territoire et polarisation.** Paris: M.Th. Génin, 1972.

BOURDIER, P. A Juventude é apenas uma palavra. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOYER, R. Les alternatives au fordisme. Des années 1980 au XXIe siècle. In: BENKO G. B., LIPIETZ A. (éds.). **Les régions qui gagnent. Districts et réseaux: les nouveaux paradigmes de la géographie économique.** PUF: Paris, France, 1992.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Promulgada em 05.10.1988. Vade Mecum universitário RT – 2. ed. rev., ampl. e atual. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

____. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil.** De 10 de novembro de 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao37.htm>. Acesso em 14 ago. 2013.

____. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm>. Acesso em 29 maio 2013.

____. **Sobre educação. Ensino Técnico. Como ingressar educação tecnológica à distância.** Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/sobre/educacao/ensino-tecnico/como-ingressar/educacao-tecnologica-a-distancia>. Acesso em 28 maio 2013a.

____. **Sobre educação. Ensino Técnico. Surgimento das Escolas Técnicas.** Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/sobre/educacao/ensino-tecnico/como-ingressar/surgimento-das-escolas-tecnicas>. Acesso em 29 maio 2013b.

____. **Sobre educação. Sistema Educacional. Ensino Técnico.** Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/sobre/educacao/sistema-educacional/ensino-tecnico>. Acesso em 10 jun. 2013c.

____. **Sobre educação. Mercado de trabalho. ProJovem.** Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/sobre/educacao/mercado-de-trabalho/projovem>. Acesso em 25 jul. 2013d.

_____. Lei Federal n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. **Vade Mecum RT Universitário**, 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

____. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. **Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Relatório síntese dos painéis e debates.** MATTEI, Lauro (rel.). Brasília: 2005. Disponível em: <http://sistemas.mda.gov.br/condraf/arquivos/1372414598.pdf>. Acesso em 13 fev. 2013.

____. Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). **Bolsa família.** Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>. Acesso em 19 jun. 2013.

____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (MEC/Inep). **Censo da Educação Superior 2011.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=11799&Itemid=>. Acesso em 20 jun. 2013.

____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (MEC/Inep). **Resultados Ideb.** Disponível em <http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado/>. Acesso em 10 abr. 2013.

____. Ministério da Educação (MEC). **Indicadores Educacionais 2011 (MEC/Inep).** Disponível em: <http://ide.mec.gov.br/2011/>. Acesso em 21 maio 2013.

____. Ministério da Educação (MEC). **Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).** Disponível em: <http://pronatec.mec.gov.br/institucional/o-que-e-o-pronatec>. Acesso em 27 maio 2013.

____. Ministério da Educação (MEC). **Educação nacional mais acessível.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=10912>. Acesso em 28 maio 2013.

____. Ministério da Integração Nacional (MIN). **Microrregiões brasileiras: tipologia da PNDR.** Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/microregioes_pndr>. Acesso em 20 abr. 2012.

____. Ministério da Saúde (MS). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Direitos sexuais e direitos reprodutivos: uma prioridade do governo.** Brasília: Ministério da Saúde, 2005. Disponível em: <HTTP://bvsms.saud.gov.br/publicacoes/cartilha_direitos_sexuais_reprodutivos.pdf>. Acesso em 19 ago. 2013.

____. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). **O que é a RAIS?** Disponível em: <http://www.rais.gov.br/RAIS_SITIO/oque.asp>. Acesso em 10 maio 2012.

____. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). **Relação Anual de Informações Sociais - RAIS.** Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/rais/estatisticas.htm>. Acesso em 10 maio 2013.

____. Secretaria Nacional de Juventude (SNJ). **Política Nacional de Juventude.** 2009. Disponível em: http://www.juventude.gov.br/politica. Acesso em 12 abr. 2011.

____. Secretaria Nacional de Juventude (SNJ). **Conselho Nacional de Juventude.** Disponível em: <http://www.juventude.gov.br/conjuve/sobre>. Acesso em 12 out. 2011.

BRESSER PEREIRA, L. C. Agronegócio e desenvolvimento. In: SILVA, V. da; CARDOSO DE MELLO, N. (Org.). **Agronegócio: desenvolvimento, meio ambiente e sociedade.** Ciclo de debates IEA 65 anos. São Paulo: IEA/APTA/SAA, 2009.

BRUSCHINI, M. C. A. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa.** v. 37, n. 132, set./dez. 2007. (p. 537-572).

CAIXA Econômica Federal (CEF). **Programa de Financiamento Estudantil – FIES.** Disponível em: <http://www3.caixa.gov.br/fies/FIES_FinancEstudantil.asp>. Acesso em 28 maio 2013.

CÂMARA dos Deputados. **Falhas no ensino médio dificultam acesso de jovens ao ensino superior.** Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/EDUCACAO-E-CULTURA/204330.html>. Acesso em 21 maio 2012.

CAMARANO, A. A.; MELLO, J. L.; KANSO, S. Um olhar demográfico sobre os jovens brasileiros. In: **Juventude e políticas sociais no Brasil.** CASTRO, J. A. de; AQUINO, L.; ANDRADE, C. C. (orgs.). Brasília: IPEA, 2009.

CAPELLO, R. Regional economics in its 1950s: recent theoretical directions and future challenges. **The Annals of Regional Science.** Berlim (Alemanha), vol. 42, n. 4, 2008. (pp. 747-767).

CARLEIAL, L. M. da F. A questão regional no Brasil contemporâneo. *In*: **Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil.** L. Lavinas, L. M. da Frota Carleial y M. R. Nabuco (orgs.). São Paulo: ANPUR/HUCITEC, 1993.

CASTEL, R. **Extreme cases of marginalization, from vulnerability to disaffiliation.** Comunicação European Seminar on Social Exclusion, Alghero (Itália). Abril, 1990.

____. **As metamorfoses da questão social:** uma crônica do salário. Tradução de Iraci D. Poleti. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CASTRO, E. G. de. Juventud, generación y prácticas políticas: procesos de construcción de la categoría juventud rural como actor político. **Revista Argentina de Sociología.** Año 6, Nº11, 2008. (pp.237-256).

CAVALCANTE, L. R. M. T. Produção teórica em economia regional: uma proposta de sistematização. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos.** São Paulo, vol. 02, n. 01, 2008. (pp. 09-32).

CERQUEIRA, D.; MOURA, R. **Custo da Juventude perdida no Brasil.** Somos o futuro da nação? Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Disponível em:

<www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130712_custo_da_juventude_perdida_no_brasil.pdf>. Acesso em 26 ago. 2013.

CHABAULT, D. **Les systèmes territoriaux de production: revue de littérature et approches théoriques d'un concept évolutif.** CERMAT-IAE de Tours. Université de Tours, France, 2006. Disponível em: <http://cermat.iae.univ-tours.fr/img/pdf/chabault-20061.pdf>. Acesso em 04 mar. 2013.

CHAMPAGNE, P. Jeunes Agriculteurs et vieux paysans: crise de la succession et apparition du "troisieme àge". In: **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**. Paris: Editions de Minuit, n. 26, 27, mars-avril, 1979. (pp. 83-107).

CHEVRIER, J. La spécification de la problématique. In: GAUTHIER, Benoît (sous la direction de). **Recherche sociale. De la problématique à la collecte des données.** 5e éd. Québec: Presses de l'Université du Québec, 2010. (pp. 53-88).

CHINOY, E. **Sociedade:** uma introdução à Sociologia. Trad. Otávio M. Cajado. 16 ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

COLODEL, J. A. Cinco Séculos de História. In: PERIS, A. F. (org.). **Estratégias de desenvolvimento regional: Região Oeste do Paraná.** Cascavel: Edunioeste, 2003.

COLOGNESE, S. A. A fronteira como unidade de análise nos estudos sobre gerações e italianidade. *In*: SHALLENBERGER, E. (org.). **Identidades nas fronteiras: território, cultura e história.** São Leopoldo: Oikos, 2011.

CONFERÊNCIA Nacional dos Municípios (CNM); Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). **Perguntas e respostas sobre desenvolvimento local.** Brasília: CNM/SEBRAE, 2011. Disponível em: <http://www.portaldodesenvolvimento.org.br/upload/faq.pdf>. Acesso em 17 out. 2012.

CORBUCCI, P. R. *et all*. A situação educacional dos jovens brasileiros. In: **Juventude e políticas sociais no Brasil.** CASTRO, Jorge A. de; AQUINO, Luseni; ANDRADE, Carla C. (orgs.). Brasília: IPEA, 2009.

COUZON, I. «Les espaces économiques» de François Perroux (1950). **Revue d'Histoire des Sciences Humaines.** 2/2003, n. 9. (pp. 81-102). Disponível em: <www.cairn.info/revue-histoire-des-sciences-humaines-2003-2-page-81.htm>. Acesso em 17 jan. 2013.

CRISES/UQÀM. **Centre de recherche sur les innovations sociales. Université du Québec à Montréal.** Disponível em: <http://www.crises.uqam.ca/>. Acesso em 12 jun. 2012.

DALLABRIDA, V. R. **Desenvolvimento regional:** por que algumas regiões se desenvolvem e outras não? Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.

DEPARTAMENTO Penitenciário Nacional (DEPEN). **Formulário Categoria e Indicadores Preenchidos. Paraná – PR. Ref.: Abril/2012.** Disponível em: <http://www.depen.pr.gov.br/arquivos/File/ABRIL2012.pdf>. Acesso em 22 nov. 2013.

DIONNE, H. L'autre développement local et régional. **Relations.** Octobre, 1996. (p. 244-246). Disponível em <http://www.crises.uqam.ca/upload/files/publications/etudes-theoriques/CRISES_ET0405.pdf>. Acesso em 06 out. 2012.

DORTIER, J.-F. (dir.). **Dicionário de Ciências Humanas.** Revisão e coord. da tradução Márcia Valéria M. de Aguiar. – São Paulo: Ed. WMF Marins Fontes, 2010.

DUBAR, C. La construction sociale de l'insertion professionnelle. **Education et sociétés**. 2001/1, nº 7. (pp. 23-36). Disponível em: <http://www.cairn.info/revue-education-et-societes-2001-1-page-23.htm>. Acesso em 08 maio 2012.

DURAND, C.; BLAIS, A. La mesure. In: GAUTHIER, B. (sous la direction de). **Recherche sociale. De la problématique à la collecte des données.** 5e éd. Québec: Presses de l'Université du Québec, 2010. (pp. 227-250).

ECODESENVOLVIMENTO. **Censo Escolar aponta taxa de distorção idade-série de estudantes brasileiros.** Disponível em: <http://www.ecodesenvolvimento.org/posts/2011/julho/censo-escolar-aponta-taxa-de-distorcao-idade-serie>. Acesso em 11 mar. 2013.

EDUCACIONAL. **Legislação educacional. Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).** Disponível em: <http://www.educacional.com.br/legislacao/leg_i.asp>. Acesso em 10 jun. 2013.

ESTADÃO DADOS. Jornal «O Estado de São Paulo». **Pesquisa sobre mortalidade infantil no Brasil.** Disponível em <http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2013/08/16/falta-de-estudo-dos-pais-afeta-em-mortalidade-infatil.htm>. Acesso em 26 ago. 2013.

ESTIVILL, J. **Panorama de luta contra a exclusão social: conceitos e estratégias.** Genebra, Bureau Internacional do Trabalho, Programa Estratégias e Técnicas contra a Exclusão Social e a Pobreza, 2003. Disponível em <http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/panorama.pdf>. Acesso em 10 maio 2012.

FÉDÉRATION DES CÉGEPS. **Qu'est-ce qu'un CÉGEP?** Dados obtidos em: <http://www.fedecegeps.qc.ca/cegeps/qu-est-ce-qu-un-cegep/>. Acesso em 16 out. 2012.

FEIXA, C.; LECCARDI, C. O conceito de geração nas teorias sobre juventude. **Revista Sociedade e Estado.** Volume 25, número 2, Maio/Agosto 2010. (pp. 185-204).

FERREIRA, A. B. de H. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa.** – 3. ed. revista e ampliada – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERRERA DE LIMA, J.; PIACENTI, C. A.; PIFFER, M. A influência do Prata na ocupação do Oeste do Paraná e na sua formação sócio-econômica: algumas considerações preliminares. In: FERRERA DE LIMA, J.; PIACENTI, C. A.; PIFFER, M. (Orgs.). **O Prata e as Controvérsias da Integração Sul Americana.** Cascavel: Edunioeste, 2001. (pp. 11-27).

FERRERA DE LIMA, J.; ALVES, L. R.; M.; PIACENTI, C. A. Ciclos de produção extensiva e intensiva na agricultura brasileira e seus impactos na ocupação da mão de obra agrícola no Brasil (1960-1990). **Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies**, Toronto, vol. 30, nº 60, 2005. (p. 93-116).

FERRERA DE LIMA, J.; DESBIENS, Y. L'approche quantitative et qualitative dans les études du développement régional. **Informe Gepec.** Toledo, PR. v. 13, n. 1, jan./jun. 2009. (p. 123-130).

FERRERA DE LIMA, J. **Géoéconomie et développement régional.** Paris, France: Publibook, 2012.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa.** Trad. Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONTAN, J.-M.; KLEIN, J.-L.; LÉVESQUE, B. **Reconversion économique et développement territorial: le rôle de la société civile.** Québec, QC, Canada: Presses de l'université du Québec, 2003.

FONTAN, J.-M. Développement territorial et innovation sociale. In: BELLEMARE, G.; KLEIN, J.-L. (org.). **Innovation sociale et territoire: convergences théoriques et pratiques.** Québec, Canada: Presses de l'Université du Québec, 2011. (pp. 17-42).

FRIEDMANN, J.; ALONSO, W. (ed.). **Regional development and planning. A reader.** Cambridge, Massachusetts, USA: The M.I.T. Press, 1964.

FRIEDMANN, J. Regional development and planning: the story of collaboration. **International Regional Science Review.** n. 24, vol. 3, July/2001 (pp. 386–395). Disponível em: <http://irx.sagepub.com/content/24/3/386>. Acesso em 23 out. 2012.

FUJITA, M.; KRUGMAN, P.; VENABLES, A. **Economia espacial: urbanização, prosperidade econômica e desenvolvimento humano no mundo.** Trad. Bazán Tecnologia e Lingüística – São Paulo: Futura, 2001.

FUJITA, M.; KRUGMAN, P. The new economic geography: past, present and the future. **Papers in Regional Sciences.** n. 83, 2004. (pp. 139–164). Disponível em: <http://www.rrojasdatabank.info/newecgeo04.pdf>. Acesso em 12 abr. 2012.

FURTADO, C. **A Nova Dependência.** São Paulo: Paz e Terra, 1982.

____. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado, 2009.

G1 EDUCAÇÃO. **Índice de analfabetismo para de cair e fica em 8,7%, diz Pnad.** Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2013/09/indice-de-analfabetismo-para-de-cair-e-fica-em-87-diz-pnad.html>. Acesso em 12 nov. 2013.

G-20. **What is the G-20.** Disponível em: <http://www.g20.org/docs/about/about_G20.html>. Acesso em 24 nov. 2013.

GALBRAITH, J.. K. **The affluent society.** Boston; New York, USA: A Mariner Book; Houghton Mifflin Company, 1998 (Fortieth Anniversary Edition – original de 1958).

GHANEM JÚNIOR, E. G. G. **A educação na mudança social:** lugar central, lugar secundário e lugar nenhum. Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT14-4355--Int.pdf>. Acesso em 08 maio 2012.

GAROFOLI, G. Développement endogène et rôle des acteurs locaux: un défi pour la théorie du développement. In: **Nouveaux dynamiques industriels en économie du développement.** Grenoble, France: Publication de l'IREPD. Série Actes de Colloques, 1994.

GAUTHIER, B. (sous la direction de). **Recherche sociale. De la problématique à la collecte des données.** 5e éd. Québec, QC, Canada: Presses de l'Université du Québec, 2010.

GEORGE, P. Région géographique, région économique, d'après J. R. Boudeville. In: **Annales de Géographie.** v. 74, n. 406, 1965. (pp. 738-739). Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/geo_0003-4010_1965_num_74_406_18406>. Acesso em 29 jan. 2013.

GHIARDO, F. Generaciones y juventud: uma relectura desde Mannheim y Ortega y Gasset. Ultima Decada. n. 20, CIDPA Viña del Mar, Junio 2004. (pp. 11-46).

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. 12ª reimpr. - São Paulo: Atlas, 2009.

GOLDEMBERG, J. Energia e desenvolvimento. **Estudos Avançados** [online]. Vol.12, n.33, 1998. (pp. 7-15). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v12n33/v12n33a02.pdf>. Acesso em 22 fev. 2013.

GOMES, J. B. B. **Ação afirmativa & princípio constitucional da igualdade:** o direito como instrumento de transformação social. A experiência dos EUA. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GREGORY, V. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial:** migrações no oeste do Paraná (1940-70). Cascavel: Edunioeste, 2002.

GROSSELI, R. M. **Vencer ou morrer:** camponeses Trentinos (Venetos e Lombardos) nas florestas brasileiras. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1987.

GRUPIONI, L. D. B. Censo Escolar Indígena. **Povos Indígenas Brasileiros.** Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/c/politicas-indigenistas/educacao-escolar-indigena/censo-escola-indigena>. Acesso em 12 nov. 2013.

GUIA TRABALHISTA. **Salário mínimo.** Disponível em: <http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/salario_minimo.htm>. Acesso em 05 set. 2013.

HADDAD, P. R. Capitais intangíveis e desenvolvimento regional. **Revista de Economia.** v. 35, n. 3 (ano 33), set/dez 2009, Curitiba: Editora UFPR. (pp. 119-146).

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina** – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo, 2005.

HASSEN, T. B. **Le système régional d'innovation de l'aéronautique à Montréal: entre dynamiques territoriales et sectorielles.** Thèse présenté au Doctorat en Études Urbaines. Cahiers du centre de recherche sur les innovations sociales (CRISES). Collection Thèses et Mémoires – nº TM1301. Université du Québec à Montréal, Mars 2012.

HIRSCHMAN, A. O. **Estratégia do desenvolvimento econômico.** Trad. Laura Schlaepfer (UFBA). Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1961.

____. Confissões de um dissidente: a estratégia do desenvolvimento reconsiderada. **Pesquisa e planejamento econômico**, v. 13, n. 1, Rio de Janeiro: IPEA, abril 1983.

____. **De la economía a la política y más allá**: ensayos de penetración y superación de fronteras. Fondo de Cultura Económica: Mexico, 1984.

HUANG, P. **La solidarité numérique: réponse locale à l'exclusion et redéfinition des stratégies de développement en matière TIC.** Thèse de doctorat présenté le 29 août 2013 au Programme de doctorat en études urbaines, Université du Québec à Montréal, Montréal, Canada.

HUBER, B. L'intégration sociale: un agenda pour la recherche et l'intervention. **Revue internationale des sciences sociales.** n. 177, 2003/3. (pp. 485-491).

HUBERMAN, A. M.; MILES, B. M. **Analyse des données qualitatives: recueil de nouvelles méthodes.** Bruxelles: De Boeck-Wesmael, 1991.

IANNI, O. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia.** Petrópolis: Vozes, 1979.

____. **Ditadura e agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Características étnico-raciais da população:** um estudo das categorias de classificação de cor ou raça 2008. Notas Técnicas. Rio de Janeiro: IBGE, 2008a. Disponível em <www.ibge.gov.br/home/estatistica/caracteristicas_raciais/notas_tecnicas.pdf>. Acesso em 15 ago. 2013.

____. **Pesquisa mensal de emprego. Trabalhadores por conta própria: perfil e destaques.** Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Rio de Janeiro: IBGE. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de Trabalho e Rendimento, 2008b. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendiment/pme_nova/parte1.pdf>. Acesso em 28 ago. 2013.

____. **Sinopse do Censo Demográfico 2010.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/sinopse.pdf>. Acesso em 24 abr. 2012.

____. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2010. **Estudos e Pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica**. n. 27. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

____. **Indicadores sociais municipais.** Uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico 2010. Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica. n. 28. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. IBGE. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores_sociais_municipais/indicadores_sociais_municipais.pdf>. Acesso em 23 ago. 2013.

____. **Resultados gerais do Censo 2010 (Micro dados).** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_gerais_amostra/resultados_gerais_amostra_tab_uf_microdados.shtm.> Acesso a partir de 20 maio 2012 à nov. 2013. (2013a)

____. **Divisão regional.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_div_int.shtm>. Acesso em 01 abr. 2013 (2013b).

____. **Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor IPCA INPC.** Julho de 2013. Indicadores IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/ipca-inpc_201307caderno.pdf>. Acesso em 03 set. 2013 (2013c).

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (IBGE/PNAD). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. Brasil/2011.** Vol. 31, Rio de Janeiro: IBGE, 2011 (p. 1-135).

INSTITUTO Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). **Leituras regionais: mesorregiões geográficas paranaenses – sumário executivo.** Curitiba, IPARDES, 2004.

____. **Oeste paranaense: o 3º espaço relevante: especificidades e diversidades.** Curitiba: IPARDES, 2008.

____. **Paraná em números.** Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=1>. Acesso em 19 maio 2012.

____. **Caderno estatístico do estado do Paraná.** 2013. Disponível em: <http://ipardes.gov.br/cadernos/Montapdf?Municipio=00019&btOk=ok>. Acesso em 26 ago. 2013 (2013a).

____. **Perfil da microrregião geográfica de Toledo.** Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/perfil_regioes/MontaPerfilRegiao.php?Municipio=434&btOk=ok>. Acesso em 19 nov. 2013 (2013b).

INTERNATIONAL Labour Organization (ILO). **Global employment trends for youth 2013: a generation at risk.** International Labour Office. Geneva: ILO, 2013. Disponível em:

<www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/publication/wcms_212899.pdf>. Acesso em 20 ago. 2013.

IRELAND, T. A EJA agora tem objetivos maiores que a alfabetização. **Revista Nova Escola.** São Paulo, n. 223, 2009 (pp. 36-40).

ISARD, W. **Location and space-economy.** Cambridge, Massachusetts, USA: The M.I.T. Press, 1956.

JOYAL, A. **Le développement local.** Québec, QC, Canada: Éditions de l'IQRC, 2002.

KLEIN, J.-L. De l'initiative locale au développement territorial: une perspective synthétique. In: SIMARD, M. *et al.* (dirs). **Inégalités, démocratie et développement**. Rimouski, QC, Canada: GRIDEQ, 2006. (pp. 143-164)

____. Territoire et développement: du local à la solidarité interterritoriale. *In*: MASSICCOTE, Guy (dir.). **Sciences du territoire.** Québec, QC, Canada: Les Presses de l'Université du Québec, 2008. (pp. 315-334).

____. Changements de paradigme en géographie et aménagement du territoire. **Cahiers de géographie du Québec.** vol. 54, n. 151. Québec, QC, Canada: Presse de l'Université Laval, 2010. (pp. 133-152).

KLEIN, J.-L.; FONTAN, J.-M.; HARRISSON, D.; LÉVESQUE, B. L'innovation sociale au Québec: un système d'innovation fondé sur la concertation. **Cahiers du Centre de recherche sur les innovations sociales (CRISES) Collection études théoriques.** n. ET0907. UQÀM: Montréal, QC, Canada, maio 2009.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 1985.

LATOUR, B. Drawing things together. In: LINCH, M; WOLGAR, S. (eds.). **Representation in scientific practice.** Cambrigde, MA: The MIT Press, 1990 (pp. 19-68).

LEITE, E. M. Juventude e Trabalho: criando chances, construindo cidadania. *In*: FREITAS, M. V.; PAPA, F. C. (orgs.). **Políticas públicas: juventude em pauta.** São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2003.

LIBERATO, R. de C. Revisando os modelos e as teorias da análise regional. **Cadernos de Geografia.** Belo Horizonte, vol. 18, nº 29, 2008. (pp. 127-136)

LUNA, S. V. de. **Planejamento de pesquisa: uma introdução.** – 8ª reimpr. - São Paulo: EDUC, 2009.

MANNHEIM, K. **El problema de las generaciones.** (p. 193-242). Artículo Original «Das Problem der Generationen» (1928), *Kolner Vierteljabreshefte für Soziologie*, VII, 2: 157-185; 3: 309-330.

MARCOVITCH, J. **Pioneiros e empreendedores: a saga do desenvolvimento no Brasil.** Vol. 2. São Paulo: Edusp, 2005.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status.** Trad. Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTIN, R. The new "geographical turn" in economics: some critical reflections. **Cambrige Journal of Economics.** N. 23, Jan./1999. (pp. 65-91). Disponível em: <http://cje.oxfordjournals.org/content/23/1/65.full.pdf+html?sid=007fff32-f646-4273-ab60-2a81ae5644f6>. Acesso em 29 out. 2012.

MARTINELLI, D. P.; JOYAL, A. **Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas.** Barueri, SP: Manole, 2004.

MAILLAT, D. Globalização, meio inovador e sistemas territoriais de produção. **INTERAÇÕES.** Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Vol. 3, n. 4, p. 9-16, Mar. 2002 (pp. 09-16). Disponível em: <http://www3.ucdb.br/mestrados/RevistaInteracoes/n4_denis_maillat.pdf>. Acesso em 12 mar. 2013.

MELLOS, E. C. **A mercantilização da produção agrícola regional e o Estado na dinâmica da acumulação de capital e expansão das cooperativas agropecuárias singulares: o caso do Extremo-Oeste Paranaense.** Dissertação de Mestrado. CEDEPLAR/UFMG. Belo Horizonte: 1998.

MEU SALÁRIO. **Salário mínimo nominal e salário mínimo necessário.** Janeiro de 2005 a fevereiro de 2013**.** Disponível em: <http://meusalario.uol.com.br/main/salario-e-renda/salario-minimo-nominal-x-salario-minimo-necessario>. Acesso em 06 set. 2013.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. -** 23 ed. – Petrópolis: Vozes, 2004.

MONCAJO JIMÉNEZ, E. Evolución de los paradigmas y modelos interpretativos del desarrollo territorial. **Serie Gestión Pública.** n. 13. Santiago de Chile: Ilpes/CEPAL, 2001.

MORO, D. A. A organização do espaço como objeto da geografia. **Geografia.** 15 (1). Rio Claro, SP, Brasil: Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Abr. 1990. (pp. 01-19).

MYRDAL, G. **Teoría económica y regiones subdesarrolladas.** Trad. Ernest Cuesta e Oscar Soberón. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1957.

NICHOLLS, W. H. A fronteira agrícola na história recente do Brasil: o Estado do Paraná, 1920-65. **Revista Paranaense de Desenvolvimento.** n. 26. Curitiba, 1971 (pp. 19-53).

NOVAES, R. *et all* (orgs.). **Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas.** São Paulo: Conselho Nacional de Juventude; Fundação Friedrich Ebert, 2006.

NOVAES, R. C. R. **Juventude, juventudes. Jovens das "classes C, D e E" frente aos dilemas de sua geração.** Subsídios para o Seminário Juventude e Teledramaturgia, 2008. Disponível em: <http://fictv.cultura.gov.br/wp-content/uploads/2008/12/juventude-juventudes.pdf>. Acesso em 30 abr. 2012.

____. Prefácio. **Juventude e políticas sociais no Brasil.** *In:* CASTRO, J. A. de; AQUINO, L. M. C.; ANDRADE, C. C. (orgs.). Brasília: IPEA, 2009.

OCAMPO, J. A. Desenvolvimento econômico e inclusão social. In: **Inclusão social e desenvolvimento econômico na América Latina.** Mayra Buvinic; Jacqueline Mazza; Ruthanne Deutsch (Editores). Rio de Janeiro: Elsevier: Washington (USA): BID, 2004.

OLIVEIRA, L. V. N.; FERRERA DE LIMA, J. O processo de construção da Política Nacional de Desenvolvimento Regional no Brasil. **Revista Portuguesa de Estudos Regionais.** 3º Quadrimestre, n. 31. Angra do Heroísmo, Portugal: Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional; Princípia Editora, 2012.

OLIVEIRA, L. V. N. **Juventude e desenvolvimento regional: um estudo sobre a inserção das coletividades geracionais jovens como agentes no processo de desenvolvimento da microrregião de Toledo, PR.** Projeto de tese apresentado ao Exame de Qualificação do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio – nível de doutorado. Toledo, Junho/2012.

ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas (ONU). Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. In: PIOVESAN, F. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional.** 7. ed., São Paulo: Max Limonad, 2006.

____. **Declaração sobre o direito ao desenvolvimento 1986.** Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/bmestar/dec86.htm> Acesso em 10 set. 2013.

OSLO, P. J. A Universidade Estadual do Oeste do Paraná e seu contexto histórico. **Revista HISTEDBR On-line**. Campinas, n.41, mar. 2011. (p. 231-240). Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/41/art17_41.pdf>. Acesso em 22 nov. 2013.

PARANÁ. Secretaria de Educação. Disponível em: <http://www.educacao.pr.gov.br/>. Acesso em 10 abr. 2013.

PARANÁ. Secretaria do Trabalho, Emprego e Economia Solidária. **Ranking dos saldos de empregos gerados pelos municípios paranaenses de janeiro de 2008 até maio de 2012.** Disponível em: <http://www.trabalho.pr.gov.br/crt/observ/index.php?id=15>. Acesso em 07 ago. 2013.

PAUGAM, S.; GALLIE, D. Social precarity and social integration. **Rapport pour la Direction Générale de l'Emploi de la Commission Européenne.** Basé sur l'Eurobaromètre 56-1 mené dans tous les pays de l'Union du 17 septembre au 26 octobre 2001, 2002. Disponível em: <http://www.cmh.ens.fr/eris/hopmembres.php?action=ficheperso&id=174&id_rub=2>. Acesso em 10 maio 2012.

PERIS, A. F.; BRAGA, E. G. Eixos de desenvolvimento intra-regionais. In: PERIS, A. F. (Org.). **Estratégias de desenvolvimento regional: região oeste do Paraná.** Cascavel: Edunioeste, 2003.

PERROUX, F. Les espaces économiques. **Économie appliquée.** Archives de l'ISEA, 1, 1950. (pp. 225-244).

____. **Le Capitalisme.** Paris, França: Presse Universitaire de France, 1962.

____. **A Economia do Século XX.** Lisboa, Portugal: Herber, 1967.

____. **Ensaio sobre a filosofia do novo desenvolvimento.** Trad. Macaísta Malheiros. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1981.

____. **Dialogue des monopoles et des nations**: équilibre ou dynamique des unités actives? Grenoble, France: Presses universitaires de Grenoble, 1982.

PIFFER, M.; ALVES, L. R.; FERRERA DE LIMA, J.; CAVALHEIRO, M. E.; SILVA, M. G. da. Desenvolvimento regional do Oeste Paranaense a partir do capital social. In: III Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, 2006, Santa Cruz do Sul. **Anais do III Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional**, 2006.

PIFFER, M. **A teoria da base econômica e o desenvolvimento regional do Estado do Paraná no final de século XX.** Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, RS, 2009.

PLANETA EDUCAÇÃO. **Analfabetismo funcional.** Disponível em <http://www.planetaeducacao.com.br/portal/artigo.asp?artigo=700>. Acesso em 02 jun. 2012.

POCHMAN, M. **A batalha do primeiro emprego.** São Paulo: Publisher Brasil, 2007.

PONTIFÍCIA Universidade Católica do Paraná. **A universidade.** Disponível em: <http://www.pucpr.br/institucional/index.php>. Acesso em 18 nov. 2002.

PREBISCH, R. **Dinâmica do Desenvolvimento Latino-Americano.** Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura. (1ª ed. Br: 1964; 2ª ed. Br.:1968) – (Traduzida de: Hacia una dinámica del desarrollo latinoamericano, 1963), 1964.

____. Cinco etapas de mi pensamiento sobre el desarrollo. Publication Data: **El Trimestre Económico** (México, DF) 50 (198). Date, 1983.

PROGRAMA das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD BRASIL). **Desenvolvimento humano e IDH.** Disponível em: <http://www.pnud.org.br/idh/>. Acesso em 17 abr. 2012.

PROJOVEM URBANO. **Projovem urbano em revista.** Disponível em: www.projovemurbano.gov.br/pjurevista/balanco.html. Acesso em 30 jul. 2013.

QUEIROZ, Delcele M. **Mulheres no Ensino Superior no Brasil.** Disponível em: <www.anped.org.br/reunioes/23/textos/0301t.pdf>. Acesso em 20 jun. 2013.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Trad. de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

REVISTA ESCOLA. **Entenda as taxas de transição escolar e rendimento dos alunos.** Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/entenda-taxas-transicao-escolar-rendimento-alunos-689317.shtml>. Acesso em 11 mar. 2013 (2013a).

____. **Analfabetismo: dez anos depois não saímos do lugar.** Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/analfabetismo-dez-anos-depois-nao-saimos-lugar-697865.shtml>. Acesso em 17 abr. 2013 (2013b).

RIPPEL, R. **Migração e desenvolvimento econômico no Oeste do estado do Paraná: uma análise de 1950 a 2000.** Tese (Doutorado em Demografia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, SP, 2005.

RIPPEL. R.; FERRERA DE LIMA, J. Polos de crescimento econômico: notas sobre o caso do estado do Paraná. **Revista Redes**. Santa Cruz do Sul, n. 1, v. 14, jan./abr. 2009 (p. 136-149).

RIPPEL, R.; COLLA, C.; FERRA DE LIMA, J.; ALVES, L. R. Transformações econômicas e modificações na distribuição populacional do Oeste do Paraná. In: X ENABER – Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, 2012, Recife, Pernambuco. **Anais do X ENABER – Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, 2012.

ROESLER, M. R. von B. **Costa Oeste do Paraná e a Hidrelétrica Binacional de Itaipu: um estudo sobre a dinâmica da gestão ambiental nos municípios lindeiros.** Tese de Doutorado em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2002.

ROLIM, C. F. C. O Paraná urbano e o Paraná do agrobusiness: as dificuldades para a formação de um projeto político. **Revista Paranaense de Desenvolvimento.** n. 86, set./dez. 1995. Curitiba: Ipardes. (p. 49-99).

ROSMORDUC, J. **De Thalès à Einstein.** Paris: Études Vivantes, 1979.

ROSTOW, W. W. **Etapas do desenvolvimento econômico – um manifesto não-comunista.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961.

RUIZ, R. M. A nova geografia econômica: um barco com a lanterna na popa? **Texto para discussão n. 200.** Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2003.

SACK, R. D. **Human Territoriality: its theory and history.** Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANDRONI, P. (org. e sup.). **Novíssimo Dicionário de Economia.** São Paulo: Ed. Best Seller, 1999. Disponível em: <http://introducaoaeconomia.files.wordpress.com/2010/03/dicionario-de-economia-sandroni.pdf>. Acesso em 02 nov. 2012.

SANTOS, M. A Revolução Tecnológica e o Território: realidades e perspectivas. **Revista Terra Livre-Associação dos Geógrafos Brasileiros.** São Paulo, n. 9, julho-dezembro 1991 (pp. 7-17).

____. **Técnica, Espaço, Tempo:** globalização e meio técnico-científico informacional.

São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

____. O lugar encontrando o futuro. **Revista de Urbanismo e Arquitetura.** Vol. 4, n. 1, Salvador: UFBA, 1996. (pp. 34-39).

____. O retorno do território. In: **Observatorio Social de América Latina (OSAL).** Año 6 no. 16 (jun. 2005-). Buenos Aires : CLACSO, 2005- . Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>. Acesso em 15 jan. 2013.

SANTOS, D. M. M. dos. **Revolução Verde.** Disciplina de Fisiologia Vegetal, UNESP, Jaboticabal, 2006. Disponível em: <http://www.fcav.unesp.br/download/deptos/biologia/durvalina/TEXTO-86.pdf>. Acesso em 13 mar. 2011.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SCHALLENBERGER, E.; SCHNEIDER, I. E. Políticas de colonização: uma análise da região Oeste do Paraná antes e depois do golpe militar de 1964. **Revista de Estudos Sociais.** Ano 11, n. 21, v. 1, 2009. Cuiabá, MT: Universidade Federal do Mato Grosso/Faculdade de Administração, Economia e Ciências Contábeis (p. 163-176).

SCHWARTZMAN, J. (Org.). **Economia regional: textos escolhidos.** Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1977.

SCOTT, A. J. Economic geography: the great century. **Cambridge Journal of Economics.** n. 24, 2000. (pp. 483-504). Disponível em: <http://cje.oxfordjournals.org/content/24/4/483.full.pdf>. Acesso em 19 out. 2012.

SELYE, H. **Du rêve à la découverte.** Montréal, QC, Canada: Les Éditions de La Presse, 1973.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** Trad. Laura Teixeira Motta; rev. técnica Ricardo Doniselli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SERVIÇO Nacional de Aprendizagem Comercial. SENAC PARANÁ. **Institucional.** Disponível em: <http://www.pr.senac.br/institucional/?i_op=1>. Acesso em 17 jun. 2013.

____. **Cursos técnicos.** Disponível em: <http://www.pr.senac.br/principal/index.asp>. Acesso em 17 jun. 2013.

SERVIÇO Nacional de Aprendizagem Industrial. SENAI PARANÁ. **Conheça.** Disponível em: <http://pr.senai.br/o-senai/conheca/>. Acesso em 25 jul. 2013.

____. SENAI TOLEDO. **Curso técnico.** Disponível em: <http://www.pr.senai.br/ProductService9446content177737.shtml>. Acesso em 19 jun. 2013.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** – 23ª ed. – São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, A. M. da. A educação de jovens e adultos (EJA) no Brasil. **Artigonal.** 2009. Disponível em: <http://www.artigonal.com/print/1046328>. Acesso em 17 abr. 2013.

SILVA, E. R. da; ANDRADE, C. C. A Política Nacional de Juventude: avanços e dificuldades. In: **Juventude e políticas sociais no Brasil.** CASTRO, Jorge A. de; AQUINO, Luseni; ANDRADE, Carla C. (orgs.). Brasília: IPEA, 2009.

SIMÕES, R. F.; LIMA, A. C. da C. Teorias do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica no pós-guerra: o caso do Brasil. **Texto para discussão n. 358.** Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, Setembro, 2009.

SINGER, P. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Contexto, 2002.

SPOSATI, A. **Mapa da exclusão/inclusão da cidade de São Paulo.** São Paulo: PUC/SP, 1996.

SWYNGEDOUW, E. Globalisation or 'Glocalisation'? Networks, territories and rescaling. **Cambridge Review of International Affairs.** Vol. 17, Number 1, University of Cambrigde, United Kingdon: Centre of International Studies. April, 2004.

TARDIF, C. Institution et territoire: la place de l'université. In: LAURIN, S.; KLEIN, J.-L.; TARDIF, C. (dir.). **Geography et societé.** Québec, Canada: Presses de l'Université du Québec, 2001 (pp. 185-198).

TAVARES, M. da C. Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. *In:* R. BIELSCHOWSKY (org.). **Cinqüenta anos de pensamento da CEPAL.** Rio de Janeiro: Record, 2000.

TIEZZI, R. **Brasil alfabetizado.** Disponível em: <http://www.geracaobooks.com.br/literatura/texto1.php>. Acesso em 02 jun. 2012.

TOUPIE. **"Toupictionnaire": le dictionnaire de politique.** Disponível em: <http://www.toupie.org>. Acesso em 02 nov. 2012.

TOURAINE, A. **Sociologie de l'action.** Paris: Les Éditions du Seuil, 1965.

TRADER-FINANCE. **Commodities.** Disponível em: <http://www.trader-finance.fr/lexique-finance/definition-lettre-C/Commodities.html>. Acesso em 04 abr. 2013.

TREMBLAY, S. Du concept du développement au concept de l'après-développement: trajectoire et repères théoriques. **Collection «travaux et études en développement régional».** Université du Québec à Chicoutimi, décembre 1999. Disponível em: <http://sdeir1.uqac.ca/document_12056864.html>. Acesso em 04 mar. 2013.

TURGEON, J.; BERNATCHEZ, J. Les données secondaires. In: GAUTHIER, B. (sous la direction de). **Recherche sociale. De la problématique à la collecte des données.** 5e éd. Québec: Presses de l'Université du Québec, 2010. (p. 489-527).

UNITED Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO). **Rapport mondial de suivi sur l'EPT 2006. Éducation pour tous : l'alphabétisation, un enjeu vital.** Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization UNESCO, 2005a.

____. **Towards knowledge societies.** Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization UNESCO, 2005b.

____. **Relatório de monitoramento de educação para todos 2008: educação para todos em 2015: alcançaremos essa meta?** Brasília: UNESCO, 2008.

____. **UNESCO and Education: everyone has the right to education.** Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization UNESCO, 2011.

____. **Rapport mondial de suivi sur l'Éducation Pour Tous. Jeunes et compétences: l'éducation au travail.** Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization UNESCO, 2012.

____. **Education. Literacy.** Disponível em: <http://www.unesco.org/new/en/education/themes/education-building-blocks/literacy/>. Acesso em 28 fev. 2013 (2013a).

____. **L'Éducation pour tous.** Disponível em: <http://www.unesco.org/new/fr/our-priorities/education-for-all/>. Acesso em 27 maio 2013 (2013b).

UNITED NATIONS ORGANIZATION. **The World Programme of Action for Youth to the Year 2000 and Beyond.** Disponível em: <http://www.un.org/events/youth98/backinfo/ywpa2000.htm> Acesso em 13 abr. 2010.

UNIVERSIDADE Estadual do Oeste Do Paraná (UNIOESTE). Disponível em: <www.unioeste.br>. Acesso em 18 nov. 2013.

UNIVERSIDADE Paranaense (UNIPAR). Disponível em: <http://www.unipar.br/unidades/toledo>. Acesso em 18 nov. 2013.

UNIVERSIDADE Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). **UTFPR: inovação e geração de tecnologias.** Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/a-instituicao>. Acesso em 29 maio 2013.

UOL ECONOMIA. **Brasil é um dos países com maior desigualdade de renda entre G20, mostra estudo.** Disponível em: <http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/infomoney/2012/01/19/brasil-e-um-dos-paises-com-maior-desigualdade-de-renda-entre-g20-mostra-estudo.jhtm>. Acesso em 17 set. 2012.

UOL EDUCAÇÃO. **Brasil não deve cumprir meta contra analfabetismo.** Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/noticias/agencia-estado/2014/01/29/brasil-nao-deve-cumprir-meta-contra-analfabetismo.htm>. Acesso em 29 jan. 2014.

VACQUANT, L. **As prisões da miséria.** Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

VAN RAAJJI, R. **O modelo de agricultura da revolução verde é sustentável?** Disponível em: <http://www.radiobras.gov.br/ct/artigos/1999/artigo_1999.htm>. Acesso em 03 mar. 2012.

VELASCO, E. G. **Jovem e qualificação profissional: programas e trajetórias de jovens em busca do primeiro emprego em Mato Grosso.** (Tese de doutorado). Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências Sociais. São Luis, MA, 2007.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da violência. Os jovens do Brasil.** Brasília: UNESCO/Instituto Ayrton Senna, 1998.

____. **Relatório de desenvolvimento juvenil 2007.** Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana (RITLA); Instituto Sangari; Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT): Brasília; São Paulo, 2007.

____. **Mapa da violência 2011. Os jovens do Brasil.** São Paulo: Instituto Sangari; Brasília: Ministério da Justiça, 2011.

____. **Mapa da violência 2013. Homicídios e juventude no Brasil.** Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos; FLACSO Brasil, 2013.

WELLER, W. A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim. **Revista Sociedade e Estado.** Volume 25, número 2, Maio/Agosto 2010. (p. 205-224). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v25n2/04.pdf>. Acesso em 23 fev. 2012.

WESTPHALEN, C. M. Nota prévia ao estudo da ocupação de terra no Paraná moderno. **Boletim da Universidade Federal do Paraná.** n. 7. Curitiba, 1968.

WIKIPÉDIA. **Microrregião de Toledo.** Disponível em: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/7/7a/Parana_Micro_Toledo.svg/280px-Parana_Micro_Toledo.svg.png. Acesso em 18 nov. 2013.

WINCKLER, C. R.; SANTAGADA, S. A educação profissional técnica de nível médio no Brasil: transição para um novo modelo? **Indicadores Econômicos da Fundação de Economia e Estatística**, Porto Alegre, v. 39, n. 3, 2012. (pp. 97-110). Disponível em <http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/2631/3062>. Acesso em 12 out. 2013.

APÊNDICES

QUADROS DETALHADOS POR MUNICÍPIOS

Quadro 14. Nível de escolaridade dos jovens de 18 a 29 anos dos municípios da microrregião de Toledo – IBGE/2010 (Completo)

Nível de escolaridade[150]	**Toledo**		**Marechal C. Rondon**		**Palotina**		**Maripá**	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Analfabetos	115	0,4	137	1,4	57	0,9	3	0,3
Ensino fundamental Incompleto	4.718	17,8	1.736	17,5	954	15,4	139	13,6
Ensino fundamental Completo	6.387	24,1	2.091	21	1.156	18,6	167	16,4
Ensino médio completo	11.900	44,9	4.923	49,5	3.015	48,5	572	56,2
Ensino superior	3.387	12,8	1.063	10,7	1.032	16,6	137	13,5
Total	26.509	100	9.950	100	6.213	100	1.017	100

Quadro 14. Continuação...

Nível de escolaridade	**Entre Rios do Oeste**		**Quatro Pontes**		**Microrregião de Toledo**	
	Total	%	Total	%	Total	%
Analfabetos	3	0,4	zero	0	844	1,1
Ensino fundamental incompleto	95	12,7	46	7	14.586	19,1
Ensino fundamental Completo	142	18,9	169	25,3	17.589	23,1
Ensino médio completo	441	59	341	51,1	33.985	44,6
Ensino superior	67	9	111	16,6	9.267	12,2
Total	748	100	668	100	76.272	100

Fonte: Elaboração da autora com base nos micro dados do IBGE Censo 2010 (IBGE, 2013a).

[150] Conforme a classificação adotada pelo IBGE para realização do Censo populacional 2010.

Quadro22. Nível de escolaridade dos jovens de 18 a 29 anos da microrregião de Toledo segundo a cor – IBGE/2010 (Completo)

Munic. Escol.	**Entre Rios do Oeste**											
	Branca	%	Preta	%	Amar.	%	Parda	%	Ind.	%	Total	%
Analfab.	0	0	3	100	0	0	0	0	0	0	3	0,4
E. Fund. incompl	56	58,6	16	17,2	0	0	23	24,2	0	0	95	12,7
E. Fund. Compl.	106	7,4	0	0	0	0	36	25,6	0	0	142	18,9
E. Méd. compl.	407	92,2	9	1,9	0	0	26	5,9	0	0	441	59
Ens. Sup.	67	100	0	0	0	0	0	0	0	0	67	9
Total	635	84,9	28	3,7	0	0	85	11,4	0	0	748	100
Munic. Escol.	**Marechal Cândido Rondon**											
	Branca	%	Preta	%	Amar.	%	Parda	%	Ind.	%	Total	%
Analfab.	117	85,7	13	9,7	0	0	0	0	6	4,5	137	1,4
E. Fund. incompl	1.000	57,6	185	10,7	29	1,7	516	29,7	6	0,4	1.736	17,5
E. Fund. Compl.	1.529	73,1	78	3,7	22	1,1	461	22	0	0	2.091	21
E. Méd. compl.	4.330	87,9	89	1,8	8	0,2	496	10,1	0	0	4.923	49,5
Ens. Sup.	965	90,8	17	1,6	0	0	80	7,6	0	0	1.063	10,7
Total	7.942	79,8	383	3,9	60	0,6	1.553	15,6	12	0,1	9.950	100
Munic. Escol.	**Maripá**											
	Branca	%	Preta	%	Amar.	%	Parda	%	Ind.	%	Total	%
Analfab.	0	0	3	100	0	0	0	0	0	0	3	0,3
E. Fund. incompl	92	66	12	8,5	0	0	35	25,4	0	0	139	13,6
E. Fund. Compl.	107	64,2	6	3,7	0	0	54	32,2	0	0	167	16,4
E. Méd. compl.	522	91,3	10	1,8	0	0	39	6,9	0	0	572	56,2
Ens. Sup.	130	95	0	0	0	0	7	5	0	0	137	13,5
Total	851	83,7	31	3	0	0	135	13,3	0	0	1.017	100
Munic. Escol.	**Palotina**											
	Branca	%	Preta	%	Amar.	%	Parda	%	Ind.	%	Total	%
Analfab.	48	83,3	10	16,7	0	0	0	0	0	0	58	0,9
E. Fund. incompl	569	59,6	72	7,6	0	0	305	32	8	0,9	954	15,4
E. Fund. Compl.	626	54,2	41	3,5	9	0,8	480	41,5	0	0	1.156	18,6
E. Méd. compl.	2.294	76,1	91	3	21	0,7	608	20,2	0	0	3.015	48,5
Ens. Sup.	956	92,7	0	0	7	0,6	69	6,7	0	0	1.032	16,6

Total	4.493	72,3	214	3,4	37	0,6	1.462	23,5	8	0,1	6.213	100
Munic. Escol.	**Quatro Pontes**											
	Branca	%	Preta	%	Amar.	%	Parda	%	Ind.	%	Total	%
Analfab.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
E. Fund. incompl	43	93	0	0	0	0	3	7	0	0	46	7
E. Fund. Compl.	143	84,5	3	1,7	0	0	23	13,8	0	0	169	25,3
E. Méd. compl.	321	94	7	2,1	2	0,6	12	3,4	0	0	341	51,1
Ens. Sup.	109	97,9	2	2,1	0	0	0	0	0	0	111	16,6
Total	615	92,1	12	1,8	2	0,3	38	5,7	0	0	668	100
Munic. Escol.	**Toledo**											
	Branca	%	Preta	%	Amar.	%	Parda	%	Ind.	%	Total	%
Analfab.	60	51,8	0	0	0	0	55	48,2	0	0	115	0,4
E. Fund. incompl	2.481	52,6	184	3,9	22	0,5	2.032	43,1	0	0	4.718	17,8
E. Fund. Compl.	3.780	59,2	265	4,1	66	1	2.277	35,6	0	0	6.387	24,1
E. Méd. compl.	8.768	73,7	270	2,3	46	0,4	2.816	23,7	0	0	11.900	44,9
Ens. Sup.	2.976	87,9	54	1,6	36	1,1	321	9,5	0	0	3.387	12,8
Total	18.064	68,1	774	2,9	170	0,6	7.501	28,3	0	0	26.509	100

Fonte: Elaboração da autora com base nos micro dados do IBGE Censo 2010 (IBGE, 2013a).

Quadro 23. Nível de escolaridade dos jovens de 18 a 29 anos da microrregião de Toledo segundo o sexo – IBGE/2010 (Completo)

Munic. / Nível Escol.	Entre Rios do Oeste						Marechal Cândido Rondon					
	Masc.	%	Fem.	%	Total	%	Masc.	%	Fem.	%	Total	%
Analfab.	3	100	0	0	3	0,4	70	51	67	49	137	1,4
E. Fund. incompl	58	61,4	37	38,6	95	12,7	959	55,2	777	44,8	1.736	17,5
E. Fund. Compl.	60	42,1	82	57,9	142	18,9	1.133	54,2	958	45,8	2.091	21
E. Méd. compl.	243	55,1	198	44,9	441	59	2.291	46,5	2.632	53,5	4.923	49,5
Ens. Sup.	26	39,3	41	60,7	67	9	427	40,1	636	59,9	1.063	10,7
Total	390	52,2	358	47,8	748	100	4.880	49	5.070	51	9.950	100
Munic. / Nível Escol.	**Maripá**						**Palotina**					
	Masc.	%	Fem.	%	Total	%	Masc.	%	Fem.	%	Total	%
Analfab.	0	0	3	100	3	0,3	26	45,6	31	54,4	57	0,9
E. Fund. incompl	73	52,8	66	47,2	139	13,6	571	59,9	383	40,1	954	15,4
E. Fund. Compl.	92	55,2	75	44,8	167	16,4	638	55,2	517	44,8	1.156	18,6
E. Méd. compl.	348	60,9	224	39,1	572	56,2	1.398	46,4	1.617	53,6	3.015	48,5
Ens. Sup.	42	30,3	95	69,7	137	13,5	373	36,3	657	63,7	1.032	16,6
Total	555	54,6	462	45,4	1.017	100	3.007	48,4	3.206	51,6	6.213	100
Munic. / Nível Escol.	**Quatro Pontes**						**Toledo**					
	Masc.	%	Fem.	%	Total	%	Masc.	%	Fem.	%	Total	%
Analfab.	0	0	0	0	0	0	72	62,3	43	37,7	115	0,4
E. Fund. incompl	23	50	23	50	46	7	2.817	59,7	1.902	40,3	4.718	17,8
E. Fund. Compl.	95	56	74	44	169	25,3	3.547	55,5	2.840	44,5	6.387	24,1
E. Méd. compl.	179	52,6	162	47,4	341	51,1	5.534	46,5	6.366	53,5	11.900	44,9
Ens. Sup.	36	32,2	75	67,8	111	16,6	1.298	38,3	2.089	61,7	3.387	12,8
Total	333	49,8	335	50,2	668	100	13.268	50,1	13.240	49,9	26.509	100

Fonte: Elaboração da autora com base nos micro dados do IBGE Censo 2010 (IBGE, 2013).

Quadro 38. Número declarado de trabalhos entre jovens de 18 a 29 anos residentes na microrregião de Toledo segundo a cor – IBGE/2010 (Completo)

Munic. Quant.	Entre Rios do Oeste									
	Branca	%	Preta	%	Amarela	%	Parda	%	Indíg.	%
Zero	115	85,2	0	0	0	0	20	14,8	0	0
Um	444	83,7	25	4,7	0	0	62	11,6	0	0
2 ou mais	76	95,6	0	0	0	0	4	4,4	0	0
Total	635	85,3	25	3,3	0	0	85	11,4	0	0
Munic. Quant.	**Marechal Cândido Rondon**									
	Branca	%	Preta	%	Amarela	%	Parda	%	Indíg.	%
Zero	1.767	75,3	76	3,2	28	1,2	475	20,3	0	0
Um	5.732	81,2	277	3,9	22	0,3	1.017	14,4	6	0,1
2 ou mais	334	72,9	17	3,8	9	2	98	21,3	0	0
Total	7.833	79,4	370	3,8	60	0,6	1.590	16,1	6	0,1
Munic. Quant.	**Maripá**									
	Branca	%	Preta	%	Amarela	%	Parda	%	Indíg.	%
Zero	175	83,3	5	2,6	0	0	30	14,1	0	0
Um	661	83,7	23	2,9	0	0	106	13,4	0	0
2 ou mais	14	100	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	851	83,9	28	2,8	0	0	135	13,3	0	0
Munic. Quant.	**Palotina**									
	Branca	%	Preta	%	Amarela	%	Parda	%	Indíg.	%
Zero	918	69,3	27	2	28	2,1	353	26,7	0	0
Um	3.390	73	157	3,4	9	0,2	1.079	23,2	8	0,2
2 ou mais	145	74,1	21	10,7	0	9	30	15,2	0	0
Total	4.453	72,2	204	3,3	37	0,6	1.462	23,7	8	0,1
Munic. Quant.	**Quatro Pontes**									
	Branca	%	Preta	%	Amarela	%	Parda	%	Indíg.	%
Zero	75	86,3	3	3,3	0	0	9	10,3	0	0
Um	513	92,7	9	1,7	2	0,4	29	5,3	0	0
2 ou mais	27	100	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	615	92,1	12	1,8	2	0,3	38	5,7	0	0
Munic. Quant.	**Toledo**									
	Branca	%	Preta	%	Amarela	%	Parda	%	Indíg.	%
Zero	3.647	65,4	158	2,8	32	0,6	1.740	31,2	0	0
Um	13.738	68,6	566	2,8	112	0,6	5.609	28	0	0
2 ou mais	679	74,9	49	5,4	26	2,9	152	16,8	0	0
Total	18.064	68,1	774	2,9	170	0,6	7.501	28,3	0	0

Fonte: Elaboração da autora com base nos micro dados do IBGE Censo 2010 (IBGE, 2013).

Quadro 39. Tipo de trabalho realizado pelos jovens de 18 a 29 anos na microrregião de Toledo segundo a cor – IBGE/2010 (Completo)

Munic. / Tipo	Entre Rios do Oeste											
	Branca	%	Preta	%	Amar	%	Parda	%	Indíg.	%	Total	%
Empreg. c/CTPS[151]	291	84,8	15	4,4	0	0	37	10,8	0	0	343	46,1
Militar	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Funcion. público	14	100	0	0	0	0	0	0	0	0	14	1,8
Empreg. s/ CTPS	92	77,1	7	5,9	0	0	20	17	0	0	119	16
Conta própria	108	94,5	3	2,4	0	0	4	3,1	0	0	114	15,3
Empregador	12	100	0	0	0	0	0	0	0	0	12	1,6
Não remun.	4	50	0	0	0	0	4	50	0	0	9	1,1
Nenhum	115	85,2	0	0	0	0	20	14,8	0	0	135	18,1
Total	635	85,3	25	3,3	0	0	85	11,4	0	0	745	100
Munic. / Tipo	**Marechal Cândido Rondon**											
	Branca	%	Preta	%	Amar	%	Parda	%	Indíg.	%	Total	%
Empreg. c/ CTPS	4.089	81,5	204	4,1	0	0	722	14,4	0	0	5.015	50,9
Militar	18	57,9	0	0	0	0	13	42,1	0	0	32	0,3
Funcion. público	194	96,5	0	0	0	0	7	3,5	0	0	201	2
Empreg. s/ CTPS	867	70,9	63	5,1	22	1,8	271	22,2	0	0	1.224	12,4
Conta própria	689	84,8	18	2,2	9	1,1	90	11	6	0,8	812	8,2
Empregador	137	87	9	5,8	0	0	11	7,2	0	0	157	1,6
Não remun.	72	100	0	0	0	0	0	0	0	0	72	0,7
Nenhum	1.767	75,3	76	3,2	28	1,2	475	20,3	0	0	2.346	23,8
Total	7.833	79,5	370	3,8	60	0,6	1.590	16,1	6	0,1	9.859	100
Munic. / Tipo	**Maripá**											
	Branca	%	Preta	%	Amar	%	Parda	%	Indíg.	%	Total	%
Empreg. c/ CTPS	318	82,3	14	3,6	0	0	54	14	0	0	386	38,1
Militar	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Funcion. público	13	100	0	0	0	0	0	0	0	0	13	1,2
Empreg. s/ CTPS	117	73,3	7	4,2	0	0	36	22,5	0	0	159	15,7

[151] Carteira de Trabalho e Previdência Social.

Conta própria	210	96,4	2	1	0	0	6	2,7	0	0	218	21,5
Empregador	0	0	0	0	0	0	3	100	0	0	3	0,3
Não remun.	18	73,4	0	0	0	0	6	26,6	0	0	24	2,4
Nenhum	175	83,3	5	2,6	0	0	30	14,1	0	0	211	20,8
Total	851	83,9	28	2,8	0	0	135	13,3	0	0	1.014	100
Munic. / Tipo	**Palotina**											
	Branca	%	Preta	%	Amar	%	Parda	%	Indíg.	%	Total	%
Empreg. c/ CTPS	2.343	73,3	151	4,7	9	0,3	685	21,4	8	0,3	3.196	51,8
Militar	10	100	0	0	0	0	0	0	0	0	10	0,2
Funcion. público	121	76,4	0	0	0	0	37	23,6	0	0	159	2,6
Empreg. s/ CTPS	622	71,2	20	2,2	0	0	232	26,6	0	0	874	14,2
Conta própria	351	69,8	8	1,5	0	0	144	28,7	0	0	503	8,2
Empregador	59	100	0	0	0	0	0	0	0	0	59	1
Não remun.	30	74,7	0	0	0	0	10	25,3	0	0	40	0,6
Nenhum	918	69,3	27	2	28	2,1	353	26,7	0	0	1.325	21,5
Total	4.453	72,2	204	3,3	37	0,6	1.462	23,7	8	0,1	6.165	100
Munic. / Tipo	**Quatro Pontes**											
	Branca	%	Preta	%	Amar	%	Parda	%	Indíg.	%	Total	%
Empreg. c/ CTPS	331	94	6	1,6	2	0,6	14	3,9	0	0	353	52,8
Militar	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Funcion. público	28	100	0	0	0	0	0	0	0	0	28	4,2
Empreg. s/ CTPS	84	86,6	4	3,9	0	0	9	9,5	0	0	97	14,5
Conta própria	68	95,5	0	0	0	0	3	4,5	0	0	71	10,7
Empregador	7	67,5	0	0	0	0	3	32,5	0	0	10	1,5
Não remun.	22	100	0	0	0	0	0	0	0	0	22	3,3
Nenhum	75	86,3	3	3,3	0	0	9	10,3	0	0	87	13
Total	615	92,1	12	1,8	2	0,3	38	5,7	0	0	668	100
Munic. / Tipo	**Toledo**											
	Branca	%	Preta	%	Amar	%	Parda	%	Indíg.	%	Total	%
Empreg. c/ CTPS	10.050	66,7	453	3	90	0,6	4.482	29,7	0	0	15.075	56,9
Militar	17	59,8	0	0	0	0	11	40,2	0	0	28	0,1

Funcion. público	327	77,5	20	4,7	8	1,9	68	16	0	0	423	1,6
Empreg. s/ CTPS	2.001	71,9	108	3	11	0,4	664	23,8	0	0	2.785	10,5
Conta própria	1.610	75,7	27	1,2	28	1,3	461	21,7	0	0	2.125	8
Empregador	300	88,6	8	2,3	0	0	31	9,1	0	0	338	1,3
Não remun.	113	71,4	0	0	0	0	45	28,6	0	0	158	0,6
Nenhum	3.647	65,4	158	2,8	32	0,6	1.740	31,2	0	0	5.577	21
Total	18.064	68,1	774	2,9	170	0,6	7.501	28,3	0	0	26.509	100

Fonte: Elaboração da autora com base nos micro dados do IBGE Censo 2010 (IBGE, 2013a).

Quadro 40. Renda declarada dos jovens de 18 a 29 anos na microrregião de Toledo segundo a cor – IBGE/2010 (Completo)

Munic. / Renda	Entre Rios do Oeste											
	Branca	%	Preta	%	Amarela	%	Parda	%	Indígena	%	Total	%
Sem renda	140	85,3	0	0	0	0	24	14,7	0	0	164	22
Até 1 SM	193	88,1	3	1,3	0	0	23	10,5	0	0	219	29,4
De 1,01 a 2 SM	201	81,7	20	8,1	0	0	25	10,1	0	0	246	33
De 2,01 a 4 SM	65	81,2	2	2,5	0	0	13	16,2	0	0	80	10,8
De 4,01 a 10 SM	21	100	0	0	0	0	0	0	0	0	21	2,9
De 10,01 a 20 SM	7	100	0	0	0	0	0	0	0	0	7	0,9
Mais de 20 SM	7	100	0	0	0	0	0	0	0	0	7	1
Total	634	85,2	25	3,3	0	0	85	11,4	0	0	744	100
Munic. / Renda	**Marechal Cândido Rondon**											
	Branca	%	Preta	%	Amarela	%	Parda	%	Indígena	%	Total	%
Sem renda	1.876	76,4	76	3,1	28	1,1	475	19,3	0	0	2.454	24,9
Até 1 SM	1.379	76,6	46	2,5	12	0,7	356	19,8	6	0,3	1.799	18,2
De 1,01 a 2 SM	3.194	81,1	174	4,4	10	0,3	562	14,3	0	0	3.940	40
De 2,01 a 4 SM	1.108	81,9	64	4,8	9	0,7	171	12,6	0	0	1.352	13,7
De 4,01 a 10 SM	257	88	9	3,1	0	0	26	9	0	0	292	3
De 10,01 a 20 SM	19	100	0	0	0	0	0	0	0	0	19	0,2
Mais de 20 SM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	7.833	79,5	369	3,8	59	0,6	1.590	16,1	6	0,06	9.857	100
Munic. / Renda	**Maripá**											
	Branca	%	Preta	%	Amarela	%	Parda	%	Indígena	%	Total	%
Sem renda	193	82,4	5	2,1	0	0	36	15,4	0	0	234	23
Até 1 SM	226	80,7	13	4,6	0	0	41	14,6	0	0	280	27,6
De 1,01 a 2 SM	336	86,1	8	2	0	0	46	11,8	0	0	390	38,4
De 2,01 a 4 SM	78	86,6	3	3,3	0	0	9	10	0	0	90	8,9
De 4,01 a 10 SM	18	85,7	0	0	0	0	3	14,2	0	0	21	2,1
De 10,01 a 20 SM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%	0	0

Mais de 20 SM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	851	83,9	29	2,8	0	0	135	13,3	0	0	1.015	100
Munic. Renda	**Palotina**											
	Branca	%	Preta	%	Amarela	%	Parda	%	Indígena	%	Total	%
Sem renda	955	69,6	27	2	28	2	363	26,4	0	0	1.372	22,3
Até 1 SM	1.102	69,5	45	2,8	9	0,6	422	26,6	8	0,5	1.586	25,7
De 1,01 a 2 SM	1.437	68,2	111	5,3	0	0	559	26,5	0	0	2.107	34,2
De 2,01 a 4 SM	693	86,2	22	2,7	0	0	89	11,1	0	0	804	13%
De 4,01 a 10 SM	237	92,9	0	0	0	0	18	7	0	0	255	4,1
De 10,01 a 20 SM	30	73,2	0	0	0	0	11	26,8	0	0	41	0,7
Mais de 20 SM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	4.454	72,2	205	3,3	37	0,6	1.462	23,7	8	0,1	6.165	100
Munic. Renda	**Quatro Pontes**											
	Branca	%	Preta	%	Amarela	%	Parda	%	Indígena	%	Total	%
Sem renda	103	89,6	3	2,6	0	0	9	7,8	0	0	115	17,2
Até 1 SM	95	85,5	3	2,7	2	1,8	11	9,9	0	0	111	16,6
De 1,01 a 2 SM	299	94	4	1,2	0	0	15	4,7	0	0	318	47,6
De 2,01 a 4 SM	80	97,5	2	2,4	0	0	0	0	0	0	82	12,3
De 4,01 a 10 SM	28	90,3	0	0	0	0	3	9,7	0	0	31	4,6
De 10,01 a 20 SM	11	100	0	0	0	0	0	0	0	0	11	1,6
Mais de 20 SM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	616	92,2	12	1,8	2	0,3	38	5,7	0	0	668	100
Munic. Renda	**Toledo**											
	Branca	%	Preta	%	Amarela	%	Parda	%	Indígena	%	Total	%
Sem renda	3.808	66,2	158	2,8	32	0,5	1.753	30,5	0	0	5.751	21,7
Até 1 SM	2.760	66,8	82	2	31	0,8	1.258	30,4	0	0	4.131	15,6
De 1,01 a 2 SM	7.931	65,8	426	3,5	53	0,4	3.647	30,2	0	0	12.057	45,5
De 2,01 a 4 SM	2.726	75,9	107	3	29	0,8	729	20,3	0	0	3.591	13,5
De 4,01 a 10 SM	851	90,4	0	0	8	0,8	82	8,7	0	0	941	3,5

De 10,01 a 20 SM	21	55,2	0	0	17	44,7	0	0	0	0	38	0,1
Mais de 20 SM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	18.096	68,3	773	2,9	170	0,6	7.469	28,2	0	0	26.509	100
Munic. Renda	**Total dos seis municípios pesquisados**											
	Branca	%	Preta	%	Amarela	%	Parda	%	Indígena	%	Total	%
Sem renda	7.075	70,1	269	2,6	88	0,8	2.660	26,3	0	0	10.092	22,5
Até 1 SM	5.755	70,8	192	2,3	54	0,6	2.111	26	14	0,2	8.126	18
De 1,01 a 2 SM	13.398	70,3	743	3,9	63	0,3	4.854	25,4	0	0	19.058	42,4
De 2,01 a 4 SM	4.750	79,2	200	3,3	38	0,6	1.011	16,8	0	0	5.999	13,3
De 4,01 a 10 SM	1.412	90,4	9	0,6	8	0,5	132	8,4	0	0	1.561	3,5
De 10,01 a 20 SM	88	75,8	0	0	17	14,6	11	9,5	0	0	116	0,3
Mais de 20 SM	7	100	0	0	0	0	0	0	0	0	7	0,02
Total	32.485	72,25	1.413	3,14	268	0,6	10.779	24	14	0,03	44.959	100

Fonte: Elaboração da autora com base nos micro dados do IBGE Censo 2010 (IBGE, 2013a).

Quadro 41. Número declarado de trabalhos entre jovens de 18 a 29 anos residentes na microrregião de Toledo segundo o sexo – IBGE/2010 (Completo)

Munic. / Quant.	Entre Rios do Oeste						Marechal Cândido Rondon					
	Masc	%	Fem.	%	Total	%	Masc	%	Fem.	%	Total	%
Zero	49	36,4	86	63,9	135	18,1	763	32,5	1.583	67,5	2.346	23,8
Um	282	53,1	249	46,9	531	71,2	3.846	54,5	3.209	45,5	7.055	71,6
2 ou mais	57	71	23	29	80	10,7	236	51,5	222	48,5	458	4,6
Total	387	52	358	48	745	100	4.845	49,1	5.014	50,9	9.859	100
Munic. / Quant.	**Maripá**						**Palotina**					
	Masc	%	Fem.	%	Total	%	Masc	%	Fem.	%	Total	%
Zero	54	25,6	157	74,4	211	20,8	411	31	914	69	1.325	21,5
Um	494	62,6	295	37,4	790	77,8	2.476	53,3	2.168	46,7	4.643	75,3
2 ou mais	7	50	7	50	14	1,4	103	52,5	93	47,5	196	3,2
Total	555	54,7	459	45,3	1.014	100	2.990	48,5	3.175	51,5	6.165	100
Munic. / Quant.	**Quatro Pontes**						**Toledo**					
	Masc	%	Fem.	%	Total	%	Masc	%	Fem.	%	Total	%
Zero	21	24,1	66	75,9	87	13	1.820	32,6	3.757	67,4	5.577	21
Um	296	53,5	258	46,5	554	83	10.971	54,8	9.055	45,2	20.026	75,5
2 ou mais	16	59,9	11	40,1	27	4	477	52,7	429	47,3	906	3,4
Total	333	49,8	335	50,2	668	100	13.268	50,1	13.240	49,9	26.509	100

Fonte: Elaboração da autora com base nos micro dados do IBGE Censo 2010 (IBGE, 2013a).

Quadro 42. Tipo declarado de trabalhos entre jovens de 18 a 29 anos residentes na microrregião de Toledo segundo o sexo – IBGE/2010 (Completo)

Munic. / Tipo	Entre Rios do Oeste						Marechal Cândido Rondon					
	Masc	%	Fem.	%	Total	%	Masc	%	Fem.	%	Total	%
Empreg. c/ CTPS	190	55,4	153	44,6	343	46,1	2.698	53,8	2.317	46,2	5.015	50,9
Militar	0	0	0	0	0	0	32	100	0	0	32	0,3
Funcion. público	1	10,7	12	89,3	13	1,8	70	34,7	131	65,3	201	2
Empreg. s/ CTPS	47	39,2	73	60,8	120	16	594	48,5	630	51,5	1.224	12,4
Conta própria	84	73,8	30	26,2	114	15,3	581	71,5	231	28,5	812	8,2
Empregador	12	100	0	0	12	1,6	72	45,8	85	54,2	157	1,6
Não remun.	4	50	4	50	8	1,1	36	49,5	37	50,5	72	0,7
Nenhum	49	36,4	86	63,6	135	18,1	763	32,5	1.583	67,5	2.346	23,8
Total	387	52	358	48	745	100	4.845	49,1	5.014	50,9	9.859	100
Munic. / Tipo	**Maripá**						**Palotina**					
	Masc	%	Fem.	%	Total	%	Masc	%	Fem.	%	Total	%
Empreg. c/ CTPS	239	61,8	147	38,2	386	38,1	1.760	55,1	1.436	44,9	3.196	51,8
Militar	0	0	0	0	0	0	10	100	0	0	10	0,2
Funcion. público	6	46,9	7	53,1	13	1,2	53	33,2	106	66,8	159	2,6
Empreg. s/ CTPS	100	63,1	59	36,9	159	15,7	453	51,9	421	48,1	874	14,2
Conta própria	142	64,9	77	35,1	218	21,5	271	53,8	232	46,2	503	8,2
Empregador	3	100	0	0	3	0,3	21	35,4	38	64,6	59	1
Não remun.	11	45,9	13	54,1	24	2,4	12	29,4	28	70,6	40	0,6
Nenhum	54	25,6	157	74,4	211	20,8	411	31	914	69	1.325	21,5
Total	555	54,7	459	45,3	1.014	100	2.990	48,5	3.175	51,5	6.165	100
Munic. / Tipo	**Quatro Pontes**						**Toledo**					
	Masc	%	Fem.	%	Total	%	Masc	%	Fem.	%	Total	%
Empreg. c/ CTPS	206	58,4	147	41,6	353	52,8	8.099	53,7	6.976	46,3	15.075	56,9
Militar	0	0	0	0	0	0	28	100	0	0	28	0,1
Funcion. público	9	33,5	19	66,5	28	4,2	129	30,4	294	69,6	423	1,6
Empreg. s/ CTPS	41	41,9	56	58,1	97	14,5	1.501	53,9	1.284	46,1	2.785	10,5
Conta própria	40	56,2	31	43,8	71	10,7	1.398	65,8	727	34,2	2.125	8

Empregador	7	70	3	30	10	1,5	207	61,3	131	38,7	338	1,3
Não remun.	10	43,6	12	56,4	22	3,3	86	54,3	72	45,7	158	0,6
Nenhum	21	23,7	66	76,3	87	13	1.820	32,6	3.757	67,4	5.577	21
Total	333	49,8	335	59,2	668	100	13.268	50,1	13.240	49,9	26.509	100

Fonte: Elaboração da autora com base nos micro dados do IBGE Censo 2010 (IBGE, 2013a).

Quadro 44. Renda declarada entre jovens de 18 a 29 anos residentes na microrregião de Toledo segundo o sexo – IBGE/2010 (Completo)

Munic. / Renda	Entre Rios do Oeste						Marechal Cândido Rondon					
	Masc.	%	Fem.	%	Total	%	Masc.	%	Fem.	%	Total	%
Sem renda	65	39,5	100	60,5	165	22,1	806	32,9	1.648	67,1	2.454	24,9
Até 1 SM	90	41,1	129	58,9	219	29,3	713	39,6	1.087	60,4	1.800	18,3
De 1,01 a 2 SM	146	59,4	100	40,6	246	33	2.133	54,1	1.807	45,9	3.940	40
De 2,01 a 4 SM	60	74,9	20	25,1	80	10,8	969	71,6	384	28,4	1.352	13,7
De 4,01 a 10 SM	19	87,9	3	12,1	21	2,9	216	73,7	77	26,3	293	3
De 10,01 a 20 SM	0	0	7	100	7	0,9	8	42,7	11	57,3	19	0,2
Mais de 20 SM	7	100	0	0	7	0,9	0	0	0	0	0	0
Total	387	52	358	48	745	100	4.845	49,1	5.014	50,9	9.859	100
Munic. / Renda	**Maripá**						**Palotina**					
	Masc.	%	Fem.	%	Total	%	Masc.	%	Fem.	%	Total	%
Sem renda	65	27,7	170	72,3	235	23,2	423	30,8	949	69,2	1.372	22,3
Até 1 SM	164	58,6	116	41,4	280	27,6	598	37,7	988	62,3	1.586	25,7
De 1,01 a 2 SM	253	64,8	137	35,2	390	38,4	1.291	61,3	816	38,7	2.107	34,2
De 2,01 a 4 SM	57	63,9	32	36,1	89	8,8	497	61,9	306	38,1	803	13
De 4,01 a 10 SM	17	78,9	4	21,1	21	2,1	152	59,3	104	40,7	256	4,1
De 10,01 a 20 SM	0	0	0	0	0	0	30	73,3	11	26,7	41	0,7
Mais de 20 SM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	555	54,7	459	45,3	1.014	100	2.990	48,5	3.175	51,5	6.165	100
Munic. / Renda	**Quatro Pontes**						**Toledo**					
	Masc.	%	Fem.	%	Total	%	Masc.	%	Fem.	%	Total	%
Sem renda	34	29,2	81	70,8	115	17,2	1.885	32,8	3.866	67,2	5.751	21,7
Até 1 SM	29	26,4	82	73,6	111	16,7	1.748	42,3	2.383	57,7	4.131	15,6
De 1,01 a 2 SM	179	56,4	139	43,6	318	47,6	6.540	54,3	5.517	45,8	12.057	45,5
De 2,01 a 4 SM	63	77	19	23	82	12,3	2.391	66,6	1.200	33,4	3.591	13,5
De 4,01 a 10 SM	19	60,8	12	39,2	31	4,6	655	69,6	286	30,4	941	3,5
De 10,01 a 20 SM	9	80,2	2	19,8	11	1,6	28	73,8	10	26,2	38	0,1

Mais de 20 SM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	333	49,8	335	50,2	668	100	13.247	50	13.261	50	26.509	100

Fonte: Elaboração da autora com base nos micro dados do IBGE Censo 2010 (IBGE, 2013a).